



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

JOÃO FIGUEIREDO

MENSAGEM  
AO  
CONGRESSO NACIONAL



BRASÍLIA  
1982



## ÍNDICE

### 1. INTRODUÇÃO

### 2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.1.	Planejamento e Coordenação Geral .....	3
2.2.	Agricultura .....	9
2.2.1.	Desempenho setorial .....	9
2.2.2.	Atuação de política agrícola .....	11
2.2.3.	Aspectos sociais .....	13
2.3.	Energia e Mineração .....	15
2.3.1.	Programa de Mobilização Energética .....	16
2.3.2.	Programa Nacional do Alcool .....	16
2.3.3.	Produção Interna de Petróleo .....	18
2.3.4.	Energia elétrica .....	20
2.3.5.	Itaipu Binacional .....	21
2.3.6.	Energia nuclear .....	21
2.3.7.	Programa de Conservação de Energia .....	22
2.3.8.	Outros programas energéticos .....	23
2.3.9.	Mineração .....	23
2.4.	Política Fiscal e Monetária .....	31
2.4.1.	Política fiscal .....	31
2.4.2.	Política monetária .....	36
2.4.3.	Política creditícia .....	39
2.4.4.	Política de mercado de capitais .....	41
2.4.5.	Política de seguros .....	43
2.5.	Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos .....	45
2.5.1.	Exportações .....	46
2.5.2.	Importações .....	48
2.5.3.	Política cambial, reservas e endividamento externo .....	49
2.5.4.	Captação de recursos externos e juros internacionais .....	52
2.5.5.	Balanço de pagamentos .....	53

2.6.	Indústria e comércio .....	55
2.6.1.	Apoio às exportações .....	55
2.6.2.	Substituição de importações .....	58
2.6.3.	Apoio à política social .....	60
2.6.4.	Desburocratização e descentralização administrativa .....	62
2.7.	Interior e Coordenação Regional .....	65
2.7.1.	Desenvolvimento da Amazônia .....	65
2.7.2.	Desenvolvimento do Nordeste .....	66
2.7.3.	Desenvolvimento do Centro-Oeste .....	71
2.7.4.	Ação regional do governo no Sul e Sudeste .....	74
2.7.5.	Tópicos especiais de interesse social .....	76
2.8.	Transportes .....	81
2.8.1.	Política setorial em 1981 .....	81
2.8.2.	Principais resultados alcançados .....	84
2.9.	Comunicações .....	91
2.9.1.	Política setorial .....	91
2.9.2.	Principais resultados alcançados em 1981 .....	91
2.9.3.	Apoio à agricultura .....	93
2.9.4.	Apoio à política energética .....	94
2.9.5.	Apoio ao comércio exterior .....	94
3.	<b>POLÍTICA SOCIAL</b>	
3.1.	Salário, Emprego e Políticas Trabalhistas .....	99
3.1.1.	Salário .....	99
3.1.2.	Emprego .....	101
3.1.3.	Políticas trabalhistas .....	105
3.2.	Previdência Social .....	109
3.2.1.	Instituto Nacional de Previdência Social .....	112
3.2.2.	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social .....	113
3.2.3.	Fundação Legião Brasileira de Assistência .....	115
3.2.4.	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor .....	116
3.2.5.	Central de Medicamentos .....	116
3.3.	Saúde .....	119
3.3.1.	Serviços básicos de saúde .....	120
3.3.2.	Serviços básicos de saneamento .....	121
3.3.3.	Alimentação e nutrição .....	121
3.3.4.	Controle de doenças transmissíveis .....	123
3.3.5.	Vigilância sanitária .....	125

3.3.6.	Sangue e hemoderivados.....	126
3.3.7.	Assistência médica e hospitalar.....	127
3.3.8.	Ciência e tecnologia para a saúde.....	127
3.4.	Educação e Cultura.....	129
3.4.1.	Educação básica.....	129
3.4.2.	Educação superior.....	131
3.4.3.	Desenvolvimento cultural.....	132
3.4.4.	Educação física e desportos.....	133
3.4.5.	Outros programas e atividades.....	133
3.5.	Desburocratização.....	135
4.	<b>POLÍTICA EXTERNA</b>	
4.1.	América Latina.....	147
4.2.	África.....	153
4.3.	Oriente Próximo.....	156
4.4.	Ásia e Oceania.....	157
4.5.	Estados Unidos da América e Canadá.....	159
4.6.	Europa Ocidental.....	160
4.7.	Europa Oriental.....	162
4.8.	Organismos internacionais.....	163
4.9.	Temas econômicos.....	167
4.10.	Operação cultural, técnica, científica e tecnológica.....	178
4.11.	Assuntos consulares e jurídicos.....	181
5.	<b>POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA</b>	
5.1.	Justiça e política interna.....	185
5.1.1.	Coordenação política.....	185
5.1.2.	Ordem jurídica e direitos políticos.....	186
5.1.3.	Segurança interna.....	187
5.1.4.	Ministério público.....	190
5.1.5.	Outros campos de atividade.....	192
5.2.	Forças Armadas.....	195
5.2.1.	Estado Maior das Forças Armadas.....	195
5.2.2.	Exército.....	197
5.2.3.	Marinha.....	201
5.2.4.	Aeronáutica.....	206
6.	<b>ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO</b>	
7.	<b>APÊNDICE ESTATÍSTICO</b>	

## LISTA DOS QUADROS

### 1. CONTAS NACIONAIS

1.1. Índices do produto real do Brasil segundo ramos de atividade e índices do produto real no Brasil por classe de indústria .....	221
1.2. Brasil — Produto Interno Bruto .....	222
1.3. Relação entre agregados macroeconômicos .....	223

### 2. ÍNDICES DE PREÇOS

2.1. Índices de preços 1981 .....	224
2.2. Índice Geral de Preços — IGP — e Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC .....	225
2.3. Índice de preços por atacado — Oferta global — Índice de preços por atacado — Disponibilidade interna .....	226
2.4. Índice de Preços ao Consumidor e Índice do Custo da Construção — Rio de Janeiro .....	227

### 3. AGRICULTURA

3.1. Evolução da produção dos principais produtos agrícolas .....	228
3.2. Evolução do rendimento médio dos principais produtos agrícolas .....	229
3.3. Evolução do consumo aparente de fertilizantes .....	230
3.4. Produção dos principais produtos da pecuária .....	231
3.5. Exportações dos principais produtos agropecuários (1970/1975) .....	232
3.6. Exportações dos principais produtos agropecuários (1976/1981) .....	233

### 4. ENERGIA E MINERAÇÃO

4.1. Produção nacional de petróleo, LGN e gás natural ...	234
4.2. Consumo nacional de derivados de petróleo e consumo aparente — 1981 .....	235
4.3. Evolução da produção nacional de carvão bruto e evolução da produção nacional de carvão energético .	236
4.4. Evolução do consumo de carvão metalúrgico segundo a origem .....	237
4.5. Investimentos da Petrobrás em exploração e produção e estrutura do consumo de energia .....	238
4.6. Produção mineral .....	239
4.7. Programa Grande Carajás: balanço de divisas dos projetos minero-metalúrgicos aprovados (continua no Quadro 4.8) .....	240

4.8.	Programa Grande Carajás: balanço de divisas dos projetos minero-metalúrgicos aprovados.....	241
4.9.	Programa Grande Carajás: impacto nacional dos projetos minero-metalúrgicos aprovados.....	242
<b>5. POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA</b>		
5.1.	Execução orçamentária do Tesouro Nacional.....	243
5.2.	Receita do Tesouro Nacional e despesa efetiva do Tesouro Nacional.....	244
5.3.	Principais indicadores monetários.....	245
5.4.	Empréstimos do sistema financeiro ao setor privado (não-financeiro) e empréstimos do sistema monetário ao setor privado e ao setor rural.....	246
<b>6. COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS</b>		
6.1.	Exportações brasileiras, por grandes grupos e participação relativa dos grandes grupos nas exportações...	247
6.2.	Importação por principais produtos.....	248
6.3.	Balança comercial brasileira e índices anuais médios de comércio exterior e de relações de troca.....	249
6.4.	Balanço de pagamentos.....	250
6.5.	Dívida externa brasileira — saldo em 31 de dezembro (1970/1973).....	251
6.6.	Dívida externa brasileira — saldo em 31 de dezembro (1974/1977).....	252
6.7.	Dívida externa brasileira — saldo em 31 de dezembro (1978/1981).....	253
6.8.	Reservas internacionais.....	254
6.9.	Taxa cambial — cotações do cruzeiro em relação ao dólar americano.....	255
<b>7. INDÚSTRIA</b>		
7.1.	Indicadores da produção industrial.....	256
7.2.	Produção brasileira da indústria automotiva (continua no Quadro 7.3).....	257
7.3.	Produção brasileira da indústria automotiva.....	258
7.4.	Produção siderúrgica brasileira (1972/1979).....	259
7.5.	Produção siderúrgica brasileira (1980/1981).....	260
7.6.	Produção mundial de aço bruto — países selecionados.....	261
7.7.	Produção brasileira de não-ferrosos comuns e produção brasileira de álcool.....	262
7.8.	Produção e despacho de cimento.....	263
7.9.	Balanço comercial de não-ferrosos — por produto...	264
7.10.	Produção de borracha e consumo de borracha.....	265
7.11.	Importação de borracha.....	266

8.	TRANSPORTES	
8.1.	Investimentos segundo as modalidades de transportes	267
8.2.	Indicadores operacionais dos metrô de São Paulo e Rio de Janeiro — Dados básicos e frota mercante nacional .....	268
8.3.	Toneladas — quilômetros úteis (TKU) transportadas, segundo os modos de transporte e passageiros — quilômetros transportados, segundo os modos de transporte.....	269
9.	COMUNICAÇÕES	
9.1.	Evolução das telecomunicações e dos serviços postais.	270
10.	SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS	
10.1.	Taxa de desemprego .....	271
10.2.	Brasil: nível de emprego por atividade econômica — variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior .....	272
10.3.	Taxas de reajustes salariais em comparação com as taxas de variação dos índices de custo de vida .....	273
10.4.	Taxas de crescimento anual do emprego por setores de atividade econômica.....	274
11.	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
11.1.	Número de consultas médicas, odontológicas e internações prestadas pelo INAMPS .....	275
11.2.	Dispêndios com benefícios previdenciários a cargo do INPS e despesas globais do sistema previdenciário por entidades .....	276
11.3.	Pessoas beneficiadas por programas nos estados, através da LBA em 1981 (continua no Quadro 11.4) :	277
11.4.	Pessoas beneficiadas por programas nos estados, através da LBA em 1981 .....	278
12.	SAÚDE	
12.1.	Evolução das principais doenças transmissíveis .....	279
12.2.	Número de municípios atendidos por serviços de saúde públicos e privados e número de unidades de saúde construídas (1980) e evolução da taxa de mortalidade nos municípios das capitais brasileiras .....	280

## 13. EDUCAÇÃO E CULTURA

13.1. Evolução da taxa de analfabetismo da população brasileira .....	281
13.2. Evolução da taxa de escolarização da população brasileira .....	282
13.3. Matrícula inicial no primeiro grau, segundo dependência administrativa .....	283
13.4. Matrícula inicial no segundo grau, segundo dependência administrativa .....	284
13.5. Matrícula inicial no terceiro grau, segundo dependência administrativa .....	285



## 1. INTRODUÇÃO



*Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional,*

*A política econômica, em 1981, orientou-se no sentido de consolidar o processo de ajustamento da economia brasileira às novas condições impostas pela segunda crise do petróleo e seus desdobramentos. De acordo com a estratégia traçada no III Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo continuou a estimular prioritariamente os setores da agropecuária, da energia e das exportações, e a assegurar a plena continuidade dos programas sociais.*

*O principal obstáculo à manutenção do crescimento do país consistiu no desequilíbrio do balanço de pagamentos. O primeiro efeito do choque do petróleo, em 1980, fez-se sentir nas importações, mas efeitos subseqüentes se manifestaram, em 1981, nos serviços da dívida. Os países desenvolvidos, na tentativa de se abrigarem das conseqüências da crise, adotaram política monetária e fiscal que elevou substancialmente a taxa de juros no mercado internacional, elevando, com isso, o custo da nossa dívida externa.*

*Para sanear as contas externas, concebeu-se conjunto de medidas de que resultou excepcional desempenho do comércio exterior em 1981, registrando o maior superávit na balança comercial da história econômica do país (um bilhão e duzentos milhões de dólares), quando, em 1980, ocorrera um déficit de dois bilhões e oitocentos milhões de dólares. Imprime maior significação a esse resultado o cenário desfavorável da economia mundial em 1981, caracterizado pela recessão que experimentaram nossos parceiros comerciais, pela retomada das práticas protecionistas, pela acentuada valorização do dólar norte-americano e pela alta das taxas de juros, com a conseqüente queda do preço dos produtos agrícolas e matérias-primas. Os preços pertinen-*

tes às exportações, em 1981, caíram 7,4%, enquanto que os das importações aumentaram 13,2%. Para se obter o superávit de um bilhão e duzentos milhões de dólares foi necessário que as exportações crescessem 25,3%, e as importações diminuíssem 15,7%. Foi possível, desse modo, contrabalançar o aumento dos encargos da dívida, reduzir o déficit no balanço de transações correntes de US\$ 12,9 bilhões em 1980 para US\$ 10,6 bilhões em 1981, e aumentar as reservas em seiscentos milhões de dólares.

A política econômica, por outro lado, fez com que a taxa anual de inflação, que ascendera a 110,2% em 1980, baixasse para 95,2% em dezembro de 1981.

Esse êxito se alcançou apesar da persistência, no ano findo, de forte realimentação inflacionária, à conta dos reajustes da taxa de câmbio para contrabalançar a valorização do dólar; dos reajustes de tarifas dos serviços públicos, para evitar maiores transferências do tesouro a fim de subsidiá-las; da redução do subsídio ao trigo; da eliminação do controle dos preços; dos reajustes automáticos de salários; e dos reajustes, também, no preço dos derivados do petróleo, exigidos para que o país continuasse a incrementar o programa de utilização dos seus substitutos.

Com o ritmo inflacionário em declínio, embora ainda altos os seus índices, a política de reajustamento de salários conferiu aos trabalhadores de até dez salários mínimos ganho real de renda ponderável.

Apesar das dificuldades causadas pela conjuntura econômico-financeira, o governo se manteve atento, ainda, a todos os demais problemas que afligem a sociedade brasileira.

Entre esses problemas havia de estar, pelo seu caráter vital, o que diz com a preservação da natureza. Consciente de que lhe incumbe o dever impostergável de proteger o meio ambiente, o governo federal sancionou, em 1981, duas leis de sua iniciativa. O primeiro desses diplomas legais dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental; o segundo, estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente. Ampliou-se o número de

parques nacionais e reservas biológicas, que cobrem, hoje, mais de nove e meio milhões de hectares. Estações ecológicas, algumas já instaladas, outras em processo de implantação, contribuirão, em grande escala, para que a política de proteção ambiental se desenvolva com a eficiência que o interesse público requer.

No corrente ano, ganhará amplitude e profundidade a política conservacionista. Especial atenção será dispensada ao zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, já estando em estudo o projeto de regulamento que dispõe sobre isso. Sustentará o governo, firmemente, em 1982, a campanha contra as tecnologias poluidoras da água e do ar, e contra os processos de desflorestamento do solo que lhe prejudiquem ou anulem a fertilidade. As áreas críticas de poluição atmosférica serão tratadas com prioridade, para livrar as populações locais dos malefícios e dos riscos daí recorrentes. Impedir a devastação do meio ambiente não importa em travar as atividades produtivas ou embarçar o crescimento econômico. Implica — isto sim — velar pela conciliação entre os interesses da produção e o interesse geral, e impedir que o próprio crescimento, a curto ou a longo prazo, esbarre em dificuldades irremovíveis, assegurando às novas gerações elementos indispensáveis ao seu bem-estar.

A crise da energia, que eclodiu em 1973, com o chamado choque do petróleo, resultante do súbito aumento do seu preço, agravou-se, perigosamente, em 1979, com a diminuição drástica do seu fornecimento, acompanhada de novo e vertiginoso aumento de preços. Essa crise teve caráter universal.

Para enfrentar as imensas dificuldades trazidas ao nosso país pela crise do combustível, instituí, ainda em 1979, a Comissão Nacional de Energia, à qual atribuí o encargo de «estabelecer diretrizes e critérios visando à racionalização do consumo e ao incremento da produção nacional de petróleo, bem como à substituição dessa por outras fontes de energia».

Esse programa está sendo conduzido com alta capacidade técnica e inabalável firmeza. De acordo com a política traçada, poupam-se cada vez mais o petróleo e seus de-

rivados. A substituição desse combustível por energia provida de fontes alternativas se processa em ritmo encorajador. A produção de petróleo, de outra parte, aumenta a ponto de permitir prever que, no próximo triênio, atingirá o equivalente a meio milhão de barris por dia, computado nesse número o gás natural. Entre as numerosas fontes alternativas se incluem o álcool e o carvão. O programa de produção de álcool para uso em veículos automotores é, comprovadamente, o maior do mundo. O êxito desses empreendimentos revela o pioneirismo do brasileiro, bem como sua excepcional capacidade de adaptação às circunstâncias novas que as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais nos oferecem. A produção e o aproveitamento do carvão como energia alternativa crescem, por sua vez, rapidamente. A marca dos cinco e meio milhões de toneladas anuais de carvão mineral, a que chegamos, será de longe superada ao longo do próximo triênio. Calcula-se em treze milhões de toneladas anuais a produção que se espera até o fim desse período. Outras fontes alternativas de energia estão em vias de aproveitamento, como a madeira e o carvão vegetal. Os programas de produção de energia hidrelétrica e energia nuclear se desenvolvem sem quebra de compasso. Em 1981, os investimentos na produção de energia elétrica, mediante a construção de Itaipu e Tucuruí, cresceram mais de 40% em termos reais, passando de setenta e dois bilhões e um milhão de cruzeiros, em 1980, para duzentos e quatorze bilhões e nove milhões de cruzeiros em 1981.

A atuação do governo, relativamente à política energética, está assim referida por Lester R. Brown, no livro de sua autoria *Building a Sustainable Society*: «Entre os países que se orientam rapidamente para uma economia energética auto-sustentável, o Brasil desponta como líder. Seus programas para reduzir a maior parte da sua importação de petróleo até 1990 se desenvolvem em torno de seu potencial hidrelétrico, o uso da madeira como combustível, um rápido e avançado programa agrícola de produção de álcool... O Brasil está construindo uma economia industrial baseada quase inteiramente em energia renovável.»

A reforma agrária está sendo acelerada. Desde que assumi o governo, foram distribuídos mais títulos de propriedade rural do que os entregues a partir da instituição

desse processo reformista. Medidas têm sido tomadas, no entanto, para incrementar ainda mais a distribuição de terra ao agricultor desprovido de recursos para adquiri-la. Intenta-se fazer distribuir, somente no ano em curso, trezentos mil títulos de propriedade. Pretende-se outorgar, pois, em um ano, mais títulos de propriedade do que a soma dos concedidos a contar do começo da minha administração. Como a concessão de cada título alcança em média quatro pessoas, serão beneficiadas pela reforma agrária, somente este ano, mais de um milhão de pessoas. Está atento o governo ao fato de que a distribuição de terra, por via desse programa, requer a concessão do crédito que habilite o agricultor a tornar mais produtivo o espaço rural de que se fez dono; requer, igualmente, a prestação, ao agricultor e sua família, de serviços sociais elementares.

Regulou-se, por via de lei, o instituto do usucapião rural. Diminuiu-se-lhe o prazo e facilitou-se a efetiva aplicação desse instituto, embaraçada, até então, pela ausência de normas processuais que tornassem praticável a aquisição da propriedade rural com base nele.

A reforma agrária e o usucapião rural concorrerão para melhorar as condições de vida do agricultor. A renda maior que auferirá, ao fecundar a terra em proveito próprio, fixá-lo-á no campo e aumentará a produtividade agrícola. Lucra com isso o agricultor e lucra a sociedade, pois o aumento da produtividade, mormente no setor de alimentos, é essencial ao nosso equilíbrio econômico.

Por entender, aliás, que o aumento da produção agrícola é essencial, seja à melhoria das condições de vida do povo, seja ao fortalecimento da economia, o governo investe maciçamente na ampliação de nossas fronteiras agrícolas, bem como no financiamento, em geral, das atividades agro-pecuárias. Só no programa do POLONOROESTE, por exemplo, estão sendo aplicados mais de noventa e cinco bilhões de cruzeiros, a preços de janeiro de 1981.

Além de incentivar a produção de alimentos, o governo presta auxílio alimentar a milhões de brasileiros, por intermédio de numerosos programas. Um deles, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, atenderá, neste exercício, a mais de quinze milhões de crianças. O Programa de Alimentação do Trabalhador, com base na conces-

*são de incentivos fiscais às empresas, proporciona alimentação, hoje, a cerca de dois milhões de empregados. Seu raio de abrangência se estende, porém, a todo tempo, de maneira que, ainda no meu governo, o número de trabalhadores favorecidos por essa forma de auxílio alimentar terá aumento expressivo. Programas menores, de caráter especial, dilatam o seu campo de incidência. Basta dizer que o Programa de Alimentos Básicos, em áreas de concentração de pobreza, que compreendia, no ano passado, quatrocentos e sessenta mil beneficiários, deverá atender, em 1985, a cinco milhões de pessoas. Ajuda alimentar é oferecida, de outra parte, a gestantes e crianças de seis meses a seis anos de idade. Dois milhões e meio em 1981, o número de beneficiários dessa iniciativa vai superar, a curto prazo, a casa dos seis milhões. Os recipiendários de prestações alimentares, computados os agora existentes e os que, segundo as iniciativas em andamento, passarão a fruir, no decurso da minha administração, dessas vantagens sociais, formarão um contingente de mais ou menos trinta e cinco milhões de brasileiros.*

*Sucedem-se as inaugurações de conjuntos habitacionais construídos para oferecer casa própria a milhões de pessoas. Exigência fundamental para conforto e segurança da família, a casa própria está sendo posta ao alcance de todos os segmentos da população, com prioridade para os economicamente mais fracos. Até o término do meu governo, cerca de vinte e cinco milhões de brasileiros estarão morando em casas obtidas com o auxílio governamental. Vultosos recursos já foram investidos na concretização desse ambicioso empreendimento. Não menores, certamente, serão os recursos de que se terá de lançar mão para complementar o plano habitacional que estabeleci. No corrente ano, o governo federal, por intermédio de suas agências financeiras, investirá, na execução desse plano, a soma de um trilhão e duzentos bilhões de cruzeiros, que a tanto monta o custo da construção de setecentas mil moradias, capazes de abrigar três milhões e meio de pessoas. Equivale isso à construção, em doze meses, de tantas moradias quantas compõem mais de dez cidades de duzentos e cinquenta mil habitantes cada uma.*

*Está em execução, a par disso, o plano de erradicação de favelas e mocambos, que se incrustam na orla de nossas cidades. Mocambos e favelas sofrerão processo de urbani-*

zação, pelo qual esses núcleos populacionais serão dotados de todos os serviços básicos para livrá-los da penosa condição que proporcionam a seus habitantes.

O plano habitacional conjuga-se com programas de saneamento, cujo objetivo principal é dotar de água potável e serviços sanitários cidades e vilas ainda carentes. O problema da água potável já se acha resolvido ou equacionado em dois mil e quinhentos municípios. A estimativa é de que, dentro de um triênio no máximo, todas as sedes municipais e todas as vilas com população superior a cinco mil habitantes terão abastecimento de água. Estima-se também que, em igual período, todas as cidades com população superior a cem mil habitantes contarão com esgotos sanitários.

Entre os problemas que afligem as grandes cidades, ganha relevo cada vez maior o que concerne ao transporte. Para complementar os esforços desenvolvidos pelos governos locais, no sentido de acudir às necessidades de transporte da população urbana, o governo federal prosseguirá na pavimentação de todas as ruas da periferia das capitais dos Estados e das cidades de porte médio, por onde passem linhas de ônibus. Milhares de quilômetros de faixas exclusivas para coletivos continuarão a implantar-se. Está em andamento, ademais, importante programa de transporte de massa, com força elétrica, sobre trilhos.

No Rio de Janeiro, os trechos do metropolitano já postos em operação garantem transporte a trezentos mil passageiros por dia. Com os novos segmentos, que entrarão em tráfego até o fim deste ano, o nível de utilização desse meio de transporte se elevará para setecentos mil passageiros-dia. Ficarão articulados com o metrô os serviços de trens de subúrbio da Baixada Fluminense, os quais estão sendo modernizados, para ampliação de sua capacidade de transporte, que é agora de seiscentos e cinquenta mil passageiros por dia e que passará, em breve, para um milhão e trezentos mil.

Evolui de modo semelhante a construção do metropolitano de São Paulo, cuja capacidade de transporte se elevará, com a inauguração, em 1982, de novos trechos, para um milhão e cem mil passageiros por dia.

O transporte de massa sobre trilhos beneficiará, ainda, outras cidades. Em Porto Alegre, está em construção

*moderno metrô de superfície, ligando o centro da cidade a Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Projeto idêntico se executa em Belo Horizonte, para servir os bairros mais populosos da capital mineira.*

*O trem metropolitano de Salvador começará a circular em meados deste ano, desde a estação central de Calçada até a Estação de Paripe, servindo à população de baixa renda, densamente concentrada ao longo da linha. O projeto prevê a extensão do sistema até o complexo industrial de Aratu.*

*Em Fortaleza, trens confortáveis circularão do centro da cidade até as localidades de Macanaú e Caucaia. Primoroso projeto de metrô de superfície começa a ser implantado no Recife, simultaneamente com a conclusão do contorno ferroviário da região metropolitana.*

*Ainda durante minha administração, mais de nove milhões de brasileiros poderão, diante desse conjunto de medidas, servir-se de trens rápidos, silenciosos e confortáveis, pagando tarifas econômicas.*

*Além de contribuir para resolver o problema do tráfego nas grandes cidades, o governo federal presta auxílio, por meio do Programa de Assistência aos Municípios, às cidades de pequeno porte. Oitocentos municípios já se beneficiam dessa ajuda, voltada para a realização de obras comunitárias de caráter relevante. Até o fim do corrente ano, esse trabalho assistencial se estenderá a dois mil e trezentos municípios, em todas as regiões do país. Apoio da mesma natureza é levado às capitais e cidades de porte médio. Cento e doze cidades, com um total de treze e meio milhões de habitantes, estão sendo beneficiárias diretas dessa iniciativa federal, que aproveita, de modo indireto, a mais de dezoito milhões de pessoas.*

*Essa política de ajuda aos municípios compreende, ainda, o programa, há pouco instituído, de estradas vicinais. De forma ordenada, o grande projeto, que cobrirá todas as regiões do país, facilitará a circulação de bens e de pessoas em zonas onde o tráfego, até aqui, oferece dificuldade, diante da precariedade das estradas interioranas, ou da sua falta. Esse complexo rodoviário fortalecerá a economia rural e intensificará as relações econômicas em inúmeros pontos do nosso território.*

No que respeita à previdência social, pode-se dizer que hoje a quase totalidade do povo brasileiro está sob o seu abrigo. Até bem pouco, o trabalhador do campo se encontrava, neste particular, à margem da proteção do estado. A extensão, a ele, da tutela assistencial preencheu uma das maiores lacunas do sistema. Pesados teriam que ser os encargos resultantes da incorporação do homem do campo ao quadro de beneficiários de aposentadoria pelo poder público. Tratava-se, contudo, de elementar dever de justiça social, que era imperativo cumprir a qualquer custo. Indeclinável, da mesma forma, é a obrigação de prestar assistência condigna aos que vêm, a todo momento, engrossar o número de credores dessa providência tutelar. Assinale-se, a propósito, que os benefícios em manutenção, na área urbana, dobraram de 1973 para 1980, e praticamente triplicaram, em igual período, na área rural.

No plano da assistência médica, é impressionante o número de atendimentos: cento e noventa e oito milhões de consultas médicas e trinta e oito milhões de consultas odontológicas. Ressalte-se que, além do aumento constante das prestações na área de saúde, o progresso da ciência médica impõe o recurso a meios e processos cada vez mais apurados, e por isso, mais dispendiosos.

Quer pelo crescimento do número de benefícios, quer pelo aumento constante do custo destes, os encargos financeiros da previdência social e da assistência médica atingem nível sobremaneira elevado.

Esse fenômeno, responsável pela chamada crise da previdência social, não é, contudo, peculiar ao Brasil. Constitui, ao invés, fato comum, tantos os países — muitos deles poderosamente desenvolvidos — que enfrentam o mesmo problema.

Medidas de profundidade estão sendo tomadas, ao lado da ação já desenvolvida nesse sentido, para que os encargos na área da previdência e da assistência médica se mantenham nos limites do nosso potencial econômico-financeiro.

Problema paralelo, que se propõe no campo da assistência médica, é o que resulta da alarmante espiral no preço dos remédios. O governo federal vem procurando socorrer, por isso, os que não estão em condições de adqui-

*rir, no mercado farmacêutico, as drogas prescritas, mediante a oferta gratuita de medicamentos. Cuida da prestação desse serviço órgão especializado, cuja atividade, por todos os títulos relevante, será incentivada, para que se amplie o seu raio de atuação.*

*Mais do que em qualquer outra época, a educação é decisiva para a solução dos problemas que afligem a sociedade. País cuja população é composta predominantemente de jovens, o fator educacional adquire no Brasil ainda maior relevo. Não nos basta erradicar ou diminuir, drasticamente, como se tem feito, o número de iletrados. Compete-nos proporcionar ensino primário eficiente a toda a população escolar e preparar nossa juventude para orientar-se, com segurança, em presença das perplexidades provocadas pelas transformações que abalam o mundo. É preciso que a mocidade adquira consciência dos valores que estruturam nossa civilização e não se deixe arrastar pela miragem de modelos culturais que, já superados, se despedaçam, pelas suas contradições internas, sob nossos olhos. É preciso, especialmente, que os jovens estejam habilitados a buscar soluções que correspondam à nossa realidade, ao que temos de peculiar. É preciso que busquem a verdadeira identidade nacional, os valores genuinamente brasileiros, na sua qualidade de elementos que hão de garantir ao nosso país o destino que lhe está reservado.*

*Obrigada a avaliar permanentemente os seus objetivos, a identificar e promover os valores éticos, sociais e políticos próprios de uma cultura original, a nação requer, para isso, a colaboração da sua juventude. Fomentar a educação está, pois, entre os planos inadiáveis do governo, que não deixará de investir no que, como se costuma dizer, é o nosso mais precioso produto: o ser humano.*

*O direito a um meio ambiente sadio, o direito à posse e aquisição da propriedade rural, o direito à saúde, o direito à alimentação, o direito à moradia, o direito à previdência social e à assistência médica, nada disso é encarado, pelo governo, somente como regras programáticas, à espera de ocasional e incerta realizabilidade.*

*As medidas e os programas já citados, a título exemplificativo, demonstram, com a eloquência dos fatos, que esses direitos são entendidos, pela Administração, como normas auto-executáveis, como normas vinculativas, que*

obrigam, de modo indeclinável, o poder público. Não se tem feito — admito —, para cumpri-las, tudo quanto é mister se faça. Foi feito, para executá-las — timbro em proclamar — tudo quanto, nas circunstâncias, era racionalmente possível fazer, assim como será feito, no decurso do meu mandato, para desincumbir-me dessa obrigação, tudo aquilo que o interesse coletivo exigir e facultar.

Não fora a conjuntura internacional, com as pressões inelutáveis que projeta sobre a nossa estrutura econômico-financeira, a obra humanista que o governo empreende, com obstinação e energia, alcançaria dimensões ainda mais expressivas.

Alegar a crise internacional, como fator de perturbação do desenvolvimento nacional não constitui escapatória para explicar as nossas dificuldades. Imputar ao governo esse intento implica negar a própria evidência. Vive-se, neste princípio dos anos oitenta, um dos momentos mais perigosos e difíceis da história humana. De um mundo sem fronteiras, de um mundo aberto às migrações, de um mundo cujos recursos naturais não eram objeto de preocupação, passou-se para um mundo limitado, para um mundo finito, para um mundo que se fecha sobre si mesmo. A terra como que se comprime e unifica, de maneira que todos os problemas essenciais se tornam mundiais. A situação que se desenha, pois, em todos os horizontes, é uma situação, não particular, própria de cada povo, mas uma situação da humanidade como tal.

Dentro desse quadro, seria para admirar se o Brasil permanecesse imune às agruras e asperezas que angustiam a economia mundial. Contagioso por excelência, o mal inflacionário, o qual não poupa nem as nações que se prezam de altamente desenvolvidas, teria, fatalmente, de atingir-nos. Não importa saber se a inflação é efeito ou causa da crise atual. O que importa é ter presente que a inflação internacional, mediante complicado processo de transferência, se reflete, inevitavelmente, agravando-a, na inflação brasileira. A nossa economia está sujeita, além disso, à ação cruel daqueles mesmos fatos ou fenômenos que figuram como responsáveis pelo surto inflacionário internacional. De outra parte, desastres ou catástrofes naturais — enchentes, estiagens, ondas de frio que se têm encarregado, entre nós, com impiedosa freqüência, de arrui-

*nar parte de safras agrícolas promissoras — agravam a doença do dinheiro.*

*A inflação constitui, talvez, para o governo, o seu maior ônus político, porque a tendência natural aos menos esclarecidos, e natural também aos interessados no desprestígio das instituições, é responsabilizar o governante pelo pesadelo inflacionário, como se o governante estivesse absurdamente interessado na sua própria ruína. A carga política da inflação pesará, certamente, de modo quase insuportável, nos países em que se não ofereça proteção contra os efeitos da desvalorização da moeda.*

*No Brasil, instituiu-se, porém, essa proteção, que consiste em compreensiva, não completa, indexação da economia. Segundo esse sistema, se o nível de preços se eleva em certo percentual, durante determinado período, eleva-se, também, em princípio, no mesmo percentual, naquilo, por exemplo, que respeita à prestação de serviços, o valor de sua remuneração. Esse sistema denominado, entre nós, correção monetária, permite neutralizar, quanto aos assalariados, os efeitos da alta do custo de vida.*

*O ideal seria, talvez, que a indexação se fizesse de maneira totalmente abrangente, cabal, atingindo todos os setores da economia. Nenhuma nação, todavia, já ousou fazê-lo. O Brasil, pioneiro no uso da correção monetária, como fórmula para corrigir as distorções provocadas pela epidemia inflacionária, o Brasil — repito — se orgulha de haver alargado sobremodo o espectro dos setores sujeitos à indexação. Orgulha-se, igualmente, de haver, como sucedeu em 1981, acudido, pelos reajustamentos dos salários, com base na correção monetária, não somente os trabalhadores em geral, porém, de modo particular, os trabalhadores mais necessitados. Mediante essa política, os assalariados, os aposentados e os pensionistas podem, ou neutralizar os efeitos da inflação ou, quando menos, arrostar em condições suportáveis a alta do custo de vida. Quanto aos trabalhadores com retribuição de até dez salários mínimos, assegurou-se aumento de remuneração superior ao aumento do custo de vida. Como os trabalhadores situados nessa faixa remuneratória representam mais de noventa por cento da mão-de-obra empregada, o aumento salarial que lhes foi outorgado significa ampla e salutar medida de redistribuição de renda.*

*Seria cansativo enumerar os grupos, as categorias profissionais e as classes protegidos contra a elevação do custo de vida, causada pela inflação. Inumerável é, pois, a legião dos tutelados pela correção monetária contra a desvalorização da moeda. Em relação a todos eles, o custo de vida é acompanhado pelo aumento do poder aquisitivo. Não é justo, pois, que se olhe apenas para um dos pratos da balança, isto é, o do custo de vida, e se ignore o que diz o outro prato, ou seja, o que acusa a elevação da capacidade aquisitiva.*

*A fórmula que se encontrou para impedir que a inflação desestabilize totalmente a economia não implica se considere menos abominável esse fenômeno econômico-financeiro, nem que o governo diminua o ímpeto do combate que lhe move. Exijo, porém, que se me faça a justiça de subtrair daquilo que se acusa como aumento do custo de vida o quantitativo do aumento de renda, oriundo da correção monetária. Tenho o direito de esperar, igualmente, a justiça de que se não carregue ao governo a responsabilidade por dificuldades que decorrem da explosão da crise internacional e do seu contínuo agravamento.*

*No plano estritamente político, apressei-me, logo que assumi a suprema magistratura da nação, a promover a concessão de anistia aos condenados ou processados por crimes políticos ou eleitorais. Não condicionei essa medida a qualquer exigência de ordem política. Quis, a benefício da harmonia social e da paz política, se pusesse perpétuo silêncio sobre conflitos, hostilidades e contestações pretéritos. Na linha dessa atitude conciliatória, selada pelo esquecimento, encaminhei ao colendo Congresso Nacional projeto, convertido em lei, pelo qual se levantavam inefigibilidades que se opunham ao exercício, por muitos, do direito de disputar, em todas as ordens, cargos eletivos. Já nas eleições de novembro deste ano, cuja realização está acima de qualquer dúvida, poderão os beneficiários dessas medidas exercer, na sua plenitude, dentro da lei, os direitos políticos em que, por obra do governo, foram reinvestidos. Velei, outrossim, no sentido de assegurar a todos as franquias constitucionais e o respeito aos direitos humanos.*

*Está de pé, irredutivelmente de pé, o compromisso democrático que solenemente assumi perante a nação. A de-*

*mocracia que jurei, ao jurar defender e cumprir a Constituição, é uma democracia liberal. Liberal, porque repele ideologias bitoladas e truculentas, que se arrogam o monopólio, não apenas da verdade, mas de todas as verdades. Liberal, porque não aceita a imposição de cartilhas que, na sua arrogância, pretendem ser a vulgata do pensamento, cartilhas ante cujos ditados o cidadão haja de curvar-se passiva e servilmente. Liberal, porque postula a liberdade econômica, social e política. A democracia, que me empolga, é também, essencialmente, uma democracia pluralista. Pluralista, porque confia na capacidade inerente à razão, para escolher livremente as formas de vida, individual e social, que melhor correspondam ao interesse ou ao ideal do homem. Pluralista, porque pressupõe que a livre iniciativa, em que se consubstancia a liberdade econômica, além de constituir um dos pilares da liberdade individual, é o instrumento por excelência da criação de riqueza. Pluralista, porque, constituída sob esses moldes, a democracia concilia convenientemente o passado com o presente, e harmoniza a estabilidade com a mudança.*

*A democracia pela qual anseio reveste, assim, feição dinâmica e criadora. Dentro dessa concepção, institutos fundamentais, como os da propriedade privada e da livre iniciativa — institutos que são condições da própria liberdade — hão de estar a serviço, tanto do interesse individual, como do interesse social e da justiça distributiva. Criadores de riqueza, fatores do crescimento econômico, propulsores do desenvolvimento, esses institutos são baluartes da prosperidade nacional e da democracia econômica, de caráter distributivista, que marca a nossa política social. Preocupa-me, por isso, gravemente, a diminuição dos nossos índices de crescimento. É visível a influência que sobre esses exerce a crise internacional, notadamente a política de restrição de importações, que impera em quase todos os países. Ao lado disso, influi, também, negativamente, em nosso sistema econômico, o custo do dinheiro, com o conseqüente desestímulo às atividades produtivas e à progressiva, às vezes crítica, descapitalização das empresas. As providências se multiplicam, certamente, dentro de nossas fronteiras, para conter e reduzir o tremendo ônus financeiro que, por conta do endividamento, recai, de modo direto, sobre os empresários e, de forma indireta, sobre*

os consumidores. Novas estratégias, contudo, imaginativas e eficazes, terão que ser usadas para amparar, mediante a diminuição do custo do dinheiro, não só as grandes empresas, mas sobretudo as empresas de porte médio, as pequenas empresas e até as micro-empresas.

Rápidas e radicais, as mudanças que sacodem o mundo, mudanças sem precedentes pela sua escala e profundidade, requerem se abram, em direção ao futuro, novas avenidas. Isso não quer dizer, como já frisei, que se renequem os fundamentos em que repousa a sociedade brasileira. É preciso, pelo contrário, que, com autonomia de pensamento e espírito criador, se defina a fisionomia da nossa civilização, a fim de que, fiéis ao nosso modo de ser, ou de estar no mundo, guardemos a nossa identidade cultural.

Não se há-de pretender, como às vezes se diz, civilizar a civilização ou inventar totalmente o porvir. As estradas do futuro, em grande parte, se acham traçadas. Os direitos e garantias individuais, os direitos sociais, os direitos humanos são categorias do próprio homem, inseparáveis, em princípio, ou idealmente, da sua história. Cumpre não esquecer, todavia, o relevo que constituições modernas atribuem, igualmente, aos deveres e obrigações do cidadão — obrigações e deveres indissociáveis da sua irremediável imperfeição.

Quanto a essas limitações do alvedrio, cumpre-me lembrar, de modo especial, como rigorosamente imposterável, a que não tolera a tentativa da subversão da ordem, nem o abuso do direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção.

A par dos caminhos já abertos, para plasmação da nossa identidade cultural, outras avenidas têm, no entanto, que ser rasgadas, a fim de que se construa uma sociedade solidária, aberta, fraterna, responsável, moralmente sadia; uma sociedade que guarde a jovialidade, a ternura e a bondade de coração, ainda características da gente brasileira. A construção de uma sociedade que se identifique por essas virtudes, terá que ser obra global, em que todos participem com ardor e desprendimento. Terá que ser uma sociedade em que não haja lugar para os profissionais do pessimismo. Terá que ser uma sociedade em que cada um, na medida de sua capacidade, ofereça soluções concretas

*para a extirpação de falhas ou distorções da organização social. Terá que ser uma sociedade que possua consciência de que destruir é fácil e construir, difícil. Terá que ser uma sociedade em que cada qual, em vez de se comprazer na denúncia de contradições, procure indicar os rumos a seguir. Terá que ser uma sociedade capaz de reduzir antagonismos e organizar a concórdia. Terá que ser uma sociedade onde, ao invés do primarismo, impere a inteligência política. Terá que ser uma sociedade em que as relações políticas não assumam o caráter de relação entre amigo e inimigo.*

*Entre os operários do progresso social, que resultará dessa obra, estão, em posição de singular destaque, os condutores políticos. A todos eles, sem exceção, já estendi a mão para que, em conjunto, sem prejuízo dos respectivos compromissos políticos, perseguíssemos esse grande objetivo nacional. Embora não haja encontrado, da parte dos adversários, a resposta que me era lícito esperar, não hesito em renovar, agora, esse gesto, quando menos, para que se processe, em nosso quadro político, o desarmamento dos espíritos. Creio no diálogo, não na alteração. O diálogo pode aproveitar ao interesse nacional; a alteração só pode levar ao radicalismo, que interessa unicamente aos que desejam dividir a nação contra si mesma. A palavra, pois, que, neste momento, dirijo, por intermédio de Vossas Excelências, Senhores Membros do Congresso Nacional, a todos os brasileiros, é uma palavra de fé na sinceridade política do nosso povo, no seu espírito público, na sua nobreza, na sua capacidade de ajudar-me e ajudar a nação brasileira a vencer as imensas dificuldades do grave momento histórico que abala a estrutura econômica e social da comunidade internacional e prejudica a normalidade do nosso desenvolvimento.*

*Brasília, 1.º de março de 1982*

*JOÃO FIGUEIREDO*

## **2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA**



## 2.1. PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

O planejamento econômico em 1981 visou à consolidação do ajustamento da economia brasileira às condições impostas pela segunda crise do petróleo. Em cumprimento à estratégia esboçada no III Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo estimulou prioritariamente os setores que mais contribuem à superação das dificuldades estruturais e conjunturais: o *agropecuário*, o *exportador* e o *energético*. Deu-se igualmente atenção prioritária aos *programas sociais*. Assim, a despeito do agravamento das dificuldades surgidas ao longo de 1981, ampliaram-se os estímulos e recursos financeiros destinados a esses setores.

Mas houve também novas e capitais iniciativas no âmbito dessas metas básicas. O aproveitamento em ampla escala das riquezas minerais da Amazônia Ocidental foi assentado mediante o Projeto Grande Carajás. A produção de Carajás desempenhará papel fundamental no crescimento das exportações, contribuindo para consolidar o equilíbrio do balanço de pagamentos em conta corrente. Sua coordenação a nível governamental ficou a cargo da SEPLAN.

Abrangendo área total de 900.000 km<sup>2</sup> (11% do território nacional), o Programa inclui projetos de alto significado para a ampliação das exportações.

O Projeto Ferro Carajás iniciará as exportações em 1985, com volume inicial de 15 milhões de toneladas anuais, crescendo para 25 milhões em 1986 e 35 milhões a partir de 1987, com uma receita anual de US\$ 651,7 milhões. No exercício de 1981 já foram assinados contratos de exportação de 24,7 milhões de toneladas anuais.

No setor de alumínio, os projetos em execução iniciam produção já em 1983, atingindo a plena capacidade

em 1986, quando a produção total será de 1,3 milhão de toneladas anuais. Prevê-se início da exportação em 1985.

Encontram-se ainda em fase adiantada de implantação grandes projetos de infra-estrutura que darão apoio não só aos projetos de ferro (ferrovia São Luís-Carajás e porto da Ponta da Madeira) e de alumínio (Usina Hidroelétrica de Tucuruí e Linhas de Transmissão e Porto de Vila do Conde) como também ao desenvolvimento da região, viabilizando o transporte hidroviário (eclusas de Tucuruí).

A ampliação de nossas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Noroeste foi também financeiramente consolidada nos programas do Polonoroestê — o maior financiamento a programa já concedido pelo Banco Mundial — e dos Cerrados. Por outro lado, o aproveitamento mais eficiente de áreas agricultáveis através da irrigação teve continuidade através de programas como o PROVÁRZEAS, o PROFIR e outros programas especiais.

O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste) destina-se a promover o desenvolvimento e a ocupação ordenada da região sob influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho, ou seja, o oeste e o noroeste de Mato Grosso e o Estado de Rondônia, abrangendo área total de 410.000 km<sup>2</sup>. O total dos investimentos a serem aplicados na infra-estrutura (estradas), colonização, pesquisas e experimentação agrícola, armazenamento e comercialização da produção agropecuária monta a Cr\$ 95,2 bilhões, a preços de janeiro de 1981, dos quais cerca de um terço obtidos de créditos externos. A participação do Banco Mundial ascende a US\$ 451 milhões.

Além do Polonoroeste e do Polocentro, na Região Centro-Oeste, destacam-se as prioridades conferidas ao Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis — PROVÁRZEAS, em franco andamento, bem como ao Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação — PROFIR — voltado especialmente a inverter a tendência declinante da produção interna de trigo a partir do aproveitamento de áreas irrigáveis dos cerrados.

A economia brasileira conheceu em 1981 seu desempenho mais limitado nas últimas décadas. Embora as dificuldades crônicas e os desequilíbrios não sejam novidade em

nossa história econômica, nunca o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos havia atingido a magnitude de 1980, cerca de 5,6% do Produto Interno Bruto (ou US\$ 12,4 bilhões), constituindo-se na mais grave seqüela da segunda crise do petróleo. Além disso, acelerou-se a inflação ao final de 1980 e ao longo dos primeiros meses de 1981, também em grande parte devido ao aumento do preço do petróleo e de outros produtos importados.

A superação dessas dificuldades afigurou-se, portanto, imprescindível, sobretudo face à rápida deterioração das condições de solvência externa do país. Daí ter-se procedido a importantes alterações na política econômica. Ainda no final de 1980, mudanças nas políticas monetária, fiscal e cambial visaram à formação de um excedente de produção para exportação, à contenção da demanda interna no intuito de controlar as importações e a aumentar a poupança nacional, em contrapartida à redução do papel da poupança externa no financiamento dos investimentos, face à necessidade imperiosa de atenuar o ritmo de crescimento da dívida externa.

Em consequência desse quadro adverso e da elevação das taxas de juros, por conta de fatores externos, verificou-se acentuada desaceleração do ritmo da atividade econômica, especialmente da produção industrial. Tivemos, em consequência, desempenho prejudicado em alguns segmentos da indústria de transformação, notadamente na indústria automobilística e de bens de consumo durável.

Não obstante, a adoção ou reforço de critérios realistas de gestão financeira permitiu atingir plenamente o objetivo estabelecido para o balanço de pagamentos. Não apenas foi eliminado o déficit comercial de quase US\$ 3 bilhões registrado em 1980 como se logrou obter, em 1981, saldo positivo de US\$ 1,2 bilhão. Assim, em que pese à elevação das despesas com juros (para cerca de US\$ 8,7 bilhões) foi possível reduzir o déficit em transações correntes para US\$ 10,6 bilhões, elevando-se as reservas para US\$ 7,5 bilhões (contra US\$ 6,9 bilhões em fins de 1980).

Verificaram-se ainda significativos avanços na redução das pressões inflacionárias. De taxas de aumento de índice geral de preços da ordem de 120%, até abril-maio, foi possível passar para variações anualizadas da ordem de 70

a 75% ao final do ano. Isso, não obstante a forte reafirmação inflacionária derivada dos reajustes de salário, da taxa cambial, da correção monetária e dos juros, além dos aumentos necessários das tarifas de serviços públicos. Ao terminar o ano, a inflação em três dígitos havia sido vencida.

Vale destacar a contribuição da política financeira do governo como fator essencial à inversão da tendência inflacionária. Para tanto, procedeu-se a rígido controle dos gastos públicos incluídos tanto no orçamento da União como nos orçamentos monetário e das empresas estatais. Assim, quando do encerramento do exercício financeiro de 1981, Cr\$ 249 bilhões de recursos orçamentários do Tesouro haviam sido transferidos às autoridades monetárias para cobertura de gastos como subsídios e encargos da dívida pública. Obtiveram-se, adicionalmente, cerca de Cr\$ 550 bilhões de recursos líquidos através da colocação de títulos da dívida (LTN e ORTN) no mercado financeiro. Essas transferências reduziram consideravelmente as pressões para emissão de moeda — o que permitiu encerrar o ano com expansão monetária de apenas 68,3% (base monetária), para 95,2% de variação anual do Índice Geral de Preços (IGP-DI).

Outro instrumento importante ao controle dos gastos governamentais, bem como para o redirecionamento dos fundos públicos segundo as prioridades vigentes, foi o orçamento das empresas estatais. Embora o dispêndio efetivo das empresas tenha superado em 26% o valor orçado para 1981, em grande parte por conta do aumento dos juros, do déficit da previdência e de outras despesas correntes — notadamente salários — foram elevadas significativamente as transferências da União às empresas, da previsão inicial de Cr\$ 646 bilhões para Cr\$ 916 bilhões. Portanto, as transferências de recursos às empresas estatais e às autoridades monetárias, associadas à política de eliminação gradual dos subsídios ao petróleo, trigo e a outros produtos, contribuíram significativamente para o controle financeiro do governo federal.

Esses resultados foram acompanhados de vigoroso crescimento do setor agropecuário e da produção de energia — somente em petróleo, crescimento de 18% — além do crescimento das exportações de produtos industrializa-

dos (cerca de 33%). Teve, assim, pleno êxito a tarefa de conciliar a política de estabilização e atenuação do desequilíbrio externo com a estratégia de recomposição estrutural da economia brasileira. Além disso, a política salarial de reajustes semestrais permitiu que 94,1% da população assalariada do país se beneficiasse de aumentos reais de remuneração (acima da inflação), aumentando a participação dos trabalhadores na renda nacional.

O enfrentamento do quadro de dificuldades por que passou a economia brasileira não se fez, obviamente, sem custos sociais, notadamente alguma elevação do desemprego em áreas metropolitanas de concentração de indústrias mais afetadas pelas dificuldades conjunturais. Entretanto, já se delineiam para 1982, claras perspectivas de retorno ao crescimento industrial.

Tais perspectivas se apoiam principalmente, do lado da oferta, na maior possibilidade de crescimento das importações e na existência de capacidade ociosa na indústria. Do lado da demanda, estão previstos aumentos reais de investimentos governamentais, que acarretarão poderosos efeitos induzidos sobre toda a atividade industrial, além do crescimento das exportações e de alguma reativação da demanda de consumo e de investimentos privados. Tudo isso parece reunir condições para a dinamização de todas as atividades produtivas em 1982.



## 2.2. AGRICULTURA

### 2.2.1. *Desempenho setorial*

O ritmo de crescimento da produção agropecuária nacional foi, em 1981, mais intenso ainda que em 1980, fato que se refletiu favoravelmente no abastecimento interno de alimentos e de matérias-primas, bem como no volume das exportações desses produtos. Com efeito, o aumento da produção resultou principalmente de melhoria da produtividade, em condições climáticas relativamente favoráveis.

A expansão em apreço apresentou-se dessa forma consistente com as prioridades econômicas. Contribuiu para o aumento das exportações e a redução das importações, garantiu maior oferta de alimentos — do que resultou elevação mais branda dos preços dos produtos agropecuários — e ajudou a aumentar as disponibilidades de biomassa para substituição de energia importada.

Assim, entre as lavouras voltadas para exportação ou substituição de importações, algumas apresentaram crescimento acentuado. É o caso da cafeicultura, cuja produção aumentou cerca de 76%. É também o caso do cacau (mais 33%); da cana-de-açúcar (5,9%); da laranja (5,5%) e da mamona (7,1%). Quanto à soja, embora a produção interna não tenha praticamente variado, existiam excedentes exportáveis de seus derivados. A produção de fumo apresentou queda de 13%, porém a qualidade do produto mais que compensou a perda quantitativa da safra.

As lavouras de consumo interno também apresentaram evolução favorável, como foi o feijão, que apresentou crescimento de 19% em sua produção física, a mandioca (9,5%) e o milho (3,8%). Arroz, tomate e batata-inglesa

defrontaram-se com dificuldades climáticas, o que prejudicou o aumento da produção. Contudo, esta situação não acarretou maiores problemas ao abastecimento interno, nem exigiu importações adicionais, face aos estoques disponíveis. O resultado mais desfavorável registrou-se na produção de trigo. Esta lavoura tem acarretado seguidas frustrações aos produtores, cuja reação fez-se sentir em redução de 34% na área plantada e queda de 25% na respectiva safra.

A par dessa situação em geral favorável das lavouras, merece destaque o incremento da produção animal. Cresceu a oferta de carnes bovina, suína e de aves, bem como de leite e seus derivados, eliminando importações e incertezas quanto à estabilidade no abastecimento, especialmente de leite, e permitindo formação de estoques reguladores e exportações em larga escala, como foi o caso das carnes bovina e de aves.

Na composição dos preços por atacado (oferta global) os preços dos produtos agrícolas aumentaram 70,7%, enquanto os dos industriais se elevaram em 99,6%. O fato comprova a significativa contribuição da oferta corrente desses produtos para a política antiinflacionária do governo.

No que tange à contribuição para aumento das exportações, os produtos de origem agropecuária, em bruto ou elaborados, perfizeram um total superior a US\$ 11,0 bilhões em 1981, participando com mais de 48% da pauta global e apresentando uma expansão da ordem de 7%. Em 1980 esta participação havia sido de 54%, o que caracteriza certa perda de dinamismo, devida basicamente à evolução extremamente desfavorável dos preços internacionais, especialmente do café, açúcar e cacau. Entretanto, em termos de quantidade exportada, aumentou a participação dos produtos agropecuários no total das exportações. No rol dos produtos exportados, convém ressaltar os acréscimos de divisas com as vendas de soja e seus derivados, com crescimento de 55% sobre os resultados de 1980, carne de aves (85%), carne bovina (87%) e suco de laranja (85%). Conquanto as perdas de receita de café em grão tenham sido significativas (da ordem de US\$ 1,0 bilhão), logrou-se aumentar a participação do Brasil no comércio internacional do produto. Isso foi possível em decorrência

do crescimento, em 1981, de 5% no volume exportado e também por ter ocorrido novo consenso junto aos signatários do Acordo Internacional do Café, fato que trouxe vantagens para o país, quer nos critérios de fixação dos preços, quer nos de fixação de cotas por país produtor.

Não foram importados, no ano, produtos agropecuários essenciais, exceto trigo, cuja compra no exterior sempre foi imprescindível. As já citadas importações de milho, e arroz, bem como as de soja em grão (862,2 mil toneladas) e de carne bovina (52,4 mil toneladas) se destinaram à reexportação, após processamento na indústria nacional. Dessa forma, decresceram as importações de produtos e insumos agrícolas em 21%, reduzindo-se de 20 para 17% a participação dessas importações na pauta global, o que permitiu significativo aumento do superávit comercial do setor e, portanto, contribuição importante ao saldo comercial global obtido em 1981.

Apesar da longa estiagem nas regiões canavieiras nordestina e fluminense, expandiu-se em 17% a produção do álcool de cana-de-açúcar, alcançando-se os 4,7 bilhões de litros.

Com o mesmo objetivo de substituir energia importada, desenvolveram-se pesquisas de fontes alternativas à cana-de-açúcar para a produção de álcool, e intensificaram-se os esforços no sentido de articular iniciativas tecnológicas e de capacitação de produtores para o plantio e exploração de culturas perenes voltadas para a produção de óleos vegetais para mistura com o óleo diesel. Com orientação afim, e através do Programa Nacional de Florestas Energéticas, buscou-se a produção de lenha e carvão vegetal para substituir o consumo de óleo combustível. Por outro lado, fomentou-se a produção e a utilização de energia de fontes renováveis voltadas para pequenos produtores rurais do Nordeste.

### 2.2.2. Política Agrícola

A política econômica setorial pautou-se, em 1981, pela preocupação básica de se conseguir um terceiro ano de crescimento da oferta de produtos agropecuários, diante da óbvia necessidade de atender às prioridades da política econômica global: manter a normalidade do abastecimento interno e reduzir a inflação, bem como contribuir para um

mais amplo superávit comercial. Assim, cabe destaque tanto às medidas relacionadas com a fixação de preços mínimos, quanto àquelas dirigidas ao crédito subsidiado.

Os preços mínimos fixados em 1980, à época com perspectivas de adequada remuneração do produtor rural, revelaram-se insatisfatórios para aqueles produtores cuja colheita foi mais tardia, por força do calendário agrícola regional, bem como para a produção não comercializada imediatamente após a colheita e que permaneceu em estoque aguardando evolução mais favorável do mercado. Essa expectativa não se concretizou, em grande parte devido ao comportamento dos preços internacionais de alguns produtos e também por influência da elevada taxa de juros incidindo sobre os custos de comercialização. Tal situação acarretou modificações na política de preços mínimos para a safra 1981/82, através das quais preços estimulantes foram fixados em agosto, anteriormente à intenção de plantio, a serem, porém, corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços (INPC) de julho até o mês de início da colheita, de acordo com o produto considerado e o calendário agrícola de cada região.

O crédito subsidiado à disposição do setor pelas autoridades monetárias, correspondeu 80,4% do volume oferecido em 1980. Esta evolução, contudo, deve ser compreendida à luz das mudanças havidas na política agrícola. Foram elas caracterizadas por aumento da taxa de juros do crédito agrícola e por exigência de maior participação de recursos próprios dos grandes e médios produtores, bem como por engajamento mais intenso da rede bancária privada, cujos destaques para o setor foram compulsoriamente elevados, de 20 para 25% dos depósitos à vista, especialmente no atendimento dos produtores rurais considerados grandes pelos critérios vigentes.

Um dos efeitos dessa política foi impedir que a aceleração inflacionária elevasse a níveis intoleráveis o montante de subsídios ao crédito rural, evitando assim pressões mais intensas para emissão de moeda.

É de se destacar ainda a crescente atenção à melhoria da produtividade. Nesse sentido, a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) orienta suas pesquisas à produção de sementes certificadas, ao manejo de fertilizantes e defensivos químicos e ao tratamento

do solo. Da mesma forma, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) desenvolve esforços no sentido de corrigir técnicas tradicionais por outras mais eficientes, difundindo as pesquisas da EMBRAPA.

### 2.2.3. Aspectos Sociais

Finalmente, cabe ainda considerar aspectos da política econômica setorial que contribuíram para o desenvolvimento social.

Neste sentido convém ressaltar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) nas áreas de colonização e regularização fundiária, promovendo, até outubro, a implantação de 17 projetos com o assentamento de 14.879 famílias, bem como a entrega de 120.000 títulos de propriedade.

Da mesma forma, o apoio ao cooperativismo tem merecido especial destaque, sobretudo nas áreas de formação e treinamento de recursos humanos, orientação técnica e fiscalização.

A política distributiva apresentou realizações no setor agropecuário. Manteve-se o diferencial de juros do crédito inferior em 10 pontos percentuais para a região Nordeste. Alguns programas especiais continuaram desenvolvendo esforços no Nordeste ou junto a produtores de baixa renda. Este é o caso do PRODECOR (Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais), PDRIS (Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados), eletrificação rural e compra antecipada da produção. A assistência da EMBRATER voltou-se acentuadamente para a assistência técnica e gerencial dos pequenos e médios produtores, enquanto a EMBRAPA procurou melhorar as tecnologias visando ao aumento da produtividade dos empreendimentos rurais de baixa renda.



### 2.3. ENERGIA E MINERAÇÃO

A correção do desequilíbrio externo da economia brasileira depende de alterações significativas nas estruturas internas de produção e consumo de energia. Essa mudança implica a utilização efetiva do potencial de recursos naturais do país. Estão sendo envidados esforços no sentido de reduzir em cerca de 635 mil barris/dia o consumo de petróleo projetado para 1985.

Para tanto, desenvolveu-se os seguintes programas: PROÁLCOOL, programa de carvão vegetal, programa de conservação de energia, PROCARVÃO (mineral), aproveitamento hidrelétrico, programa de xisto e outros programas de substituição.

Em grande parte como resultado da implantação desses programas, o consumo nacional de derivados de petróleo apresentou, em 1981, redução de 7,8% em relação ao ano anterior. O consumo de óleo combustível apresentou a maior queda (-19,2%), seguido da gasolina (-6,6%) e do óleo diesel (-3,8%).

Em conseqüência, houve redução da participação do petróleo no consumo de energia do país. Com o do PROÁLCOOL e a ampliação do consumo de energia elétrica (+3,0%), cresceu a participação de fontes nacionais no consumo energético total.

Devido, também, ao aumento da produção doméstica de petróleo (+17 %) e gás natural (+11,5%), o volume de importações do primeiro pôde ser reduzido (-7%), tendo o dispêndio de divisas se situado em US\$ 11 bilhões projetados inicialmente para 1981.

### 2.3.1. Programa de Mobilização Energética (PME)

A principal fonte de recursos para a implantação de programas energéticos foi, em 1981, o PME. Este programa foi criado em 1979, no âmbito da Comissão Nacional de Energia (CNE), com a finalidade de prestar apoio financeiro ao esforço de substituição de petróleo por fontes energéticas alternativas, de origem nacional.

Esses projetos envolveram, em 1981, o aproveitamento do potencial hidrelétrico, além do desenvolvimento do carvão mineral e vegetal, xisto, álcool, babaçu, turfa, associado a programas de conservação e substituição de derivados de petróleo na indústria e transportes, principalmente.

No ano de 1981 foram aprovados recursos no montante de Cr\$ 74.155,3 milhões para o financiamento de projetos, além de Cr\$ 35.000 milhões repassados pelo Banco Central ao PROALCOOL, representando uma mobilização total de Cr\$ 109.155,3 milhões.

Desse montante, foram destinados Cr\$ 40 bilhões aos projetos no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, Cr\$ 11,25 bilhões ao Ministério das Minas e Energia, Cr\$ 13,9 bilhões para o Ministério dos Transportes, Cr\$ 1,45 bilhão para a Secretaria de Planejamento e Cr\$ 738 milhões para o Ministério da Agricultura.

### 2.3.2. Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL)

Iniciado em fins de 1975, o PROALCOOL, cuja administração situa-se no âmbito do Ministério da Indústria e do Comércio, constitui hoje a área onde os resultados são mais expressivos. Com efeito, a produção de álcool experimentou uma evolução excepcional, passando de 580 milhões de litros, na safra 1974/75, para 3.676 milhões de litros na safra 1979/80 e para 4.200 milhões de litros na safra 1980/81, ou seja, um crescimento anual médio de 39% (14,4% de incremento de 1980 para 1981).

Em 1981, o consumo de álcool para fins carburantes manteve-se em 2,9 bilhões de litros (1,5 bilhão de litros de álcool anidro, utilizado em mistura à gasolina e 1,4 bilhão de álcool hidratado, utilizado em veículos movidos a álcool).

Isto proporcionou uma economia de 2,32 bilhões de litros de gasolina, o que, aos preços médios de 1981, representou economia de divisas da ordem de US\$ 652,8 milhões. A previsão para a safra 1981/82 é de uma produção de 4,5 bilhões de litros de álcool, o que equivale a 3,6 bilhões de litros de gasolina. A produção de veículos a álcool foi de 135 mil veículos em 1981. A capacidade de tangagem cresceu acima do previsto, tendo-se elevado de 500 mil m<sup>3</sup> em 1980 para 762 mil m<sup>3</sup> no ano findo, dos quais 590 mil m<sup>3</sup> pertencentes à PETROBRÁS. No que concerne à distribuição, a instalação de pontos de revenda atingiu 8.529 unidades distribuidoras no final de 1981, o que representou resultado extraordinário se tivermos em conta que o início da distribuição deu-se em dezembro/79, com a instalação de 16 postos em sete capitais.

Continuou em ritmo acelerado o exame de projetos de instalação e ampliação de destilarias, tendo sido enquadrados pelo Conselho Nacional de Álcool (CENAL) 73 novos projetos agroindustriais em 1981, o que eleva para 393 o total de projetos enquadrados desde o início do programa.

Quando plenamente implantados, esses projetos proporcionarão capacidade adicional de produção de 8 bilhões de litros/safra. Acrescida a este total a capacidade existente antes da implantação do PROÁLCOOL, resulta um potencial de produção da ordem de 8,9 bilhões de litros/safra, o que corresponde a 83% da meta de 10,7 bilhões em 1985.

Os 325 projetos já contratados envolvem financiamento no valor de Cr\$ 189,5 bilhões, dos quais cerca de Cr\$ 106 bilhões já desembolsados até agora. A participação do Sistema BNDE no total de operações aprovadas no período 1979/81 foi de Cr\$ 67,4 bilhões, enquanto os seus desembolsos atingiram Cr\$ 26,8 bilhões. Em 1981 esses valores atingiram Cr\$ 54,2 bilhões e Cr\$ 25,4 bilhões. O montante dos desembolsos efetuados pelo Sistema BNDE relativos a projetos alcooleiros representou cerca de 8% dos seus desembolsos totais (Cr\$ 323,2 bilhões) em 1981.

As ações levadas a efeito em 1981, com vistas ao apoio tecnológico ao PROÁLCOOL, compreenderam o financiamento de 40 projetos de pesquisa no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia da Biomassa para Fins Energéticos, coordenado pela Secretaria de Tecnologia Industrial e o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA).

Ainda não foram utilizados, em 1981, recursos do empréstimo de US\$ 250 milhões contratados com o Banco Mundial para aplicação no período 1981/83. Está prevista a sua utilização para financiar projetos de destilarias enquadrados no PROÁLCOOL (US\$ 219 milhões), projetos tecnológicos através da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (US\$ 30 milhões) e serviços de consultoria para permitir à CENAL a montagem de um esquema de acompanhamento e avaliação do programa (US\$ 1 milhão).

### 2.3.3. *Produção interna de petróleo*

Os investimentos da PETROBRÁS em 1981 alcançaram a cifra de Cr\$ 254,7 bilhões, o que representa um acréscimo, em termos reais, de 22,5% sobre os dispêndios correspondentes realizados em 1980. Cerca de 70% desses gastos foram efetuados no Brasil, enquanto o restante foi realizado pela Petrobrás Internacional S/A (BRASPETRO) em atividades de exploração/produção em Angola, Argélia, China, Guatemala, Líbia, Congo e Iêmen do Sul. Com o objetivo de abreviar a definição do potencial petrolífero do País e reduzir, no mais curto prazo possível, as importações de petróleo, a PETROBRÁS concentrou na exploração e produção de petróleo e gás natural cerca de 87% dos seus investimentos diretos — o que conduziu a uma elevação de 50,9% nos investimentos com essa finalidade. Assim, os investimentos em exploração alcançaram, em 1981, Cr\$ 87,5 bilhões, enquanto os voltados para o desenvolvimento da produção somaram Cr\$ 133,8 bilhões, perfazendo um total de Cr\$ 221,3 bilhões.

Com o emprego de 81 unidades de perfuração (50 em terra e 31 no mar), o total perfurado ultrapassou 1 milhão de metros (26% acima de 1980), permitindo a conclusão de 687 poços, registrando-se novas ocorrências de óleo em poços situados nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Sergipe e de gás natural em Alagoas e no Amazonas.

A produção doméstica de petróleo cresceu 17%, perfazendo a média diária de 220 mil barris ao longo do ano, tendo a extração de gás natural expandido-se 11,5%. Quanto às reservas de petróleo, estas apresentaram um crescimento de 7,8%, atingindo cerca de 230 milhões de

m<sup>3</sup> ao final de 1981, enquanto as de gás natural situam-se 8,2% acima do volume registrado em 1980, chegando perto de 57 bilhões de m<sup>3</sup>.

Paralelamente ao esforço direto que vem sendo desenvolvido pela PETROBRÁS, foram mobilizados recursos externos sob a forma de contratos de serviço com cláusula de risco. Até agora foram assinados 102 contratos, relativos às cinco licitações realizadas, estando a sexta e sétima em andamento. A área oferecida a essas licitações excede a 4 milhões de km<sup>2</sup>, sendo que a área coberta pelos contratos é de cerca de 680 mil km<sup>2</sup>. Como resultado dessas iniciativas, foram identificadas possibilidades de ocorrência de petróleo a cerca de 10 km do litoral da Bahia e de gás a 70 km de Presidente Prudente, em São Paulo.

Iniciou-se em 1981, com recursos do PME, a implantação de sistema para utilização de gás natural da Bacia de Campos no Rio de Janeiro, que entrará em operação no 1º semestre/82, substituindo, numa primeira fase, a nafta usada em volume equivalente a 3.200 barris/dia de petróleo. Quando totalmente implantado, em 1984, o sistema estará substituindo o equivalente a 11.840 barris de petróleo/dia.

No que respeita a refinação, prosseguiram os esforços no sentido de adaptar o parque de refino à estrutura de demanda, pela implantação de unidades capazes de propiciar a redução do excedente e frações pesadas e maior produção de derivados médios.

Dentre os projetos desenvolvidos pela PETROBRÁS Química S/A (PETROQUISA), destaca-se a implantação do III Pólo Petroquímico do País, no Rio Grande do Sul, cuja central de matérias-primas apresentava ao final de 1981, o índice de 81% de realização física.

Relativamente aos programas destinados a minimizar a utilização de óleo combustível para geração de energia em refinarias, a PETROBRÁS aplicou Cr\$ 2 bilhões na implantação de 13 sistemas de recuperação de calor dos gases de combustão, correspondendo à redução de 72 mil t/ano no consumo de óleo combustível. Neste programa, iniciado em 1979, já foram investidos, até o final de 1981, cerca de Cr\$ 5,2 bilhões.

Além disso, entraram em operações novas subestações que permitiram aumentar em 20% a utilização de energia

de origem hidráulica, possibilitando redução adicional de 30 mil toneladas no consumo anual de óleo combustível.

#### 2.3.4. *Energia elétrica*

A queda da produção industrial provocou a redução do crescimento do consu no e produção de energia elétrica. O incremento foi de apenas 3,0% em relação a 1980. Registrou-se progresso em termos de estrutura de produção, reduzindo-se de 7,6%, em 1980, para 4,2%, em 1981, a participação de energia de origem térmica.

Enquanto isso, a capacidade geradora instalada elevou-se em 11,5%, tendo passado de 33,5 milhões de kW no final de 1980 para 37,3 milhões de kW, com a instalação de 3,8 milhões de kW em 1981. Até 1986, a capacidade geradora instalada deverá alcançar 55,9 milhões de kW, dos quais apenas 10,4% serão representados por usinas termelétricas.

Encontram-se atualmente em construção, complementação ou ampliação usinas com capacidade total de 30,6 milhões de kW, representando um acréscimo de 86,6% na capacidade instalada. Desse total, 89% são de origem hidrelétrica e 11% de origem térmica, merecendo destaque as usinas de Itaipu (12,6 milhões de kW), Tucuruí — 1ª etapa (4,0 milhões de kW), Angra I, II e III (3,1 milhões de kW), Itaparica (1,5 milhão de kW) e Emborcação (1,0 milhão de kW).

Com a finalidade de economizar divisas, foi completada, em 1981, a interligação dos sistemas Norte e Nordeste, através de uma linha de transmissão a longa distância cobrindo 1.774 km, de Sobradinho e Belém. Prevê-se uma economia de 8.000 barris/dia de derivados de petróleo, correspondentes a US\$ 8 milhões por mês. Além disso, teve início a operação do tronco de transmissão ligando a hidrelétrica de Sobradinho e Bom Jesus da Lapa, a 670 km de distância.

Com o objetivo de melhorar as condições sócio-econômicas na área rural, continuou a ser executado o programa de financiamento a obras de eletrificação rural. Assim, em condições privilegiadas de prazo e custos, a ELETROBRÁS promoveu, até o final de 1981, a eletrificação de cerca de 144 mil propriedades rurais, com a construção

de mais de 72 km de linhas de transmissão. Em 1981, o valor das operações contratadas atingiu Cr\$ 5,1 bilhões, com 55% concentrados nas regiões Norte e Nordeste.

### 2.3.5. *Itaipu Binacional*

Prosseguiram, no ritmo previsto, as atividades da entidade binacional brasileiro-paraguaia, tendo em vista o fechamento do rio Paraná, a subsequente formação do reservatório, a partir de outubro/82 e a colocação em funcionamento da primeira turbina, de 700 MW em fevereiro/83, dentre as 3 de igual capacidade programadas para operar nesse mesmo ano.

O custo total da obra está previsto em cerca de US\$ 12,8 bilhões, 50% dos quais já foram despendidos até o final de 1981. Nesse ano, os investimentos diretos realizados somaram cerca de US\$ 1,2 bilhão.

Esses gastos repercutem de forma positiva sobre a economia em geral e o mercado de trabalho em particular, do Brasil e Paraguai. Atualmente, 27.500 homens trabalham na área do projeto (70% de nacionalidade brasileira), sendo considerável, também, o emprego indireto na elaboração dos projetos de engenharia, na fabricação de equipamentos e demais materiais básicos.

Nesse quadro, merecem registro as seguintes realizações levadas a efeito em 1981:

— lançamento de 2,8 milhões de m<sup>3</sup> de concreto, perfazendo um total de 9,3 milhões, ou seja, correspondendo a 83% do volume necessário ao fechamento do rio Paraná;

— entrega ao canteiro de obras de 50% das 25 mil toneladas de equipamentos hidromecânicos necessários ao fechamento do rio Paraná, com índice de nacionalização de 100%;

— intensificação da fabricação de componentes de 10 turbinas e 3 geradores, muitos deles já entregues, com índice de nacionalização de 81 a 85%.

### 2.3.6. *Energia nuclear*

Durante o ano de 1981 a prospecção e pesquisa a cargo das Empresas Nucleares Brasileiras S/A (NUCLEBRÁS) possibilitaram um aumento de 12,7% nas reservas conheci-

das de urânio, que passaram a situar-se em torno de 266.300 toneladas.

Com a conclusão do Complexo Minerio-Industrial do Planalto de Poços de Caldas, com capacidade para produzir 500 toneladas/ano de concentrado de urânio, além de compostos de molibdênio e zircônio, a NUCLEBRÁS iniciou, em dezembro/81, a produção de concentrado de urânio. 90% dos equipamentos utilizados na instalação do referido complexo industrial foram produzidos pela indústria nacional.

No que tange à construção de centrais nucleares, foi autorizada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) a operação provisória do reator de Angra I, bem como a construção da usina de Angra II, já tendo sido concluídos os trabalhos de fundações. Por outro lado, foram iniciados, pela NUCLEBRÁS, os trabalhos de infraestrutura e de preparação das vias de acesso às usinas Iguape I e Iguape II. Enquanto isso, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (NUCLEP) prosseguiu na fabricação dos componentes pesados iniciada em 1980 e a Nuclebrás Engenharia S/A (NUCLEN) iniciou a engenharia de projeto.

Além disso, foi concluído o Projeto Básico da Usina Piloto de Reprocessamento e iniciado o respectivo projeto detalhado. No que diz respeito ao treinamento de mão-de-obra, a NUCLEBRÁS proporcionou cursos de aperfeiçoamento a 2.528 técnicos de nível médio e superior no período 1974/81.

No último ano, foi criado o Programa Nacional de Fusão, voltado para a criação de condições científicas e tecnológicas para a realização, a longo prazo, de reatores a fusão nuclear controlada. Com o objetivo de introduzir no país a tecnologia de reatores rápidos super-regeneradores, capazes de maximizar a capacidade de produção energética nuclear, foi firmado contrato, envolvendo a tecnologia do sódio, com o Comitato Nazionale per l'Energie Nucleare e a empresa Nucleare Italiana Reattori Avanzati (NIRA).

### 2.3.7. *Programa de conservação de energia no setor industrial (CONSERVE)*

A finalidade deste programa, conduzido pelo MIC/STI/BNDE, é conseguir reduzir o consumo industrial

de óleo combustível, responsável por cerca de 88% do consumo total desse derivado de petróleo. No ano passado, o BNDE aprovou 76 projetos no valor de Cr\$ 21,4 bilhões (Cr\$ 8 bilhões provenientes do PME), com previsão de redução do consumo de derivados de petróleo da ordem de 516 mil t/ano.

Desse total, 36 projetos, no montante de Cr\$ 18,2 bilhões, estão sendo financiados no âmbito dos protocolos assinados, no período 1979/80, com os setores de siderurgia (Cr\$ 7,6 bilhões), papel e celulose (Cr\$ 5,4 bilhões) e cimento (Cr\$ 5,2 bilhões), cujas metas de redução do consumo foram superadas obtendo-se reduções da ordem de 23%, 40% e 15% nos referidos setores industriais, respectivamente.

### 2.3.8. *Outros programas energéticos*

Em 1981 a produção de carvão bruto cresceu 8,8%, tendo a produção de carvão energético aumentado 23,4% e a de carvão metalúrgico caído em 28,2%. O consumo de carvão mineral energético cresceu 44,3%, tendo, portanto, ocorrido redução nos estoques do produto. A queda na produção de carvão metalúrgico pode ser atribuída à redução das atividades na indústria siderúrgica e à redução de 18,5% para 16% do teor máximo de cinza da fração metalúrgica, autorizada pelo CNP.

Às atividades na área do xisto o PME destinou, em 1981, recursos da ordem de Cr\$ 600 milhões. Prosseguiram as pesquisas geológicas na Formação Irati, tendo sido produzidos cerca de 25 mil m<sup>3</sup> de óleo e 3 mil toneladas de enxofre. Cabe ainda ressaltar a conclusão dos projetos básicos das unidades operacionais da Usina Industrial de Xisto de São Mateus do Sul, no Paraná.

### 2.3.9. *Mineração*

#### Programa Grande Carajás (PGC)

Este constitui o maior programa de desconcentração industrial do país, desenvolvido numa área de 900 mil km<sup>2</sup> (11% do território nacional) e compreendendo a exploração de minério de ferro e a produção de alumínio e alumina, voltados principalmente para o mercado externo. A

viabilização dos respectivos projetos requer a montagem de uma infra-estrutura econômica que inclui a ferrovia São Luís-Carajás, o porto de Ponta da Madeira, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, sua eclusa e linhas de transmissão e o porto de Vila do Conde.

Os investimentos totais, fixo e em obras civis, dos 4 projetos minero-metalúrgicos que compõem o programa (Ferro Carajás, ALUNORTE, ALBRÁS e ALUMAR) estão estimados em US\$ 8 bilhões, prevendo-se um total acumulado de exportação da ordem de US\$ 85 bilhões até o ano 2000.

De fato, este programa foi concebido basicamente em função do aumento das exportações que deverá proporcionar, apresentando contribuição positiva à balança comercial do país a partir de 1985.

Além disso, a implantação do programa representa contribuição significativa para a reativação dos setores específicos como a indústria nacional de bens de capital, dado o volume de equipamentos necessários à implantação do complexo minero-metalúrgico, cuja aquisição deverá ser feita no mercado interno (cerca de US\$ 1,9 bilhão).

No que concerne ao emprego, na fase atual de implantação do programa é significativo o número de empregos criados — algo entre 50 e 65 mil.

No campo social, merecem destaque os trabalhos que estão sendo desenvolvidos para a melhoria dos padrões educacionais (ensino profissionalizante, envolvendo o apoio da CEF/FAS) e de saúde (articulação da SUCAM, Fundação SESP e Secretarias Estaduais de Saúde) da região-programa. O apoio ao segmento da pequena média empresa da região, base prioritária para a internalização de emprego e renda, já está sendo equacionado através do envolvimento de órgãos locais e da mobilização de recursos federais. Outras atividades sendo realizadas estão relacionadas com a questão fundiária, procurando identificar áreas de tensão e regularizar a ocupação da terra.

O Projeto Ferro Carajás consiste na extração e exportação de *minério de ferro* de alto teor, proveniente de jazidas estimadas em 18 bilhões de toneladas, através da ferrovia São Luís-Carajás (890 km), até o porto Ponta da Madeira (para 270 mil tdw), além da construção de núcleos urbanos, aeroporto e obras complementares.

O investimento fixo está orçado em US\$ 2.794,9 milhões (dólares de fevereiro/80) e o total (incluindo juros, pré-operação, giro, etc.) atinge a US\$ 4.651,4 milhões. O início das exportações é previsto para 1985, com 15 milhões de toneladas/ano, crescendo para 25 milhões t por ano em 1986 e para 35 milhões t por ano de 1987 em diante, com geração de divisas da ordem de US\$ 651,7 milhões anuais.

No exercício de 1981 foram assinados contratos de exportação de 24,7 milhões t por ano(\*), bem como os contratos de financiamento e de empreitada requeridos para o pleno cumprimento do cronograma da obra. Até outubro/81, a preços correntes, já tinham sido investidos na obra US\$ 520 milhões (US\$ 252 no exercício), empregando cerca de 23.000 trabalhadores na implantação do complexo mina-ferrovia-porto.

No que tange à lavra e beneficiamento, foram iniciados, no primeiro trimestre do ano, o decapeamento da área de lavra; a extração de minério de ferro para alimentar a Usina Piloto de Beneficiamento; a operação da mesma usina, com capacidade de 400 t/hora, para a caracterização e testes de minérios, testes de equipamentos de beneficiamento, preparação de amostras em escala semi-industrial e treinamento de pessoal; e a terraplenagem das áreas de instalações industriais de beneficiamento e do pátio de estocagem de minério; em setembro, foram contratadas as obras das instalações de beneficiamento, iniciando-se com a concretagem da britagem primária.

Foram concluídos os trabalhos da terraplenagem, pontes e viadutos nos primeiros 82 km de ferrovia, a partir de São Luís, estando em construção os restantes 808 km, tendo sido também iniciadas as fundações da ponte sobre o rio Tocantins (2.330 metros) e assinado o contrato para projeto, fabricação, transporte e montagem de superestrutura metálica.

No que concerne ao porto, estão em construção os Molhes Norte e Sul. Também em 1981 foi iniciada a terraplenagem do pátio de estocagem de minério e assinado o contrato para a execução das obras civis do Pier do Terminal Marítimo da Ponta da Madeira.

(\*) Japão (10 milhões t por ano), Alemanha Oc. (6 milhões t por ano), França (3,2 milhões t por ano), Itália (2,5 milhões t por ano), Bélgica (2 milhões t por ano) e Coreia do Sul (1 milhão t por ano).

Prosseguem as obras de construção do Núcleo Habitacional de Marabá e o Núcleo Urbano de Carajás.

Atualmente cerca de 25.000 pessoas estão envolvidas diretamente na execução do projeto. Na fase de operação, o projeto deverá gerar cerca de 8.000 empregos diretos.

O Brasil possui condições para elevar a produção de *alumínio*, dadas as reservas de bauxita e o potencial hidrelétrico. O complexo bauxita-alumina-alumínio será formado pelos projetos ALBRÁS, ALUNORTE e ALUMAR, que produzirão alumina e alumínio a partir da bauxita proveniente da região de Trombetas, explorada pela Mineração Rio Norte S/A.

Para a implantação desses projetos, deverão ser aplicados US\$ 3.335,2 milhões, sendo US\$ 1.860,2 para os projetos ALBRÁS-ALUNORTE e US\$ 1.475,0 para o projeto São Luís, da ALUMAR.

Até final de 1981, os empreendimentos integrantes do setor de alumínio já se encontravam com canteiro de obras, terraplenagem e fundações, com a ALUMAR já em início de construção (contratos firmados de US\$ 560 milhões e investimentos já realizados de US\$ 103,3 milhões até setembro/81).

A produção de alumínio pela ALBRÁS (\*) será iniciada em 1984, sendo aumentada progressivamente até atingir a capacidade total em 1990 (325 mil t/ano). Toda a produção será exportada, o que representará, a preços de dezembro de 1979, cerca de US\$ 458 milhões de receita.

A produção de alumina está a cargo da ALUNORTE, empresa constituída também pela associação da VALENORTE Alumínio Limitada (60,8% do capital social de US\$ 171,2 milhões) com a NALCO.

A alumina produzida pela ALUNORTE será vendida no mercado interno (para a ALBRÁS e outras unidades de produção de alumínio que contam com a participação da CVRD). No entanto, como a ALBRÁS só atingirá sua plena capacidade em 1989, prevê-se a exportação de um total de

(\*) O seu capital é constituído pela Cia. Vale do Rio Doce, através de sua subsidiária VALENORTE Alumínio Ltda. e pela Nippon Amazon Aluminium Company (NALCO), consórcio formado pelo governo japonês e mais 32 empresas que atuam no ramo de alumínio no Japão. A participação da VALENORTE é de 51% do capital social que, a preços de dezembro de 1979, monta a US\$ 386,9 milhões.

600 mil toneladas de alumina entre 1985 e 1987, com uma receita de US\$ 144,3 milhões.

O complexo alumina-alumínio localiza-se em Vila do Conde, Município de Barcarena-PA. O porto de Vila do Conde foi concebido para o escoamento da produção, entrada de bauxita e outros insumos, assim como para servir de apoio a outros empreendimentos que deverão localizar-se na zona industrial de Barcarena.

Além desses projetos localizados no Pará, o projeto São Luís também visa ao aproveitamento da bauxita e da energia elétrica da Região Norte. Para a execução desse a ALCOA Alumínio S/A associou-se à SHELL pela subsidiária desta, Billiton Metais S/A, formando o consórcio ALUMAR (ALCOA 60% e SHELL 40%). (\*)

De acordo com os projetos aprovados, a produção de alumínio será iniciada já em 1983 pela ALUMAR e em 1984 pela ALUNORTE, atingindo a plena capacidade em 1984 e 1986 respectivamente, quando a produção total será de 1,3 milhão de toneladas/ano.

Prevê-se a exportação de 25,8% da alumina produzida pela ALUMAR (129 t/ano) atingindo-se a uma receita anual de US\$ 31,3 milhões a partir de 1985, ao preço de US\$ 242,6 por tonelada.

Quanto às vendas de alumínio, a empresa manifestou intenção de direcionar toda sua produção para o mercado interno, havendo no entanto a possibilidade de também vir a exportar 50% de sua produção.

Na região-programa, encontram-se em implantação grandes *projetos de infra-estrutura* que darão apoio não só aos projetos de ferro (Ferrovia São Luís-Carajás e porto da Ponta de Madeira) e de alumínio (Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Linhas de Transmissão e porto de Vila do Conde), como também ao desenvolvimento da região, viabilizando o transporte hidroviário (eclusas de Tucuruí).

Nas obras da ferrovia e do porto da Ponta de Madeira, integrantes do projeto Ferro Carajás da CVRD, o investimento fixo será da ordem de US\$ 1.843,6 milhões e US\$ 248,8 milhões respectivamente. Esses empreendimentos, além de viabilizarem a exportação de minério de ferro,

(\*) A ALCOA Alumínio S/A, por sua vez, é constituída pela associação de Aluminium Company of America (68% do capital social) e The Hanna Mining Company.

também afetarão o desenvolvimento da região, principalmente a ferrovia, nos seus 890 km de extensão. Com 10% da sua capacidade reservados ao escoamento de outras cargas, viabilizou-se também o aumento da produção agrícola na região cortada pela ferrovia.

O impacto regional já se faz sentir não só pela atração que vem exercendo sobre as populações de outras regiões, como também pela geração, em 1981, de mais de 20.000 empregos diretos nas obras de implantação. Em 1987, quando em vigor a plena capacidade, terão sido criados cerca de 3.500 empregos permanentes.

As repercussões sobre a indústria nacional de equipamentos serão também significativas: encomendas de US\$ 453 milhões, como um índice de nacionalização de 70% e 92% na ferrovia e no porto, respectivamente.

Com o início das exportações de minério de ferro previsto para 1985, pode-se antever a aceleração do desenvolvimento da região sob influência da ferrovia, tanto no que diz respeito à produção agrícola como à industrial.

O sistema de transporte será complementado pelo porto de Vila do Conde e pela eclusa de Tucuruí, cuja execução pela PORTOBRÁS permitirá, de imediato, a navegabilidade imediata e durante todo o ano de cerca de 450 km no Rio Tocantins. No futuro, com a construção da eclusa de Santa Isabel e obras de derrocagem e de sinalização, será possível a navegabilidade dos Rios Araguaia e Tocantins, numa extensão de aproximadamente 2.000 km.

Para a construção da eclusa de Tucuruí, já estão assegurados recursos orçamentários para 1982; prevendo-se a sua conclusão em 1989. Serão investidos US\$ 327 milhões, incluindo-se nesse total a aquisição de US\$ 44 milhões de equipamentos.

O porto de Vila do Conde, com capacidade para navios de 50.000 tdw, servirá de apoio também à importação de insumos e exportação de alumina e alumínio do projeto ALBRÁS-ALUNORTE, mobilizando recursos da ordem de US\$ 108 milhões até 1985, quando entrará em operação.

A produção de alumínio, tanto nos projetos da ALBRÁS-ALUNORTE como no projeto São Luís (consórcio ALUMAR), só se tornou possível com a decisão de executar as obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí a qual deverá

atingir, numa primeira fase, a capacidade instalada de 4.000 MW, com início de operação previsto para 1984, atingindo a capacidade total em 1988. Na segunda etapa serão instalados outros 4.000 MW, totalizando uma potência de 8.000 MW — o que colocará Tucuruí entre as maiores usinas hidrelétricas existentes.

A execução da primeira fase está orçada em US\$ 3.293 milhões, incluindo-se nesse total US\$ 136 milhões de equipamentos nacionais (índice de nacionalização de 38%). A obra absorveu, em 1981, cerca de 20.000 trabalhadores.

Além da hidrelétrica de Tucuruí, a ELETRONORTE também está executando a implantação das linhas de transmissão que totalizam cerca de 800 km e investimento de US\$ 556 milhões. Já em 1981 foi concluída a interligação Norte-Nordeste com o sistema CHESF, permitindo a desativação das termoeletricas que abastecem Belém, gerando economia de divisas. Com o início da produção de energia em Tucuruí, será possível canalizar os excedentes para o Nordeste e outras regiões.

### Garimpagem

Com o objetivo de apoiar o pequeno produtor, proporcionando-lhe remuneração adequada, foram estabelecidas 21 frentes de trabalho e controle da atividade de garimpagem, distribuídas em 12 unidades da Federação, no âmbito do projeto «Estudo de Garimpeiros Brasileiros», em execução pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Essas frentes envolveram cerca de 148.200 garimpeiros, ou seja, uma população total de 750.000 pessoas, tendo a produção de ouro aumentado 19,6%, atingindo volume de 16.500 kg.



## 2.4. POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

As políticas fiscal e monetária visaram, em 1981, ao reequilíbrio do balanço de pagamentos e ao controle da inflação sem, contudo, perder de vista a necessidade de reorientar recursos para as prioridades econômicas e sociais do Governo.

Com vistas ao reequilíbrio do balanço de pagamentos, procurou-se estimular as exportações e a captação de recursos externos através de estímulos fiscais e creditícios. Por outro lado, a importação foi desestimulada por meio de impostos mais elevados e de limites às importações efetuadas pelo setor público.

O combate à inflação se fez através de políticas orçamentária e monetária apropriadas, utilizando-se principalmente o controle dos gastos públicos e dos principais fatores responsáveis pela expansão monetária excessiva.

A destinação de recursos financeiros para áreas prioritárias efetuou-se por meio das políticas creditícias e financeira, ampliando-se o volume de crédito e a totalização de recursos orçamentários para os setores agrícola, exportador e energético, bem como para os setores sociais mais carentes de meios.

Os resultados obtidos, a despeito das dificuldades decorrentes de fatores externos — notadamente a elevação das taxas de juros internacionais — podem ser considerados altamente satisfatórios, como se pode ver a seguir.

### 2.4.1. *Política fiscal*

No intuito de reequilibrar o balanço de pagamentos, a política fiscal estimulou as exportações, a captação de recursos externos e o controle às importações.

Para estimular as exportações, reestabeleceu-se o crédito-prêmio do IPI; para estimular a captação de recursos externos, reduziu-se o imposto de renda na remessa de juros e isentou-se do IOF o empréstimo efetuado com recursos externos; e para desestimular as importações, as alíquotas do imposto de importação para um grande número de produtos foram mantidas em níveis elevados, o IOF nas importações de bens e serviços permaneceu em vigor e as importações das empresas estatais foram rigorosamente controladas.

Como resultado dessas medidas, bem como de outras na área monetária, creditícia e cambial, o exercício de 1981 se encerrou com superávit na balança comercial e melhoria na posição das reservas internacionais brasileiras, conforme indicado no capítulo referente ao comércio exterior.

Visando à redução da inflação, o governo procedeu à observância de critérios mais rigorosos em sua política financeira, notadamente ao controle mais rígido dos gastos públicos a nível do orçamento da União e do orçamento monetário.

Até recentemente, alguns gastos tipicamente orçamentários — subsídios e encargos da dívida pública interna federal, dentre outros — eram incluídos no orçamento monetário por ausência de previsões específicas no orçamento da União.

Ao deixar de incluir essas categorias de gastos, o orçamento da União foi perdendo sua universalidade. Por outro lado, a necessidade de emissão de moeda para fazer face a essas despesas impedia que a política monetária fosse executada dentro do rigor programado, prejudicando os efeitos das demais medidas de combate à inflação.

Com o intuito de melhor coordenar a execução dos orçamentos federais (Tesouro e autoridades monetárias) iniciou-se, a partir do exercício de 1980, a implementação gradativa do princípio da unidade orçamentária, isto é, a busca de um orçamento da União abrangente, incluindo todas as receitas e todas as despesas do Tesouro.

Seguindo esta orientação, a lei de meios para 1981 consignou Cr\$ 145 bilhões de recursos tributários ao orçamento monetário para o acerto de contas entre o Tesouro e o Banco Central e Banco do Brasil. Esses recursos fo-

ram, no entanto, consideravelmente ampliados. Em consequência do aumento da arrecadação e do controle rigoroso da despesa, o volume de recursos efetivamente transferidos ao orçamento monetário para aqueles fins foi de Cr\$ 249 bilhões.

Além desse excepcional resultado fiscal, a União encerrou o exercício com recursos líquidos adicionais junto às autoridades monetárias de Cr\$ 370 bilhões, provenientes da colocação líquida de títulos da dívida pública nos mercados financeiros. Pôde assim o tesouro contar com volume considerável de recursos ao financiamento de gastos que até há pouco tempo vinham sendo cobertos com emissão de moeda.

Outro instrumento utilizado para o controle dos gastos públicos, bem como para a destinação de recursos segundo as prioridades vigentes, foi o orçamento das empresas estatais.

Embora o dispêndio total dessas empresas tenha sido em 1981 26% superior ao orçado, faz-se mister ressaltar o esforço das autoridades no sentido de conter tais gastos, sobretudo aqueles referentes a importações e a investimentos em áreas menos prioritárias.

As maiores diferenças entre dispêndios efetivados e orçados ocorreram nos setores energético, siderúrgico, transportes e no sistema previdenciário, cujos gastos em conjunto representaram quase 80% do dispêndio total das empresas estatais em 1981.

A necessidade de manter os investimentos nos programas de substituição de importações foi a causa básica do aumento dos gastos no setor energético. Nos setores siderúrgico e transportes, decorreu da exigência técnica de concluir obras já iniciadas. Além dessas causas, o aumento dos juros externos e internos e os reajustes salariais contribuíram para que os gastos com encargos financeiros e com pessoal aumentassem significativamente.

No caso do sistema previdenciário, em que o dispêndio efetivo foi 40% superior ao orçado, a principal causa dessa diferença foi o aumento de quase Cr\$ 400 bilhões do custeio dos vários benefícios oferecidos pela instituição, como pensões, aposentadorias e assistências diversas.

O significado social de tais encargos exigira que o governo federal aumentasse também a sua participação, através da destinação de recursos orçamentários suplementares ao INPS. Desse modo, enquanto o orçamento da União previa transferência de Cr\$ 646 bilhões para as empresas estatais, esta cifra subiu para Cr\$ 916 bilhões, quando do encerramento do exercício de 1981.

Outra medida relevante na política fiscal foi o aumento das transferências federais aos estados e municípios, aumentando assim a autonomia financeira desses níveis de governo, bem como atendendo ao princípio de equidade na distribuição dos recursos tributários.

Assim, com a Emenda Constitucional nº 17, de 02.12.1980, a participação dos estados e municípios na receita do imposto de renda e do IPI aumentou quatro pontos percentuais, de forma gradativa, passando de 20% em 1980 para 24% em 1984.

Finalmente, merecem ser citadas outras medidas implementadas através da legislação tributária visando ao desenvolvimento de setores prioritários, bem como à maior justiça social da estrutura fiscal do país.

Com vistas a estimular os setores prioritários, as seguintes medidas foram tomadas:

— redução da alíquota do IPI a zero para a produção de veículos elétricos e de álcool etílico;

— isenção do imposto de importação e do IPI à importação de equipamentos destinados à produção nacional de petróleo e à importação de navios especializados sem similar nacional.

A fim de melhorar o grau de equidade do sistema tributário, foram tomadas as seguintes medidas principais:

— antecipação da correção da tabela do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho, aumentando, assim, o poder aquisitivo dos contribuintes;

— elevação dos limites de abatimento dos juros pagos ao Sistema Financeiro de Habitação e de aluguéis para efeito de imposto de renda, constituindo grande alívio para as classes de menor renda;

— redução dos limites nos investimentos incentivados, diminuição dos percentuais aplicáveis sobre o imposto líquido devido para efeito dos benefícios referentes ao

Decreto-Lei n.º 157/67 e eliminação dos abatimentos relativos a prêmios de seguro e juros de dívidas pessoais, aumentando, desse modo, o grau de progressividade do imposto de renda sobre a pessoa física;

— elevação de 5% para 10% do adicional do imposto de renda sobre a pessoa jurídica aplicável aos lucros extraordinários das instituições financeiras e empresas de arrendamento mercantil;

— redução a zero das alíquotas do IPI sobre vários produtos de primeira necessidade e elevação das alíquotas de produtos menos essenciais ou supérfluos, redistribuindo a carga tributária, bem como a receita do imposto para as áreas sociais mais carentes, como a previdência social.

Como resultado das medidas mais relevantes tomadas nas áreas tributária e orçamentária, em 1981, encerrou-se o exercício com uma receita de Cr\$ 2.262 bilhões e uma despesa efetiva de Cr\$ 2.259 bilhões, apresentando assim a execução orçamentária do Tesouro Nacional um superávit de caixa de Cr\$ 3 bilhões.

O desempenho da receita se deveu basicamente ao comportamento dos três principais impostos — imposto de renda, IPI e IOF — que em conjunto representaram quase dois terços da receita total em 1981.

O imposto de renda, com uma arrecadação líquida de Cr\$ 640 bilhões e uma participação de 28,3% na receita total, continuou sendo a principal fonte de recursos tributários da União. Relativamente a 1980, acusou uma expansão de 108,6%. O IPI, com uma arrecadação líquida de Cr\$ 501 bilhões e uma participação de 22,1%, registrou incremento de 90,3%. O IOF, com uma participação de 11,8% figurou como o terceiro tributo na formação da receita. Sua arrecadação, ao atingir o montante de Cr\$ 266 bilhões, cresceu 158%.

No tocante à despesa, verificou-se que a desvinculação gradual de receita, implementada nos últimos exercícios, proporcionou maior flexibilidade aos gastos do tesouro. Assim, enquanto em 1980 o volume de recursos vinculados a destinações específicas representava 31,7% da despesa total, esta participação caiu para 27,9% em 1981. Conseqüentemente, as cotas de despesa, que representam os gastos efetuados com recursos livres ou ordinários, passaram de 58,8% para 66,5%.

### 2.4.2. Política monetária

A política monetária executada em 1981 foi conduzida de modo a conter a expansão da oferta de moeda em níveis compatíveis com os objetivos de reequilíbrio das contas externas e combate à inflação.

Nesse sentido, o orçamento monetário foi elaborado com base na previsão de crescimento dos meios de pagamentos em 50% e na limitação em 50% da expansão dos empréstimos do Banco do Brasil aos setores público e privado, bem como às demais instituições oficiais e privadas.

A distribuição do crédito por setores da atividade econômica evidenciou a continuidade da ênfase dada pelo governo federal às áreas consideradas prioritárias. Assim, foi programado para o setor exportador, com vistas ao equilíbrio da balança comercial, incremento de Cr\$ 322 bilhões, enquanto ao setor rural foi destinado acréscimo previsto em Cr\$ 464 bilhões, destacando-se o custeio agrícola, com crescimento programado de Cr\$ 206 bilhões.

Para viabilizar essas metas, foram adotadas algumas medidas a nível operacional, destinadas a aumentar a eficiência dos instrumentos de política monetária, e outras medidas de caráter estrutural, visando a eliminar distorções na ação das autoridades monetárias.

No primeiro caso, as principais medidas foram:

- instituição de limites quantitativos de crédito para os bancos comerciais, de investimento e financeiras, excetuando-se apenas as operações lastreadas com recursos externos e as realizadas com repasses de recursos oficiais;

- liberação das taxas de juros das operações ativas dos bancos comerciais e dos bancos de investimentos, excluídas as operações típicas de crédito rural, as de repasses de recursos externos, as de refinanciamento com recursos de instituições financeiras oficiais e as demais operações sujeitas a regulamentação específica;

- aplicação de índices mais realistas à correção monetária das ORTNS, o que permitiu substancial captação de recursos financeiros através de títulos federais;

- alteração das normas sobre negociação de títulos de renda fixa do mercado de capitais, as quais passaram a ser realizadas com base em LTN e ORTN. Além disso,

ampliaram-se os limites operacionais dos bancos comerciais e de investimentos entre outros. Tais medidas se constituíram nos principais fatores para o alargamento do mercado de títulos públicos federais.

As medidas de caráter estrutural objetivaram, sobretudo, a redução dos subsídios ao crédito e a inclusão no orçamento da União dos encargos referentes ao serviço da dívida pública interna e à cobertura de dispêndios com subsídios, bem como dotações para programas como os de preços mínimos e de estoques reguladores, antes realizados parcialmente através do orçamento monetário.

Como decorrência das políticas adotadas, manteve-se o crescimento dos agregados monetários em ritmo compatível com os objetivos traçados pelo governo. Com efeito, a firme execução da política monetária limitou a expansão dos meios de pagamento a 72% ao final de dezembro, muito inferior, portanto, à taxa de inflação (95,2%), embora tenha superado a expansão prevista na programação monetária (50%).

Como resultado, em grande parte, desse comportamento, iniciou-se a inversão do processo inflacionário a partir de maio de 1981. A partir daí, observou-se queda sistemática da variação em 12 meses do índice geral de preços, reduzindo-se de 120,6% em abril para 95,2% em dezembro.

Esses ganhos poderiam ter sido, de fato, mais expressivos não estivessem presentes em grande intensidade fatores de realimentação. Isso foi observado na própria variação dos preços: nos últimos meses do ano de 1981, notou-se elevada resistência à queda das taxas de aumento dos preços industriais e acentuada elevação dos preços administrados, principalmente das tarifas de serviços públicos, devido à política de repassar a esses preços o aumento integral de custos verificados no passado. Já os preços livremente determinados pelo mercado, como os dos produtos agrícolas, apresentaram comportamento mais satisfatório, sendo os maiores responsáveis pelo declínio da taxa inflação.

Ao final do ano, foram estabelecidas novas e importantes medidas que deverão facilitar a condução da política monetária em 1982, destacando-se o aumento de contribuições de empregados e empregadores para a previdência

social e o orçamento restritivo das empresas estatais, assim como a recolocação da emissão de títulos públicos como instrumento *residual* de viabilização das medidas monetárias, e não como fator decisivo.

Dentre as outras medidas que facilitarão ainda mais a condução da política monetária merecem destaque:

— a aprovação do orçamento monetário em dezembro, o que evidencia a preocupação do governo em deixar claramente definidas, com a necessária antecedência, as diretrizes da política monetária e creditícia a serem seguidas em 1982;

— o estabelecimento de novos limites do adiantamento para os empréstimos rurais e agroindustriais, de sorte a atenuar as pressões inflacionárias decorrentes do crédito subsidiado. Foi, porém, preservado o tratamento favorecido ao miniprodutor e pequeno produtor rural, possibilitando-lhes a obtenção de crédito para cobertura integral das despesas de custeio ou de investimento a realizar;

— a criação do certificado de depósito interbancário com a finalidade de aperfeiçoar o atual sistema de intercâmbio de liquidez entre os bancos e o aumento da eficiência do sistema financeiro;

— manutenção de limites quantitativos de crédito para os bancos comerciais, de investimento e financeiras, excetuando-se apenas as operações lastreadas com recursos externos e as realizadas com repasses de recursos oficiais;

— manutenção da política de redução de subsídios diretos em geral e, em particular, continuidade da política de preços dos derivados de petróleo e do trigo, para que reflitam de maneira mais fiel a evolução dos custos de produção;

— eliminação de limite quantitativo prévio às operações ativas do Banco Nacional da Habitação, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Crédito Cooperativo, tendo em vista o caráter marcadamente social de suas atividades;

— prosseguimento da política de integração entre os orçamentos fiscais e monetário, visando à absorção gradativa, pelo primeiro, dos desembolsos que lhe são próprios,

mas que vinham sendo cobertos por expansão da base monetária.

### 2.4.3. Política creditícia

A absoluta prioridade concedida aos setores exportador, agrícola e energético continuou consubstanciada na assistência creditícia promovida pelas instituições financeiras a essas atividades.

Assim é que a despeito da política de contenção do crédito foram efetivados ajustes na programação monetária e nos orçamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de prover recursos adicionais a esses setores.

A atuação da política de crédito rural orientou-se fundamentalmente para elevar a produção de alimentos e para expandir as áreas destinadas à geração de energia a partir de fontes renováveis. Nesse sentido, foram adotadas, em 1981, as seguintes providências:

— manutenção do conceito de «conta em aberto» no orçamento monetário para as operações de custeio agrícola e comercialização de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos;

— preços mínimos compensadores e, no caso da safra 1981/82, com correção correspondente à variação do índice nacional de preços ao consumidor entre o período de fixação e o mês inicial de colheita dos produtos considerados;

— elevação de 20% para 25% sobre os depósitos líquidos do limite mínimo obrigatório que as instituições financeiras integrantes do sistema nacional de crédito rural deverão canalizar para as aplicações em crédito rural, com o objetivo de aumentar o aporte de recursos ao setor;

— dotação, no orçamento monetário, de recursos para o crédito rural, envolvendo expansão maior do que a atribuída ao conjunto das operações das autoridades monetárias.

Além disso, a interiorização da rede de agências, a instalação de postos avançados de crédito rural e de unidades de recebimento de proposta constituíram fator relevante para ampliar a assistência financeira à agropecuária,

funcionando, ademais, como importante instrumento de democratização do crédito, por facilitar o acesso dos pequenos e médios produtores a fontes institucionais de financiamento.

As operações realizadas pelas autoridades monetárias junto ao setor rural alcançaram o fluxo líquido de Cr\$ 539 bilhões, o que representou um incremento de 68,9% em relação ao saldo registrado em 80.

As operações de custeio agrícola no Banco do Brasil indicaram, em dezembro, saldo de Cr\$ 490 bilhões, com incremento de 88,9%. Esse comportamento resultou da prioridade concedida à realização desses financiamentos destinados ao plantio, tratos culturais e colheita, mostrando cabalmente o apoio oficial ao desenvolvimento da agricultura.

Assim, as mudanças introduzidas na política de crédito rural apresentaram resultados satisfatórios, segundo os seguintes indicadores de desempenho:

— a oferta de financiamento acompanhou as necessidades setoriais de custeio agrícola;

— o perfil da origem dos recursos alterou-se, com participação maior de fontes não oficiais;

— as instituições financeiras ajustaram-se aos procedimentos estabelecidos com agilidade e eficiência;

— em face da substancial redução dos subsídios à compra de fertilizantes químicos e minerais, seu emprego passou a efetuar-se com maior racionalidade, seja quanto à época das compras, seja quanto à quantidade utilizada.

A política de crédito às exportações orientou-se principalmente para o estímulo aos manufaturados e semimanufaturados. Nesse sentido, o Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX) registrou, ao final de 1981, o saldo de Cr\$ 185 bilhões, contra Cr\$ 96 bilhões no exercício anterior, ou seja, um incremento da ordem de 92,5%. Os financiamentos destinados à produção e comercialização de manufaturados exportáveis atingiram o saldo de Cr\$ 261 bilhões, com crescimento de 251,5% no ano.

No financiamento ao programa energético, destacaram-se as aplicações realizadas no Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), representados por Cr\$ 107 bilhões, que proporcionaram financiamentos de projetos in-

dustriais no valor de Cr\$ 59 bilhões e rurais de Cr\$ 48 bilhões.

Consolidando sua posição de banco social, a Caixa Econômica Federal, com o apoio do Banco Nacional da Habitação, atuou em programas que objetivam o atendimento às faixas populacionais de baixa renda, através de financiamento às cooperativas habitacionais e como agente de programas especiais.

Os financiamentos concedidos pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), administrado pela Caixa Econômica Federal, desde o seu início até novembro de 1981 atingiram a Cr\$ 34 bilhões. Nesse período, o FAS propiciou a construção de 20.125 salas de aula (proporcionando 1.777.116 novas matrículas), 35.962 leitos hospitalares e 4.269 enfermarias. Além disso, beneficiou 172 entidades sindicais na aquisição e construção de 210.480 m<sup>2</sup>.

As aplicações do FAS nos centros sociais urbanos desde 1975 beneficiaram uma população superior a 6.600 mil pessoas. No final de outubro de 1981, haviam sido inaugurados 284 dessas unidades.

Representando 97% do número de empresas, os micro, pequenos e médios estabelecimentos, responsáveis por apenas 15% do ativo imobilizado existente no País, contribuem com 42% da oferta nacional de emprego e 39% do faturamento brasileiro.

Essas empresas representam cerca de 94% da clientela do Banco do Brasil que, através de um sistema integrado de assistência técnica e financeira, atendeu a 2.000 empresas em 1981, com um total de financiamentos no montante de Cr\$ 7 bilhões.

A Caixa Econômica Federal, por seu turno, vem destinando apoio crescente a essas empresas, através do PAMICRO e do programa de financiamento ao capital de giro, com aplicações da ordem de Cr\$ 25 bilhões, beneficiando cerca de 24 mil empresas.

#### 2.4.4. *Política de mercado de capitais*

O rigor das políticas monetárias e fiscal adotadas em 1981, em consonância com os objetivos de desaceleração do processo inflacionário e saneamento das contas exter-

nas, não chegou a constituir fator impeditivo à obtenção de resultados auspiciosos no mercado de capitais.

Da política mais realista de correção monetária e a descompressão das taxas ativas de juros resultou movimento semelhante ao nível das taxas de captação, favorecendo sobremaneira a colocação de títulos federais, as emissões de títulos privados e a captação de recursos via depósitos de poupança. Esses últimos destacaram-se no ano, transformando-se no principal ativo financeiro, sendo que seu estoque, a partir de junho, superou o dos haveres monetários.

Recursos da ordem de Cr\$ 190 bilhões foram carreados para a capitalização das empresas, especialmente através da colocação de debêntures. A exemplo do que já ocorrera em 1980, essa modalidade de captação voltou a constituir importante alternativa de financiamento para as empresas.

A partir de abril, o mercado secundário de ações apresentou excelente desempenho. Os volumes negociados nas duas principais bolsas do País — Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e Bolsa de Valores de São Paulo — aumentaram substancialmente, facilitando em muito o lançamento de novos títulos.

Esse bom desempenho, num ano em que a economia experimentou adversidades, pode ser explicado pelo dinamismo com que se apresentou o mercado futuro. Implantado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 1980, durante 1981 suas operações chegaram a absorver 90% dos negócios diários realizados naquela entidade.

Em dezembro, com o objetivo de criar bases mais seguras para o desenvolvimento do mercado futuro, a Comissão de Valores Mobiliários baixou instrução limitando as operações a descoberto das sociedades corretoras, proibindo a aplicação de recursos próprios das bolsas no mercado e estabelecendo que, a partir de março de 82, as partes envolvidas em operações a futuro depositem garantias mínimas de 20% do montante das suas posições.

Sempre tendo presente que a regulação deve ser utilizada como mecanismo *auxiliar* de desenvolvimento do mercado, sem inibir as livres forças que nele atuam, mas coibindo excessos e protegendo o investidor, sobretudo o de menor porte, foram conceituadas pelo Conselho Mone-

tário Nacional as «situações anormais de mercado» para que a Comissão de Valores Mobiliários passasse a ter condições de corrigi-las e até mesmo de preveni-las.

Foi, também, modificada a estrutura administrativa das bolsas, ampliando-se a representatividade de seus Conselhos de Administração através da criação de cargos e representantes dos investidores, bem como fortalecendo sua área executiva para dar-lhes maior flexibilidade e dinamismo.

#### 2.4.5. Política de seguros

A política de seguros continuou atribuindo grande importância à expansão da atividade, adotando medidas destinadas a facilitar a ampliação do mercado, em harmonia com as tendências e os interesses econômicos e sociais do país.

Particular atenção foi dispensada pelos órgãos incumbidos de orientar, disciplinar e fiscalizar as operações do mercado (CNSP, SUSEP e IRB), visando a neutralizar os efeitos perversos da inflação sobre a atividade seguradora.

Dentro dessa linha, cabe destacar, entre outras, medidas postas em prática em 1981:

— aceleração do exame das instituições de previdência privada que haviam requerido autorização para funcionar (das 140 pretendentes, apenas 19 ainda dependem de estudos);

— abertura do mercado de seguros de pessoas a todas as empresas seguradoras de ramos elementares, antes sem acesso a essa área;

— reajustamento dos níveis de capital, tanto para sociedades seguradoras como para instituições de previdência privada;

— modificação no critério de cálculo do ativo líquido das sociedades seguradoras, passando-se a deduzir as participações diretas ou indiretas em entidades congêneres, instituições de previdência privada aberta ou departamentos próprios, proporcionando ao sistema nacional de seguros e capitalização condições mais adequadas para uma sadia competitividade no setor.

Apesar das dificuldades causadas pelo ritmo inflacionário em 1981, o esforço desenvolvido pelo sistema segura-

dor nacional tornou possível uma expansão da ordem de 90% na receita de prêmios em operações no país, cujo total se estima em Cr\$ 218 bilhões.

O expressivo montante registrado pela soma de recursos representativos do patrimônio líquido e das provisões técnicas (Cr\$ 195 bilhões, correspondente a cerca de 90% dos prêmios arrecadados), reflete bem o grau de solvabilidade do mercado e dá uma idéia da apreciável capacidade de inversão do sistema segurador como um todo, cujas aplicações globais (IRB mais sociedades seguradoras) já atingem o apreciável volume de Cr\$ 253 bilhões.

Com o crescimento da capacidade de absorção do mercado interno, apenas Cr\$ 7 bilhões foram transferidos para o exterior, o que representa 3,4% da totalidade dos prêmios gerados pelas operações de seguros no mercado nacional.

Por outro lado, não obstante os problemas causados por sucessivos prejuízos experimentados nas operações de resseguros realizadas no mercado externo — o que levou o IRB a restringi-las em 1981 — o intercâmbio global vem, nos últimos anos, proporcionando saldos positivos nesse item da conta de serviços do balanço de pagamentos, resultado que se repetiu, mais uma vez, no exercício de 1981.

## 2.5. COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

A maior restrição ao desempenho da economia brasileira residia, ao início de 1981, no desequilíbrio do balanço de pagamentos. A necessidade de financiamento do déficit em conta corrente acarreta dependência externa e custos crescentes dos recursos obtidos nos mercados financeiros internacionais, além de tornar a economia nacional mais vulnerável a variáveis de origem externa.

Tornava-se, portanto, imperioso que a política econômica em 1981 fosse conduzida no sentido de atenuar o desequilíbrio do setor externo da economia brasileira, objetivando a redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, através de resultado positivo na balança comercial.

Nesse sentido, a execução das políticas cambial e de comércio exterior esteve em perfeita consonância com as demais políticas econômicas voltadas ao controle da demanda e ao estímulo da oferta em setores prioritários da economia nacional.

A aplicação dessas políticas resultou em excepcional desempenho do comércio exterior em 1981. Registrou-se o maior superávit na balança comercial da história econômica do país (US\$ 1,2 bilhão), que havia apresentado déficit médio de US\$ 2,2 bilhões nos três anos anteriores e resultado negativo de US\$ 2,8 bilhões em 1980. Esse resultado é ainda mais significativo quando contraposto ao cenário desfavorável da economia mundial em 1981, caracterizado pelo crescimento econômico modesto de nossos principais parceiros comerciais, o recrudescimento das práticas protecionistas, a elevação das taxas de juros internacionais, a acentuada valorização do dólar norte-americano em relação às principais moedas européias e a queda nos preços

mundiais de certos produtos básicos da pauta de exportações brasileiras.

Assim, a combinação de políticas monetária e fiscal adequadas, o realismo da política cambial e o controle das importações do setor público explicam grande parte do resultado positivo alcançado na balança comercial.

### 2.5.1. *Exportações*

A evolução das exportações brasileiras nos últimos 15 anos mostra, inequivocamente, o enorme potencial da economia nacional para enfrentar os desafios impostos pela crise energética mundial e sua grande capacidade de resposta às políticas de estímulo. Não obstante nossas exportações, no período 1967-81, terem passado de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 23,3 bilhões, com taxa média anual de crescimento de 18,9%, o Brasil exporta atualmente uma proporção de seu Produto Nacional Bruto bastante inferior à da maioria dos países industrializados. É, lícito, portanto, supor que a taxa de expansão das exportações evoluirá ainda por longo período acima da taxa de crescimento da produção nacional, indicando assim o acerto da prioridade estabelecida no III Plano Nacional do Desenvolvimento.

O resultado alcançado em 1981 pelas exportações brasileiras foi expressivo: houve avanço de 15,7% em relação a 1980, atingindo o valor de US\$ 23,3 bilhões. Como mencionado anteriormente, esse resultado ganha maior relevância quando se consideram os fatores adversos ao comércio exterior ocorridos durante o ano, como o agravamento do quadro recessivo internacional, as elevações das taxas de juros e a queda dos preços internacionais de alguns produtos básicos.

As principais medidas de apoio às exportações brasileiras em 1981 foram as seguintes:

- reinstituição do crédito-prêmio às exportações de produtos manufaturados, posteriormente estendida aos comerciantes exportadores;
- fluxo de empréstimos da ordem de Cr\$ 174 bilhões (contra Cr\$ 28 bilhões em 1980), pela sistemática da Resolução n.º 674, do Banco Central do Brasil;

- fluxo de financiamento no montante de Cr\$ 85 bilhões, através do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX), contra Cr\$ 54,3 bilhões no ano anterior;
- empréstimos às empresas comerciais exportadoras com fluxo aproximado de Cr\$ 13 bilhões, pela sistemática da Resolução n.º 643, do Banco Central do Brasil. Em 1980, o valor desses financiamentos fora de apenas Cr\$ 4,2 bilhões.

O bom desempenho das exportações brasileiras deveu-se principalmente aos produtos manufaturados, cujas vendas cresceram 32,6%, tendo sua participação no total evoluído de 44,7% em 1980 para 50,9% em 1981. Vale mencionar, também, a crescente penetração de nossos produtos manufaturados em novos mercados, notadamente nos países em vias de desenvolvimento, além da extraordinária diversificação de nossa pauta.

Os produtos básicos responderam por 39,0% do valor total das exportações, tendo crescido 7% em 1981, enquanto os semimanufaturados, responsáveis por 9,0% da receita, apresentaram queda de 11% em relação às vendas externas efetuadas no ano anterior.

A análise setorial das exportações revela que, na pauta de produtos básicos, os produtos que mais se destacaram foram: farelo de soja (com crescimento de 24,4% em relação a 1980), minério de ferro (18,7%), café em grão (16,8%), açúcar demerara (6%), soja em grão (5,3%) e fumo em folhas (4,4%). O desempenho da soja (farelo e grão), cujas vendas atingiram US\$ 2,4 bilhões, devido ao aumento de 12,6% no preço médio e de 7,9% no volume embarcado, a situou como principal produto da pauta das exportações, seguida de minério de ferro, cujas vendas ao exterior atingiram US\$ 1,6 bilhão, com incremento de 7,2% em relação a 1980.

Vale mencionar também a contribuição das exportações de açúcar demerara (US\$ 525 milhões), as quais permaneceram praticamente constantes, de carnes de aves e bovinos (US\$ 438 milhões), cujo crescimento foi de 83,3% e de fumo em folhas (US\$ 350 milhões) com aumento de 28,1% sobre o valor de 1980.

O volume embarcado de produtos semimanufaturados cresceu, em 1981, 27,5%, não obstante as vendas terem declinado em valor. Os principais produtos desse grupo —

óleo de soja em bruto, pastas químicas, ferros ligas e «liquor» de cacau — apresentaram elevação de receita, embora tivessem sofrido queda de seus preços médios.

Os produtos que mais sobressaíram na pauta dos manufaturados foram: material de transporte (com crescimento de 17,4% em relação a 1981); caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos (13,1%); produtos siderúrgicos manufaturados (6,2%); suco de laranja (5,6%); calçados (5,0%) e máquinas, aparelhos elétricos e objetos destinados ao uso elétrico (4,9%).

As exportações de material de transporte representaram US\$ 1,9 bilhão, num crescimento de 42,7% em relação ao ano anterior. A maior concentração de vendas desses produtos deu-se na América Latina, Ásia e África, valendo ressaltar a abertura de novos mercados nesses continentes, especialmente o da China, o que amplia as perspectivas do setor para os próximos anos. As vendas externas de caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos atingiram US\$ 1,4 bilhão, com aumento de 15,3%, e as de produtos siderúrgicos US\$ 676 milhões, com crescimento de 16,4%. Os desempenhos de suco de laranja (US\$ 609 milhões — 96,2%) e calçados (US\$ 544 milhões — 49,4%) foram extraordinários, beneficiando-se de condições peculiares do mercado internacional. As exportações de caldeiras, máquinas e instrumentos mecânicos, bem como de produtos siderúrgicos, beneficiaram-se dos efeitos da redução dos investimentos sofrida pelos principais parceiros comerciais do país.

### 2.5.2. Importações.

Em conseqüência das medidas econômicas mencionadas, as importações brasileiras registraram queda de — 3,8% em 1981, contra aumento de 26,9% verificado no ano anterior. O total das compras externas foi de US\$ 22,1 bilhões, contra US\$ 22,9 bilhões em 1980.

Não obstante o rígido controle exercido sobre as importações, as compras de petróleo e nafta, representando aproximadamente 48% do total, levaram a maior dispêndio de divisas, fruto da elevação dos preços internacionais desses produtos. O valor ainda elevado das importações brasileiras, que decresceram 7% em relação a 80, foi devido basicamente ao aumento generalizado de preços inter-

nacionais. As quantidades importadas dos demais produtos experimentaram um decréscimo de 14% em relação a 1980.

As principais medidas de controle das importações adotadas em 1981 foram:

- manutenção do imposto sobre operações financeiras nas importações de bens e serviços;
- fixação de limites rígidos para as importações do governo e das empresas estatais, constituindo exceção apenas as compras externas destinadas à prospecção e produção de petróleo no país;
- manutenção das medidas adotadas no sentido de que as importações de determinadas matérias-primas, bens de capital e de consumo durável, ficassem condicionadas à obtenção, por parte do importador, de financiamento no exterior.

### 2.5.3. Política cambial, reservas e endividamento externo.

Ao lado das políticas monetárias e fiscal executadas pelo governo em 1981, a política cambial se destacou como uma das responsáveis pelo resultado alcançado na balança comercial.

A prática de acelerar as desvalorizações, não levando em conta a inflação externa, permitiu real aumento da taxa de câmbio, em benefício do exportador. Até o final de dezembro, ocorreram 35 minidesvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar, a um intervalo médio de 10,4 dias e taxa acumulada média de 1,93% em cada reajuste. A desvalorização acumulada no ano chegou a 95,1%, contra uma variação no INPC da ordem de 91,2% e da inflação nos principais parceiros de comércio do Brasil em moeda conversível da ordem de 9,8% (taxa até outubro, anualizada).

Os efeitos favoráveis dessa política foram no entanto em parte erodidos pela valorização do dólar norte-americano em relação às moedas européias e japonesas, principalmente. O governo procurou compensar os efeitos negativos dessa valorização do dólar sobre as exportações brasileiras através do retorno a incentivos fiscais e da expansão do crédito subsidiado às exportações.

Relativamente ao endividamento externo, objetivou-se em 1981, a redução da expansão da dívida em termos reais e a obtenção de recursos externos no montante necessário ao financiamento do déficit do balanço de pagamentos em transações correntes.

Entre as medidas implementadas pelo Banco Central do Brasil no corrente ano, tendo como objetivo estimular (direta ou indiretamente) a contratação de recursos no mercado financeiro externo, podem ser citadas:

- a Resolução n.º 673, de 21.01.81, que liberou as taxas de juros cobrados pelos Bancos Comerciais e de Investimentos em suas operações ativas, com exceção das referentes a operações típicas de crédito rural, das realizadas mediante repasse de recursos externos, as refinanciadas com recursos de instituições financeiras oficiais e de outras sujeitas a regulamentação específica. Uma das intenções dessa medida foi elevar o custo dos empréstimos obtidos com recursos internos, induzindo, portanto, a uma maior contratação de empréstimos externos;
- a Resolução n.º 705, de 18.09.81, que estabeleceu um limite para o crescimento das operações das sociedades de arrendamento mercantil para o período entre 18.09.81 e 31.12.81 (expansão de 16,5%, incidente sobre o valor das operações de arrendamento em 31.12.80), excluindo desse teto as operações realizadas com lastro em recursos externos;
- a Resolução n.º 710, de 04.12.81, reduziu pela metade (de 180 para 90 dias) o prazo mínimo para os repasses, internamente, de recursos externos obtidos através da Resolução n.º 63. Esta redução no prazo de tomada dos empréstimos resultará em diminuição da incerteza quanto ao custo dos recursos para o tomador interno, representado pelas desvalorizações futuras do cruzeiro, estimulando portanto a realização dos referidos repasses.

Cabe mencionar também, no campo da política cambial e de comércio exterior, a importante contribuição do Banco do Brasil, através das seguintes atividades:

- instituição de programas especiais de captação de recursos, principalmente via atuação de centros em

Nova Iorque, Londres e Cingapura (Funding centers);

- instalação do sistema «International Banking Facilities» (IBF's) junto às agências nos Estados Unidos, com o objetivo de fortalecer o seu poder de competição naquele mercado, o que constituirá valioso instrumento de apoio às nossas transações internacionais;
- incremento das atividades de «leasing», o que tem reforçado a capacidade de competição do Banco na comunidade financeira internacional, além de constituir importante instrumento de apoio ao comércio exterior brasileiro;
- criação de nova subsidiária para atuar no ramo de turismo. Tal medida criará melhores condições para que possamos inverter a tendência deficitária na conta de serviços do balanço de pagamentos;
- apoio integral à participação de empresas brasileiras em feiras e exposições internacionais — Hanover, Lisboa, Santiago, Lima, Caracas, México e Estados Unidos (Brasil Export 81) — medida que tem constituído excelente meio de promoção de nossos produtos.

Além disso, e como resultado de entendimentos governamentais em favor do aprofundamento das relações bilaterais nos campos comerciais e econômico-financeiro com o Iraque, assinou-se, em 1981, o acordo entre o Banco do Brasil e o Rafidain Bank, de Bagdá, para a criação do Banco Brasileiro-Iraquiano S.A., que terá sede no Rio de Janeiro e operará como banco comercial, inclusive em câmbio, atendendo principalmente às transações derivadas de intercâmbio comercial e financeiro entre os dois países.

Em conseqüência das políticas adotadas, foi possível não só lograr financiamento adequado para o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos como elevar o nível de reservas internacionais do país. Estas ascenderam a US\$ 7,5 bilhões ao final de 1981, superando em US\$ 592,4 milhões o nível de dezembro de 1980.

O saldo de dívida externa alcançou, ao final de 1981, o valor de US\$ 61,4 bilhões, com crescimento de apenas 14,1% sobre o saldo de fins de 1980. Deduzindo-se as re-

servas verifica-se que a dívida líquida cresceu 15% em 1981, contra aumento de 16,7% em 1980.

Quanto à composição da dívida, verificou-se em 1981 a continuada importância dos empréstimos em moeda, que passaram a representar perto de 74% do total da dívida. Tal resultado se deveu em parte à fixação de limites à expansão dos empréstimos bancários com recursos internos, o que induziu à maior procura de crédito externo por parte das empresas. Finalmente, cabe assinalar que a dívida pública externa ascendeu a 67,8% do total, contra 69% em 1980.

#### 2.5.4. *Captação de recursos externos e juros internacionais.*

Os níveis elevados das taxas de juros caracterizaram o comportamento do mercado financeiro internacional no decorrer de 1981. Embora não alcançando os recordes do final de 1980, as taxas estiveram, em termos médios, superiores. Assim, a taxa interbancária de Londres — «Libor» — para empréstimos em dólares a prazo de 6 meses situou-se, em média anual, em 16,8%, tendo seus valores oscilado entre 19,7% e 12,6%, enquanto em 1980 a média foi de 13,9%, com um máximo de 19,9% e um mínimo de 8,9%. O mesmo observou-se com a «prime rate» norte-americana, que, no decorrer de 1981, oscilou entre 20,5% e 15,75%, comparativamente com 21,5% e 11,0% verificadas em 1980.

As taxas de juros foram fortemente influenciadas pela manutenção de políticas monetárias restritivas nos países industrializados, com o objetivo de reduzir a inflação. Nos Estados Unidos, o «Federal Reserve» manteve, no decorrer do ano, rígido controle do crescimento dos agregados monetários — o que, juntamente com as pressões exercidas pelo déficit do orçamento federal, contribuiu para o agravamento da tendência altista dos juros.

Em decorrência do comportamento dos juros cobrados nos Estados Unidos, as taxas para os empréstimos em dólares no Euromercado apresentaram variações análogas às da «prime». Com a queda das taxas americanas no final do 3.º trimestre, a «Libor» chegou a 12,6% no dia 25 de novembro e em seguida apresentou ligeira recuperação, encerrando o ano ao nível de 15,0%.

Como já assinalado, durante o exercício de 1981 foram contratados no exterior recursos suficientes para assegurar ao país o financiamento de seu déficit em conta corrente, além de possibilitar aumento das reservas internacionais. Mesmo com os níveis elevados das taxas de juros internacionais, a captação de recursos externos contou com a melhoria da liquidez nos mercados financeiros, ocasionada, em parte, pelo menor crescimento econômico dos países industrializados.

A captação de recursos externos em 1981 atingiu US\$ 17.343,7 milhões, apresentando um crescimento de 26,2% em relação ao ano anterior. Neste total devem ser incluídos US\$ 1.137,9 milhões, referentes ao «Carry-over» de 1980, ao mesmo tempo em que devem ser excluídos US\$ 2.498,6 milhões captados em 1981 com ingressos previstos em exercícios futuros, assegurando, já para 1982, recursos da ordem de US\$ 2.143,7 milhões. Os empréstimos obtidos através da Resolução n.º 63 alcançaram US\$ 6.194,9 milhões — um crescimento de 65,0% em relação ao ano anterior. Dos recursos carreados ao amparo da Lei n.º 4.131, que somaram US\$ 10.511,2 milhões (aumento de 19,0%), merecem destaque a captação, via operações diretas e «club deals», no montante de US\$ 7.568,9 milhões, e operações sindicalizadas no total de US\$ 1.406,0 milhões.

#### 2.5.5. *Balanço de pagamentos.*

Estimativas preliminares para o balanço de pagamentos de 1981 indicam superávit de US\$ 600 milhões, em decorrência, basicamente, do significativo ingresso de capitais ocorrido no último trimestre do ano.

A balança comercial — superavitária um US\$ 1,2 bilhão — após registrar déficit de US\$ 2,8 bilhões em 1980, contribuiu efetivamente para a redução, estimada de US\$ 1,8 bilhão, no déficit em transações correntes. Observe-se que essa melhoria poderia ter sido ainda mais significativa não fossem as elevadas taxas de juros incidentes sobre o endividamento externo, o que fez com que o dispêndio líquido com juros se elevasse em US\$ 2,7 bilhões sobre o valor de 1980. Desta forma, o déficit de serviços registrou elevação de 22,4% em 1981, situando-se em US\$ 12 bilhões (exclusive reinvestimentos).

Estima-se que o movimento líquido de capitais tenha se situado em US\$ 11,5 bilhões, US\$ 2,8 bilhões de financiamentos de importações e empréstimos de organismos internacionais e agências governamentais, US\$ 7,8 bilhões de amortizações de empréstimos e financiamentos a médio e longo prazos, sendo os restantes US\$ 15,0 bilhões (líquido) derivados de lançamento de bônus (US\$ 60 milhões), de empréstimos em moeda (Lei n.º 4.131 e Resolução n.º 63), do fluxo líquido de empréstimos e financiamentos brasileiros ao exterior e do movimento de curto prazo.

## 2.6. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A ação governamental nos setores de indústria e comércio visou ao aumento das exportações e redução das importações, atendendo assim à prioridade econômica de regularização das contas externas do país, bem como ao desenvolvimento de programas de economia e substituição de energia. Ainda no âmbito das políticas industrial e mercantil, procedeu-se a iniciativas de elevado alcance social, a par de sua importância econômica.

Assim, malgrado o fraco desempenho de alguns setores industriais, notadamente de segmentos produtores de bens de capital e de consumo durável — fruto da necessidade de adaptação da economia brasileira às novas condições impostas pela «segunda crise do petróleo» — obtiveram-se resultados auspiciosos com relação às prioridades citadas. A contribuição das políticas industrial e comercial, conjugadas ao esforço produtivo do trabalho e do capital das empresas privadas e estatais, foi de fundamental importância para a obtenção do saldo comercial de US\$ 1.200 milhões em 1981, tendo em vista a destacada contribuição das exportações de produtos manufaturados e da substituição de importações de bens de capital e insumos industriais.

### 2.6.1. Apoio às exportações

Vale destacar, dentre as ações governamentais visando ao aumento das exportações de produtos industriais, o programa desenvolvido pela Comissão de Benefícios Fiscais às Exportações (BEFIEEX).

Em 1981, a BEFIEEX celebrou 33 novos contratos significando compromissos de exportação avaliados em US\$ 9,4 bilhões e saldo líquido de divisas de US\$ 6,8 bilhões. Desses contratos, 22 são de empresas nacionais.

No ano de 1981, as exportações realizadas pelos 131 programas em execução pela BEFIEX representaram cerca de 20% das vendas de produtos manufaturados ao exterior. Os citados compromissos de exportação somarão vendas não inferiores a US\$ 34,5 bilhões, com a garantia de um ganho líquido de divisas de, no mínimo, US\$ 317,1 bilhões.

Os investimentos envolvidos pelos programas aprovados pela BEFIEX até o final de 1981 atingiam US\$ 14 bilhões, em parte já realizados, e geraram 92 mil empregos diretos. As compras de bens de capital no mercado interno, como resultado da implantação desses projetos, superaram US\$ 3,9 bilhões.

### Siderurgia

O superávit da balança comercial de produtos siderúrgicos, em 1981, alcançou US\$ 139 milhões, correspondente a um aumento de 88% sobre o ano anterior, tendo as exportações atingido a cifra de US\$ 688 milhões. Ressalte-se o esforço do grupo SIDERBRÁS para elevar o volume de suas exportações, que alcançaram US\$ 288 milhões, ou seja, 42% do total das vendas externas do setor siderúrgico.

### Papel e celulose

O II Programa Nacional de Papel e Celulose, coordenado pelo CDI, possibilitará a expansão dessa indústria e a geração de excedentes exportáveis, contribuindo para aumentar a sua participação no mercado internacional que, em 1981, foi da ordem de US\$ 500 milhões.

### Apoio tecnológico

Além da participação direta nas exportações de outros dois importantes produtos agroindustriais, café e açúcar, cujos resultados foram assinalados no capítulo referente à agricultura, o Ministério da Indústria e Comércio atuou visando a propiciar o aumento da competitividade industrial e da capacidade produtiva de bens e serviços, dentro dos padrões técnico-econômicos internacionais. Também a promoção de nossos produtos no exterior, através de feiras e exposições, conta com participação intensiva do Ministério.

A implementação do Plano Nacional de Normalização e Certificação de Conformidade às Normas Brasileiras, pela Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) e INMETRO, em conjunto com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outros órgãos e entidades governamentais e privados que atuam no setor, têm proporcionado a intensificação da criação de normas brasileiras, em setores prioritários como o eletro-eletrônico, o metal-mecânico, construção civil e os de consumo popular.

Em 1981, foram registrados 561 normas que, somadas às existentes, perfazem 2.070 normas registradas, contra as 1.509 do ano anterior, conferindo ao produto industrial brasileiro redução de custos e melhoria da qualidade, como o conseqüente aumento do seu poder de competição.

A STI aprovou diversos projetos no âmbito de seu programa «Adequação Tecnológica às Exigências Técnico-Econômicas do Mercado Internacional», notadamente nas áreas de desenho industrial, controle de qualidade e aumento de produtividade, bem como na capacitação laboratorial dos institutos tecnológicos, objetivando criar condições favoráveis à exportação de produtos industriais brasileiros.

#### Comércio, turismo e outros serviços

A necessidade de incentivar o turismo como fonte de divisas levou a EMBRATUR a se voltar ativamente para a promoção do turismo receptivo. De suas iniciativas, destacam-se a consolidação dos pontos de apoio ao turismo brasileiro em Frankfurt e Nova Iorque, a implementação do programa «Portões de Entrada do Norte e Nordeste» e providências para viabilizar a realização de congressos internacionais no Brasil, que possibilitarão, em 1982, a vinda de cerca de 42.000 turistas.

A ação da EMBRATUR concorreu para que, em 1981, visitassem o Brasil aproximadamente 1,3 milhão de turistas. O crescimento observado foi da ordem de 4,5%, gerando receitas de US\$ 1,4 bilhão e garantindo a obtenção de superávit na conta Turismo do balanço de pagamento.

#### Promoção comercial

A promoção comercial, realizada pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial, em apoio às exportações de

produtos industrializados, se fez mediante a participação em 22 feiras e exposições, promovendo a vinda de 174 importadores selecionados, com um dispêndio total de recursos da ordem de Cr\$ 28 milhões.

Trabalhos sobre comportamento das exportações de serviços e entendimentos junto à comunidade técnico-científica internacional foram realizados pela Comissão Nacional da Indústria de Construção Civil (CNICC), a fim de propiciar orientação aos empresários brasileiros para uma maior participação no mercado externo de serviços de engenharia.

### 2.6.2. *Substituição de importações*

Com relação a esse objetivo agiu o Ministério da Indústria e Comércio como indutor de investimentos, agente financeiro e incentivador de novas técnicas, além da ação direta através das empresas governamentais vinculadas ao Ministério.

Através da coordenação dos programas tecnológicos pela STI, da siderurgia pela SIDERBRÁS, de insumos básicos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), e de barrilha pela Cia. Nacional de Álcalis, o MIC adotou uma série de medidas visando à auto-suficiência interna e, em alguns casos, à obtenção de excedentes exportáveis.

No que se refere à tecnologia, a STI aprovou 12 projetos no âmbito de seu programa «Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias Substitutivas de Importações», em que aplicou Cr\$ 81 milhões.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) intensificou, em 1981, o sistema de articulação com centros tecnológicos, órgãos governamentais e entidades de classe, objetivando não só conhecer a oportunidade e a validade da importação de cada tecnologia ou serviço técnico mas também estabelecer medidas de proteção e estímulo às tecnologias desenvolvidas no país.

No âmbito da normalização técnica situa-se a padronização, pelo CONMETRO, de tubos de televisão colorida, que permitirá, através da produção interna em larga escala, substituir importações em torno de US\$ 140 milhões anualmente. Enfatize-se, pela sua importância, a atenção que está sendo dada à *normalização*, ainda incipiente no

Brasil, que proporcionou que se passe de 1.500, em 1980, para mais de 2.000 normas, ao passo que cerca de 10.000 são urgentemente requeridas.

### Bens de capital

Num período desfavorável para muitas empresas que compõem o setor, o BNDE manteve o apoio à indústria de bens de capital, objetivando sustentar e consolidar a posição já alcançada, em termos de participação nacional, nível tecnológico e capacitação produtiva.

No setor de equipamentos odonto-médico-hospitalares, a ação conjunta do CDI com o Sindicato Nacional de Equipamentos Médicos e Odontológicos (SINAEMO) e entidades afins, criando oportunidades de investimentos, propiciou significativa redução de importações.

Na área da informática, o CDI e SEI vêm mantendo estreita articulação de modo a promover a indústria nacional e preencher segmentos internos produtores de microeletrônica, de equipamento de controle de processos e de mecânica fina.

### Insumos básicos

As importações de metais não-ferrosos comportaram-se, em 1981, dentro das previsões do Sistema Coordenado de Abastecimento e apresentaram uma redução de 35%, alcançando 485 milhões de dólares, contra US\$ 757 milhões no ano anterior.

### Barrilha

A produção nacional de barrilha, sob responsabilidade da Companhia Nacional de Álcalis, no exercício de 1981 superou em 7,1% aquela realizada no ano anterior, atingindo o recorde de 188,2 mil toneladas, o que, aliada à redução do consumo interno, provocou a diminuição de 50% nas importações desse insumo.

A participação da produção nacional de barrilha no abastecimento interno evoluiu de 38% para 68% no período 1979-81.

### Não-ferrosos

Foram aplicados recursos de cerca de Cr\$ 55 bilhões no setor, cabendo ao BNDE importante função no apoio fi-

nanceiro e empreendimentos na área do cobre (CARAIBA METAIS), alumínio (ALBRÁS ALUNORTE) e zinco (PARAIBUNA METAIS).

Merece destaque a implantação de três projetos pioneiros no país aprovados pelo CONSIDER: produção de níquel eletrolítico pela Cia. Níquel Tocantins, magnésio metálico pela BRASMAG e óxido de cobalto, níquel eletrolítico e sulfato de cobre, pelos projetos Americano do Brasil e da METAGO, no Estado de Goiás.

#### Químico-farmacêuticos

Registra-se a entrada em operação e a continuidade da implantação de projetos nas áreas de antibióticos, enzimas, insulina, glicose, vitamina C, hormônios esteróides e vacinas, o que evitará futuras importações e reduzirá a dependência externa desse setor.

Cabe ressaltar o convênio firmado entre a CEME, o BNDE e o CDI, objetivando produzir fármacos de maior consumo, constante da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

#### 2.6.3. Apoio à política social

O MIC intensificou suas ações nas áreas de indústria e comércio visando à redução das desigualdades sociais e regionais, à democratização das oportunidades de emprego, desburocratização e regulação das relações de consumo, no sentido de atender à ênfase social da política federal.

#### Desconcentração econômica

Visando à desconcentração econômica, o MIC concedeu, em 1981, incentivos que beneficiaram novos empreendimentos, localizados principalmente no Nordeste (46%), Sudeste (34%) e Sul (20%), com investimentos fixos previstos da ordem de Cr\$ 138 bilhões — 450% mais elevados que os do ano anterior. Essas iniciativas contribuíram fortemente para o emprego de matérias-primas e insumos regionais e a melhoria da distribuição da renda e do nível de emprego.

Em apoio às pequenas e médias empresas comerciais, aplicaram-se, em 1981, Cr\$ 17 milhões, através do Programa Integrado de Desenvolvimento Comercial, com vistas à

modernização e racionalização da atividade comercial, abrangendo a assistência técnica e o treinamento gerencial e operacional. O programa beneficiou aproximadamente 1.500 empresas de pequeno porte, 4.300 empresários e 19.200 empregados do setor.

#### Relações comerciais

Foi objeto de especial atenção, encontrando-se em fase final de elaboração, anteprojeto de lei que regulará o relacionamento mercantil dos diversos agentes envolvidos nos processos de produção e comercialização, resguardando-se de forma explícita os direitos do consumidor.

Ainda neste setor foram implementadas diversas medidas nas áreas de normalização e metrologia legal, tendo o INMETRO aferido aproximadamente 2 milhões de instrumentos e intensificado a fiscalização, em todo território nacional, de mercadorias acondicionadas, especialmente as de consumo essencial.

#### Assistência social

No decorrer de 1981, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) destinou recursos da ordem de Cr\$ 168,3 milhões para assistência ao trabalhador em 16 Estados, com oferta de serviços médico-odontológicos, através de rede de hospitais, postos médicos e ambulatórios.

No setor cafeeiro, foram intensificados programas de «Melhoria de Infra-estrutura nas Propriedades Cafeeiras», «Incentivo às Sociedades de Cafeicultores» e de «Melhoria da Infra-estrutura Regional», com aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 1,7 bilhão, contribuindo para a redução do êxodo rural.

A necessidade de apoio à população residente nas áreas de seringais nativos, na região amazônica, levaram a SUDHEVEA a prestar ampla assistência social aos seringueiros e suas famílias, tendo aplicado recursos que atingiram a Cr\$ 283 milhões em 1981.

Dentre as ações realizadas pela SUDHEVEA no campo social, merecem destaque: a revenda de bens de consumo aos seringalistas e seringueiros, que alcançou 13 mil toneladas em 1981; o atendimento médico-odontológico através de embarcações próprias e a assistência educacional a

14.000 alunos, prestada mediante convênios abrangendo 475 escolas nos seringais dos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas.

### Geração de empregos

No que se refere à geração de empregos e medidas de fixação do homem ao campo cabe menção à participação do PROÁLCOOL, criador de 120 mil empregos diretos e que, ao atingir a meta de 10,7 bilhões de litros, estará empregando 400 mil trabalhadores. Em consequência, cerca de 2 milhões de pessoas dependerão diretamente da renda gerada pela produção de álcool.

Igualmente relevante foi o apoio do BNDE ao transporte urbano, através da assistência a projetos de expansão e melhoria da rede integrada de transporte de massa, notadamente o sistema ferroviário das regiões metropolitanas do país e os metrô do Rio de Janeiro e São Paulo.

#### 2.6.4. *Desburocratização e descentralização administrativa*

No sentido de reduzir as formalidades e despesas para a constituição e extinção de empresas, o MIC, através do Departamento Nacional de Registro do Comércio, juntamente com o Ministério da Desburocratização, suprimiu e cancelou as providências consideradas acessórias e dispensáveis.

Dentre essas medidas destaca-se a contribuição para o advento da Lei nº 6.939/81, que alterou profundamente o Registro do Comércio ao instituir o registro sumário nas juntas comerciais, restringindo drasticamente os documentos exigíveis para registro ou arquivamento de empresas. A partir dessa lei, a quase totalidade dos atos levados ao Registro passarão a ser efetuados em até 72 horas.

Destaca-se igualmente a unificação dos registros comerciais e do CGC, constituído de um só formulário simplificado para o registro das firmas individuais, que constituem cerca de 60% do movimento das juntas comerciais.

No sentido de descentralizar o processo de tomada de decisões e fortalecer os Estados, o MIC intensificou esforços desativando as delegacias estaduais, transferindo para as Secretarias Estaduais de Indústria e Comércio uma série de atribuições que antes lhe estavam afetas. Tal iniciativa,

aliada à implementação do Sistema Integrado de Órgãos Governamentais da Indústria e do Comércio (SISNIC), concorreu para a compatibilização das políticas de indústria e comércio, aos níveis nacional e regional.



## 2.7. INTERIOR E COORDENAÇÃO REGIONAL

### 2.7.1. *Desenvolvimento da Amazônia*

A ação federal na Amazônia concentra-se na gradativa ocupação e integração da área, permitindo a exploração racional de seus recursos naturais, principalmente nos setores agrícola, mineral e florestal e, ao mesmo tempo, a execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural.

Ao longo de 1981 prosseguiram o esforço de fomento ao desenvolvimento regional. Um dos grandes instrumentos de apoio ao desenvolvimento da região é representado pelos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, para os quais foram destinados 7 bilhões de cruzeiros, exclusive operações de crédito no exercício.

O mais importante desses programas é o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), a cujos segmentos na área de jurisdição da SUDAM foram destinados Cr\$ 4,3 bilhões.

Esses recursos foram distribuídos aos 11 pólos sob sua jurisdição (dos 16 que compõem o Programa), permitindo a realização de múltiplas obras e ações nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, educação, energia, indústria, serviços, saúde, saneamento, recursos humanos, transportes e ciência e tecnologia.

Os outros programas especiais na região são o Programa de Recuperação Sócio-Econômica do Nordeste Paraense (PRONORPAR) e o Programa Especial de Desenvolvimento Regional e Infra-Estrutura do Complexo de Alumínio ALBRÁS/ALUNORTE, este em estreita vinculação com o Programa Grande Carajás.

A SUDAM aprovou, no exercício de 1981, 39 novos projetos, correspondendo a um investimento total de 43

bilhões de cruzeiros. O Fundo de Investimento da Amazônia (FINAN) obteve, em 1981, uma receita de 13,1 bilhões de cruzeiros, contra 5,9 bilhões em 1980.

O Banco da Amazônia S.A. (BASA) cumpriu, no exercício de 1981, sua missão de apoio ao desenvolvimento da região, atingindo o saldo de suas aplicações globais no final do ano 80,4 bilhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ 34,3 bilhões em operações de crédito para fomento.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), apesar das limitações impostas às suas importações, prosseguiu no seu esforço de consolidação industrial de Manaus, e de apoio ao desenvolvimento de outras áreas da Amazônia Ocidental. Foram aprovados, em 1981, 40 projetos industriais, os quais, quando em operação plena, vão oferecer cerca de 12.600 novos empregos diretos. Foram igualmente aprovados 68 programas especiais de exportação, que deverão traduzir-se em exportações de 10 bilhões de dólares, contra 1,6 milhão de importações, contribuindo para gerar superávit na balança de comércio exterior, na área de influência da Zona Franca.

### 2.7.2. *Desenvolvimento do Nordeste*

As preocupações do governo federal no Nordeste, sempre voltadas para a criação de condições econômicas, sociais e políticas que permitam redução significativa da disparidade entre os níveis do desenvolvimento nordestino e o do restante do país, permaneceram, em 1981, concentradas num problema típico da região: o da captação e uso da água.

A persistência e o agravamento, em 1981, da estiagem, que já atingira a região nos dois anos anteriores, exigiram a realização de um grande esforço emergencial visando a reduzir ao mínimo os sofrimentos provocados pela escassez de alimentos e empregos. Mudou-se, em 1981, a prioridade no emprego da mão-de-obra alistada nos programas emergenciais, passando-se a dar ênfase à construção de obras públicas e de interesse comunitário.

Durante o ano de 1981, iniciaram-se os trabalhos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio São Francisco (PLANVASF). A concepção deste trabalho é reunir esforços coordenados de todos os órgãos

federais e estaduais que atuam sobre os diversos aspectos que compõem a estrutura básica do aproveitamento do vale, tais como irrigação, geração de energia, abastecimento de água e navegação, abrangendo o conjunto de atividades econômicas e sociais da bacia.

Um dos grandes instrumentos com que a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) conta para a promoção do desenvolvimento regional é o conjunto de Programas Especiais de Desenvolvimento Regional voltados para a região, quais sejam: O Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste (Projeto Sertanejo), o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste e o Programa Especial de Apoio às Populações pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste.

Em 1981, foram destinados 21,7 bilhões de cruzeiros para esses Programas Especiais, exclusive operações de crédito. Os segmentos de crédito foram contemplados com 18,5 bilhões de cruzeiros.

No que se refere ao POLONORTE, programa criado com o objetivo de elevar o padrão de vida da população rural nordestina situada em algumas áreas prioritárias, promovendo integralmente o produtor de baixa renda através da melhoria sócio-econômica do seu nível de vida e do de sua família, deve destacar-se o atingimento, até 1981, dos seguinte resultados:

a) em atividade diretamente produtivas: prestação de assistência técnico-agronômica a cerca de 218 mil produtores e a 650 cooperativas, emissão de 20 mil títulos de posse de terra e aquisição de 45,3 mil ha de terras para redistribuição a agricultores não proprietários;

b) em infra-estrutura social: construção, reforma ou equipamento de 202 unidades escolares e de 187 unidades de saúde; perfuração de 1.770 poços com chafariz e lavanderia e 105 açudes para atendimento de pequenas comunidades;

c) em infra-estrutura econômica: construção de 1.266 km de estradas vicinais, visando a melhorar o sistema de escoamento da produção.

Quanto ao Projeto Sertanejo, cujo objetivo é o fortalecimento econômico da região semi-árida através da promoção de maior resistência das atividades agropecuárias aos efeitos da seca, já foram instalados 76 núcleos, cobrindo uma área de mais de 250 mil km<sup>2</sup>, com 680 mil beneficiários potenciais e 42 mil agricultores inscritos, estando em fase de instalação outros 31 núcleos. Foram aplicados, no exercício de 1981, 2,6 bilhões de cruzeiros de recursos de crédito rural na contratação de financiamentos para 2.005 projetos de investimento.

Através do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste, cujos objetivos são a diversificação e interiorização do processo de industrialização do Nordeste e a intensificação da utilização dos produtos agrícolas da região, foram aprovados 14 novos projetos. O Programa contou com linhas de crédito da ordem de 1,3 bilhão de cruzeiros.

No que se refere ao Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste, foram concluídos 17 açudes em 6 Estados, havendo outros 19 em construção. Já estão concluídas duas obras de perenização de rios, as do Jaguaribe (CE), com o aproveitamento do açude Orós e a do Pontal (PE), com o aproveitamento do açude Cruz de Salina, estando outras 9 em construção, as quais beneficiarão uma população superior a 1 milhão de pessoas. Também já foram concluídos 71 km de adutoras, estando outros 95 km em construção, devendo beneficiar 100 mil pessoas. Destaca-se também a conclusão de obras de perfuração e instalação de 1.046 poços, beneficiando 422 mil pessoas, e estão instalados e em operação outros 6.330, beneficiando 3,6 milhões de pessoas.

Além dessas obras, o governo federal vem apoiando a construção das grandes adutoras do Sertão (AL) e do Alto Sertão (SE), bem como as obras dos complexos de captação, reserva, adução e abastecimento de água de João Pessoa e Campina Grande (PB), e de Fortaleza, no Ceará.

Quanto ao Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste, concentrou-se basicamente no atendimento das necessidades mais urgentes da população de baixa renda, através do reforço à promoção do desenvolvimento social nas áreas de educação, saúde e habitação. Durante o ano de 1981,

registraram-se os seguintes resultados principais: vacinação de 71 mil pessoas, assistência superior em alimentação a 31 mil pessoas, ampliação e melhorias em 50 unidades de saúde, construção de 397 cantinas escolares, construção de 28 salas de aula e recuperação de 45 prédios escolares, atendimento de 84 mil alunos com material escolar e de 37 mil com merenda escolar, execução de obras de saneamento básico em 698 casas e de saneamento ambiental em 16 localidades e instalação de 1.319 ligações domiciliares de luz e de 6 km de eletrificação pública.

O esforço de promoção do desenvolvimento das atividades produtivas no Nordeste continuou centrado na realização de investimentos privados, através do sistema de incentivos fiscais e financeiros que se consubstancia no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), administrado pela SUDENE. A receita arrecadada desse fundo, no exercício de 1981, foi superior a 33 bilhões de cruzeiros.

Da análise de viabilidade técnica, econômica e financeira dos pleitos apresentados à SUDENE, concluiu-se pela aprovação, no exercício de 1981, de 127 projetos, com previsão de investimentos totais da ordem de Cr\$ 69,4 bilhões, exigindo do FINOR uma contrapartida equivalente a Cr\$ 34,5 bilhões. Após sua implantação, esses projetos deverão propiciar a criação de 21,7 mil novos empregos diretos.

Atuando como principal agente financeiro da política de desenvolvimento da região, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) prosseguiu, em 1981, na sua tríplice função de Banco industrial e rural (crédito especializado a médio e longo prazos), banco comercial (crédito geral a curto prazo) e instituto de fomento (atividades supletivas de pesquisa e promoção). O saldo de suas aplicações globais atingiu, ao final do exercício, o montante de 258 bilhões de cruzeiros.

O BNB financiou projetos industriais na região, contribuindo para a formação de capital fixo ou capital de trabalho permanente e em projetos de implantação e expansão de indústrias. Suas linhas de ação cobriram: concessão de empréstimos internos e externos; execução de um programa especial de financiamento à pequena e média indústria, através de bancos estatais de desenvolvimento, realização de investimentos diretos (participação acionária) e de operações de "underwriting".

Na execução dos programas especiais o BNB contratou 17,3 mil operações durante o exercício de 1981, no valor total de 20,2 bilhões de cruzeiros, dos quais 7,5 bilhões para o PROÁLCOOL rural, 3,7 bilhões para o Projeto Sertanejo e 1,8 bilhão para o POLONORDESTE. Além disso foram absorvidos pelo PROÁLCOOL, em financiamentos industriais, outros 21,6 bilhões de cruzeiros, o que perfaz um total de Cr\$ 29,1 bilhões para o PROÁLCOOL como um todo, evidenciando uma contribuição significativa para solucionar o problema energético nacional.

Dentro da política de minorar os efeitos das secas, o BNB quitou 2,1 bilhões de cruzeiros de dívidas de pequenos agricultores, prorrogando outros 608,5 bilhões.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) levou avante, ao longo de 1981, os trabalhos voltados para o desenvolvimento de sua área de atuação, centrada principalmente no estudo, implantação e operação de projetos de irrigação, atividades que absorveram recursos da ordem de 12,1 bilhões de cruzeiros. Entre os projetos de irrigação em fase de implantação ou já colocados em operação, destacam-se os de Tourão e Mirorós (BA), Jaíba-Mocambinho e Gortuba (MG) e Massangano (PE). Até o final de 1981 a CODEVASF já operava uma área irrigada de 14,7 mil hectares, já tendo implantado para irrigação 39 mil hectares, e estando com estudos concluídos para a implantação de mais 157 mil hectares. Nesse período foram assentados 1.430 famílias e gerados 2.653 empregos diretos.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) desenvolveu diversos projetos nas áreas de irrigação, açudagem, recursos hídricos, engenharia rural e piscicultura, além do atendimento de emergência, decorrente da seca. Durante o exercício foram concluídos 8 açudes, com capacidade total de 134 milhões de m<sup>3</sup>, perfurados 80 poços públicos e 635 poços particulares, distribuídos 3,4 milhões de alevinos e obtida uma produção pesqueira de 20 mil toneladas.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, o esforço maior concentrou-se nas regiões metropolitanas, capitais e cidades de porte médio. Foram acelerados os estudos das 37 cidades incluídas no Programa de Investimentos

Urbanos para as Capitais e Cidades de Porte Médio da Região, e dado prosseguimento às negociações com o Banco Mundial para um programa especial de apoio às Regiões Metropolitanas do Nordeste, que deverá beneficiar Recife, Salvador e Fortaleza já a partir de 1982.

Durante o exercício, e em articulação com os órgãos de desenvolvimento regional e sub-regional, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) realizou obras de saneamento ambiental em áreas urbanas de 16 cidades, obras de saneamento ambiental em áreas rurais em diversas bacias fluviais em 5 Estados (Rio Grande do Norte), Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia), obras de controle de enchentes e recuperação de vales, destacando-se as do Mearim (MA) e do Beberibe (PE) e o prosseguimento da construção da barragem do Pericumã (MA) e a erradicação de favelas em São Luís e Fortaleza. Merecem destaque especial as obras destinadas a impedir a inundação de áreas urbanas pelas cheias do São Francisco. Estas obras representaram, no exercício, um investimento total de 3,7 bilhões de cruzeiros e distribuíram-se entre Petrolina (PE), Propriá (SE), Penedo (AL), Bom Jesus da Lapa, Xique-Xique, Barra do Rio Grande e Juazeiro, na Bahia, e ainda em Pirapora, São Francisco e Januária, em Minas Gerais.

### 2.7.3. *Desenvolvimento do Centro-Oeste*

A política de desenvolvimento regional do Centro-Oeste orientou-se no sentido da exploração de suas potencialidades agrícolas e pecuárias. Estimulando e disciplinando sua ocupação e colonização, procurou-se simultaneamente ampliar o conhecimento da região e impedir que a ocupação acelerada do território venha a prejudicar suas condições ecológicas variadas e específicas.

Dentro dessa linha, o governo federal perseverou no fomento ao desenvolvimento regional, visando principalmente a reforçar a infra-estrutura de transportes, energia e armazenagem, ao aproveitamento do Pantanal Mato-grossense e ao estímulo da agroindústria. Foi mantida ênfase especial às medidas de apoio aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, objetos de Programas Especiais. Da mesma forma, foram enfatizadas as ações de desenvolvimento da área de cerrados e as relativas ao fortalecimento das áreas periféricas ao Distrito Federal.

O esforço de aproveitamento das grandes potencialidades regionais lastreia-se, em grande parte, na execução dos programas especiais de desenvolvimento regional: O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o POLAMAZÔNIA, o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PROMAT), o Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul (PROSUL) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, através dos quais foram executados importantes projetos nos diversos setores econômicos da Região. Em 1981 foram destinados a esses programas recursos no montante total de 7,9 bilhões de cruzeiros, exclusive crédito. A este último segmento, 1,0 bilhão de cruzeiros.

O POLAMAZÔNIA, cuja área de atuação no Centro-Oeste abrange 5 polos, realizou, durante o exercício de 1981, obras no setor de infra-estrutura básica, principalmente no tocante a projetos de transportes, e obras nas áreas de desenvolvimento urbano e social, concentrando-se na consolidação dos projetos já implantados.

O POLOCENTRO, programa criado em 1975, constitui um esforço de expansão da fronteira agrícola, objetivando a ampliação da produção de alimentos para o mercado interno e a geração de excedentes exportáveis. Seu desempenho até o exercício de 1981 caracteriza-se pela apresentação de resultados bastante satisfatórios, já tendo proporcionado a agregação direta de cerca de 4 milhões de hectares à agricultura nacional. No exercício de 1981, contou com recursos da ordem de 2 bilhões de cruzeiros para aplicação nos setores de transportes, energia, pesquisa agrícola, assistência técnica e armazenamento.

Foi criado, em 1981, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), destinado a promover o desenvolvimento e a ocupação ordenada da região que compreende a área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho, ou seja, o oeste e o noroeste de Mato Grosso e Rondônia. Possuindo uma superfície de 410 mil km<sup>2</sup>, dos quais mais da metade são de aptidão agrícola boa ou regular, oferecendo excelentes possibilidades para a expressiva expansão da produção agrícola, da produção extrativa vegetal e da pecuária bovi-

na, a região beneficiada reúne condições para a fixação no meio rural de elevados contingentes populacionais.

Os objetivos básicos do POLONOROESTE são:

- I — concorrer para a maior integração nacional;
- II — promover a adequada ocupação demográfica da região, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando empregos;
- III — lograr aumento significativo na produção da região e na renda de sua população;
- IV — favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, a níveis inter e intra-regionais; e
- V — assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.

No período 1981/1985, o POLONOROESTE empreenderá a reconstrução e pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho; a construção e consolidação da rede de estradas vicinais da região; a implantação e consolidação de projetos integrados de colonização e assentamento dirigido; a execução de serviços de regularização fundiária; o apoio às atividades produtivas, através da pesquisa e experimentação agrícolas, assistência técnica e extensão rural, crédito, armazenamento e comercialização; e a preservação do sistema ecológico e o apoio às comunidades indígenas. O montante de recursos necessários para a implementação do POLONOROESTE está estimado em 95,2 bilhões de cruzeiros, a preços de janeiro de 1981, dos quais cerca de um terço correspondem a operações de crédito externas.

Os projetos de desenvolvimento urbano foram conduzidos de forma a obter deles os melhores resultados no tocante à promoção e ordenação da urbanização. A esse respeito, cumpre salientar a execução do Programa Especial de Cidades de Porte Médio, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no qual está sendo atendida a cidade de Campo Grande.

Em 1981, foram iniciados os estudos de elaboração do plano de desenvolvimento integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins (PRODIAT), trabalho realizado em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Paralelamente, o DNOS realizou trabalhos de saneamento ambiental em 3 cidades, bem como diversos trabalhos de saneamento em rios e córregos da região. O DNOS prosseguiu ainda as obras de implantação do sistema de saneamento de Ji-Paraná, em Rondônia.

Através da SUDECO, o Ministério do Interior prosseguiu na expansão do Programa Nacional de Apoio às Migrações Internas, quer na coleta de informações, quer na assistência aos migrantes. Na região, este trabalho revestiu-se de grande importância devido ao fluxo de famílias que a ela chegam em procura de terras, tendo os 35 postos de assistência aos migrantes atendido um total superior a 180 mil pessoas.

#### *2.7.4. Ação regional do governo no Sul e Sudeste*

A política de desenvolvimento conduzida na Região Sul voltou-se para situações especiais enfrentadas por algumas sub-regiões específicas, quer para superar condições de atraso relativo, quer para facilitar sua adequação à expansão ou surgimento de setores dinâmicos.

Durante 1981, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) prosseguiu seus trabalhos de administração de seus programas especiais de desenvolvimento regional, para os quais foram destinados recursos da ordem de 1,0 bilhão de cruzeiros. Entre esses programas destaca-se o da Lagoa Mirim, programa binacional através do qual a SUDESUL vem implementando vários projetos, compreendendo o controle e operação, juntamente com o DNOS, da Barragem do Canal de São Gonçalo, que impede a intrusão de águas oceânicas na Lagoa Mirim, assegura a irrigação de 120 mil ha e abastece de água a cidade e o porto de Rio Grande. Neste programa, destaca-se também o início das obras da barragem do Chasqueiro. Outro programa especial é o de Controle da Erosão do Solo do Noroeste do Paraná, no qual foram realizadas obras de controle da erosão em diversas cidades, iniciando-se os trabalhos de controle da erosão rural. O Programa Especial do Oeste do Paraná (PRODOPAR), destinado a propiciar as condições à implantação da hidroelétrica de Itaipu e a minorar os efeitos dela decorrentes sobre as atividades econômicas da área, aplicou seus recursos na melhoria das con-

dições de infra-estrutura de diversos municípios e na regularização fundiária.

Paralelamente a esses trabalhos, a SUDESUL prosseguiu, no exercício de 1981, o programa Litoral Sul de Santa Catarina, que objetiva desenvolver essa região através de um complexo industrial com base nos seus recursos minerais, principalmente o carvão. Além das gestões para a implantação de unidades industriais do complexo carboquímico e siderúrgico de Imbituba, deu-se início ao subprojeto Sombrio, destinado a proteger 15,2 mil hectares contra as enchentes e a recuperar 2,2 mil hectares de terras hoje inaproveitadas.

A ação do DNOS na Região Sul, em 1981, incluiu o prosseguimento do projeto Camaquã, que visa ampliar as áreas irrigadas para a produção de arroz no Rio Grande do Sul. Em termos de saneamento ambiental em áreas urbanas, o DNOS atendeu a 19 cidades. Em vários rios e córregos da região foi dado prosseguimento a obras de saneamento ambiental rural. Mas a maior presença do órgão nacional de saneamento na região deu-se na área do controle de enchentes e recuperação de vales, principalmente com o prosseguimento das obras da barragem Norte, no Itajaí e com obras de dragagem e endicamento do rio Tubarão, em Santa Catarina, bem como com o prosseguimento das obras de implantação dos pôlderes no vale do rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, além das obras de defesa de Porto Alegre e Canoas.

A Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE), criada em agosto de 1979, desempenha algumas funções semelhantes às Superintendências de Desenvolvimento Regional das demais regiões. Entre as principais atribuições da SERSE, destaca-se o fomento ao desenvolvimento de áreas que não acompanharam o processo de desenvolvimento da região como um todo, tais como o Norte Fluminense, o vale do Jequitinhonha, o norte do Espírito Santo, o vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema, bem como a de participar de encaminhamento de soluções para os problemas urbanos surgidos em decorrência desse mesmo processo de desenvolvimento. Além disso, a SERSE administra a execução do Programa Especial do Norte Fluminense (PRODENOR), para o qual, em 1981, foram alocados recursos da ordem de 420 milhões de cruzeiros, destinados prin-

principalmente a obras de saneamento e aproveitamento hidroagrícola. A SERSE administra também a execução do POLOCENTRO em Minas Gerais e apoia ainda o Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais (PRODEVALE), que abrange a região mais pobre do Estado, incluindo os vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do São Mateus. Para esse Programa foram carreados 200 milhões de cruzeiros de recursos federais, principalmente para obras viárias e para ações de caráter social.

A ação do DNOS na Região Sudeste, em 1981, abrangeu obras de saneamento ambiental em áreas urbanas em 15 cidades, obras de saneamento ambiental em áreas rurais de diversas bacias de todos os Estados da Região, obras de controle de enchentes e recuperação de vales, principalmente no Rio Paraíba (MG). Incluiu ainda o prosseguimento da barragem do Juturnaíba (RJ), cuja conclusão permitirá resolver os problemas de abastecimento de água da chamada Região dos Lagos, que inclui Cabo Frio, Araruama, São Pedro da Aldeia e outras cidades turísticas. Mas a principal obra do DNOS na Região Sudeste é o Projeto Rio, que faz parte do Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), realizado em articulação com o BNH, que visa à recuperação de áreas costeiras da baía da Guanabara atualmente ocupadas por habitações sobre palafitas.

#### *2.7.5. Tópicos especiais de interesse social*

##### Habitação e saneamento básico

Durante o ano de 1981, o número total de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) elevou-se a 573 mil, dos quais mais da metade para áreas de interesse social beneficiando populações de baixa renda, aí incluídas as operações com recursos próprios das entidades do sistema de poupança e empréstimo.

De acordo com a política conduzida nos últimos anos, os novos conjuntos habitacionais financiados dispõem de infra-estrutura completa (água, luz, esgoto, vias de acesso), além de equipamentos comunitários como escolas, áreas de lazer, centros sociais e postos de saúde.

A maior parte dos financiamentos concedidos pelo BNH estão na faixa do PLANHAP (Plano Nacional da Habi-

tação Popular), que é executado através das COHABS estaduais, beneficiando as famílias com renda até cinco salários mínimos. Os conjuntos habitacionais estão sendo construídos mediante articulação entre o BNH, os governos dos Estados e as prefeituras.

Outro programa de profundo alcance social é o PROMORAR, destinado à substituição de favelas (barracos, mocambos, palafitas), e atendendo às famílias com renda de até três salários mínimos. Esse programa utiliza áreas de terreno cedidas pela União, estados e municípios, reduzindo os custos de construção. Vem sendo desenvolvido conjuntamente pelo DNOS (recuperação de áreas) e BNH (construção de casas), abrangendo tanto capitais quanto cidades do interior, inclusive populações do Nordeste atingidas pelas secas e das regiões ribeirinhas atingidas por inundações, como nos vales dos rios São Francisco e Tocantins. Até novembro de 1981, as operações aprovadas através do PROMORAR atingiram o valor total de 50 bilhões de cruzeiros, beneficiando cerca de 594 mil habitantes com novas moradias.

Intenso ritmo de construção verificou-se também nas áreas de outros programas do BNH, como o PROSINDI (trabalhadores sindicalizados) PROHEMP (habitações para empresas) PROHASP (servidores públicos), Programa Institutos (entidades assistenciais), além dos programas de Lotes Urbanizados, de Complemento da Habitação e outros. Em 1981 foi criado o PLACAR, Plano da Casa Rural, destinado à construção, melhoria ou obras complementares de habitações de pequenos produtores e trabalhadores rurais.

O orçamento global do Banco Nacional da Habitação (setor habitacional e desenvolvimento urbano) evoluiu de Cr\$ 216,7 bilhões em 1980 para Cr\$ 467,3 bilhões em 1981.

No campo do saneamento básico, em consonância com as diretrizes do Ministério do Interior, foram integrados mais 62 municípios ao PLANASA, atingindo-se, ao final de 1981, 2.484 municípios com seus sistemas de abastecimento de água equacionados ou resolvidos. Nesse campo, as aplicações efetuadas pelo BNH, durante o exercício de 1981, atingiram o montante de 144,6 bilhões de cruzeiros.

## Assistência e proteção do índio

A fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante o ano de 1981, deu continuidade a seus programas de assistência à população indígena, bem como à sua reestruturação interna e à ampliação de sua articulação com outros órgãos federais, visando a melhorar seu desempenho. No âmbito da demarcação e regularização de terras, foram regularizadas 7 áreas, num total de 261 mil hectares e demarcadas 21 áreas, com 1,4 milhão de hectares. Deu-se prosseguimento ao uso de sensoriamento remoto, através de satélites, para acompanhar a exploração e ocupação de áreas indígenas, a fim de evitar invasões e usos indevidos.

Outras atividades de destaque são as referentes à saúde, com cursos de reciclagem para 35 atendentes de enfermagem, a aplicação de 136 mil vacinas e a realização de 95 mil atendimentos médicos e odontológicos. No setor de educação, além de atender a 14.300 alunos em 300 salas de aula, a FUNAI concedeu merenda escolar a 8.500 índios estudantes.

### Integração do universitário ao processo de desenvolvimento regional e urbano

A mobilização da juventude universitária com vistas à sua integração ao processo de desenvolvimento brasileiro a cargo da Fundação Projeto Rondon, envolveu recursos da ordem de Cr\$ 1,5 bilhão em 1981.

As diversas atividades desenvolvidas nos programas dessa entidade foram levadas a efeito com a participação de 125 mil universitários. Destacam-se as ações em áreas e projetos indicados pelo Ministério do Interior, em articulação com o Ministério da Educação e Cultura, destacando-se o trabalho feito em articulação com o POLAMAZÔNIA, objetivando o desenvolvimento social em áreas de pobreza acentuada, urbana e rural, projetos educacionais, desenvolvimento comunitário e o funcionamento e a consolidação dos 22 Campi Avançados. Foram implantados 84 núcleos de ação comunitária, envolvendo o atendimento a uma população da ordem de 300 mil pessoas.

### Proteção do meio ambiente.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) prosseguiu, em 1981, seus trabalhos de controle da poluição, educação ambiental e preservação de ecossistemas.

O controle da poluição hídrica foi desenvolvido principalmente através dos comitês executivos de bacias hidrográficas, estando em operação os do Paraíba do Sul, Parapanema, Guaíba, São Francisco e Iguaçu, tendo sido implantado, ao final de 1981, o da bacia do rio Paranaíba. A SEMA vem igualmente trabalhando para controlar a poluição hídrica decorrente de águas residuárias das usinas de açúcar, destilarias de álcool e destilarias de bebidas alcoólicas, bem como a causada por derramamentos de óleo e por compostos bifenil policlorados e por metais pesados.

No exercício de 1981, a SEMA contou com recursos totais de Cr\$ 391 milhões, dos quais Cr\$ 267 milhões de recursos orçamentários ordinários da União.

### Defesa civil

O desempenho mais significativo, em 1981, da Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC) consistiu no atendimento às vítimas das enchentes ocorridas em diversas regiões do País, principalmente no Nordeste, onde foram distribuídas 146 toneladas de alimentos, 5.200 barracas e 8.600 cobertores, bem como na sua participação da operacionalização e acompanhamento do programa emergencial de combate aos efeitos da seca no semi-árido nordestino. Nesse programa, estavam inscritos ao final de 1981 1.084 mil trabalhadores, nos 9 estados nordestinos. A destinação de recursos financeiros atingiu Cr\$ 90,4 bilhões de cruzeiros, sendo 50,9 bilhões não reembolsáveis, destinados basicamente à remuneração de trabalhadores, obras públicas e distribuição de água e 39,5 bilhões a título de crédito e anistia bancária.



## 2.8. TRANSPORTES

De acordo com as diretrizes governamentais, a política setorial objetivou a máxima integração do sistema nacional de transportes, a diversificação e ampliação das fontes energéticas e a poupança e racionalização do uso de combustíveis, especialmente o de derivados de petróleo.

Para atingir esses objetivos, foram definidas as seguintes linhas de ação:

- aproveitamento das linhas naturais de circulação, preferencialmente, como corredores de transportes;
- prioridade para os meios de menor consumo relativo de energia propulsora, com soluções de transporte que privilegiem, sempre que técnica e economicamente viável, as modalidades menos onerosas em termos de consumo energético; e
- racionalização dos transportes e de seu uso, visando à economia de combustíveis.

### 2.8.1. Política setorial em 1981

A ação do Ministério dos Transportes, em 1981, em consonância com as prioridades econômicas e sociais do governo, buscou contribuir, de forma relevante, para a superação do problema energético, o apoio ao esforço de exportação e o aumento da oferta de transporte de produtos agrícolas. No âmbito social, merecem destaque os programas de transportes urbanos.

Tal esforço continuou a ser desenvolvido em quadro de restrição de recursos financeiros derivado da necessidade de redução do dispêndio consolidado do Setor Público, exigindo que os investimentos do setor fossem realizados sob rígidos critérios de racionalização.

Em estreito vínculo com a política energética preconizada pelo governo federal, vem sendo implantado o Programa de Transportes Alternativos para a Economia de Combustíveis (PTAEC), com a finalidade básica de definir e implantar o conjunto de ações necessárias a incrementar a participação das modalidades de transporte de menor consumo energético por unidade transportada, com ênfase na utilização de forma de energia oriunda de fontes renováveis e ao transporte de combustíveis alternativos.

Entre os objetivos mais específicos do PTAEC, o Ministério dos Transportes incluiu os seguintes:

- definição e implementação de ações visando ao aumento da participação da modalidade aquaviária no transporte de carga do país, com ênfase para a navegação de cabotagem como alternativa de menor consumo de derivado de petróleo para os fluxos ao longo e próximos do litoral;
- implantação de soluções que minimizem o desperdício de combustível derivado de petróleo, decorrente do tráfego de caminhões vazios, por ausência de carga de retorno ou por espera de carga;
- adequação do sistema de transporte do carvão desde as regiões produtoras, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, até as novas regiões de consumo;
- mobilização de ações coordenadas com os Ministérios da Indústria e do Comércio, da Agricultura e das Minas e Energia no esforço para desenvolver a curto prazo tecnologia que permita o uso mais intenso de fontes internas de energia.

A premissa fundamental em que se apoia o Programa de Corredores de Exportação e Abastecimento é a eliminação de pontos de estrangulamento na infra-estrutura de operação dos sistemas de transporte e armazenamento. Obtém-se assim acréscimo de produção de mercadorias em resposta à diminuição dos custos totais da movimentação de cargas.

Dentro desta concepção, estabeleceram-se as seguintes prioridades:

- planejamento e ampliação de equipamento de transporte (ferroviário, rodoviário e portuário);

- remanejamento das instalações de armazenamento e estocagem, visando ao melhor aproveitamento dos equipamentos de transporte e ao bom desempenho operacional;
- gestões permanentes junto aos principais usuários do transporte, tendo em vista a adequação dos lotes de despacho à capacidade de transporte do sistema;
- gestões interministeriais (Transporte, Agricultura e Planejamento), com vistas ao bom equacionamento das interfases do problema;
- vigilância permanente, através do acompanhamento da movimentação das cargas mais significativas, possibilitando a adoção de medidas alternativas de emergência para a remoção de eventuais obstáculos à fluidez do escoamento da produção.

O resultado desta política pode ser vislumbrado tanto pelo acréscimo da carga destinada à exportação através dos portos — de 124 milhões de toneladas em 1980 para 137 milhões, em 1981 —, quanto pela crescente transferência de carga para modalidades de maior eficiência energética (menor consumo de combustível por tonelada transportada). No porto de Rio Grande, em 1980, o recebimento de grãos era feito em 43% por rodovias, 33% por hidrovias, e 24% por ferrovias. Em 1981, estes percentuais foram de 38%, 35% e 27%, respectivamente.

Na execução das obras indispensáveis ao aumento da capacidade de movimentação de carga dos corredores de exportação e abastecimento, salientaram-se as seguintes:

- construção do terminal de Sepetiba, cuja 1.<sup>a</sup> fase deverá estar concluída no 1.<sup>o</sup> trimestre de 1982;
- prosseguimento em ritmo acelerado das obras de construção da Ferrovia do Aço, no trecho Jeceaba — Itutinga — Volta Redonda;
- efetivação de grandes melhoramentos na Linha do Centro;
- inauguração do terminal de trigo e soja do Porto de Rio Grande; e
- entrada em operação do terminal de Containers situado na margem esquerda do Porto de Santos.

Finalmente, o Ministério dos Transportes deu ênfase ao movimento do seu programa de *transportes urbanos*, visando à prestação de serviços de qualidade adequada à população, ampliando as condições de conforto, frequência, segurança e pontualidade através de sistemas integrados de transporte de massa, com níveis de eficiência operacional que permitam significativa redução do transporte individual, que corresponda a expressiva diminuição na relação «combustível consumido/passageiro transportado».

As principais obras em desenvolvimento dentro do programa de transportes urbanos são as seguintes:

- implantação de modernos sistemas ferroviários em Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife (133 km), e significativos melhoramentos nos do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Natal e João Pessoa (700 km);
- implantação de moderna malha metroviária em São Paulo (41 km) e Rio de Janeiro (37 km);
- remodelação e ampliação dos sistemas de trolebus em São Paulo, Santos, Araraquara e Recife, e implantação em Ribeirão Preto;
- implantação de 764 km de infra-estrutura viária, em 1981 apenas;
- execução de estudos e contratação de várias obras e embarcações hidroviárias urbanas na baixada Santista, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aracaju e Belém;
- inauguração dos terminais rodoviários de Florianópolis, Araraquara e João Pessoa, e dos terminais urbanos em Curitiba (4), Goiânia (2), Brasília (5), e Salvador (2).

### 2.8.2. Principais resultados alcançados em 1981

#### I — Transportes ferroviários

O ano de 1981 caracterizou-se por uma ação comercial intensa por parte da Rede Ferroviária Federal no sentido de contrabalançar os efeitos da conjuntura interna desfavorável.

Esse impacto negativo foi particularmente sentido no transporte de minério de ferro destinado à exportação e no

transporte e escoamento de insumos e produtos siderúrgicos. A ação comercial da RFFSA, entretanto, conseguiu atenuar esse impacto, principalmente através da captação de novos fluxos de transporte, entre os quais, os de cimento, carvão mineral e farelo de soja.

Em 1981, a quantidade de carga transportada pela RFFSA decresceu 4,8%, em relação a 1980, assim como a tonelagem por quilômetros úteis (decréscimo de 5,5%). Enquanto isso, aumentou o número de passageiros transportados, de subúrbios e de longo percurso, em 3,7% e 2,6%, respectivamente. O efetivo de pessoal da empresa decresceu 1,3%, enquanto sua produtividade aumentou 0,3%. A receita total da empresa, seu dispêndio global, e os investimentos realizados, cresceram de 110,6%, 121,0% e 52,0%, respectivamente.

Relativamente à recuperação, modernização e expansão do sistema ferroviário, as seguintes realizações merecem destaque:

- a) corredores industriais e de transportes
- ferrovia do Aço.

O andamento da obra de construção da Ferrovia do Aço no seu trecho prioritário Jeceaba-Volta Redonda já apresenta os seguintes percentuais de realização:

- terraplenagem ( $10^3\text{m}^3$  de escavações) — 96%
- túneis (metros de penetração) — 93%
- obras de arte especiais (metros de comprimento virtual) — 86%

Em toda a ferrovia já foram vasados 58 túneis dos 71 previstos; já concluídas 55 das 94 pontes e viadutos previstos e executados 270 km dos 319 km da plataforma para o lançamento de linhas.

— Estão em andamento as seguintes obras: ligação Celso Bueno-Araguari (120 km); ramal de acesso ao Porto de Itaquí (16 km); acesso ao Porto de Pirapora (8,5 km); Variante de contorno de Araxá (4,8 km); e Linha Centro (Japeri-Belo Horizonte).

— Foram concluídas as seguintes obras: ramal de São Paulo; ramal de acesso à Açominas (11,8 km); ligação Uvaranas-Rio Verde (2 km); ramal industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre (17,6 km).

### b) remodelação da Via Permanente e Telecomunicações

No decorrer de 1981 foram remodelados 355 km de linhas, construídas 12 e reforçadas 43 obras de arte especiais, modernizadas 34 estações e 26 pátios e desvios, empregada a capina química em 9.599 km de vias, construídos 116 km de linhas físicas de telecomunicações, bem como reformados 150 km.

### c) transporte metropolitano

Foi implementado o programa de implantação e modernização de trens metropolitanos visando a uma economia de combustível da ordem de 100 milhões de litros/ano de óleo diesel, e ao aumento do atendimento de passageiros por dia útil de 1.200.000 em 1980 para 4.370.000 em 1985.

Estão em andamento a construção e o melhoramento das linhas dos subúrbios do Grande Rio, Grande São Paulo, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

### d) equipamentos — aquisição e recebimento

Em 1981 foram recebidos os seguintes equipamentos, todos de fabricação nacional: 61 locomotivas, das quais 11 de bitola larga; 24 vagões tipo tanque; de bitola métrica; 6 carros de passageiros de bitola métrica e 38 trens — Unidades Elétricas (TUE's), de 4 carros. Além desse equipamento foram adquiridos à FEPASA outros 20 TUE's novos e estão em processo de modernização 154 TUE's.

## II — Transportes rodoviários

A adaptação do transporte rodoviário à nova realidade energética e econômica constitui preocupação básica do DNER — Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.

Assim, atenção especial tem sido dada tanto à conservação, restauração e recapeamento de rodovias, de forma a reduzir o consumo de combustível, quanto ao controle dos investimentos.

A partir do segundo trimestre de 1981, o DNER retomou as obras rodoviárias federais paralisadas desde agosto de 1980. Reativou assim cerca de 500 contratos, garantindo, além dos benefícios econômicos decorrentes, a volta ao emprego de aproximadamente 86.000 trabalhadores.

Das principais atividades desenvolvidas em 1981 destacam-se as seguintes:

- implantação de 586 km e pavimentação de 608 km, com dispêndio de Cr\$ 32,2 bilhões (Cr\$ 17,7 bilhões em 1980);
- melhoramentos e restauração de 1.249 km, com dispêndios de Cr\$ 9,1 bilhões (Cr\$ 12,5 bilhões em 1980);
- conservação de toda a malha viária sob responsabilidade do DNER, com gastos de Cr\$ 7,6 bilhões (Cr\$ 6,5 bilhões em 1980);
- implantação, revestimento primário e asfáltico em 838 km de rodovias vicinais (1.014 km em 1980), com dispêndios de cerca de Cr\$ 3,3 bilhões;
- conclusão de 24 novas obras de arte especiais em 2.491,3 metros;
- execução de 7.500 km de sinalização horizontal, 15.000 km de sinalização vertical, e instalação de 11 km de defensas; e
- instalação de 20 postos de pesagem dinâmica.

### III — Transportes aquaviários

Durante 1981 a tonelage de carga transportada pela navegação de longo curso registrou declínio de 5,4% em relação a 1980. As empresas brasileiras de navegação foram responsáveis pelo transporte de 46% da carga, sendo que 17,6% em navios de bandeira brasileira e 28,4% em navios afretados.

Resultante da política governamental de equilíbrio do balanço de pagamentos, verificou-se um aumento de 8,0% na tonelage exportada, e um decréscimo de 24,2% na importada.

Decorrente da incorporação de apreciável tonelage de navios novos, foi observada em 1981 uma queda de 16,9 nas despesas com afretamentos.

O transporte de cabotagem, mantendo a tendência observada nos últimos quatro anos, registrou incremento de 1,6% na tonelage transportada, em relação a 1980.

Na navegação interior, a movimentação de carga nas cinco bacias sofreu incremento de 12,8%.

Objetivando a diminuição do consumo de combustível derivado do petróleo a SUNAMAN incentivou a implementação do transporte marítimo através da utilização de navios especializados do tipo «roll-on/roll-off» que, carregando automóveis e carretas, com ou sem carga, colaboraram para a redução do consumo de petróleo. A frota mercante brasileira já conta com um total de 8 navios desse tipo, operando nas áreas de longo curso, cabotagem e navegação interior.

A frota mercante brasileira atingiu o total de 1.246 embarcações, equivalentes a 8.944.988 Tpb. Relativamente ao ano anterior (8.069.279 Tpb) observou-se um crescimento de 10.9%.

#### IV — Portos e vias navegáveis

Em 1981, o centro das atenções da Empresa de Portos do Brasil S/A (PORTOBRÁS) continuou sendo o melhoramento operacional e a consolidação institucional do Sistema Portuário Nacional e das vias navegáveis interiores.

A movimentação de carga nos portos brasileiros alcançou, em 1981, 252,0 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 0,2% em relação a 1980. Daquele total, a carga geral respondeu por 7,6%, os granéis sólidos por 53,1%, e os granéis líquidos por 39,3%.

Os investimentos da PORTOBRÁS alcançaram Cr\$ 17,4 bilhões, dos quais Cr\$ 3,5 bilhões em vias navegáveis interiores.

As principais realizações da PORTOBRÁS em 1981 foram:

- terminais de containers de Santos; para trigo e soja, no Rio Grande; de Sepetiba; para «roll-on/roll-off»; e para carvão em Porto Alegre, Charqueadas, Rio Grande, Imbituba, Santos e Rio de Janeiro;
- obras de melhoramento do Porto de Recife; construção das eclusas de Tucuruí e Porto de Pirapora e obras para navegação interior.

#### V — Transportes urbanos

Em 1981, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), investiu Cr\$ 28,0 bilhões na execução de projetos, obras, serviços, aquisição de veículos e equipamen-

tos de transportes urbanos especialmente nas nove Regiões Metropolitanas, nas Capitais e no Distrito Federal.

Em todas as regiões atendidas procurou incentivar as modalidades de transporte de menor gasto de combustível, com benefício das populações de baixa renda.

Nesse contexto, sobressairam os projetos dos trens metropolitanos, da implantação de corredores de transporte com faixas exclusivas para ônibus, de implantação de terminais de transferência de tráfego e de bairro, assim como os programas de expansão e renovação de frota de ônibus e de pavimentação de vias (itinerários de ônibus) em bairros com população de baixa renda.

## VI — Planejamento de transporte

Na qualidade de órgão de apoio ao planejamento setorial de transportes, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) deu continuidade às atividades de elaboração de estudos, planos, programas, pesquisas e projetos, merecendo destaque, entre outros, os seguintes estudos: para revisão do Plano Nacional de Viação (PNV); sobre transporte e energia; para a racionalização da circulação de cargas no país; de transportes urbanos das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador; de trens de subúrbios das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre; de transportes urbanos para capitais e cidades de porte médio; de transporte do álcool e acompanhamento do PROÁLCOOL. Além disso, prestou assessoria ao Ministério dos Transportes nos estudos dos reajustamentos tarifários dos transportes coletivos por ônibus.



## 2.9. COMUNICAÇÕES

### 2.9.1. *Política setorial*

As diretrizes governamentais para o setor de comunicações foram as seguintes:

Na área de telecomunicações:

— dar prioridade ao atendimento de demandas específicas de caráter social: usuários residenciais de baixo tráfego, áreas urbanas periféricas e comunidades rurais, preferencialmente através de unidades de uso público;

— praticar política tarifária compatível com a necessidade de expansão do setor, com o aumento de sua eficiência operacional e com os objetivos e orientações da política antiinflacionária adotada; e

— conceder preferência à implantação de infraestrutura de comunicações nos conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Na área dos serviços postais e telegráficos:

— atender ao crescimento da demanda, conforme padrões de qualidades aceitáveis, expandindo a base física das redes postal e telegráfica, treinando e reciclando pessoal visando a menores custos e maior eficiência, e implantando a triagem automática nos pontos de maior concentração de tráfego, além de melhorar os centros de triagem manual.

Na área de radiodifusão:

— estimular a formação e consolidação de redes nacionais privadas para apoiar a integração nacional.

### 2.9.2. *Atividades e principais resultados alcançados pelo setor em 1981*

Coerente com os objetivos governamentais e com orientação de caráter eminentemente social, o setor de co-

municações, em 1981, agiu no sentido de beneficiar maiores parcelas da população com infra-estrutura básica de telecomunicações, correios e radiodifusão. Em síntese, foram expandidos esses sistemas até áreas antes não atendidas.

Tais ações visaram também à consecução dos objetivos econômicos prioritários, o aumento do comércio exterior e da produção agrícola. Tudo isso dentro de um contexto de restrição orçamentária, derivada da necessidade de redução do dispêndio do setor público.

### Telecomunicações públicas

No campo das telecomunicações públicas, foi instituído o Programa de Popularização do Telefone, com o objetivo de oferecer novas modalidades de prestação do serviço a parcelas significativas da população e contemplar as mesmas com a possibilidade de utilização de equipamentos e sistemas simples e menos onerosos, compatíveis com o poder aquisitivo das comunidades a que se destinam.

A interiorização das telecomunicações foi também objeto de atenção especial do setor, buscando-se atender às demandas das comunidades afastadas dos centros urbanos. Estabeleceu-se como meta prioritária o atendimento a todas as sedes municipais brasileiras até 1982, sendo que as sedes distritais serão atendidas com base no nível da atividade agropecuária ou outro critério de definição.

Os principais resultados alcançados no campo das telecomunicações públicas, em 1981, foram os seguintes:

— foram instalados cerca de 806 mil telefones, alcançando-se o total de 8,1 milhões de telefones em operação, ou seja, 11,5% a mais que em 1980; o número de municípios atendidos com serviço telefônico cresceu de 3.155, em 1980, para 3.591, ou seja, 90% do total de municípios brasileiros; no mesmo período o número de municípios atendidos por DDD passou de 1.160 para 1.267.

— o tráfego telefônico foi de 11,4 bilhões de chamadas, sendo de 17,8% o crescimento do tráfego local, 9,6% o do interurbano e 13,5% o do internacional;

— o total de terminais telex elevou-se para 51.116, com um crescimento de 15,7% em relação a 1980.

## Correios

Na área dos Correios foram adotadas medidas para permitir a extensão dos serviços a localidades no interior do país, contemplando, principalmente, modalidades de acentuada repercussão social, ou sejam: o reembolso postal, que tem permitido a circulação de mercadorias, estendendo a atividade comercial àquelas localidades; o serviço de vales postais, que vem suprindo até mesmo a ausência da rede bancária; e o serviço telegráfico, permitindo a pronta tramitação de mensagens de caráter urgente, envolvendo áreas do interior do país.

O número de unidades de atendimento postal atingiu, em 1981, 7.128, num crescimento de 0,5% em relação a 1980. Enquanto isto, a quantidade de objetos postados, principal indicador de ação dos correios, foi de 3.934,6 milhões de unidades, crescendo 11,6% comparativamente ao ano anterior. A quantidade de vales postais cresceu de 7,3%, passando de 3,2 milhões em 1980 para 3,4 milhões em 1981.

## Radiodifusão

Procurou-se seguir a diretriz fundamental de estimular a formação e consolidação de redes nacionais privadas, com a entrega, em 1981, de concessões de novas redes de televisão para se obter melhores condições de competição.

Na função supletiva de levar a comunicação de massa a áreas consideradas sem interesse da iniciativa particular, estendeu-se à Amazônia uma programação voltada às diversas faixas de público, veiculando programas educativos, culturais e de lazer, criando serviços de recados através de emissoras, apoiando os núcleos de colonização recentemente localizados na região e instituindo o Projeto Cigano, que tem por objetivo a pronta instalação de emissoras transportáveis de rádio e TV.

Das 120.000 horas de programação transmitidas pelas emissoras governamentais, 80.000 horas foram dirigidas à Amazônia.

### 2.9.3. Apoio ao setor agrícola

A despeito dos resultados concretos que já estão sendo obtidos com a implementação das telecomunicações rurais em alguns Estados, estabeleceu-se ação conjunta entre

os Ministérios da Agricultura e das Comunicações com a formalização do Protocolo de Intenções que definiu propósitos e responsabilidades para implantação do Plano Nacional de Telecomunicações Rurais, cujas metas básicas são a instalação de 2.000 Postos de Serviço Telefônico até 1983 e a instalação de 150 mil terminais telefônicos, a nível de propriedades rurais, no prazo de 5 anos.

A eficiência do sistema de telecomunicações rurais, com a introdução de novos serviços tais como as Centrais de Informações Rurais, as Centrais de Frotas e o Sistema de Informações Agrícolas, tem trazido benefícios à agropecuária nacional, permitindo maior transparência dos mercados; administração mais eficiente dos programas rurais e redução de perdas pela pronta divulgação de informações relativas aos fenômenos naturais.

Em 1981 foi implementado o «telefone do café», resultado da atuação conjunta do setor com a Bolsa de Mercadorias de São Paulo e com o Sistema Nacional de Compensação de Negócios a Terceiros.

#### *2.9.4. Apoio à política energética*

A ação do setor comunicações voltada para a redução de consumo de combustíveis derivados do petróleo, é efetivada mediante o estímulo à substituição dos deslocamentos pessoais pela utilização dos serviços de comunicações.

Assim, cabe citar a implantação de Centrais de Informações de Fretes Rodoviários, a exemplo das já existentes no Paraná, que vem contribuindo expressivamente para a racionalização do transporte de cargas da Região. Estima-se que a expansão dessas centrais proporcione economia anual de 9 milhões de litros de óleo.

#### *2.9.5. Apoio ao comércio exterior*

Revestiu-se de especial significado o intercâmbio técnico com países da América Latina e da África, através de consultorias feitas por peritos brasileiros e de intenso programa de cooperação técnica.

Ressalta-se, em 1981, a celebração de Convênios e Acordos de Cooperação com Honduras, Peru e Moçambique, bem como a prestação de cooperação técnica a esses

países e à Venezuela, Bolívia, Cabo Verde e Angola, dentre outros, nas áreas de telecomunicações e serviços postais.

Como resultado dessa cooperação técnica e dos estímulos do governo às exportações, o setor de comunicações, em estreita articulação com o Ministério das Relações Exteriores, tem desenvolvido diversas operações comerciais de exportação de produtos de telecomunicações, de fabricação nacional. Além das exportações realizadas em 1981, novos fornecimentos encontram-se em fase de negociação com Angola, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, envolvendo cifras superiores a US\$ 70 milhões.

31

32

33

34

35

36

37

38

39

### **3. POLÍTICA SOCIAL**



### 3.1. SALÁRIO, EMPREGO E POLÍTICAS TRABALHISTAS

#### 3.1.1. *Salário*

A política salarial do governo federal tem em vista melhor proteger o salário do trabalhador dos efeitos da inflação, cumprindo o objetivo de redistribuição de renda e permitindo que os salários reais cresçam de forma compatível com o aumento da produtividade. Além disso, procura estabelecer flexibilidade nas negociações com relação aos ganhos de produtividade, que passaram, conseqüentemente, a diferenciár-se setorialmente.

Ficou estabelecido que a remuneração do trabalho assalariado deveria observar duas normas básicas:

- promover reajustamentos salariais que refletissem os ganhos de produtividade da força de trabalho, sem prejudicar a absorção de mão-de-obra; e
- assegurar ganhos reais aos estratos de salários mais baixos e de menor poder de barganha.

Para concretizar essas diretrizes, algumas medidas deveriam ser implementadas, tais como:

- aumentar a frequência dos reajustes salariais visando a reduzir a perda de renda real dos assalariados provocada pela inflação;
- reduzir a intervenção administrativa do Executivo, dando espaço às negociações coletivas diretas entre empregadores e empregados referentes à parcela do aumento da produtividade e sua distribuição entre os integrantes de cada categoria profissional;
- anular gradualmente as diferenças entre os maiores e menores níveis salariais mínimos; e
- atualizar e aprimorar a legislação dos sindicatos e das greves.

Dentro dessa política, foi proposta e aprovada a Lei nº 6.708/79, que, além de simplificar o mecanismo dos reajustes salariais, assegurou a correção automática e semestral do valor monetário dos salários, estabelecendo, no entanto, taxas diferenciadas de reajustes conforme as faixas de remuneração, colocando portanto em posição privilegiada aqueles trabalhadores situados na base da pirâmide salarial.

Além disso, a Lei nº 6.708/79 instituiu ganhos reais de salários de acordo com o acréscimo verificado na produtividade da categoria profissional, negociáveis entre as partes e concedidos anualmente, protegendo o trabalhador contra a inflação, além de ensejar um caráter nitidamente redistributivo em favor das classes sociais menos favorecidas.

Com o advento da Lei nº 6.886/80, introduzindo alterações na sistemática da Lei nº 6.708/79 a partir de dezembro de 1980, o sistema de reajustes para aqueles que percebem acima de 15 SM foi alterado, fazendo com que a incidência do INPC fosse menor ao estabelecido na Lei anterior ou seja, dos 80% do INPC prevalecentes passaria a vigorar 50% até o limite de 20 SM e, para quem percebesse acima de 20 SM o reajuste passaria a ser livremente negociado entre empregados e patrões.

No âmbito das empresas estatais, o assunto foi equacionado com a expedição do Decreto-Lei nº 1.798, de 24.07.1980 (regulamentado pelo Decreto nº 85.232 de 06.10.1980) que, ao estabelecer limite máximo de remuneração mensal para os servidores federais, veio reduzir a distância dos salários elevados em relação àqueles das faixas inferiores.

As taxas de reajuste no decorrer de 1980 e 1981, por faixas de salários, permitem constatar que a quase totalidade da população assalariada se beneficiou de reajustes acima da inflação — e isso se evidencia quando se leva em conta o índice do custo de vida tanto do Rio quanto de São Paulo.

Os reajustes de salários com valor até 10 SM foram persistentemente mais elevados que as variações dos índices de custo de vida — o que significa que 94,1% da força de trabalho abrangida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se beneficiou com ganhos reais em sua remuneração (Ver apêndice estatístico).

O governo reconhece que tal sistemática não deixa de impor certa rigidez no combate à inflação, à medida que se detectam pressões tanto de oferta como de demanda. Do lado da oferta, pelo aumento dos custos das empresas, que são repassados nos preços. Do lado da demanda, através do aumento do consumo decorrente dos ganhos do salário real. Optou, entretanto, o governo por esse regime de reajustes para atender à necessidade de uma melhor distribuição de renda.

Com relação ao salário mínimo, a taxa de reajuste para maior valor desse salário, a exemplo do que tinha acontecido no reajuste de maio/81, foi igual à variação do INPC utilizada nos reajustes salariais (46,2% em maio/81 e 40,9% em novembro/81), enquanto que, para o menor nível, o aumento foi de 10% acima da variação do INPC (50,9% e 45,0% em maio e novembro/81, respectivamente). Com essa medida, a relação entre o maior e o menor nível de SM, que era de 1,301 em novembro/80 e 1,261 em maio/81, passou para 1,226 em novembro/81, condizente, portanto, com as medidas preconizadas nas diretrizes sociais do governo.

A evolução do salário médio do pessoal ocupado na produção industrial é um bom indicador dos salários efetivamente pagos no mercado de trabalho, pois já leva em consideração os reajustes devidos à rotatividade, admissão de novos empregados, aumentos por conta de acréscimos de produtividade, etc. Segundo dados da Fundação IBGE, em setembro de 1981 (última informação disponível) seu crescimento nominal foi de 116,9% em relação a setembro de 1980, situando-se 3,7 pontos acima da variação anual do ICV—RJ, 17,6 pontos acima do ICV—SP e 12,9 pontos superiores à variação anual da média ponderada dos ICVs elaborados por órgãos locais de pesquisa para as dez capitais de maior população do país. Tomando-se o período janeiro-setembro de 1981 em comparação com igual intervalo de 1980, constata-se que esse salário médio nominal teve aumento de 113,2%.

### 3.1.2. *Emprego*

A desaceleração da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 1981, demandou ações do Ministério do Trabalho dirigidas para a formulação de uma políti-

ca de emprego que fizesse frente a essa conjuntura. Assim, buscou-se, através de programas e projetos específicos, atender às novas configurações apresentadas pelo mercado de trabalho.

O comportamento do mercado de trabalho, com a ampliação do desemprego em 1981, resultou de dois fatores:

- das alterações conjunturais na atividade econômica destinadas à redução da inflação e ao equilíbrio das contas externas, o que forçou o governo a efetuar cortes nas despesas públicas e a administrar de forma austera e criteriosa as políticas monetária e creditícia;
- das transformações estruturais de nossa economia, que alteram o perfil da produção em direção aos produtos agrícolas, à mineração e à geração de energia substitutiva do petróleo, induzindo a certo desemprego em alguns setores, sem a contrapartida de rápida reabsorção, já que as novas oportunidades aparecem em regiões diferentes daquelas em que ocorre o desemprego.

Se tomarmos como referência os principais indicadores disponíveis, constata-se que o emprego diminuiu nas regiões metropolitanas. É o que indicam as informações do Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho (Ver apêndice estatístico).

Esse quadro gerou crescente preocupação do governo e iniciativas no sentido de promover mais absorção de mão-de-obra. Dentre outras, destacam-se:

- oferecimento, a todos os organismos responsáveis pela política econômica e social, tanto global como setorial, de informações e subsídios sobre a situação do emprego e sobre o impacto, no tocante ao problema ocupacional, de políticas adotadas ou propostas pelos organismos da área econômica;
- explicitação dos objetivos de criação de empregos nas decisões de política econômica;
- avaliação dos possíveis efeitos sobre o emprego, de projetos de caráter estratégico (em especial nas áreas de construção de obras públicas, agropecuária, colonização e imigração) e propostas de medi-

das que possam corrigir possíveis efeitos negativos e maximizar efeitos positivos;

- elaboração de projetos de alta intensidade de absorção de mão-de-obra (projetos de emergência);
- formalização e incremento de atividades como: organização dos trabalhadores independentes de baixa qualificação em cooperativas e outras formas associativas (Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato e Programa Piloto de Criação de Cooperativas dos Trabalhadores: bóias-frias — SP);
- prevenção do desemprego, através do estímulo à negociação entre trabalhadores e empregadores;
- redução do impacto gerado por crises em empresas ou mudanças tecnológicas.

Sob esta ótica de planejamento social integrado, todos os esforços foram e estão sendo feitos para a consolidação da política de emprego, através do Conselho Federal de Mão-de-Obra, com recomendações para aumento da oferta de treinamento para postos de trabalho disponíveis, bem como reciclagem de mão-de-obra para novas ocupações.

Assim sendo, foram acionados e/ou acelerados:

a) O programa de reemprego

A mobilização do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra (SNFMO) e do Sistema Nacional de Emprego (SINE), frente à constatação de surtos de desemprego em núcleos localizados, especialmente na Região da Grande São Paulo, permitiu verificar a existência de subsetores econômicos com capacidade de absorção de grande número de trabalhadores, destacando-se a construção civil e a indústria de confecções.

Foi implantado o Programa de Retreinamento para Reemprego, com a participação ativa e conjunta das empresas, sindicatos e governo estadual, e com a utilização, também, dos incentivos fiscais proporcionados pela Lei n.º 6.297/75. As atividades estão sendo executadas através do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO) e da estreita e indispensável colaboração do SNFMO, SENAI e SENAC, já tendo sido re treinados 3.971 trabalhadores com um custo de Cr\$ 16,1 milhões.

O plano de intermediação dirigida (PID), iniciado no 2º semestre/81 propõe-se, basicamente, atingir dois objetivos:

- intermediar a mão-de-obra a nível intra e inter-regional;
- fornecer dados à coordenação central do Ministério do Trabalho concernentes aos investimentos realizados nas respectivas regiões do país e à geração de empregos deles decorrentes.

Certos setores da economia, principalmente aqueles intensivos em energia de petróleo, como o automobilístico, sofreram quedas sensíveis em suas vendas e, conseqüentemente, promoveram dispensa de trabalhadores. Por outro lado, com os investimentos sendo orientados para outros setores da economia, principalmente aqueles destinados à substituição de energia importada por fontes alternativas (PROALCOOL), e aqueles voltados para o aumento das exportações — agricultura e mineração — criaram-se novas oportunidades de emprego. Tais empregos estão sendo criados em regiões, algumas de fronteira, ainda não cobertas pelo sistema de informações do MTB. Para preencher essa lacuna o SINE está ampliando sua estrutura visando a incluir essas novas áreas.

#### c) A intermediação/colocação

Com uma população economicamente ativa estimada em 1981 em 48.387.179 de pessoas, e com um total de população ocupada no mercado formal de trabalho de 17.086.650, por muito tempo será necessário criar cerca de 1,5 milhão de novos empregos por ano para atender à demanda provocada pela expansão demográfica.

Na promoção de emprego, foi dada continuidade ao trabalho de intermediação e colocação dos trabalhadores que acorreram às unidades SINE em todo o país, colocando-se as pessoas em busca de trabalho em contato com as unidades produtivas que requereram mão-de-obra, tendo sido atendidos 922.000 (novecentos e vinte e dois mil) trabalhadores.

d) Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA).

Com o comportamento desfavorável em alguns setores da economia o PNDA procurou ampliar suas ações visando

a atender a força de trabalho localizada nos mercados «informais» de trabalho, beneficiando, em 1981, mais de 200.000 famílias.

Ampliando suas ações, o programa deu ênfase especial à criação e consolidação de canais eficazes de comercialização, tendo em 1981 promovido a venda no exterior de mais de US\$ 2,6 milhões e a elaboração do catálogo do artesanato brasileiro.

Utilizando a demanda como estímulo à organização da produção, o PNDA, em 1981, realizou 227 cursos de técnicas artesanais, apoiou 17 cooperativas e 378 núcleos de produção, com especial ênfase para o Nordeste, realizou 2 feiras nacionais, apoiou 122 feiras regionais e participou de uma feira internacional, cabendo ser destacado, também, o mapeamento do artesanato, realizado em 234 municípios brasileiros.

### 3.1.3. *Políticas trabalhistas*

A ênfase conferida à área do trabalho, na estratégia do desenvolvimento social, fundamenta-se no princípio de que as ações no campo do emprego, treinamento e proteção do trabalhador, entre outras, são essenciais para melhorar sua qualidade de vida e elevar o nível da renda e da riqueza nacional.

A política social desenvolvida em 1981 refletiu a busca da segurança ideal para o trabalhador, objetivando assegurar-lhe maior estabilidade no emprego o aprimoramento das relações do trabalho e a recomposição do poder de compra do salário.

A política de participação social inclui o aperfeiçoamento de formas tradicionais de organização e representação dos trabalhadores (sindicatos, cooperativas) e a promoção de outras formas associativas legítimas, bem como o aprimoramento das relações entre empregados e empregadores, dos processos de negociações e das formas de participação dos trabalhadores nas atividades da empresa.

#### Relações trabalhistas

1981 assistiu à diminuição dos movimentos grevistas. No mês de fevereiro buscou-se a suspensão das intervenções em todos os sindicatos onde ainda ocorriam irregularidades administrativas e a normalização da vida sindical.

Estimulou-se ainda mais a negociação, cerne da democracia nas relações entre capital e trabalho. O ano foi pródigo no fortalecimento do diálogo, induzindo a tomadas de posições amadurecidas no âmbito sindical. Não se registraram greves de significado econômico ou social mais amplo, posto que as paralisações ocorridas, além de raras, foram quase sempre isoladas e não de grandes categorias profissionais, ao contrário dos anos anteriores.

Estimulou-se a celebração de acordos e convenções, ao mesmo tempo em que se desencorajava a intervenção prematura dos tribunais. É necessário registrar que a política salarial em vigor foi fator importante no equilíbrio das relações trabalhistas e no incentivo a acordos.

A evolução da política de relações do trabalho, dentro da mesma ótica participatória e testemunho da capacidade brasileira de adaptação ao momento sócio-econômico.

Atendendo ao disposto nas diretrizes governamentais de valorização do homem, destinadas a alcançar o objetivo-síntese da política social do governo, que é o de assegurar condições dignas de trabalho e de bem-estar para todos os brasileiros, Diretriz XIV do Ministério do Trabalho estabeleceu que os serviços de fiscalização do trabalho deverão ser reorganizados segundo critérios modernos, que possibilitem sua execução programada.

O novo sistema de proteção ao trabalho, ora em implantação, tem como objetivos gerais (I) a racionalização da inspeção do trabalho, assegurando a existência efetiva de condições dignas de trabalho e de proteção adequada da integridade física e psíquica do trabalhador, pelo cumprimento da legislação vigente e das normas das convenções de acordos coletivos; (II) fornecer, através de memória acumulada de informações de proteção do trabalho, os elementos para elaboração de políticas de trabalho, e para orientar o progresso e melhoria da legislação social e trabalhista.

Outro programa pioneiro de significado relevante refere-se à intensificação da presença da inspeção do trabalho no campo, de forma permanente, em regiões de grande densidade de população economicamente ativa, como a zona canavieira nordestina. O Ministério do Trabalho tem emitido, no próprio local de trabalho, dezenas de milhares de carteiras de trabalho, regularizando, em igual

número, as relações de emprego que, nessas regiões, ainda eram bastante carentes da proteção efetiva.

#### Segurança e medicina do trabalho

No cumprimento do objetivo de preservação da saúde do trabalhador, o Ministério do Trabalho foi além da ação fiscalizadora de cumprimento da lei, procurando ser mais educativo que punitivo.

Para isso desenvolveram-se inúmeras campanhas de prevenção de acidentes do trabalho, e foi ampliado o número de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) para 16.972.

#### Programa de alimentação do trabalhador

O programa caracteriza-se como mais um instrumento de redistribuição de renda, a que representa salário indireto para o trabalhador e promove a redução de índices de absentismo, integrando-se, também, ao esforço da política de contenção de consumo de energia. Beneficiou 1.472.003 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil e três) trabalhadores.

#### Políticas trabalhistas para o trabalhador rural

A formação profissional do trabalhador rural é fator relevante no processo de desenvolvimento sócio-econômico das populações rurais, sobre contribuir de forma bastante significativa à fixação do homem no campo e ao aumento da produtividade rural.

Em 1981 o Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) concentrou-se na profissionalização de populações carentes em regiões de altas concentrações populacionais e de desníveis sócio-econômicos bastante acentuados.

Definiu-se, assim, que a clientela prioritária para a ação do SENAR seria a de pequenos produtores e trabalhadores rurais e seus familiares envolvidos na produção de produtos alimentares básicos, destinados ao abastecimento do mercado interno, treinando-se 165.290 pequenos produtores a custo de Cr\$ 5,8 milhões.

Além dessa população-alvo, atendeu-se também à mão-de-obra envolvida na produção de produtos exportáveis, bem como aqueles que contribuem para diminuir importações.

A estratégia adotada para tornar efetiva e "capilar" a profissionalização rural consistiu em ações de preparação

de mão-de-obra, sempre de forma integrada com instituições e lideranças da própria municipalidade, como as prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos patronais, cooperativas agropecuárias, etc., de modo a angariar o apoio da comunidade e garantir o atendimento aos interesses reais dos treinandos.

### 3.2. PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A despeito do esforço de racionalização administrativa e de aperfeiçoamento da sistemática de controle, verificou-se, em 1981, a existência de acentuado desequilíbrio financeiro no sistema previdenciário brasileiro.

A crise financeira da previdência, provocada pela insuficiência de recursos para arcar com as despesas assistenciais, não é circunscrita ao nosso país. Trata-se, pelo contrário, de fenômeno que aflige, com igual ou maior intensidade, até mesmo os povos que integram o grupo privilegiado dos economicamente mais desenvolvidos.

Contudo, a generalidade do problema não contém toda a explicação da crise previdenciária entre nós. A causa principal está na amplitude que se imprimiu ao nosso complexo previdenciário, com a extensão dos serviços a tantas novas categorias de beneficiários, e a melhoria dos serviços, levados a todas as partes do território nacional. Para uma idéia da dimensão destes últimos, o número de atendimentos efetuados pelo INAMPS na última década (consultas médicas, odontológicas e internações), cresceu à taxa geométrica de 14,3% ao ano, contra um crescimento de 2,5%, aproximadamente, da população brasileira em igual período.

Para que não houvesse interrupção no pagamento de benefícios previdenciários a cerca de 8 milhões de pessoas, mensalmente, valeu-se o IAPAS do mecanismo de endividamento junto à rede bancária nacional, resultando daí um saldo devedor de cerca de Cr\$ 180 bilhões, no exercício findo.

Outras causas também concorrem para explicar esta situação deficitária:

a) a inadequação financeira e atuarial da sistemática de reajuste dos benefícios previdenciários, pela sua vincu-

lação à política salarial em vigor, sem embargo do mérito distributivista que possui;

b) os reflexos da conjuntura econômica desfavorável sobre o nível de emprego, repercutindo sobre a folha de salários, base de incidência das contribuições previdenciárias;

c) a persistência de atividades sem fonte de custeio definidas (assistência social) e de outras com insuficiente dotação (assistência médica e programas previdenciários da área rural).

Não podendo o governo conviver com o déficit da previdência, que aumentava perigosamente, a ponto de comprometer o equilíbrio das finanças públicas, adotaram-se medidas a nível do Executivo e Legislativo, no intuito de o sanear a curto prazo, as finanças previdenciárias.

Os Decretos-Leis 1.861 e 1.867 de fevereiro e março de 1981, respectivamente, alteraram a base de cálculo das chamadas contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros (SESI, SESC, SENAC e SENAI), tornando-as igual ao chamado «teto de contribuições», mantidos os antigos critérios de repasse até a vigência daqueles diplomas legais, com o que não houve prejuízo às entidades de serviço social e de formação profissional.

No mês de agosto, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que dispunha sobre a previdência social. Nesse documento eram propostas medidas visando a restabelecer o equilíbrio financeiro que a expansão dos serviços assistenciais e o aumento do seu custo tinham prejudicado, propondo-se, além da ampliação do «teto de contribuição», a limitação dos benefícios a casos em que a outorga de certas vantagens não condizia com a situação das finanças previdenciárias.

O Congresso decidiu, porém, rejeitar o projeto de lei do Executivo, na parte em que se restringiam benefícios em vigor.

Com o advento da Lei n.º 6.950 de 04.11.81, ampliou-se o «teto» de 15 para 20 salários mínimos, mantida a taxa prevalente na fase anterior e, para enfrentar as despesas a descoberto de recursos orçamentários, aprovou-se emenda instituindo a tributação de bens supérfluos, à taxa de 20%. Essa contribuição previdenciária sobre supérfluos

não seria bastante, no entanto, para eliminar o déficit — a não ser que se desse grande extensão à lista dos bens assim considerados, com reflexos traumáticos na atividade produtiva e no emprego.

Impunha-se, por esse motivo, encontrar outra fonte de receita que proporcionasse aos serviços sociais do governo os recursos urgentemente necessários para garantir, sem maiores transtornos, as prestações assistenciais.

Descartando desde logo as opções rejeitadas pelo Congresso, tornou-se imperativo utilizar a única alternativa disponível: elevar o montante das contribuições previdenciárias, colimadas mediante a edição dos Decretos-Leis de n.º 1.910 e 1.911, ambos de 29.11.81.

Tem o governo consciência de que a medida representa pesado ônus para as atividades produtoras e, de modo particular, sacrifício adicional imposto aos trabalhadores, especialmente àqueles que enfrentam maiores dificuldades econômicas. Porém, nas circunstâncias, foi a decisão que, apesar de tudo, se mostrou mais recomendável, por apresentar menor inconveniente social, inclusive para os próprios contribuintes da previdência.

Tornou-se também inadiável estabelecer a contribuição dos aposentados e pensionistas para a assistência médica. Sem isso, continuariam estes a gozar dos benefícios daquele serviço essencial sem qualquer contraprestação efetiva, configurando-se uma situação injusta para os contribuintes.

O conjunto de medidas administrativas e legais postas em vigor tem maturação longa, conquanto já se possam vislumbrar resultados palpáveis. Assim é que, com a criação do Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP) — Decreto n.º 86.329/81 — com participação de representantes de múltiplos segmentos, pretende-se redefinir o modelo de assistência médica e hospitalar, no âmbito previdenciário, propugnando-se por:

a) melhoria da assistência à saúde dos beneficiários e ênfase no atendimento básico, com redução dos custos unitários e controle dos gastos;

b) integração das atividades de recuperação com as de proteção e de promoção da saúde; e

c) descentralização de atividades e adequada participação dos setores públicos e privado.

### Atividades do Setor

A seguridade social abrangeu em 1981, 24,4 milhões de contribuintes, do que se infere que a quase totalidade da população brasileira está ao abrigo do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), e que todas as categorias laborais regulamentadas estão sob cobertura previdenciária. O dispêndio global foi de Cr\$ 1.474,3 bilhão, 118,3% superior ao verificado no exercício de 1980.

Entre suas instituições, coube ao INPS a maior parcela de dispêndios (Cr\$ 993,1 bilhões) seguido pela assistência médica proporcionada pelo INAMPS (Cr\$ 361,1 bilhões).

O Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) compreende três macrofunções: previdência social, assistência médico-hospitalar e assistência social.

Essas macrofunções, definidas pela Lei n.º 6.439, de 01.09.77, incumbem às seguintes entidades:

#### 3.2.1. Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

É o órgão incumbido da administração dos programas de previdência social urbana e rural, inclusive os relativos aos acidentes do e no trabalho, os concernentes aos servidores do Estado e respectivos dependentes, e o programa de amparo financeiro a idosos e inválidos.

O INPS concedeu, no exercício de 1981, 4.004.000 benefícios previdenciários, sendo 1.834.000 de prestação única e 2.170.000 sob a categoria de prestação continuada, concessões essas relativas à previdência social rural e urbana. Os chamados benefícios de manutenção (aposentadorias, pensões, renda mensal vitalícia, amparo aos idosos), que se caracterizam pela prestação pecuniária mensal e consecutiva, tiveram como destinatários mais de 8 milhões de beneficiários.

No campo de reabilitação profissional urbana, o INPS reabilitou 11.100 clientes, além de proporcionar atendimento técnico a 4.861.961 trabalhadores.

Para a efetivação dessas tarefas arcou o órgão, no plano financeiro, com dispêndios em benefícios (gerais, acidentes do trabalho e previdência social rural) no montante de Cr\$ 942,8 bilhões (94,9% dos dispêndios globais que atingiram Cr\$ 993,1 bilhões).

### 3.2.2. Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS)

Incumbido dos programas de assistência médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar aos trabalhadores urbanos e rurais, bem como a seus dependentes, o INAMPS perseguiu a racionalização dos recursos postos à disposição do setor de saúde e de assistência médica, entrosando-se com o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais de Saúde na implantação de um sistema regionalizado, hierarquizado e coordenado, visando à maximização da produtividade dos recursos pertinentes.

Afora a cobertura assistencial aos segurados e respectivos dependentes, o INAMPS, por via de convênios, garantiu assistência aos chamados não beneficiários da previdência social — a chamada população carente.

Apresentando dispêndios de Cr\$ 361,1 bilhões no decorrer de 1981 (93,3% acima do verificado no ano anterior), o INAMPS consumiu 92,9% desses recursos (Cr\$ 335,6 bilhões) só em assistência médica, cabendo Cr\$ 312,8 bilhões na área urbana e Cr\$ 22,8 bilhões na área cultural.

Propiciou 198 milhões de consultas médicas e 38 milhões de consultas odontológicas, além de 13 milhões de internações, o que representou uma expansão geométrica desses serviços (14,5% ao ano na última década, contra um crescimento populacional de aproximadamente 2,5% ao ano no mesmo período).

### 3.2.3. Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA)

À LBA compete prestar assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social e de atendimento às pessoas, independentemente da vinculação destas a entidades do SINPAS.

Tendo beneficiado 13.741.700 pessoas, com um dispêndio de Cr\$ 13,2 bilhões, em 1981, a entidade administrou os seguintes programas:

i) programa de assistência ao menor — beneficiando 1.534.700 pessoas em 1.749 municípios, a um custo de Cr\$ 4,5 bilhões, envolve as seguintes atividades:

a) creches-casulo — atende a criança até 6 anos de idade, numa média de 30 a 40 crianças por unidade-casulo em um período de 4 a 8 horas diárias, fornecendo alimentação, serviços médico-odontológico e atividades pedagógicas e recreativas. Atendeu a 317.826 crianças no decorrer de 1981;

b) assistência ao escolar — busca prevenir a marginalização de menores carentes, na faixa de 7 a 18 anos, dando-lhes condições de exercerem atividades educacionais, ocupacionais e esportivas. Atendeu a 95.544 menores;

c) creches-lar — proporcionou a 1.989 crianças de 3 meses a 6 anos, durante o período de trabalho de sua mãe, um atendimento integral sob a guarda e cuidados de pessoa selecionada;

d) colônias de férias — ofereceu a 201 escolares carentes de 5 a 15 anos, nos meses de férias, atividades recreativas, sociais e culturais executadas por monitores do próprio local, assegurando, ainda, durante o período, assistência médica e nutricional ao menor e legalização jurídica a toda sua família;

e) assistência social complementar — concedeu auxílios a 915.994 pessoas, sobretudo por ocorrência de calamidades e emergências, como secas e inundações.

ii) programa nacional do voluntário — lançado oficialmente em 1979, o PRONAV procurou mobilizar e motivar as comunidades, buscando a solução de seus problemas pelo trabalho voluntário de cada brasileiro engajado na tarefa comum da promoção social das populações carentes. Além disso, dinamizou programas locais e implantou novos programas de assistência social a cargo de instituições públicas e privadas, reduzindo sensivelmente o custo operacional da programação da LBA.

Através de 564 núcleos e 928 grupos de voluntariado, o PRONAV atendeu, em 1981, 2.204.671 pessoas em 11.016 municípios brasileiros, contando com a participação de 23.495 voluntários.

iii) programa de distribuição de leite em pó tradicional entre as atividades da LBA, a distribuição de leite em pó é realizada principalmente como medida complementar às ações de saúde voltadas para a criança carente menor

de 5 anos, procurando promover-lhe o crescimento e desenvolvimento satisfatórios, além de prevenir infecções e agravos intestinais.

Com a distribuição de 5.448 toneladas de leite em pó integral, o programa atendeu, em 1981, 275.900 pessoas em média mensal, sendo 22.401 gestantes, 22.125 nutrízes e 231.374 crianças, atingindo 705 municípios em todo o país, com um dispêndio direto de Cr\$ 1,9 bilhão de cruzeiros.

iv) programa de complementação alimentar — constitui intervenção nutricional direta, objetivando a promoção da saúde da criança e da mãe carentes. Os produtos, distribuídos a gestantes, nutrízes e crianças de 6 a 36 meses, são complementos alimentares industrializados destinados a reduzir os riscos de desnutrição.

Em 1981 foram distribuídos 8.768 toneladas de alimentos por 305 municípios brasileiros, beneficiando uma clientela média mensal de 30.361 gestantes, 92.291 nutrízes e 280.637 crianças, o que representou um dispêndio de Cr\$ 1,7 bilhões.

v) programa de ações de saúde — voltado prioritariamente para o grupo materno-infantil, assistindo também as comunidades na busca da melhoria de ambiente e das condições de saúde das populações carentes.

Apresentando um dispêndio de Cr\$ 182,1 milhões, o programa propiciou 3.990.257 atendimentos, sendo 963.398 consultas médicas, 127.273 consultas odontológicas, 190.849 exames laboratoriais, 285.973 vacinações e 47.982 encaminhamentos para novos exames e internações.

vi) programa de educação para o trabalho — procura formar mão-de-obra capacitada e adequada, visando a aumentar a renda e o nível sócio-cultural das famílias carentes.

Tendo dispendido Cr\$ 780 milhões em 1.727 municípios, o programa orientou 800.900 carentes em cursos de iniciação ocupacional nos diferentes setores econômicos, bem como em artesanato.

vii) programa de assistência do idoso — previne a marginalização e reativa o idoso afastado das atividades sócio-econômicas, mas que ainda tem condições de voltar a ser um elemento participante na sociedade. Atendeu a

150.600 idosos em 331 municípios com um dispêndio de Cr\$ 619,2 milhões.

viii) programa de assistência aos excepcionais — seu objetivo é procurar reabilitar a população carente, aqueles portadores de deficiências físicas e mentais, mediante processos de natureza médico-psicossocial, visando a ampliar suas oportunidades de integração à sociedade.

Através de 877 acordos, em 496 municípios, foram realizados em 1981, 253.500 atendimentos com manutenção de 60.423 clientes, a um custo de Cr\$ 2,4 bilhões.

ix) programa de legalização do homem brasileiro — fornece registros oficiais às pessoas carentes que não possuem qualquer documento que lhes ateste o nome, idade e filiação. Evita assim a marginalização social do homem brasileiro pela falta de documentação. Em 1981 o programa realizou 1.649.100 atendimentos em 1.558 municípios, com dispêndio de Cr\$ 364 milhões.

x) programa de assistência social geral — compreendendo atendimento básico à família, atendimento comunitário, assistência ao homem do campo e social complementar. Este programa atendeu a 2.479.200 pessoas em 1.214 municípios, efetuando dispêndio de Cr\$ 735,8 milhões.

#### 3.2.4. *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor* (FUNABEM)

Incumbe a esta entidade promover a execução da política nacional de bem-estar do menor, por administração própria e por via de convênios com instituições públicas ou privadas.

Em 1981 a FUNABEM aplicou recursos da ordem de Cr\$ 6,6 bilhões, assistiu a 1.357.878 menores, desenvolveu programas preventivos em 162.308 famílias, e firmou 500 convênios de assistência técnica e cooperação financeira com entidades públicas e privadas.

#### 3.2.5. *Central de Medicamentos — CEME*

Esta instituição orienta seu trabalho para o esforço de baratear a produção de medicamentos em geral, bem como a distribuição em massa. Sendo sua rede oficial composta de 22 laboratórios vinculados ao Setor Público,

responsabilizou-se pela produção de medicamentos no valor de Cr\$ 6,3 bilhões para o governo, Cr\$ 4,4 bilhões para a rede privada e Cr\$ 0,3 bilhão, para o exterior. Atualmente beneficia 3.570 municípios brasileiros (90% do total), tendo no decorrer de 1981 distribuído mais de 166 bilhões de doses de diferentes tipos de vacina.



### 3.3. SAÚDE

Durante o ano de 1981, a política federal de saúde procurou, de forma articulada com o Ministério da Previdência e Assistência Social e os Estados, universalizar o acesso da população aos serviços básicos de saúde; controlar doenças de caráter endêmico e as transmissíveis evitáveis por imunizantes; racionalizar as ações de suplementação alimentar; fortalecer a vigilância epidemiológica; operacionalizar o sistema de vigilância sanitária e disciplinar as ações referentes à coleta e utilização do sangue.

Contribuíram significativamente para a condução desses objetivos:

— a ampliação da rede de serviços básicos de saúde, sob a égide do Programa de Extensão das Ações em Saúde e Saneamento (PIASS);

— o esforço de erradicação do *Aedes Aegypti* e controle da malária e da doença de Chagas;

— as campanhas nacionais de controle da poliomielite e ações de combate ao sarampo, à difteria e ao tétano;

— o abastecimento de alimentos básicos, a preços reduzidos, em áreas de baixa renda, prioritariamente no Nordeste;

— o credenciamento de laboratórios nacionais de referência nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além de dez laboratórios para exercer a função de centros nacionais para diagnóstico da poliomielite;

— a instalação do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS);

— a implementação da rede nacional de centros de hematologia e hemoterapia (HEMOCENTROS); e

— os estudos para diagnóstico e controle de doenças prevalentes no país, implementando-se; ainda, a área de

pesquisa e desenvolvimento de protótipos de equipamentos médico-hospitalares, visando à padronização necessária aos serviços básicos de saúde e conseqüente autonomia nacional nesse setor.

A ação setorial desenvolveu-se nos seguintes campos: serviços básicos de saúde; serviços básicos de saneamento; alimentação e nutrição; controle de doenças transmissíveis; vigilância sanitária; sangue e hemoderivados; assistência médico-hospitalar; ciência e tecnologia para a saúde.

### 3.3.1. *Serviços básicos de saúde*

Com o objetivo de estender seus benefícios a toda a população, ampliaram-se os serviços básicos de saúde, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e nas periferias dos grandes centros urbanos. Para tanto, desenvolveu-se ação direta do ministério, através da Fundação Serviços de Saúde Pública e indireta, sob coordenação ministerial, através das secretarias de saúde estaduais.

A ação direta, voltada para as áreas de prevalência de endemias e áreas rurais, elevou em 187 unidades a rede de serviços básicos de saúde, entre postos de saúde, centros de saúde e unidades mistas, estando 68 outras em fase de conclusão. Foram, ainda, ampliadas 18 unidades, encontrando-se em vias de conclusão mais 53.

A ação indireta ampliou a rede de serviços básicos, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incorporando 2.023 unidades em 1981.

Com recursos próprios das secretarias de saúde, apoio supletivo do Ministério da Saúde — recursos financeiros, alimentos e medicamentos — e, sobretudo, com recursos do Ministério da Previdência e Assistência Social, viabilizou-se o funcionamento da rede de serviços nos Estados. Na área de desenvolvimento de recursos humanos, no plano estadual e no dos Territórios, foram treinadas, no período 1980/81, 16.300 pessoas, entre os níveis elementar, médio e superior.

As aplicações em 1981 totalizaram Cr\$ 5,1 bilhões, sendo Cr\$ 3,1 bilhões na ação direta e Cr\$ 2 bilhões na ação indireta.

### 3.3.2. *Serviços básicos, de saneamento*

Área integrada aos serviços básicos de saúde, objetiva a melhoria das condições sanitárias, particularmente nas áreas de maior prevalência de endemias e de densidade de pobreza, dirigidas, prioritariamente, às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A ação se desdobrou em dois segmentos: a) *ação direta*, através da Fundação Serviços de Saúde Pública, cobre 660 localidades em 325 municípios. Foram construídas 180 mil melhorias domiciliares para destino de dejetos e de abastecimento de água (banheiros, tanques de lavar roupa, filtros, etc.), e instalações sanitárias em aproximadamente 500 escolas. No combate à doença de Chagas, promoveu a melhoria de 5.621 habitações. b) *ação indireta*, através dos Estados, sob coordenação ministerial, foram construídos, no período de 1980 a junho de 1981, 275 sistemas de abastecimento de água e 46.549 melhorias sanitárias domiciliares.

Em 1981, foram aplicados Cr\$ 1,9 bilhão, dos quais Cr\$ 1,6 bilhão na ação direta e Cr\$ 300 milhões na ação indireta.

### 3.3.3. *Alimentação e nutrição*

Objetiva atender aos grupos populacionais de baixa renda e biologicamente mais vulneráveis à desnutrição e às deficiências nutricionais, através da suplementação alimentar, quer pela distribuição gratuita do alimento, quer pela oferta de alimentos básicos a preços reduzidos. Visa, ainda, a apoiar o pequeno produtor de alimentos básicos, mediante garantia de compra do excedente comercializável, fortalecendo o sistema cooperativista e a infra-estrutura oficial de comercialização.

#### Principais iniciativas

##### a) distribuição gratuita de alimentos

Nas atividades voltadas para a nutrição em saúde, a suplementação alimentar é feita no grupo composto por gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 7 anos de idade, com prioridade para as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, esta última absorvendo 65% do número disponível

de vagas. Até outubro de 1981, atendeu 2.510.180 beneficiários, distribuindo 101.861 toneladas de alimentos no valor de Cr\$ 3,3 bilhões. No atendimento ao pré-escolar beneficiou 49.800 crianças, distribuindo 736 toneladas de alimentos a um custo de Cr\$ 94 milhões.

b) combate às carências nutricionais específicas

A fim de combater carências tais como hipovitaminose «A», anemias ferroprivas, bócio endêmico e cárie dental, desenvolveram-se estudos necessários ao embasamento das ações, realizando-se a prevenção da cárie dentária e a fluoretação das águas de abastecimento de 50 cidades, beneficiando 11,9 milhões de habitantes e atingindo 45,9% da meta prevista. No combate ao bócio endêmico, atividades de suplementação nutricional de sal iodado às populações carentes e endêmicas de Goiás, Mato Grosso e Maranhão. Procedeu-se ainda ao levantamento da produção e comercialização de sal no Rio Grande do Norte.

c) oferta de alimentos a preços reduzidos

Objetiva suplementar a dieta das populações de baixa renda de zonas periféricas, áreas metropolitanas e zonas rurais do Nordeste, mediante a comercialização de onze alimentos (leite, arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo, fubá, ovos, macarrão, charque, peixe seco/salgado e açúcar). Implantado inicialmente no Recife e em Teresina, e ampliado em outubro último para João Pessoa, Natal e Maceió, beneficiou 460 mil habitantes e comercializou 11.297 toneladas daqueles gêneros alimentícios.

Em 1981, foram aplicados recursos no montante de Cr\$ 114 milhões.

d) estímulo ao pequeno produtor

Implantado na região Nordeste, este projeto utiliza o poder de compra gerado pelo programa de suplementação alimentar, garantindo mercado para os produtores de alimentos básicos através de um sistema integrado de aquisição e suprimento constituído, entre outros, pela COBAL, e por cooperativas de produtores e companhias estaduais de desenvolvimento agropecuário.

As aplicações globais, em 1981, foram da ordem de Cr\$ 3,9 bilhões.

### 3.3.4. *Controle de doenças transmissíveis*

Esta área apresenta duas linhas básicas de atuação: ações executadas diretamente pelo Ministério e ações indiretas, através de apoio técnico-operacional às Secretarias de Saúde estaduais.

Essas ações estão agrupadas em três subáreas, em função das características de cada conjunto de atividades, como se segue:

a) controle de doenças transmissíveis evitáveis por imunizantes

Objetivo: conferir proteção específica a menores de 1 ano e gestantes, contra poliomielite, sarampo, difteria, tétano, coqueluche e tuberculose, além de meningite e raiva.

Foram vacinados 18,5 e 18,1 milhões de menores de 5 anos, em dois dias de vacinação antipólio, tendo sido operados 90 mil postos em todo o país envolvendo diretamente 450 mil pessoas. Em 1981, foram confirmados apenas 68 casos de ocorrência de pólio no país, representando redução da ordem de 20 vezes em relação a 1980. As ocorrências de casos de sarampo, difteria, tétano e coqueluche apresentaram reduções da ordem de 50% em relação ao ano anterior. Tanto a doença meningocócica quanto a raiva também experimentaram declínio. A elevação dos índices de tuberculose não deve ser atribuída ao recrudescimento da doença, mas sim ao sistema de detecção e informação mantido nos estados.

b) vigilância epidemiológica

Essencial ao desenvolvimento dos serviços básicos de saúde, opera através da implantação e efetivo funcionamento da rede nacional de laboratórios de saúde pública.

Foram credenciados como laboratórios nacionais de referência os laboratórios das Secretarias de Saúde dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco e outros 10 como Centros nacionais para diagnóstico da poliomielite. No período de 1979 a 81, incorporaram-se 620 Unidades à rede Nacional, elevando o número total a 1.085 laboratórios em funcionamento.

c) controle das grandes endemias

### Malária

Os objetivos do programa são a erradicação da malária a curto prazo na região situada fora da Amazônia legal e de redução da incidência na Amazônia legal, abrangendo 22 Estados e 3 Territórios. Foram borrifados contra o mosquito mais de 1,5 milhão de prédios, sendo mais de um terço na região amazônica. Dos 91.189 casos registrados, 87.845 ocorreram na área de erradicação a longo prazo, contra apenas 3.704 casos nas áreas de erradicação a curto prazo.

### Doença de Chagas

A campanha desenvolve atividades em cerca de 70% da área chagásica, estimada em 2 milhões de km<sup>2</sup>, compreendendo as regiões Nordeste e Sul e os Estados de Goiás, Minas, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A SUCAM realizou o reconhecimento geográfico em 1.916 localidades, cadastrando 163.506 novos domicílios e anexos. Capturou ainda triatomídeos (transmissores domésticos) em 51.698 localidades de 738 municípios, que abrigam população superior a 7,3 milhões de habitantes. Borrifou mais de 180 toneladas de BHC em 445.059 casas e anexos em 23.641 localidades de 716 municípios. Atualmente está sob vigilância uma área de 441 mil km<sup>2</sup>, congregando 6.145.108 pessoas.

### Esquistossomose

Buscou-se controlar a transmissão da endemia na região que compreende desde o Ceará até Minas Gerais e eliminar a transmissão dos focos localizados nos Estados do Pará, Piauí, Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, e impedir sua introdução nas áreas ainda não comprometidas do Centro-Oeste e em toda a região amazônica, à exceção do Pará. Foram tratadas 415 mil pessoas e examinadas 59.759 coleções hídricas, das quais 14.200 foram tratadas com moluscidas.

### Febre amarela

O objetivo é reduzir a incidência da doença na sua forma silvestre, endêmica na região Amazônica e no Centro-Oeste, erradicar o transmissor da forma urbana e manter nula a incidência de febre amarela urbana. Até agosto deste ano foram vacinadas contra a febre amarela

2.182.809 pessoas, sendo notificados apenas 13 casos, o que significa redução de 50% em relação aos 27 casos de 1980.

d) controle de outras endemias

Neste caso encontra-se a filariose, a leishmaniose, a peste e o tracoma, endemias de menor abrangência geográfica. Durante o 1º semestre de 1981, para o combate à filariose, foram colhidas 356.897 amostras de sangue para diagnóstico e tratadas 3.941 pessoas. O controle da leishmaniose compreendeu inquérito entomológico em 460 localidades, exame de 4.208 cães e desinsetização de 3.627 prédios. No primeiro semestre, foram registrados 125 casos de leishmaniose visceral e 1.786 da tegumentar, o que coloca o ano de 1981 dentro das faixas de endemicidade normal. No combate ao tracoma foram trabalhadas 3.059 localidades em 81 municípios, examinando-se 240.704 pessoas e tratando 67.009. Para o combate à peste, estão em atividades de profilaxia e controle 291 localidades de 19 municípios nos Estados do Ceará e Piauí, que tiveram 17.596 prédios desratizados e 3.428 despulizados. A vigilância epidemiológica está mais acentuada em 1.271 localidades de 52 municípios. Até o dia 10 de dezembro foram notificados 52 casos de peste, cerca de 50% a menos que em 1980.

Em 1981, as aplicações somaram Cr\$ 4.8 bilhões.

### 3.3.5. *Vigilância sanitária*

No intuito de assegurar a qualidade e eficácia dos produtos de interesse para a saúde e impedir a entrada, no país, de doenças transmissíveis e seus vetores, foram definidas as seguintes linhas de atuação:

— apoio técnico visando à ampliação da rede de laboratórios de referência e ao entrosamento destes com a rede de laboratórios de saúde pública (esta última já implantada em todos os Estados, em convênio com as Secretarias, e destinada, fundamentalmente, às ações da vigilância epidemiológica), e outros laboratórios especializados;

— descentralização gradativa das atividades de fiscalização para a rede básica de serviços de saúde com participação dos órgãos estaduais;

— montagem, aparelhamento e funcionamento, a partir de 1981, do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), como laboratório central do sistema de controle;

— coordenação efetiva dos laboratórios regionais credenciados para o controle de qualidade de alimentos;

— promoção de estudos, elaboração e atualização de normas técnicas e de padrões de identidade e qualidade de drogas, insumos quimiofarmacêuticos, medicamentos e alimentos;

— controle do emprego abusivo de drogas e medicamentos e colaboração com outros órgãos públicos e privados na luta antitóxica;

— implementação do Sistema de Informações Tóxico-farmacológicas, através da implantação dos centros regionais nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 1981, as aplicações chegaram a Cr\$ 353 milhões.

### 3.3.6. *Sangue e hemoderivados*

Visando ao desenvolvimento das atividades hematológicas e hemoterápicas no país, o Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados (PRÓ-SANGUE) procura disciplinar a coleta e utilização do sangue, bem como a produção e comercialização de seus componentes e derivados. Além dos Ministérios da Saúde, Previdência e Assistência Social e Secretarias Estaduais, conta o programa com o apoio das Forças Armadas.

O PRÓ-SANGUE implanta uma rede nacional de centros de hematologia e hemoterapia (HEMOCENTROS), que se destinam a prestar assistência hematológica e hemoterápica às populações, coordenando e/ou centralizando em cada Estado a coleta e distribuição do sangue, seus componentes e derivados.

Abrangendo em 1981 inicialmente Estados do Norte e Nordeste e dando maior ênfase à área da hemoterapia, estão sendo dinamizados os hemocentros de Alagoas, Pará, Pernambuco, Sergipe e Distrito Federal, e iniciada a implantação dos da Bahia, Maranhão e Piauí.

A programação de 1981 absorveu recursos da ordem de Cr\$ 250 milhões.

### 3.3.7. *Assistência médico-hospitalar*

Atividade desenvolvida através das unidades hospitalares e ambulatoriais do Ministério da Saúde, compreende cinco campos específicos de assistência: materno-infantil, saúde mental, pneumologia sanitária, doenças crônico-degenerativas e reabilitação de incapacitados físicos.

Merece destaque, nessa área, o convênio de cogestão entre os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, visando à plena utilização da capacidade instalada das unidades hospitalares do Ministério da Saúde, fortalecendo a ação integrada entre as duas pastas, e contribuindo para o desenvolvimento de esquemas de tratamento compatíveis com a tecnologia disponível. Através desse instrumento, foi delegada às Secretarias de Saúde estaduais a ação na área de pneumologia sanitária, o que possibilitou a desativação de 7 mil leitos conveniados pelo INAMPS e sua destinação para áreas mais carentes.

Em 1981, o dispêndio com a área de assistência hospitalar foi da ordem de Cr\$ 3,5 bilhões.

### 3.3.8. *Ciência e tecnologia para a saúde*

A ação nesse setor volta-se basicamente para as seguintes áreas: pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção de imunobiológicos, fármacos e insumos.

No campo das doenças infecciosas e parasitárias, as pesquisas abrangeram principalmente doenças a vírus, doenças bacterianas, micoses, esquistossomose, Chagas e outras protozooses.

Os grandes focos de pesquisa na área materno-infantil foram a mortalidade infantil e perinatal, as infecções, a imunidade e os problemas de nutrição, e assistência perinatal e infantil, visando a codificar normas aplicáveis nos diferentes níveis de complexidade de um sistema regionalizado de saúde.

No campo da biologia celular, o Instituto Nacional do Câncer difunde, no meio científico, informações concer-

mentes ao comportamento dos organismos em relação à moléstia.

#### Programa Nacional de Imunobiológicos

Objetiva capacitar os laboratórios nacionais notadamente do Programa Nacional de Imunizações (PNI), garantindo disponibilidade de vacinas, soros hiperimunes, reativos para diagnósticos laboratorial e insumos básicos.

No biênio 80/81, foram desenvolvidas tecnologias para a produção de vacinas contra o sarampo, poliomielite e meningite meningocócica; para o aperfeiçoamento das vacinas contra a febre amarela, coqueluche e difteria; para a produção de reativos padronizados para diagnóstico laboratorial, além do programa de desenvolvimento tecnológico no setor químico-farmacêutico, com o objetivo de gerar tecnologias próprias e absorver técnicas importadas necessárias à produção de insumos e produtos essenciais. Em 1981, foi construído amplo e moderno laboratório para pesquisa e desenvolvimento de fármacos.

As aplicações na área de ciência e tecnologia para a saúde foram da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão.

### 3.4. EDUCAÇÃO E CULTURA

A programação setorial definiu quatro áreas prioritárias: educação básica, educação superior, desenvolvimento cultural, educação física e desporto.

#### 3.4.1. *Educação básica*

Entendida como educação formal e não formal, abrangendo do pré-escolar ao ensino de 2.º grau, constituiu-se na atividade fundamental do ministério, que se empenhou principalmente nos seguintes empreendimentos:

Início da implantação do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar.

Atendendo crianças de 4 a 6 anos provenientes de famílias de baixa renda, o programa foi desenvolvido de forma inter-setorial, abrangendo ações educacionais, de nutrição e de saúde, com participação das famílias e da comunidade.

Com aplicação de Cr\$ 748 milhões, sendo Cr\$ 687 milhões no MOBREAL e Cr\$ 61 milhões nas Sec. de Ensino de 1.º e 2.º graus, foram beneficiadas 400 mil crianças em 1981.

Expansão da escolaridade e melhoria do rendimento do 1.º grau regular.

Concentrando esforços para elevar as taxas de produtividade do sistema — altamente afetadas pelos índices de evasão e repetência — visou-se atender às populações carentes urbanas e rurais, principalmente através das seguintes medidas:

— implementação de escolas hortigranjeiras juvenis, com participação das universidades e colégios agrícolas no processo de ensino;

— conclusão dos projetos «Escola de Pesca» e «Escolas-Fazenda» e implantação do modelo em outros estados;

— encaminhamento dos professores municipais rurais beneficiados pelo projeto de valorização salarial e cursos de habilitação a 1.º e 2.º graus;

— edição de cartilhas para os estados do Nordeste, em trabalho conjunto das Secretarias de Educação e Universidades locais;

— apoio a egressos dos colégios agrícolas e escolas-fazenda na aquisição de terras e de instrumentos de trabalho.

Com matrícula estimada em 23 milhões de alunos, os programas de ensino de 1.º grau absorvem recursos da ordem de Cr\$ 5.256 milhões.

#### Aprimoramento do ensino de 2.º grau

A tônica incidiu na consolidação da rede de escolas técnicas e agrotécnicas federais e no apoio às escolas estaduais semelhantes às federais.

Foram aplicados recursos federais da ordem de Cr\$ 6.101 milhões, dos quais Cr\$ 5.887 milhões destinaram-se à manutenção das escolas técnicas e agrotécnicas federais.

Desenvolvimento de ações educativas não formais para adultos.

Proseguindo em suas atividades, o MOBREAL desenvolveu programas de alfabetização funcional, educação integrada, educação comunitária para o trabalho e o de treinamento formal. Destaca-se, ainda, a implantação e expansão dos centros de estudos supletivos e o desenvolvimento do processo de certificação dos estudos realizados pelos meios não formais.

As aplicações totalizaram Cr\$ 5.777 milhões, sendo Cr\$ 5.423 milhões no MOBREAL e Cr\$ 354 milhões nas Sec. de Ensino de 1.º e 2.º graus.

#### Atendimento à «educação especial»

O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) executou projetos para o atendimento educacional aos excepcionais no sistema regular de ensino e em instituições especializadas. Merecem destaque a implantação de espaços culturais integrados, nos quais os deficientes e a comu-

nidade possam desenvolver o seu potencial criativo e a sua capacidade de absorver a realidade que os cerca; a implementação de centros de produção de material especializado e a distribuição de bolsas de trabalho. Os recursos aplicados somaram Cr\$ 204 milhões.

Apoio a mecanismos de assistência ao estudante.

Desenvolvido em escala nacional, considerando como áreas prioritárias o Nordeste e as áreas rurais e periferias urbanas das demais regiões, o apoio a esses mecanismos assistenciais privilegiou alunos provenientes de famílias de baixa renda, através dos seguintes programas:

— Programa de Suplementação Alimentar: atendeu 14.696.215 alunos dos quais 797.523 pré-escolares. Distribuídos em 117.240 escolas, receberam um total de 1.650.222.606 refeições, perfazendo 102.000.700 toneladas de gêneros consumidos.

— Programas de Bolsas de Estudos: concedeu 155.991 bolsas de 1º grau e 122.672 de 2º grau.

— Programas Bolsas de Trabalho e Residência Estudantil: ofereceu 17.720 bolsas de 2º grau e manteve 13 habitações estudantis.

— Programa Módulos Escolares: distribuição gratuita de 45.340 mil unidades de material escolar às Secretarias Estaduais de Educação, e ampliação dos pontos de venda mediante convênio com cooperativas rurais.

### 3.4.2. Educação superior

A qualidade do ensino foi o objetivo das atividades desenvolvidas a nível de educação superior.

Nesse sentido, procurou-se inverter a tendência expansionista do ensino universitário (Decreto nº 86.000, de 13 de maio de 1981), e procedeu-se à reestruturação da carreira do magistério superior nas instituições federais, proporcionando ao docente universitário maiores oportunidades de profissionalização e melhores níveis salariais. Ressalte-se, ainda, a participação das instituições de ensino superior no aperfeiçoamento das bases do sistema educacional.

No campo científico e tecnológico, o apoio prestado pela CAPES buscou a consolidação dos cursos de pós-graduação e fomentar o processo de disseminação de novas tecnologias.

### 3.4.3. *Política cultural*

No âmbito cultural, deu-se continuidade à política de incentivo às artes plásticas, música (sendo divulgada a música popular brasileira em rádios do exterior através da doação de 4.951 coleções de 5 discos cada uma, atingindo 39 países), folclore, fotografia, editoração, bem como a interrelação entre as diversas atividades artísticas, fazendo emergir características culturais das comunidades onde se desenvolveram e integrando-as ao conjunto de valores locais, atingindo quase todas as unidades da Federação.

Na área cinematográfica, cabe mencionar o apoio da EMBRAFILME ao cinema brasileiro, ao mesmo tempo em que teve participação destacada nos eventos cinematográficos mais representativos no exterior, conquistando para o Brasil dezoito prêmios internacionais.

No campo das artes cênicas, deu-se a conclusão dos esforços na busca de uma estrutura mais apropriada de apoio a seu desenvolvimento, resultando na criação do Instituto Nacional de Artes Cênicas (INACEN), por transformação do Serviço Nacional de Teatro (SNT).

No âmbito do patrimônio cultural brasileiro, visando dinamizar o processo de preservação e divulgação do acervo documental e museológico brasileiro, promoveu-se sua reformulação organizacional através da incorporação à Fundação Nacional Prê-Memória das seguintes instituições: Biblioteca Nacional; Museu Histórico Nacional; Museu Imperial; Museu Nacional de Belas Artes; Museu Villa-Lobos; Instituto Nacional do Livro e Museu da República.

No plano das ações referentes à proteção e restauração de bens culturais, núcleos históricos e acervos naturais, em articulação com outras entidades governamentais, cabe ressaltar o reconhecimento da cidade de Ouro Preto, por parte da UNESCO, como monumento mundial. Além disso, destaque-se o esforço relativo às obras de proteção e revitalização de núcleos e monumentos históricos, através de mais de 150 projetos (recursos da ordem de 700 milhões de cruzeiros), abrangendo todo o território nacional.

### 3.4.4. Educação física e desportos

A programação desta área objetivou: apoiar o desenvolvimento da educação básica; estimular a participação dos diversos segmentos da população na prática regular de atividades físicas de acordo com a cultura nacional e local e intensificar as ações de organização e implementação do desporto escolar.

Na programação de desporto foram despendidos recursos de Cr\$ 1.161 milhões, dos quais Cr\$ 910 milhões em desporto comunitário e Cr\$ 251 milhões em desporto estudantil.

### 3.4.5. Outros programas e atividades

#### Informática

Foram firmados convênios com a Fundação IBGE para a elaboração do planejamento integrado e coordenação nacional das estatísticas educacionais, culturais e desportivas; com o Banco do Brasil, no valor de Cr\$ 400 milhões, e com o CNPq, para a aquisição de computadores nacionais a serem instalados nas universidades, tendo sido adquirido um computador — SISCO — com 256 KB de memória e 30 terminais.

#### Estudos e pesquisas

Deu-se início à implantação do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação, Cultura e Desporto (SIBE), que incorporará uma rede de bibliotecas especializadas em educação. Como parte desse sistema, o INEP montou e organizou o CIBEC (Centro de Informações Bibliográficas do MEC), constituído por grande acervo colocado à disposição do próprio Ministério e dos pesquisadores.

#### Aplicações tecnológicas

No campo da infra-estrutura tecnológica, ampliou-se a ação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, que incorporou a televisão, o rádio, o cinema e o teleprocessamento de dados como agentes instrucionais, de forma a cobrir todo o cenário das pesquisas, desenvolvimento e aplicação de suporte tecnológico às atividades de ensino e da difusão cultural e desportiva.

Merecem destaque as seguintes realizações: produção e veiculação de programas educativos de rádio e TV para

atendimento da clientela de 1º e 2º graus; produção e aquisição de filmes educativos; aquisição e instalação de equipamentos e material permanente em 13 Centros de Produção; preparação de recursos humanos para a utilização das tecnologias educacionais; habilitação, treinamento e aperfeiçoamento de professores para zonas rurais e periferias urbanas.

#### Assuntos internacionais

Fortaleceu-se a cooperação com a UNESCO mediante a assinatura de acordo de cooperação técnica em matéria educacional, científica e cultural, e deu-se continuidade ao programa de estudantes-convênio de graduação e pós-graduação, efetuando-se 1.280 novas matrículas de estudantes estrangeiros em universidades brasileiras em 1981. Com relação à cooperação técnica, foram desenvolvidas atividades no âmbito de projetos com a França, a República Federal da Alemanha, Canadá, o Japão e a Grã-Bretanha e com sistemas da UNESCO-PNUD e da OEA.

### 3.5. DESBUROCRATIZAÇÃO

Com o objetivo de simplificar e dinamizar a Administração Federal, reduzir a interferência do governo na atividade privada e facilitar o atendimento aos usuários do serviço público, completou-se a extensão do Programa Nacional de Desburocratização ao plano federativo. Os governos estaduais, os de quase todas as capitais e os de vários municípios do interior já instituíram medidas simplificadoras inspiradas no modelo federal.

Os resultados do atual estágio de desenvolvimento do programa, conquanto parciais e preliminares, permitem estimar uma economia anual para os setores público e privado superior a 1º do PIB.

No nível federal, foram editados mais de 50 atos, merecendo referência especial os seguintes:

— simplificação da comprovação de homonímia, no âmbito da administração federal, (vários Estados e Municípios expediram subseqüentemente atos idênticos);

— regulamentação da Lei nº 6.858/80, de iniciativa do programa, que autorizou a liquidação extrajudicial das pequenas heranças, representadas por valores não recebidos em vida por assalariados ou pessoas de reduzida renda;

— proibição da exigência indiscriminada de informações que possam ser colhidas em outros órgãos da administração;

— simplificação radical, no caso de municípios de menos de 50.000 habitantes (90% dos municípios brasileiros) das normas legais que regem a elaboração e execução de orçamentos públicos;

— abolição da exigência obrigatória de «projeto técnico» nos financiamentos ao pequeno produtor rural (empréstimos até 2.000 MVR);

— regulamentação e início de execução do «Programa de Desestatização», isto é, da transferência, para o setor privado nacional, das empresas estatais cujo controle pela União Federal seja considerado desnecessários;

— estabelecimento de restrições à criação de empresas públicas, fundações e outros órgãos da administração indireta, recomendando-se, quando necessária, a atribuição de autonomia limitada, nos termos do DL 200/67;

— suspensão da transferência de órgãos federais para Brasília;

— dispensa de cobrança, pelo patrimônio da União, de foros de valor irrelevante, e de laudêmios nas transações intergovernamentais ou de interesse social (habitação popular);

— instituição do Programa de Melhoria de Atendimento ao público, na área da previdência e assistência social;

— reforma administrativa do Ministério da Educação, iniciada e concluída no exercício;

— dispensa da exigência prévia de documentos aos candidatos a concursos públicos, e a limitação da taxa a ser cobrada;

— dispensa da exigência de documentos para matrícula nas universidades federais;

— padronização e simplificação das fotografias exigidas pelos órgãos públicos;

— concordância dos governos estaduais em simplificar os livros e obrigações acessórias fiscais, no caso de microempresas;

— simplificação das exigências relativas ao Programa de Treinamento de Mão-de-Obra;

— redução das bases de cálculo do imposto de renda sobre o lucro presumido, favorecendo-se substancialmente as pequenas e médias empresas optantes (faturamento anual até 100.000 ORTN);

— estabelecimento de critérios para contratação de especialistas e consultores técnicos pelos órgãos dotados de autonomia limitada;

— Lei nº 6.939, de 09.09.81, que institui o regime sumário de registro e arquivamento no Registro do Comércio

dos atos relativos a firmas individuais e sociedades por quotas de responsabilidade limitada, em nome coletivo, em comandita e de capital e indústria, que tenham como sócios apenas pessoas físicas residentes no país. Nesses casos, o registro passará a ser feito no prazo de 72 horas;

— Lei nº 6.946, de 17.09.81, que atualiza os limites de valor aplicáveis às diferentes modalidades de licitações e simplifica a organização do cadastro de licitantes. Revoga, ainda, o dispositivo legal que fixou, para as licitações estaduais e municipais, limites sensivelmente inferiores aos vigentes para a administração federal.



#### 4. POLÍTICA EXTERNA



No ano de 1981, situações conflitivas em diversas regiões permaneceram irredutíveis ou se agravaram. Na dimensão Leste-Oeste, a exacerbação retórica e as repetidas indicações de que a corrida armamentista se acelera, na busca de ilusórias superioridades foram fatores claramente negativos para a convivência internacional. De outro lado, apesar dos sérios esforços para retomar as negociações Norte-Sul, não se amenizaram as dificuldades que se impõem aos países em desenvolvimento na esfera do comércio e do financiamento internacionais.

Apesar da conjuntura difícil, a política externa brasileira foi fiel aos seus objetivos de paz e de desenvolvimento. A coerência, aliada à clareza de propósitos, é, neste momento, valor fundamental na definição de nosso perfil externo. Na medida de nossas possibilidades de influência, que são limitadas, os esforços para desanuviar tensões e a defesa do diálogo e da tolerância tornam-se, assim, além da aplicação dos princípios básicos da diplomacia brasileira, verdadeiras respostas às difíceis situações que enfrentamos.

O agravamento da tensão Leste-Oeste, que, ao final do ano, deu tênues indicações de que possa ceder em áreas específicas, explica a ênfase dos pronunciamentos brasileiros em favor da paz. Nossa condição de país ocidental e nossa realidade de Terceiro Mundo convocam permanentemente a diplomacia brasileira para o diálogo e para a tolerância. A defesa mais perfeita, com melhores possibilidades de êxito, dos valores ocidentais é a que se funda no pleno respeito a esses mesmos valores. E, assim, sustentou o Brasil repetidamente, a necessidade de soluções diplomáticas, justas e construtivas, para as questões internacionais, fundadas no diálogo, no respeito mútuo e na negociação.

Insistiu-se na necessidade de que sejam realizados esforços realmente efetivos pelo desarmamento, especialmente nuclear, e condenaram-se os gastos verdadeiramente absurdos com arsenais já capazes de levar a uma impensável destruição da vida humana.

Ainda no mesmo diapasão, tem o Brasil tomado atitude firme na questão da transferência para cenários regionais do quadro global da confrontação. Condena, qualquer que seja seu pretexto, violações de soberania e intervenções, diretas ou indiretas, que ferem o direito da autodeterminação e são motivo permanente de perpetuação de conflitos e impasses. O respeito às circunstâncias locais é a trilha que deve ser explorada na solução de contenciosos regionais.

No outro grande eixo do sistema internacional, o Norte-Sul, o acontecimento central foi sem dúvida a Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento, realizada em Cancún, no México, em outubro. A ela compareceram Chefes de Estado ou seus representantes de alto nível de 22 países. Poderá ter sido este um dos momentos fundamentais do longo e penoso processo de negociação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Por motivo de enfermidade, o Presidente da República não pôde comparecer a esse encontro, tendo sido representado pelo Ministro Saraiva Guerreiro. Levava estas instruções para, guardando fidelidade às reivindicações legítimas dos países em desenvolvimento, defender a posição de que, dado o alto grau de interdependência do sistema econômico internacional, a atitude positiva que se espera dos países do Norte justifica-se pelos benefícios que traria para toda a economia mundial, inclusive os próprios países industrializados. Outro ponto da posição brasileira apresentado em Cancún refere-se à necessidade de que seja lançado, nas Nações Unidas, um processo de negociações globais sobre a problemática econômica contemporânea. Os resultados de Cancún serão avaliados pela própria repercussão que possam vir a ter na evolução do debate Norte-Sul. A curto prazo, alguns indícios favoráveis podem ser detectados na criação de um «sentimento positivo» em relação à necessidade de negociação e, mais concretamente, na boa acolhida dada às idéias da criação de uma filial de energia no Banco Mundial. De outro lado, a reunião evidenciou áreas de dificuldade, como, por exemplo, a manutenção de pos-

turas rígidas na área do comércio e do financiamento por parte de alguns países desenvolvidos.

Se o ano de 1981 exigiu atenção particular aos temas globais e aos temas multilaterais, não menos importante foi procurar manter e mesmo intensificar o ritmo de nossos relacionamentos bilaterais, no mundo em desenvolvimento e no mundo desenvolvido. Para a diplomacia brasileira, que responde às necessidades de uma sociedade complexa, com problemas estruturais ainda graves, não há alternativa senão a da presença universal, da busca permanente de oportunidades de empreendimentos comuns, na base do respeito mútuo, e para benefício dos países envolvidos.

Seria difícil encontrar um tema que resumisse o processo latino-americano neste último ano. Se é válido manter o foco na idéia de mudança e de transformação, não menos válido é localizar, na diversidade das opções nacionais e na variação dos modos de contacto internacional, fatores característicos da comunidade latino-americana. Em nossa política regional, os objetivos centrais são os de aprofundar os nossos relacionamentos em todos os níveis, com base especialmente no absoluto respeito às individualidades nacionais e ao princípio da não-intervenção.

Para tanto, nossa atitude está moldada pelos valores da cooperação e da solidariedade. Defendemos os ideais de integração e condenamos todas as tentativas de introduzir elementos de política de poder em nosso continente. São esses valores e ideais uma de nossas conquistas históricas, que nos tornam mesmo peculiares num mundo de tanta perturbação, pois permitem a construção de formas duradouras de convívio pacífico. É fundamental preservar essa conquista e buscar sempre encontros políticos que incorporem esse ideal.

O Presidente da República engajou-se pessoalmente neste esforço de convívio com países latino-americanos. Neste ano de 1981, visitou a Argentina, a Colômbia e o Peru e recebeu no Brasil os Presidentes da Colômbia e da Venezuela. Nesses contactos, o tom foi sempre o da franqueza e amizade, as conversas foram fecundas por partirem de bases comuns, sólidas, e estarem alimentadas pelo mesmo projeto de solidariedade e de paz. Está, assim, quebrada a tradição que transformava em eventos raros os

encontros de alto nível na América Latina. Temos uma vontade comum de integração, e não devemos omitir nenhum instrumento diplomático para realizá-la plenamente.

Além desses contactos pessoais de cúpula, foram numerosas as missões técnicas e de nível ministerial trocadas com nossos vizinhos. Paralelamente, nos organismos multilaterais latino-americanos, nossa atuação foi intensa e sempre voltada para seu aperfeiçoamento e plena realização de suas melhores vocações. Assim pautamos nossa política no Tratado da Bacia do Prata, no Tratado de Cooperação Amazônica, assim como no SELA, na ALADI e na OLADE.

Além dos aspectos específicos da cooperação econômicas e técnicas, temos procurado sublinhar nas reuniões políticas do organismo interamericano, a OEA, a necessidade de que prevaleçam os princípios da autodeterminação e da não-intervenção para que o nosso continente não se contamine com as confrontações de âmbito mundial.

Outra dimensão prioritária do relacionamento internacional do Brasil está nos países africanos. Desde 1980, já se tornava manifesto que ultrapassávamos a «fase exploratória» dos contactos africanos, e entrávamos numa «etapa de construção, de trocas de experiências e de cooperação». Alcançou-se plenamente o que chamaria de um «ritmo de regularidade» nos contactos com os países africanos. Em 1981, vieram ao Brasil, por motivações variadas, mais de 20 missões oficiais nigerianas, entre diplomáticas, parlamentares e técnicas. Multiplicaram-se os exemplos da intensificação das formas de intercâmbio, ressaltando, por sua expressividade, as visitas ao Brasil do Presidente do Mali e do Vice-Presidente de Gana, e, também, o fato de que os Chanceleres dos países que o Ministro Saraiva Guerreiro visitou em 1980 já iniciaram a retribuição daquelas visitas.

Nossa política africana favoreceu o desenvolvimento econômico e a plena autodeterminação e soberania das nações africanas, e que propugnam por que o continente esteja livre das tensões projetadas pelos conflitos globais. O Brasil tem confiado e continua a confiar no espírito de autêntica independência que inspira as nações africanas. De outro lado, temos sublinhado, de várias formas, a nossa posição de repúdio às práticas odiosas do aparteidismo, que

merece a mais cabal condenação da comunidade das nações. Preocupa-nos não somente o aspecto ético dessa questão, que é gravíssimo, mas também o fato de que o aparteidismo tem sido um elemento de geração permanente de formas de intervencionismo e agressão. Esperamos que o processo de independência da Namíbia possa ser alcançado plenamente e com justiça ainda em 1982. O Brasil apóia os esforços legítimos que possam levar a bom termo esse objetivo, com base no plano das Nações Unidas.

Tem sido particularmente expressiva a aproximação com os países árabes, e o ano de 1981 foi marcado por importantes trocas de visitas ministeriais e técnicas. Também aqui se desenham ritmos regulares de relacionamento, com proveito para o Brasil e para os seus parceiros. No Oriente Médio a diplomacia brasileira tem tido um dos papéis mais criativos no esforço de descobrir mecanismos de concretização do processo de aproximação. O apoio à presença de empresas de serviços, a criação de instituições financeiras bilaterais, a busca de esquemas tripartites para operações em países do Terceiro Mundo são exemplos dessa atividade, cujo êxito é notável porque luta contra fatores adversos, dos quais o principal é exatamente o de seu ineditismo.

A situação política no Oriente Médio não apresentou, infelizmente, sinais de progresso. Ao contrário, o drama libanês e as reiteradas formas de violação do direito internacional evidenciam um impasse, que alguns tentam superar pela força. A posição brasileira quanto às questões do Oriente Médio é conhecida e se tem pautado pelo apoio a iniciativas que acreditamos sejam conducentes à criação de bases para uma paz global e duradoura na região. A posição brasileira, que é de princípio, indica, como requisitos básicos para a paz, a retirada completa das forças de ocupação de todos os territórios árabes; o exercício do direito do povo palestino à plena autodeterminação, à independência e à soberania; a necessidade de que a Organização para a Libertação da Palestina participe das negociações para a paz; e finalmente, o reconhecimento do direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem em paz dentro de fronteiras reconhecidas.

O relacionamento com o conjunto dos países industrializados não foi descuidado. Procurou a diplomacia brasileira

aprofundar a convivência que se apóia nos vínculos tradicionais que mantemos com as democracias industrializadas. A tônica de nossa atuação foi a da busca de modos de relacionamento marcados pela igualdade e pelo diálogo, em que não deixássemos de assumir, como país ocidental que somos, uma atitude ativa e em que indicássemos nossas posições próprias e independentes. Apresentamo-nos com voz clara e procurando demonstrar a necessidade de que se superem as idéias e conceitos que tentam reduzir o Ocidente a uma equação estratégica, em prejuízo do precioso acervo de valores que o compõe.

Nas visitas presidenciais à França, Portugal e à República Federal da Alemanha, amizades tradicionais e vínculos profícuos foram renovados por meio de conversações extremamente expressivas e de alto proveito para o Brasil. Não menos importante foi o estabelecimento do diálogo político com o governo dos Estados Unidos da América, do qual foi momento significativo a visita do Vice-Presidente George Bush a nosso país.

Outro fato auspicioso nas relações com o mundo industrializado foi, sem dúvida, a visita que realizou ao Brasil o Primeiro-Ministro Trudeau, do Canadá, país com o qual temos relações tradicionais que ora ganham novo impulso. As visitas de alto nível que têm ocorrido recentemente são demonstração da capacidade de renovação e criatividade da diplomacia dos dois países.

Ainda valeria mencionar que as relações do Brasil com os países do Leste Europeu foram expressivas no campo do comércio e da economia com a troca de missões econômicas relevantes com países da região.

Mantém o Brasil sua disposição de dar maior impulso às relações com os países asiáticos, como a China e os que compõem a ASEAN, com os quais também trocamos missões importantes na área comercial, sob auspícios do governo federal.

Como já indiquei, o ano foi marcado pelos esforços multilaterais orientados no sentido de retomar o diálogo Norte-Sul, que se concentraram na reunião de Cancún e na Assembléia Geral das Nações Unidas. Não obstante se tenha delineado um «sentimento comum» em torno da necessidade de aproximar posições dos países do Norte e do Sul, o fato é que as tendências protecionistas continuam a

se manifestar fortemente e a punir economias, como a brasileira, que têm dado palpável contribuição à solução da crise mundial. Tão grave é a tendência, que se observam iniciativas de criar distinções entre os países em desenvolvimento, «graduando» alguns, que, passariam a ter bloqueadas vantagens a que têm acesso por sua condição de país em desenvolvimento. Tal proposta é injusta porque parte de diagnósticos falaciosos do que seja a situação de subdesenvolvimento, que passa a esgotar-se em configurações estatísticas superficiais e setoriais, sem compreensão das estruturas mais profundas.

Tais foram as linhas mestras da atividade diplomática do governo no ano de 1981. A ação externa procurou manter coerência com seu objetivo de paz e de desenvolvimento. A disposição para o diálogo e para a cooperação foram marcas cotidianas do trabalho da Chancelaria. Não somos um povo com vocações de dominação e de hegemonia; ao contrário, isto repugna a nossa índole e contradiz nosso interesse. O esforço diplomático consistiu essencialmente em exprimir com clareza esta disposição brasileira para a solidariedade e para a tolerância, para o perfeito exercício da democracia, tanto no plano interno quanto no diplomático.

Essa linha de conduta diplomática vem sempre encontrando apoio na sociedade brasileira e, muito especialmente, no Congresso Nacional.

#### 4.1. *América Latina*

As relações Brasil-Argentina mantiveram-se no alto nível que as têm caracterizado. O Presidente Figueiredo avistou-se com o Presidente da Nação Argentina, em Paso de los Libres, em maio, ocasião na qual foram examinadas as relações bilaterais, regionais e a situação política internacional.

Ressaltem-se as visitas oficiais do Ministro do Exército à Argentina e do Comandante em Chefe do Exército Argentino e Membro da Junta Militar de Governo daquele país ao Brasil.

A cooperação Brasil-Argentina continuou a desenrolar-se significativamente, valendo destacar as diversas trocas de opiniões entre representantes das duas na-

ções, com vistas à implementação de acordos celebrados à época das visitas presidenciais de um e outro país no decurso de 1980, tais como os relativos à energia nuclear, à interligação de sistemas elétricos, à construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu, ao fornecimento de gás natural argentino ao Brasil, à facilitação do turismo e a transportes marítimos.

Com o Uruguai tiveram especial destaques as negociações para celebração de um novo Protocolo de Expansão Comercial, em substituição ao concluído em 1975, à luz do quadro estabelecido pela Associação Latino-Americana de Integração.

Na área de cooperação técnica, especialmente no setor energético, merecem registro os encontros para o aproveitamento de reservas de carvão e energia eólica, além do significativo progresso com vistas à interligação elétrica entre ambos os países.

Desenvolveram-se importantes contactos através de troca de visitas dos membros das seções brasileira e uruguaia da Comissão para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim, bem como pela visita ao Brasil do Chefe do Estado-Maior do Exército do Uruguai.

Entrou em vigor o Acordo de Cooperação Sanitária entre os dois países.

Com o Paraguai, as relações continuaram a ser caracterizadas pelo dinamismo e pela amplitude, centradas em empreendimentos do porte da hidrelétrica binacional de Itaipu, e em outros expressivos instrumentos de cooperação.

Por ocasião de minha visita a Assunção, foram restituídos, num gesto de amizade, os documentos do Arquivo Público daquele país.

Salientem-se, ainda, as numerosas visitas ao Brasil e ao Paraguai de autoridades, a nível ministerial, dos dois países.

Por troca de notas, foi concluído acordo entre os dois países para ampliar o escopo da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para a Construção de Estradas.

O GEIPOT prosseguiu estudo de engenharia preliminar relativo ao trecho ferroviário Assunção-Salto del Guairá e passou às mãos das autoridades paraguaias a minuta do anteprojeto respectivo.

Nas relações com o Chile destaca-se a realização, em Brasília, da VI Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena, a qual possibilitou avaliação do relacionamento entre ambos os países. Foram examinados temas relativos ao intercâmbio comercial, à cooperação financeira, aos transportes, ao turismo, à cooperação técnica, científica e tecnológica, bem como à cooperação no campo cultural.

Quanto ao intercâmbio comercial, o Brasil continuou a ser importante comprador de cobre chileno, verificando-se, ao mesmo tempo, expressivo fluxo de exportações de produtos brasileiros para o Chile. O Brasil participou, com numerosas firmas, da Feira Internacional de Santiago.

Foi realizada, em Santa Cruz de la Sierra, a XII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, com a presença dos cinco Chanceleres dos países da região.

No âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador, os Grupos de Trabalho das Áreas Básicas celebraram proveitosas reuniões. Realizou-se, em Brasília, a Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica sobre Recursos Hídricos e outros Recursos Naturais da Bacia do Prata, na qual foram aprovadas recomendações de especial interesse para a região e para a cooperação multilateral entre os países-membros.

A intensificação do relacionamento com os países que compõem a região amazônica teve como marcos as visitas oficiais que realizei à Colômbia, em março, e ao Peru, em junho, bem como as visitas ao Brasil do Presidente da Venezuela, em agosto, e do Presidente da Colômbia em setembro.

O elevado conteúdo de cooperação das relações bilaterais traduziu-se na celebração de acordos em setores expressivos e no incremento substancial da colaboração econômica, comercial, cultural, técnica e científico-tecnológica, com ênfase no setor energético, abrangendo a hidreletricidade, o petróleo e o gás, o carvão e os usos pacíficos da energia nuclear.

Cabe ressaltar a atuação relativa à normalização das relações entre o Peru e o Equador, afetadas por incidentes fronteiriços ocorridos no início de 1981. Com a anuência e cooperação dos Governos do Peru e do Equador, o Brasil, os Estados Unidos da América, a Argentina e o Chile en-

vidaram esforços para o restabelecimento da normalidade e superação dos incidentes ocorridos. As gestões, coordenadas em Brasília e empreendidas junto aos governos equatoriano e peruano, obtiveram êxito, tendo os dois países manifestado seu apreço pela ação exercida.

Prosseguiram as negociações relativas à compra de gás natural boliviano pelo Brasil. Nesse contexto, os Ministros das Minas e Energia do Brasil e da Energia e Hidrocarbonetos da Bolívia reiteraram o interesse dos dois governos no projeto de construção do gasoduto Santa Cruz de la Sierra/São Paulo. Encontra-se atualmente em fase de elaboração o estudo de engenharia básica do referido gasoduto.

Ao reunir-se, pela primeira vez, a Comissão Técnica Bilateral encarregada de examinar o reescalonamento da dívida boliviana, a Delegação brasileira reiterou a disposição do governo de encontrar solução que atendendo aos interesses de ambas as partes, possibilite ao governo boliviano prosseguir no saneamento de sua economia.

A visita presidencial à Colômbia e a do Presidente colombiano ao Brasil foram demonstrativas do nível elevado que alcançaram as relações entre os dois países. Os entendimentos alcançados e a assinatura de importantes acordos, relativos aos usos pacíficos de energia nuclear, à cooperação científico-tecnológica e à cooperação técnica ilustram as perspectivas abertas à intensificação das relações com a Colômbia. A reunião do Comitê Misto Siderbrás-Carbocol permitiu progressos substanciais no exame de medidas tendentes à implementação do Acordo para a Exploração do Carvão Coqueificável. A celebração de convênio para a interligação elétrica Leticia-Tabatinga, entre a Eletrobrás e o Instituto Colombiano de Energia Elétrica representou exemplo do mais alto significado quanto ao potencial de cooperação entre os dois países e, ainda, no âmbito mais amplo do Tratado de Cooperação Amazônica.

As relações com o Equador foram dinamizadas com a assinatura do Acordo Operativo sobre Cooperação em Projetos de Desenvolvimento. O referido instrumento, além do significado político, abre ampla gama de possibilidades de cooperação no campo da exportação de serviços, tecnologia e bens de capital.

Visitou o Brasil missão chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Equador, com o objeto de preparar a visita do Presidente Oswaldo Hurtado.

Com a Guiana, diversas foram as iniciativas para intensificar a cooperação bilateral. A visita a Georgetown de missão organizada pelo Itamaraty, chefiada pelo Governador do Território Federal de Roraima, propiciou a análise de temas importantes para as relações regionais, tais como: o estabelecimento de conexões rodoviárias, aéreas e de sistemas de telecomunicações; cooperação técnica na área da produção mineral; cooperação no setor hidrelétrico.

Além da assinatura de um Acordo de Cooperação Sanitária, mencione-se o início dos serviços regulares da companhia aérea guianense até Boa Vista e das conversações sobre cooperação aérea do álcool combustível.

A visita do Presidente da República ao Peru ressaltou o expressivo patamar em que se encontram as relações bilaterais e o alto nível de entendimento que as preside. Foram assinados, na ocasião, uma série de instrumentos de especial relevância, entre os quais: o Acordo sobre Interconexão Rodoviária; o novo Acordo de Cooperação sobre os usos pacíficos da energia nuclear; acordos relativos à concessão de créditos brasileiros para projetos e obras hidrelétricas no Peru.

Ressalte-se, ainda, a visita ao Brasil do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Peru e a participação do Brasil na I Reunião Técnica Especializada sobre a interconexão das bacias do Amazonas, Orenoco e Prata.

Com o Suriname, destacou-se a cooperação entre o Instituto Rio-Branco e o Ministério das Relações Exteriores daquele país, com vistas à organização de um Curso de Treinamento de Diplomatas do Suriname.

Manteve-se em alto nível o relacionamento entre o Brasil e a Venezuela.

Esteve em visita oficial ao Brasil, o Presidente Luiz Herrera Campíns. Na oportunidade foi assinada Declaração Conjunta, onde se registraram os entendimentos havidos entre os dois Chefes de Estado e o impulso dado às iniciativas para ampliar a cooperação bilateral.

O Chanceler venezuelano veio ao Brasil para consultas com o Ministro Saraiva Guerreiro sobre a coordenação latino-americana em matéria de política externa. A convite do Chanceler brasileiro, o Ministro Zambrano voltou ao Brasil em visita oficial, ocasião em que se procedeu ao exame da cooperação bilateral com vistas a seu aperfeiçoamento.

Realizou-se, em 1981, a II Reunião da Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuelana. As deliberações da reunião giraram em torno dos temas: transportes; cooperação econômica, comercial e industrial; cooperação técnica, cultural, científica e tecnológica; e desenvolvimento regional.

No quadro do Tratado de Cooperação Amazônica, foram realizados, em Lima, Encontros Técnicos Setoriais (Belém, outubro de 1980). A agenda dos Encontros incluiu as seguintes áreas prioritárias para a cooperação regional: cooperação técnica em matéria de desenvolvimento regional; cooperação científica e tecnológica na Amazônia; cooperação para a infra-estrutura de transportes e telecomunicações; e estudos sobre a conveniência da criação de um fundo de pré-investimento.

A convite do Secretário de Relações Exteriores do México, o Ministro das Relações Exteriores visitou oficialmente aquele país e entrevistou-se com o Presidente da República López Portillo. Foram analisadas as possibilidades de se intensificar a cooperação bilateral.

Realizou-se na Cidade do México a Segunda Reunião da Subcomissão Econômica e Comercial Brasileiro-Mexicana. Na oportunidade, examinaram-se seus avanços e recomendaram-se novas ações para cumprimento do Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Econômica e Industrial, assinado entre os dois países.

O Brasil e a Comunidade de Dominica estabeleceram relações diplomáticas em 9 de fevereiro. A Missão diplomática brasileira, de caráter cumulativo, tem sede em Port-of-Spain, na República de Trinidad e Tobago.

Realizou visita oficial ao Brasil o Ministro das Relações Exteriores de Honduras. Na ocasião, foi recebido em audiência por mim e outras altas autoridades. Durante as entrevistas que manteve com o Ministro Saraiva Guerreiro,

examinou-se a situação política internacional e o desenvolvimento das relações bilaterais.

O Brasil se fez representar nas solenidades de independência de Belize, atendendo a convite do Primeiro-Ministro George Price.

Convidado pelo Primeiro-Ministro de Antígua e Barbuda, o Brasil enviou delegação às solenidades de independência do novo Estado caribenho.

O Ministro do Exterior da Nicarágua, realizou visita oficial ao Brasil. Aqui foi recebido pelo Vice-Presidente da República, em exercício do cargo de Presidente da República, e outras autoridades. Nos encontros que mantiveram, os Chanceleres do Brasil e da Nicarágua trocaram pontos de vista sobre política internacional e analisaram novas perspectivas para o relacionamento bilateral.

#### 4.2. África

Em prosseguimento à política de aproximação com os países vizinhos do outro lado do Atlântico, o Brasil intensificou seu relacionamento com o Continente africano, sobretudo com as nações de língua comum.

O desenvolvimento da cooperação econômica, comercial, técnica e cultural com o Continente consolidou a posição do Brasil entre as nações africanas como parceiro comercial de peso e como importante fornecedor de bens, serviços, tecnologia e assistência técnica.

A firme condenação brasileira à política do «apartheid», às agressões sul-africanas a países vizinhos e à ilegal manutenção do domínio de Pretória sobre a Namíbia reforçou a posição do Brasil como interlocutor confiável dos países africanos.

Inúmeras visitas ao Brasil de personalidades africanas revelaram, igualmente, o estreitamento substancial das relações com o Continente.

Merece menção especial a visita, em setembro, do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano. A vinda do Chanceler moçambicano proporcionou a continuação do diálogo político direto entre os dois governos, praticamente iniciado quando da viagem do Ministro das Relações Exteriores a Maputo, em junho

de 1980. Serviu ainda de base para o encaminhamento de importante programa econômico conjunto para a exploração de jazidas de carvão em Moçambique, o qual começa a ser implementado com financiamento da OPEP. Foi assinado, na oportunidade, um Acordo de Cooperação entre os dois países.

Ressalte-se também a visita, em outubro, do Presidente da República do Mali e Presidente da Conferência de Chefes de Estado do Comitê Interestatal da Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), General Moussa Traoré. Na ocasião, os Chanceleres dos dois países assinaram um Acordo para a criação de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Mali e um Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica.

Em julho, realizou visita oficial ao Brasil o Vice-Presidente da República de Gana, Dr. J.W.S. de Graft-Johnson. Foi assinado um Protocolo de Intenções entre os Governos brasileiro e ganense, destinado a contribuir para a intensificação das relações comerciais bilaterais.

No quadro do relacionamento desenvolvido com a República Popular do Congo, quatro Ministros de Estado estiveram em visitas oficiais ao Brasil: em fevereiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pierre Nzé, ocasião em que foi celebrado um Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural entre os dois países; em junho, o Ministro das Minas e Energia, Rodolph Adada; em julho, o Ministro Delegado à Presidência da República Encarregado da Cooperação, Emmanuel Yoka; e, em outubro, o Ministro da Agricultura e da Pecuária, Marius Mauambenga.

No que se refere à Costa do Marfim, visitaram o Brasil o Ministro da Agricultura, Denis Bra Kanon, em agosto, e o Secretário de Estado da Agricultura, Gilles Labhouet, em setembro.

Da Tanzânia, Brasília recebeu, em visitas oficiais, o Ministro de Estado do Gabinete do Presidente da República, George Kahama, e o Ministro da Informação e da Cultura, Benjamim Mkapa. Em fevereiro, apresentou credenciais ao governo tanzaniano o primeiro Embaixador do Brasil.

Em outubro, estiveram no Brasil, para manter entendimentos na área de cooperação financeira, o Ministro da

Economia e Finanças do Togo e o Ministro dos Bancos da República Popular e Revolucionária da Guiné.

A República da Nigéria consolidou sua posição de primeiro parceiro comercial do Brasil em todo o Continente africano. Em março, realizou-se, em Lagos, a Primeira Reunião da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Nigéria. A delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores. Visitaram o Brasil o Presidente da Câmara dos Deputados da Nigéria, os Governadores dos Estados nigerianos de Rivers e Oyo, o Vice-Chanceler da Universidade de Lagos e quatorze delegações parlamentares. Foi aberto, no Rio de Janeiro, um Consulado Geral da Nigéria.

Com o Senegal, cumpre mencionar a realização, em junho, da III Reunião da Comissão Mista Bilateral em Dacar, tendo sido a delegação brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores. Visitou o Brasil, em maio, o então Ministro do Planejamento, Louis Alexandrenne, quando foi assinada a concessão de uma linha de crédito ao Senegal para a compra de produtos brasileiros.

Realizaram-se, ainda em Brasília, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiné Bissau e a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde.

Em fevereiro, entrou em operação regular a linha da VARIG Rio-Luanda-Rio. Navios da Marinha de Guerra brasileira visitaram os portos de Cabo Verde, Senegal, Costa do Marfim, República da Guiné e Guiné-Bissau. Atendendo a apelo formulado à comunidade internacional pelo governo guineense, o Brasil enviou donativos alimentares à Guiné-Bissau destinados a obviar os efeitos de forte seca que destruiu 70% da produção agrícola guineense.

A exemplo do ocorrido em 1980, o Brasil foi convidado a participar, em Blantyre, no Malawi, da terceira reunião da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), organização que congrega os nove países de governo majoritário da região para coordenação de seus projetos de desenvolvimento. A presença do Brasil na Conferência evidenciou, uma vez mais, o apreço atribuído à cooperação brasileira pelos países africanos.

Em janeiro, o Brasil e a República Ruandesa estabeleceram relações diplomáticas e, em outubro, apresentou

credenciais o primeiro embaixador ruandês junto ao governo brasileiro.

Em outubro e em novembro, apresentaram respectivamente credenciais, em Brasília, o Embaixador da República do Burundi e a Embaixadora do Lesoto junto ao governo brasileiro.

### 4.3. *Oriente Próximo*

Em junho, visitou o Brasil o Ministro das Finanças da República Argelina Democrática e Popular, M'hamed Yala. Na ocasião, foram celebrados três acordos: um no campo comercial, outro no setor de cooperação científica, tecnológica e técnica e outro que dispõe sobre a criação de uma Comissão Mista Brasil-Argélia.

A vinda, em agosto, do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Arábia Saudita, Príncipe Saud Al-Faiçal, possibilitou que fossem passadas em revista as relações bilaterais e examinados temas de atualidade internacional. Assinou-se um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica destinado a promover a cooperação entre os dois países nesses campos. O Chanceler saudita copresidiu ainda, a cerimônia de entrega ao Centro Islâmico do Brasil do título de propriedade do terreno em que será edificada a sua sede e a Mesquita de Brasília.

Visitou também o Brasil o Ministro da Indústria e Eletricidade da Arábia Saudita, Ghazi Al Gozaibi, tendo presidido à assinatura de contrato de fornecimento, pela Companhia Vale do Rio Doce, de um milhão de toneladas de «pellets» de minério de ferro ao organismo siderúrgico saudita.

Realizou-se, em Brasília, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque. As duas delegações, chefiadas pelo Ministro das Relações Exteriores e pelo Ministro do Comércio do Iraque, examinaram temas relativos ao intercâmbio comercial, à cooperação econômica e à cooperação cultural, técnica e científica.

Em outubro, realizou-se, em Trípoli, a III Reunião da Comissão Mista Brasil-Líbia, cuja sessão de abertura dos trabalhos foi presidida pelo Ministro das Minas e Energia.

Missões brasileiras de nível ministerial visitaram a Arábia Saudita, Coveite, Baharain e o Iraque com o obje-

tivo de discutir com as autoridades competentes desses países medidas para o incremento das relações comerciais e financeiras com o Brasil.

Em junho, o Ministro do Interior conduziu missão especial brasileira às comemorações do 13º aniversário da Revolução iraquiana.

Em outubro, o Brasil se fez representar aos funerais do Presidente do Egito por delegação especial conduzida pelo Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Delegações técnicas brasileiras foram enviadas a Argélia, Líbia e Iraque.

Do Iraque, o Brasil recebeu a visita de importante comitiva econômica e industrial que manteve entendimentos com os competentes setores públicos e privados brasileiros.

#### 4.4. *Ásia e Oceania*

Com o objetivo de ampliar as relações políticas, econômicas e comerciais com os países da Ásia e Oceania, o Brasil recebeu e enviou importantes missões oficiais.

Do Japão, visitaram o Brasil o Ministro do Comércio Internacional e da Indústria, Rokusuke Tanaka, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Suano Sonoda. Durante a visita deste último, foram discutidos os projetos binacionais de cooperação em curso entre os dois países, a saber os Projetos Usiminas, Albrás-Alunorte e Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Em abril, foi assinado, em Tóquio, um contrato de financiamento de bônus do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, no valor aproximado de 50 milhões de dólares. Participou dessa cerimônia o Ministro da Agricultura Amaury Stábile.

Em dezembro, durante a visita do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foi acordada com autoridades competentes japonesas a possibilidade de uma operação de crédito da ordem de 50 milhões de dólares, destinada ao financiamento do Projeto Minério de Ferro Carajás.

Em novembro, os governos brasileiro e japonês celebraram um Acordo por Troca de Notas que formalizou a

concessão de um empréstimo japonês de 22 bilhões de ienes, destinado à construção dos projetos portuários de Praia Mole e de Vila do Conde. Em dezembro, foi assinado contrato entre a Portobrás e o OECF para financiamento desses projetos e do Projeto do Porto de Tubarão. Para o financiamento de projetos de modernização ferroviária dos subúrbios do Rio de Janeiro, foram concluídos, na mesma oportunidade, contratos com a Mitsui e com o Banco do Brasil no valor de 50 milhões de 100 milhões de dólares respectivamente. Essas cerimônias de assinatura de contratos contaram com a presença, em Tóquio, do Ministro dos Transportes.

No que se refere às relações com a República Popular da China, realizou visita oficial ao Brasil, em abril, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Zhang Wenjin. A necessidade de um acompanhamento sistemático e coordenado dos assuntos em pauta no relacionamento bilateral levou à criação do Grupo de Trabalho Interministerial Brasil-China. Foram instalados, em Pequim, um escritório de representação da BRASPETRO e uma agência do Banco do Brasil. Ressalte-se, ainda, a vinda ao Brasil de delegações da Academia de Ciências e da Academia de Ciências Médicas da China.

Em junho, o Vice-Primeiro Ministro e Ministro do Comércio Exterior e Recursos Naturais da Austrália, John Douglas Anthony, visitou o Brasil para examinar questões ligadas ao setor energético e aos interesses comuns dos dois países no comércio internacional de produtos de base.

Visando o desenvolvimento de uma política de aproximação e de cooperação com o Brasil, visitou Brasília o Vice-Primeiro Ministro de Cingapura, Sinnatamby Rajaratnam.

Em março, foi instalada a Embaixada brasileira na Malásia, com sede em Kuala Lumpur. Em junho, apresentou credenciais ao governo da Malásia o primeiro embaixador do Brasil. Em reciprocidade, o governo malásio instalou Representação Diplomática com sede em Brasília e o embaixador Hkor Eng Hee apresentou credenciais ao Presidente da República em 18 de agosto.

Em abril e maio, o Itamaraty coordenou a ida de missão econômico-comercial, composta de representantes de diversos setores da administração e de cerca de cinquenta

empresários, à Malásia, Cingapura, Indonésia, Filipinas e Tailândia, países que formam a Associação de Nações do Sudeste da Ásia (ASEAN). A missão identificou perspectivas extremamente favoráveis para o intercâmbio do Brasil com a área e propiciou a conclusão imediata de transações de vulto, principalmente no setor comercial.

A missão complementou de forma muito positiva ação iniciada há algum tempo pelo Itamaraty de abrir representações diplomáticas em todos os países membros da ASEAN e confirmou que a área tem possibilidades concretas de se tornar parceiro econômico importante do Brasil.

De 28 de novembro a 3 de dezembro, esteve em visita oficial ao Brasil o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sri Lanka, Tyronne Fernando, que analisou com autoridades e empresários brasileiros a possibilidade de intensificar as relações econômicas e comerciais bilaterais.

#### 4.5. *Estados Unidos da América e Canadá*

As relações entre o Brasil e os EUA em 1981 tiveram por tônica a cordialidade e o amadurecimento. Cada país demonstrou elevado grau de compreensão pelas posições assumidas pelo outro no cenário internacional, havendo continuado, em ambiente de franqueza, a busca de novas fórmulas de cooperação no relacionamento bilateral.

O Vice-Presidente George Bush visitou oficialmente o Brasil, sendo recebido pelo Vice-Presidente da República no exercício da Presidência da República, e pelo Ministro das Relações Exteriores. Durante a visita foram tratados temas de interesse bilateral bem como problemas econômicos e políticos internacionais.

Visitou o Brasil o Primeiro-Ministro do Canadá Pierre Elliot Trudeau. Em encontros com o Presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores, foram passados em revista temas ligados ao relacionamento bilateral e questões sobre o Diálogo Norte-Sul, com vistas à participação de ambos os países na reunião de Cancún.

Realizou-se a II Reunião do Subgrupo de Cooperação Industrial Brasil-Canadá, quando foram discutidos temas de interesse bilateral.

Convidado pelo Ministro da Indústria e do Comércio, visitou o Brasil o Ministro de Estado de Comércio do Canadá.

#### 4.6. *Europa Ocidental*

Intensificaram-se significativamente, no ano de 1981, as relações entre o Brasil e os países da Europa Ocidental, o que pode ser ilustrado pelas numerosas visitas de altas autoridades governamentais e contatos em diversos níveis.

No início do ano, o Presidente Figueiredo visitou oficialmente a França e Portugal. Em maio, empreendeu visita de trabalho à República Federal da Alemanha.

Na França, foi assinado o Tratado de Delimitação Marítima ao largo do Departamento da Guiana, além dos seguintes acordos: sobre cooperação judiciária em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa; sobre propriedade industrial; sobre cooperação tecnológica e industrial no campo do carvão mineral; sobre cooperação em matéria consular; sobre pesquisa em meio-ambiente tropical; sobre tecnologia biomédica; e sobre metodologia, normalização e controle de qualidade. Concluiu-se, também, um conjunto de protocolos financeiros relativos à abertura de créditos mistos pelo Governo francês, compreendendo a cooperação bilateral nos campos da energia, dos transportes e de material eletrônico. Realizou-se, na oportunidade, reunião empresarial Brasil-França.

Em Portugal, foram assinados: Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, Acordo de Co-produção Cinematográfica, e Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 1966, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq) e a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica de Portugal.

De caráter essencialmente político a visita à RFA reforçou o amplo entendimento bilateral e deu ensejo a proveitosa troca de avaliação da conjuntura mundial. Na ocasião examinaram-se as respectivas posturas que seriam adotadas na Reunião de Cúpula do México, prevista para o mês de outubro, em Cancún.

A visita oficial do Chanceler Saraiva Guerreiro a Londres, ocasião em que foi assinado Memorandum de Entendimento sobre cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, e do Ministro das Minas e Energia, que assinou Memorandum de Entendimento sobre cooperação na área

do carvão mineral, acentuaram o alto nível das relações anglo-brasileiras. Igualmente, a visita do Ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação do Reino Unido, a convite do Ministro Amaury Stábile, resultou na troca de cartas que afirmam o propósito de promover a cooperação bilateral no domínio da agropecuária.

As visitas de Ministros de Estado brasileiros à França, bem como a visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior daquele país, imprimiram maior solidez às relações entre os dois países.

Tendo à frente da delegação portuguesa o Secretário de Estado do Comércio, realizou-se, em Brasília a IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Portugal. Foi ainda assinado, em Lisboa, protocolo comercial, durante a visita do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Professor Antonio Delfim Netto.

Em 1981, autoridades brasileiras, inclusive a nível ministerial, visitaram a República Federal da Alemanha, para contactos nas esferas governamentais e bancária. Do lado alemão, destacaram-se visitas ministeriais e de numerosa delegação empresarial.

Com a Espanha, merecem destaques, em 1981, as visitas dos Ministros brasileiros do Planejamento, Agricultura, Marinha e Previdência e Assistência Social. Em viagem ao Brasil, o Secretário de Estado de Comércio da Espanha manteve importantes contactos na área econômica.

As diversas visitas ministeriais aos países escandinavos marcaram a crescente expansão das relações com aqueles países. Esteve em visita ao Brasil, entre outras autoridades, o Ministro do Comércio Exterior da Finlândia. Com a Finlândia, foi assinado, em Brasília, o Acordo de Cooperação Econômica e Industrial, que instituiu Comissão Mista; realizaram-se reuniões das Comissões Mistas Brasil-Dinamarca e Brasil-Noruega.

As relações com a Áustria adquiriram, em 1981, significativo impulso. Visitou aquele país o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, ocasião em que foi assinado contrato de compras para o setor ferroviário nacional.

Intensificaram-se as relações com a Itália e abriram-se promissoras perspectivas para o futuro. No âmbito da cooperação econômica, industrial, científica e tecnológica

merecem menção os acordos havidos no campo da indústria de armamentos aeronáuticos. Foi também assinado, em Brasília, um «Programa de Execução», acompanhado de «Contrato para o fornecimento de Circuitos e Equipamentos para a Tecnologia do Sódio», que viabilizarão a cooperação no campo dos reatores rápidos. Por ocasião da visita do Ministro César Cals à Itália, foi assinado protocolo de cooperação no campo da energia solar, e expresso o comprometimento no sentido de promover o desenvolvimento de pesquisas conjuntas em outros setores energéticos, como o carvão e o petróleo.

#### 4.7. *Europa Oriental*

O relacionamento do Brasil com os países socialistas da Europa Oriental foi marcado, em 1981, pela expansão e diversificação. Multiplicaram-se as visitas oficiais e incrementou-se o intercâmbio comercial que, alcançando cerca de US\$ 1,6 milhão, atingiu os níveis mais elevados das últimas décadas.

Além de reuniões de consulta sobre Transportes Marítimos, com a URSS, a Polônia e Bulgária, teve lugar a primeira reunião do Grupo Misto de Estudo, estabelecido pelo Entendimento sobre cooperação no campo da mineração do carvão, firmado entre Brasil e Polônia, em 1980. Realizaram-se reuniões de Comissões Mistas com a Romênia, Tchecoslováquia e URSS.

Destaquem-se as visitas oficiais à URSS empreendidas pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Chefe da Delegação brasileira à reunião da Comissão Mista, e pelo Secretário-Geral da SEPLAN, das quais decorreu a assinatura de acordos comerciais e de cooperação científica e tecnológica. Da mesma forma, merece relevo o significativo aumento de missões ao Leste Europeu de instituições públicas e de empresas privadas brasileiras, assim como a visita oficial de missão parlamentar brasileira à Bulgária.

A par do significativo aumento de missões de companhias estatais de países dessa área ao Brasil, foram realizadas diversas visitas oficiais, a nível ministerial, de autoridades de países socialistas ao Brasil.

Antecedendo a Assembléia Geral das Nações Unidas houve reuniões de consulta com a URSS, com a Romênia e a RDA.

Relevantes foram, ainda, os entendimentos entre órgãos da Administração Pública Federal e diversos países do Leste Europeu, com vistas à colaboração no setor energético. Nesse sentido, foi concluído contrato entre a Coque Álcool do Brasil-COALBRA e empresas soviéticas para a transferência de tecnologia de produção de álcool a partir da madeira, assim como contrato de assistência técnica entre o consórcio IPI/CESP (Paulipetro) e empresa soviética.

No âmbito da promoção comercial, realizou-se, em São Paulo, o I Seminário sobre o Comércio do Brasil com países socialistas da Europa Oriental, que congregou representantes de 200 empresas brasileiras. Ao lado da participação oficial nas feiras de Brno, Budapeste, Leipzig, Salima, Poznan, Zagreb, Plovdiv e Bucareste, diversificou-se a promoção comercial pela organização, com êxito, de mostras individuais, por firmas privadas, em Varsóvia, Budapeste, Moscou e Berlim.

#### 4.8. *Organismos Internacionais*

##### Organização das Nações Unidas

O Chanceler Saraiva Guerreiro, de acordo com a tradição, abriu o debate geral da XXXVI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. A exemplo dos anos anteriores, a Delegação à Assembléia contou com a colaboração de observadores parlamentares.

O Brasil foi reeleito para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e para a Comissão de Serviço Público Internacional. O Embaixador Carlos Calero Rodrigues eleito membro da Comissão de Direito Internacional, para mandato de cinco anos a partir de janeiro de 1982; tornando-se, assim, o terceiro brasileiro a fazer parte da CDI. O Embaixador Calero Rodrigues fora também eleito, no início do ano, para presidir a XXXVII Sessão da Comissão de Direitos Humanos:

Colaborando nas atividades em prol do desarmamento e como membro do Comitê Preparatório da II Sessão Especial da Assembléia Geral dedicada ao Desarmamento, a realizar-se em 1982, o Brasil teve presença ativa nos traba-

lhos que preparam a Sessão. Participamos, igualmente, das negociações do Comitê de Desarmamento e das deliberações da Comissão de Desarmamento, e enviamos observador ao VII Período Ordinário de Sessões da Conferência Geral da Organização para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL), realizado no México.

O Brasil sediou a III Conferência das Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos (ASEP), à qual compareceram representantes de nove dos dez países-membros do Acordo.

Dando prosseguimento às atividades inscritas no âmbito da Década das Nações Unidas para a Mulher, o Brasil participou da IV Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional para a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe, realizada em Quito. Participamos, ainda no âmbito latino-americano, do XIX Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), realizada em Montevéu.

O Brasil compareceu, em 1981, a uma série de reuniões relativas ao meio ambiente, entre as quais destacam-se: Reunião Inter-regional de Organizações Internacionais de Bacias Hidrográficas, realizada em Dacar; Reunião Intergovernamental de Alto Nível sobre Direito Ambiental, realizada em Montevéu; e Reunião do Grupo de Peritos em Direito Ambiental realizada em Genebra. Compareceu, ainda, à IX Sessão do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e à VII Sessão do Comitê de Recursos Naturais das Nações Unidas.

O Brasil participou da Conferência Internacional de Sanções Contra a África do Sul, realizada em Paris, no transcorrer da qual foi lida mensagem minha contendo manifestação de solidariedade do povo brasileiro à luta dos povos africanos contra o racismo. Participamos, igualmente, da Sessão de Emergência da Assembléia Geral sobre a Namíbia, ocasião em que reiteramos o nosso repúdio à ocupação ilegal daquele território por forças sul-africanas. Na Conferência Internacional de Assistência aos Refugiados Africanos, realizada em Genebra, a Delegação do Brasil manifestou a intenção do governo brasileiro de prestar assistência, na medida de suas possibilidades, aos

países africanos atingidos pela presença, em seus territórios, de contingentes de refugiados.

Na Conferência Internacional sobre o Camboja, realizada em Nova York, a atuação da Delegação brasileira desenvolveu-se no sentido de favorecer soluções baseadas nos princípios da autodeterminação e da não-intervenção.

O Brasil, que participa do movimento não-alinhado como observador, se fez representar, nessa qualidade, na Conferência Ministerial dos países não-alinhados, realizada em Nova Delhi.

#### Organismos Internacionais Especializados

No que se refere aos organismos internacionais especializados, o Brasil se fez representar na 34.<sup>a</sup> Assembléia Mundial de Saúde; na 67.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho, nas quatro sessões de 1981 do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT); na 21.<sup>a</sup> Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e nas três reuniões do Conselho dessa Organização.

O Brasil compareceu também à 4.<sup>a</sup> Sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); às reuniões do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior e de seus órgãos subordinados, onde presidiu o Grupo de Trabalho sobre o Uso de Fontes Nucleares no Espaço Exterior; às sessões do Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, do Programa Mundial de Alimentos (PMA); à 14.<sup>a</sup> Sessão da Comissão do Programa Conjunto FAO/OMS do «Codex Alimentarius».

Participou, igualmente, da 4.<sup>a</sup> Assembléia Geral da Organização Mundial de Turismo (OMT); da 24.<sup>a</sup> Conferência Internacional da Cruz Vermelha; da 33.<sup>a</sup> Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia (CIB); da 7.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (CICAA); e como observador, da 7.<sup>a</sup> Sessão Ministerial do Conselho Mundial de Alimentos (CMA).

O Brasil foi eleito para os Conselhos Executivos da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO) e da União Postal das Américas e Espanha (UPAE), bem como para o Comitê de Programa da FAO e para o

Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

#### Sistema Econômico Latino-Americano

A VII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano da SELA (março) procedeu a uma avaliação do Primeiro Programa de Trabalho do Organismo. Acordou-se reunir, duas vezes por ano, peritos governamentais de alto nível para identificar projetos de cooperação regional nas áreas consideradas prioritárias pelos Estados-Membros.

A Primeira Reunião de Peritos Governamentais de Alto Nível sobre Agricultura e Alimentação, decidiu recomendar a criação de um Comitê de Ação com o fim de impulsionar o processo de desenvolvimento de um Sistema de Segurança Alimentar.

Realizaram-se, em maio e setembro, a Segunda e Terceira Reuniões do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, na sede do organismo, no Rio de Janeiro.

#### Organização dos Estados Americanos

Em razão dos incidentes de fronteira havidos entre o Peru e o Equador, em meados de janeiro, foi convocada a XIX Reunião de Consulta da OEA.

Em fevereiro, o Brasil participou da Conferência Especializada Interamericana sobre Extradicação, celebrada em Caracas, que aprovou Convenção sobre o tema.

Celebrou-se em Lima, Peru, a «Primeira Reunião Técnica Especializada dos Países com Territórios nas Bacias Fluviais dos Rios Orinoco, Amazonas e da Prata». Convocada pelo Presidente Belaunde Terry e apoiada pela Secretaria Executiva de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA, a reunião decidiu efetuar o levantamento dos estudos já existentes para, no futuro, examinar a conveniência e viabilidade do projeto de interconexão das mencionadas bacias hidrográficas.

Por ocasião do XI Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, celebrada em Castries, Santa Lúcia, em dezembro, foram aprovadas iniciativas de importância para os processos de cooperação hemisférica. Releva mencionar o ingresso de São Vicente e Granadinas e Antigua e Barbuda na Organização.

A Assembléia Geral aprovou resolução sobre El Salvador, na qual repudia a violência e o terrorismo e qualquer ato que constitua violação ao princípio da não-intervenção, reiterando que só ao povo salvadorenho corresponde, de conformidade com o princípio da não-intervenção, a solução de seus assuntos internos.

#### 4.9. *Temas econômicos*

No ano de 1981, prosseguiram os esforços diplomáticos para encontrar soluções para a problemática econômica internacional, especialmente através de dois vetores: o Diálogo Norte-Sul e o Diálogo Sul-Sul.

##### A) o Diálogo Norte-Sul

###### A.1 As Nações Unidas

No que tange ao Diálogo Norte-Sul, continuaram, nas Nações Unidas, as tentativas para permitir o lançamento das Negociações Globais sobre Cooperação Econômica Internacional. Esses esforços têm resultado infrutíferos, até o momento, pela relutância do governo norte-americano em aceitar o próprio conceito de Negociações Globais.

###### A.2 A Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento (Cúpula de Cancún)

Ante o impasse verificado nas Nações Unidas para o lançamento das Negociações Globais, recobrou força, a partir de 1980, a idéia de convocação de uma reunião de cúpula entre Chefes de Estado e de Governo dos Países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Assim, realizou-se em Cancún, em 22 e 23 de outubro, a Reunião Internacional sobre Cooperação e Desenvolvimento, à qual compareceram 17 Chefes de Estado e de Governo dos 22 inicialmente convidados. Cinco países foram representados por outras autoridades: Brasil, pelo Ministro das Relações Exteriores, que chefiou a delegação na qualidade de meu representante pessoal e especial; Áustria, República Federal da Alemanha e Costa do Marfim, pelos respectivos Ministros do Exterior, e Bangladesh, por seu Presidente-em-exercício.

Ao final do encontro de Cancún, seus dois copresidentes (López Portillo, Presidente do México, e Pierre Trudeau, Primeiro-Ministro do Canadá) emitiram um comunicado que reafirma o espírito de confiança em prol da

reativação da economia mundial e da aceleração do desenvolvimento, sublinha a existência de um interesse mútuo na promoção de uma cooperação internacional mais intensa e confirma a intenção dos 22 países participantes em apoiar um consenso para o lançamento das Negociações Globais «numa base a ser mutuamente acordada e em circunstâncias que ofereçam perspectivas de um progresso significativo».

### A.3 Negociações sobre temas específicos

Prosseguiram, em vários foros internacionais, negociações específicas no contexto do Diálogo Norte-Sul, dentre as quais, as mais significativas são: o Código de Conduta sobre Transferência de Tecnologia, o Código de Conduta para as Empresas Transacionais e a revisão da Convenção de Paris sobre Propriedade Intelectual.

a) O Código de Conduta sobre Transferência de Tecnologia, em negociação sob a égide da UNCTAD, foi marcado, no ano de 81, pela dificuldade de consenso em torno de textos negociados que não significassem um recuo no tratamento que algumas legislações nacionais de países em desenvolvimento já dispensam à questão, especialmente no tocante à «práticas comerciais restritivas» e «lei aplicável».

b) O Código de Conduta para as empresas transnacionais, em negociação sob a égide do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas: nas três reuniões de 1981, conclui-se com êxito, a revisão das formulações dos parágrafos do projeto de código sobre divulgação de informações ao público e às autoridades governamentais e proteção ao meio ambiente e ao consumidor.

c) A Conferência Diplomática para a Revisão da Convenção de Paris sobre Propriedade Intelectual, em sua II Sessão (setembro/outubro), concentrou-se em torno do Artigo 5A da Convenção, sobre o direito de utilização de patentes, e preparou nova redação para esse Artigo.

### B) o Diálogo Sul-Sul

Também em função do impasse no Diálogo Norte-Sul, recobrou impulso a tentativa de incrementar os laços de cooperação econômica entre os países em desenvolvimento, ainda que os países do Terceiro Mundo não o consideraram um exercício substituto, mas apenas paralelo e, eventualmente, complementar ao primeiro.

Realizou-se, em Caracas, a Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (maio) que aprovou um vasto programa de cooperação em diversas áreas.

### C) Âmbito latino-americano

No contexto da América latina, e abrangendo o enfoque de temas do Diálogo Norte-Sul e Sul-Sul, dois foros foram palco de reuniões relevantes: o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

#### C.1 SELA

A VII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano (março/abril, Caracas), dedicou-se à deliberação sobre as atividades de consulta e coordenação entre os países latino-americanos para o período 81/82, sobre as Negociações Globais, a Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, a Códigos de Conduta sobre Transferência de Tecnologia e empresas transnacionais, as relações econômicas da região com os EUA e com a CEE.

Além da contínua assessoria que o SELA vem prestando aos países latino-americanos, a atividade, mais significativa, dentre as previstas pelo Conselho, foi a realização de uma reunião de consulta sobre as relações econômicas entre a América Latina e os EUA, no Panamá, que recomenda a adoção, pela próxima sessão do Conselho, de uma estratégia comum da região para as relações econômicas com os Estados Unidos da América.

#### C.2 CEPAL

O XIX Período de Sessões da CEPAL (maio, Montevideu) elaborou um plano de Ação Regional da América Latina para a Década de 80, no contexto da Estratégia Internacional para o Desenvolvimento, aprovada pelas Nações Unidas. O documento, entre outros aspectos, trata da cooperação intralatino-americana, em vários setores.

### *Política Comercial*

No campo da política comercial, deu-se prosseguimento às medidas que visam à consecução do objetivo de reequilibrar a balança comercial através do aumento das exportações, malgrado as dificuldades impostas pela desace-

leração do crescimento econômico dos países industrializados.

Os esforços do governo brasileiro na eliminação de obstáculos para nossas exportações têm-se desenvolvido tanto a nível multilateral, no GATT, quanto no bilateral, junto a nossos principais parceiros comerciais.

#### A) GATT

A atuação brasileira neste organismo, particularmente ativa em 1981, fez-se sentir não só nos trabalhos dos Comitês criados a partir de 1980 para administrar os acordos normativos multilaterais concluídos nas Negociações Comerciais Multilaterais (NCMS), como também nos órgãos mais tradicionais daquele foro, e na utilização dos mecanismos do GATT para a solução de controvérsias entre as Partes Contratantes.

Baixou-se decreto que põe em vigor as dezoito concessões tarifárias negociadas pelo Brasil nas NCMS, em contrapartida a concessões feitas pelos países desenvolvidos para a grande maioria de produtos que importam. Esta medida completa o processo de implementação, no Brasil, dos resultados daquelas Negociações Comerciais Multilaterais, nas quais, como país em desenvolvimento, mantivemos equilíbrio global favorável, ou seja, acedemos a concessões de valor e impacto inferiores às concessões que recebemos.

Ainda no âmbito do GATT, foram realizadas consultas bilaterais com os EUA e com a CEE sobre a exclusão de produtos brasileiros dos Sistemas Gerais de Preferências (SGP) daquelas Partes Contratantes, em virtude da aplicação do conceito de «gradação», contestado pelo Brasil. Essas consultas permitiram à parte brasileira caracterizar dever-se a fatores protecionistas a referida interrupção de benefícios tarifários anteriormente concedidos ao Brasil naqueles SGPs.

Continua também o Brasil a participar das reuniões negociadoras com vistas à renovação do acordo multilateral que regula atualmente o comércio de produtos têxteis (o Acordo Multifibras).

#### A.1 no âmbito bilateral

No âmbito do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-EUA, realizaram-se consultas com o objetivo de passar em revista temas de interesse comercial direto dos

dois países. Dentre as principais questões analisadas, citem-se as de balanço de pagamento, inflação e o SGP norte-americano.

Realizaram-se, também, consultas com as autoridades norte-americanas destinadas a esclarecer os parâmetros que levaram as autoridades brasileiras a restabelecer a outorga de um crédito de IPI aos exportadores de determinados produtos, equivalente a certo percentual do valor FOB exportado, e a, posteriormente, alterar aqueles percentuais, mantendo-os decrescentes.

#### B) CEE

Foram concluídas, em março, as negociações em torno de um arranjo para 1981 sobre ferro-gusa, pelo qual, o Brasil poderá exportar até um total de 38 mil toneladas.

Em decorrência de decisão do CONCEX de liberação para a exportação da produção nacional de grãos de soja na safra de 1982, foi contrarrestada queixa dos produtores de farelo de soja comunitários, que ameaçam, desde 1980, a abertura de um processo anti-subsídios contra as exportações brasileiras de farelo de soja para a CEE.

Foi também afastada a ameaça de aplicação de direitos compensatórios sobre as exportações de calçados femininos brasileiros para a CEE, através da aplicação «erga omnes», pelo governo brasileiro, de um imposto de exportação que neutraliza os efeitos dos subsídios aplicados àqueles produtos quando destinados ao mercado externo.

#### C) com a Argentina

Realizaram-se 3 reuniões do Grupo Técnico Misto para assuntos de comércio bilateral, que trataram de temas que afetam os interesses comerciais de ambos os países.

No campo da ação multilateral em matéria de produtos de base, o Conselho Internacional do Açúcar decidiu, em princípio, prorrogar o Acordo Internacional do Açúcar por mais dois anos, após 31 de dezembro de 1982. No GATT, as reclamações do Brasil contra a política comunitária de subsídios às exportações de açúcar mantiveram-se na pauta de discussões.

O Conselho das Partes Contratantes do GATT endossou as recomendações do Grupo de Peritos Independentes que examinou a postulação brasileira, no sentido de que o governo espanhol adotasse as medidas necessárias, com

vistas a regularizar, à luz do Acordo Geral, o regime alfandegário para importações de café.

Entrou em vigor, provisoriamente, em 1981, o Acordo Internacional do Cacau de 1980, do qual o Brasil é signatário, e foram acionadas, em seguida, pelo Conselho da Organização Internacional do Cacau, as regras econômicas e de Controle e as regras de funcionamento do Estoque Regulador.

Foi assinado pelo Brasil o Protocolo de 1981, e a declaração de sua aplicação provisória foi depositada pelo Brasil, em junho. O referido protocolo foi assinado pelo Brasil a 28 de abril. Em junho, o Embaixador do Brasil em Washington depositou junto ao governo norte-americano declaração de aplicação provisória do Protocolo.

Teve prosseguimento o esforço diplomático brasileiro para atenuar ou eliminar as restrições sanitárias impostas por alguns países às importações de animais e seus subprodutos de origem brasileira, em virtude de incidência de doenças infecto-contagiosas nos rebanhos brasileiros. Entre os resultados desse esforço, destaca-se a assinatura de um Protocolo adjunto ao Acordo Sanitário Brasil-Itália, sobre o comércio de carne de aves e coelhos entre os dois países.

O governo brasileiro aderiu à Comunidade Internacional da Pimenta, organização que tem por principais objetivos o incentivo à produção e consumo, a melhoria do processo de comercialização e o equilíbrio do mercado e dos preços da pimenta do reino.

No setor de transporte terrestre, mantiveram-se encontros bilaterais, com vistas a disciplinar o intercâmbio comercial por rodovia com os países limítrofes. Com a Venezuela, realizaram-se encontros em Manaus e em Brasília, dos quais resultou a aprovação dos textos dos projetos do Convênio sobre Transporte Rodoviário Fronteiriço de Carga e do Convênio de Transporte Rodoviário Internacional de Carga.

Na multilateral, o encontro mais importante foi a XI Reunião de Consulta dos Ministros de Obras Públicas e Transportes das Partes do Cone Sul, efetuada em Santiago, Chile.

No setor de telecomunicações, o Brasil participou da II Assembléia das Partes da INMARSAT, durante a qual foi aprovado o estabelecimento de relações formais com a IMCO e a INTELSAT.

O governo brasileiro assinou Ajustes Complementares a Acordos Básicos de Cooperação Científica e Técnica com a França, Honduras e Peru, visando a maior integração com os mencionados países no campo das comunicações.

No setor de transportes aéreos, o Brasil manteve, em 1981, oito reuniões de Consultas bilaterais com: Paraguai, Portugal, Itália, Espanha, França, Peru, EUA e Japão. As referidas Consultas tiveram por objetivo o exame global do desenvolvimento do transporte aéreo com aqueles países e o equacionamento de questões pendentes.

Quanto a Acordos Aéreos bilaterais, o Brasil denunciou, por obsoleto, o Acordo entre Transportes Aéreos com os EUA.

Na área multilateral, o principal evento de que o Brasil participou foi a Reunião Especial da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), convocada para analisar as repercussões da situação tarifária internacional na América Latina.

No setor de transporte marítimo, realizaram-se Reuniões de Consultas com os seguintes países: Polônia, URSS, e Argélia.

O Brasil e a Bulgária negociaram, em maio, Acordo sobre Navegação Marítima. Com a Venezuela reiniciou-se negociação de um Convênio sobre Transporte Marítimo.

Na área multilateral, o Brasil participou dos trabalhos do Comitê de Transportes Marítimos da UNCTAD e da reunião constitutiva da Associação Ibero-Americana de Portos e Costas (AYPYC).

A ação desenvolvida pelo Brasil junto à Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO) baseou-se na participação dos Trabalhos dos Comitês Jurídico, de Facilitação, de Segurança Marítima, de Proteção ao Meio Ambiente Marinho e de Cooperação Técnica.

Na eleição de membros do Conselho da IMCO para o próximo biênio, o Brasil foi eleito para a Categoria «B», sendo o segundo país mais votado.

A ação diplomática do governo em muito colaborou durante as Reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e Grupo do Caribe para Cooperação no Desenvolvimento Econômico (GCCDE) no encaminhamento dos problemas de liquidez que passaram a afetar, a partir de 1973, o setor externo da economia dos países em desenvolvimento importadores líquidos de petróleo, em escala significativa.

No plano bilateral, alcançaram pleno êxito os esforços, a nível de Chancelaria, no quadro de suas atribuições, em prol do aperfeiçoamento da cooperação com os principais mercados financeiros internacionais, da expansão da rede bancária brasileira no exterior e da negociação de Convênios de Crédito com os demais países em desenvolvimento.

Em Protocolos concluídos com a França e a República Federal da Alemanha, ficou acertada cooperação financeira, destinada à execução de Projetos considerados prioritários pelo governo.

Instrumentos diplomáticos, oportunamente trocados, colocaram em vigor as Convenções assinadas entre o Brasil e a Itália e a Noruega para evitar a dupla tributação da renda e do capital e prevenir a Evasão Fiscal, bem como a dupla tributação da renda derivada de transporte aéreo.

### Energia

O Brasil assinou acordos de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear com a Colômbia e o Peru, e Memorando de Entendimento com o Reino Unido. Esses documentos afirmam o direito de cada país a desenvolver o uso da energia nuclear para fins pacíficos, manifestam o apoio ao princípio de não proliferação de armas nucleares e definem as áreas em que se exercerá a cooperação, a ser implementada por meio de projetos específicos, sujeitos, quando for o caso, a salvaguardas da AIEA.

Com a Itália, foi firmado Programa de Execução para o desenvolvimento de um novo ramo da tecnologia nuclear, o dos reatores rápidos resfriados a sódio. Com a

França, foi concluído acordo para a aplicação de salvaguardas da AIEA à usina de hexafluoreto de urânio adquirida a uma firma francesa.

O Brasil participou das seguintes atividades no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA):

a) Reuniões do Grupo de Peritos para o Armazenamento Internacional do Plutônio (ISP);

b) Reuniões do Comitê sobre Garantia de Suprimentos de Material, Equipamentos e Tecnologia da Junta de Governadores da AIEA (CAS);

c) Assinatura da Convenção de Proteção Física de Material Nuclear;

d) XXV Sessão da Conferência Geral e reuniões da Junta de Governadores da AIEA.

Em razão da sensível melhora de suprimentos e preços de petróleo e da evolução favorável do mercado em relação a 1980, a par das medidas tomadas internamente, o Brasil logrou, em 1981, fechar sua conta de petróleo em níveis inferiores aos previstos. Ao mesmo tempo, continuou-se a diversificar as fontes de suprimento e a buscar a ampliação das atividades de prospecção no exterior.

O papel de vanguarda que assumiu o Brasil com relação à biomassa se evidenciou pelos convites para participar de conferências e simpósios internacionais, a fim de expor experiência nacional, e pelo estabelecimento de laços de cooperação com países em desenvolvimento (Uruguai, Nicarágua, Guiana, República Dominicana, Peru, Burundi, Angola) e com países industrializados (França, Itália, EUA).

Merece registro a participação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, realizada em Nairóbi, quando se adotou Programa de Ação Internacional para o Desenvolvimento de Fontes Novas e Renováveis de Energia, amplamente favorável aos interesses nacionais e àqueles dos países em desenvolvimento em geral.

O Brasil participou da III e IV Sessões da Conferência das Nações Unidas sobre Estanho. Delas resultou a adoção do texto final do VI Acordo Internacional de Estanho, no qual o Brasil ainda não decidiu aderir.

Com vistas à cooperação na área do carvão mineral, o Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Trabalho sobre carvão, no contexto da Comissão Mista Teuto-Brasileira, assinou Memorandum de Entendimento com o Reino Unido, e participou do I Encontro de Trabalho Brasil-Uruguaí.

O Brasil continuou participando ativamente dos trabalhos da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Esteve presente na Sessão Extraordinária do Grupo de Peritos, na II Reunião Extraordinária de Ministros da organização e nas três reuniões da Comissão de Ministros então criada. O Brasil fez-se representar, ainda, na XII Reunião Ministerial Ordinária, realizada em São Domingos, quando foi aprovada a versão final do Programa Latino-Americano de Cooperação Energética (PLACE).

#### Promoção comercial

A ação do Itamaraty na área de promoção de exportações visou a fornecer ao empresariado nacional o apoio necessário ao desenvolvimento de suas atividades exportadoras. O Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty buscou, por variados meios, aproximar a demanda externa da oferta brasileira de bens e serviços.

Deu-se continuidade ao já tradicional Programa CITRE — Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial, que treina pessoal de nível superior em técnicas de comercialização externa, com estágio de treinamento em Embaixadas e Consulados. Os participantes do Programa CITRE retornam ao país para serem incorporados ao mercado nacional de trabalho.

No quadro do Projeto Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizaram-se, no Brasil, em colaboração com o Centro de Comércio Internacional — UNCTAD/GATT, o Seminário Latino-Americano sobre Controle de Qualidade na Exportação e o Seminário sobre Transportes Voltados para a Exportação, este último reunindo representantes de países africanos, asiáticos e o Caribe.

Ainda em colaboração com o CCI — UNCTAD/GATT, foram realizados dois projetos nacionais: o II Seminário sobre Exportação de Sucos de Frutas Tropicais, que visou

a orientar o exportador nordestino na exportação daquele produto para o mercado europeu, e o Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Negociações em Comércio Exterior, que reuniu em Brasília nomes expressivos do meio jurídico-empresarial brasileiro e estrangeiro.

Em 1981, materializou-se a cooperação Sul-Sul, através da obtenção de fontes pioneiras de financiamento para projetos a serem executados por firmas brasileiras. Destarte, procurou-se reverter concentração do fluxo do financiamento internacional na indústria e no comércio dos países desenvolvidos, para a qual contribuem até mesmo os fundos dos países em desenvolvimento exportadores de petróleo.

Nessa ordem de idéias, o Brasil iniciou, dentro da cooperação Sul-Sul, sua primeira operação trilateral, abrangendo, de um lado, recursos financeiros do Fundo da OPEP e, de outro, tecnologia e capacidade industrial brasileiras, para a realização de um projeto integrado de exploração de carvão em Moçambique. Com este objetivo, o Itamaraty negociou com o Fundo da OPEP a contratação de um consórcio de empresas estatais brasileiras para a realização de um estudo de pré-viabilidade do projeto.

O Itamaraty promoveu a participação oficial do Brasil em 64 feiras e exposições no exterior, dentro da orientação, face à escassez de recursos, de repassar, em progressão crescente, os custos aos exibidores.

Pesquisa realizada em 1979, junto aos exportadores cadastrados no Sistema de Informação Comercial permitiu avaliar a boa receptividade desfrutada pela série «Como Exportar»; em decorrência disto, foram publicados, em 1981, mais oito desses títulos. Foram também elaborados diversos estudos de caráter econômico-comercial, que visaram a servir de subsídio para visitas de missões oficiais brasileiras ao exterior — e vice-versa —, abrangendo um total de 32 países. Deu-se continuidade ao trabalho de identificação de produtos exportáveis não tradicionais, para a elaboração de nova tabela básica de oferta, que constituiu a base metodológica para a realização das pesquisas de mercado.

No plano das operações de promoção comercial, as iniciativas brasileiras, voltadas, em grande parte, para os mercados dos países em desenvolvimento, visaram sobretu-

do a explorar novas oportunidades para comercialização de bens e serviços brasileiros. Nesse contexto, inserem-se os esforços para abertura de mercados (especialmente no Extremo Oriente), os esquemas bilaterais de colaboração para implementar projetos de desenvolvimento no exterior, as operações vinculadas com países exportadores de petróleo e a consolidação de posições conquistadas anteriormente. A ação governamental, na matéria serviu para orientar, apoiar, coadjuvar e, às vezes, coordenar atividades no setor privado, como ocorreu no caso da Missão Comercial aos países membros da ASEAN (Filipinas, Indonésia, Cingapura, Malásia e Tailândia).

#### 4.10. *Cooperação cultural, técnica, científica e tecnológica.*

As atividades de cooperação intelectual, técnica, científica e tecnológica, de difusão cultural e de divulgação do Brasil no exterior foram desenvolvidas pelo Itamaraty seguindo as linhas mestras da política exterior do Brasil, conformadas pela ênfase aos programas de cooperação com países em desenvolvimento, principalmente da América Latina e África; pelo interesse na implementação de projetos que promovam a transferência de tecnologia ao Brasil e pela orientação imprimida à promoção de manifestações culturais brasileiras no exterior e divulgação de aspectos relevantes da economia, história, artes e geografia do país, com a finalidade de ampliar ou consolidar a presença do Brasil no mundo.

No campo da cooperação intelectual destacam-se os seguintes setores de atuação:

— cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Celebrado Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional e Cultural entre o Brasil e a UNESCO, por ocasião da visita presidencial à sede da Organização.

— ensino de Português e Civilização Brasileira. Através dos 16 Centros de Estudos Brasileiros (CEBS) localizados na América Latina e do Norte e de 32 leitorados em Universidades da África e Europa foram divulgadas a literatura e civilização brasileiras, bem como ensinada a língua portuguesa a cerca de 10 mil alunos estrangeiros.

— acordos culturais. Durante o ano de 1981, realizaram-se em Brasília reuniões das Comissões Mistas Culturais com a França e a Bélgica, quando se tratou de temas relativos ao intercâmbio universitário e educacional entre o Brasil e aqueles países. Além disso, foram enviados representantes para tratar de assuntos relativos à cooperação educacional e universitária às reuniões de Comissão Mista com a Líbia, Senegal, Venezuela e Chile.

— Programa de estudantes-convênio. Em 1981, participaram do programa de estudante-convênio 1003 estudantes provenientes de 17 países latino-americanos e de 12 países africanos. Ademais, foram concedidas 41 bolsas de estudos para cursos de pós-graduação a estudantes de países da América Latina, África e Ásia.

A cooperação técnica brasileira teve em 1981, um ano que marca o início de uma nova fase no relacionamento com outros países em desenvolvimento. Buscou-se mais enfaticamente, no ano de 1981, sensibilizar os organismos internacionais especializados e os países em desenvolvimento para a inevitável e crescente necessidade de participação — sobretudo com recursos financeiros em moeda forte — dos organismos internacionais nos programas e projetos prioritários de cooperação técnica dos países em desenvolvimento, com vistas a suplementar-lhes os escassos recursos em moeda local. Assim, a cooperação técnica solicitada e recebida pelo Brasil, sempre que possível, teve participação de organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização dos Estados Americanos (OEA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

No quadro de cooperação técnica recebida pelo Brasil, convém ressaltar as reuniões com o Canadá, Japão, República Federal da Alemanha e França. Outrossim, os projetos desenvolvidos com o Reino Unido, a Itália e a Espanha tiveram a devida continuidade.

No tocante à cooperação técnica prestada pelo Brasil aos outros países em desenvolvimento da América Latina, da África, sobretudo aos países africanos de língua comum, e do Oriente Médio, procurou-se dar, na medida da disponibilidade de recursos humanos e financeiros, continuidade aos projetos em execução.

A operação do Sistema de Informações Científicas e Tecnológicas, que tem por objetivo a captação ordenada e sistemática de informações relevantes na área de ciência e tecnologia no exterior, proporcionou os seus serviços a mais de 1 milhar de entidades técnico-científicas nacionais. Foram iniciadas negociações de Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica com a Austrália, Bélgica, Costa do Marfim, Equador, Nigéria, Quênia, Índia, França, Itália, Portugal, Suriname e Guiana. Além disso, foram assinados ajustes complementares de natureza científica com França, Colômbia, Iraque e Peru, e elaborados Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica com a União Soviética e a Romênia.

Merecem destaque a organização da visita ao Brasil da Missão da Academia de Ciência da República Popular da China, interessada em conhecer todos os aspectos da experiência brasileira em matéria de política científica e tecnológica e em estabelecer cooperação com o Brasil nas áreas de bioquímica, biofísica, geologia e botânica, e a realização em Brasília da X Comissão Mista Teuto-brasileira de cooperação científica e tecnológica. Organizaram-se missões brasileiras à Costa do Marfim, Nigéria, Quênia, Moçambique, Angola, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, França e Bélgica. As missões à África e América Latina tiveram o objetivo de dar início a um amplo programa brasileiro de cooperação científica e tecnológica com outros países em desenvolvimento.

Quanto à atuação multilateral do Brasil nos setores da ciência e tecnologia, registrou-se a participação nos Programas Científicos da UNESCO e no Comitê Intergovernamental de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, da ONU.

Nas áreas da difusão cultural e divulgação, apesar das restrições de ordem orçamentária, pôde o Itamaraty expandir sua atuação nos setores de cinema e radiodifusão.

Realizou-se por ocasião da visita presidencial à Colômbia, França, Portugal e Peru programação de eventos culturais, principalmente, no setor de artes plásticas e música naqueles países.

A manutenção de atividades de difusão cultural brasileiras em muitos países foi lograda graças aos Centros de

Estudos Brasileiros e Galerias ou salas localizadas nessas instituições. Vale, ainda, salientar as edições da «Revista de Cultura Brasileira» e da «Brasil Cultura», elaboradas respectivamente pelas Embaixadas em Madrid e em Buenos Aires, e o programa de tradução de obras literárias brasileiras levada a efeito pelas Embaixadas em Caracas, Lima e Buenos Aires.

A divulgação do cinema brasileiro teve especial relevância em 1981. Houve a participação oficial brasileira em cerca de 30 festivais internacionais, da qual resultou a concessão de 18 (dezoito) prêmios a filmes brasileiros. Foram organizadas também Semanas de Filmes Brasileiros em dezenas de países, com vistas à divulgação do Brasil e à abertura de novos mercados para o filme brasileiro.

Com a finalidade de manter informados os funcionários de entidades públicas e privadas brasileiras no exterior, foi criado o boletim noticioso diário «O Repórter Brasileiro», produzido pelo Itamaraty e veiculado em três faixas horárias de ondas curtas pela RADIOBRÁS. Nos Estados Unidos, foi colocado à disposição de centenas de emisoras radiofônicas, via satélite e com boa aceitação, o programa semanal «Brazilian Hour», coordenado pelo Consulado-Geral em Los Angeles. Providenciou-se a atualização, reimpressão e distribuição às Embaixadas e Consulados do Brasil de publicações em espanhol, francês e inglês com vistas a suprir parte da demanda, cada vez maior, de informações gerais sobre o Brasil, a serem complementadas em 1982, com a remessa de conjuntos audiovisuais de uma série intitulada «Brasil Raízes», «Brasil Economia» e «Brasil Turismo», produzida pelo Itamaraty.

#### 4.11. *Assuntos consulares e jurídicos*

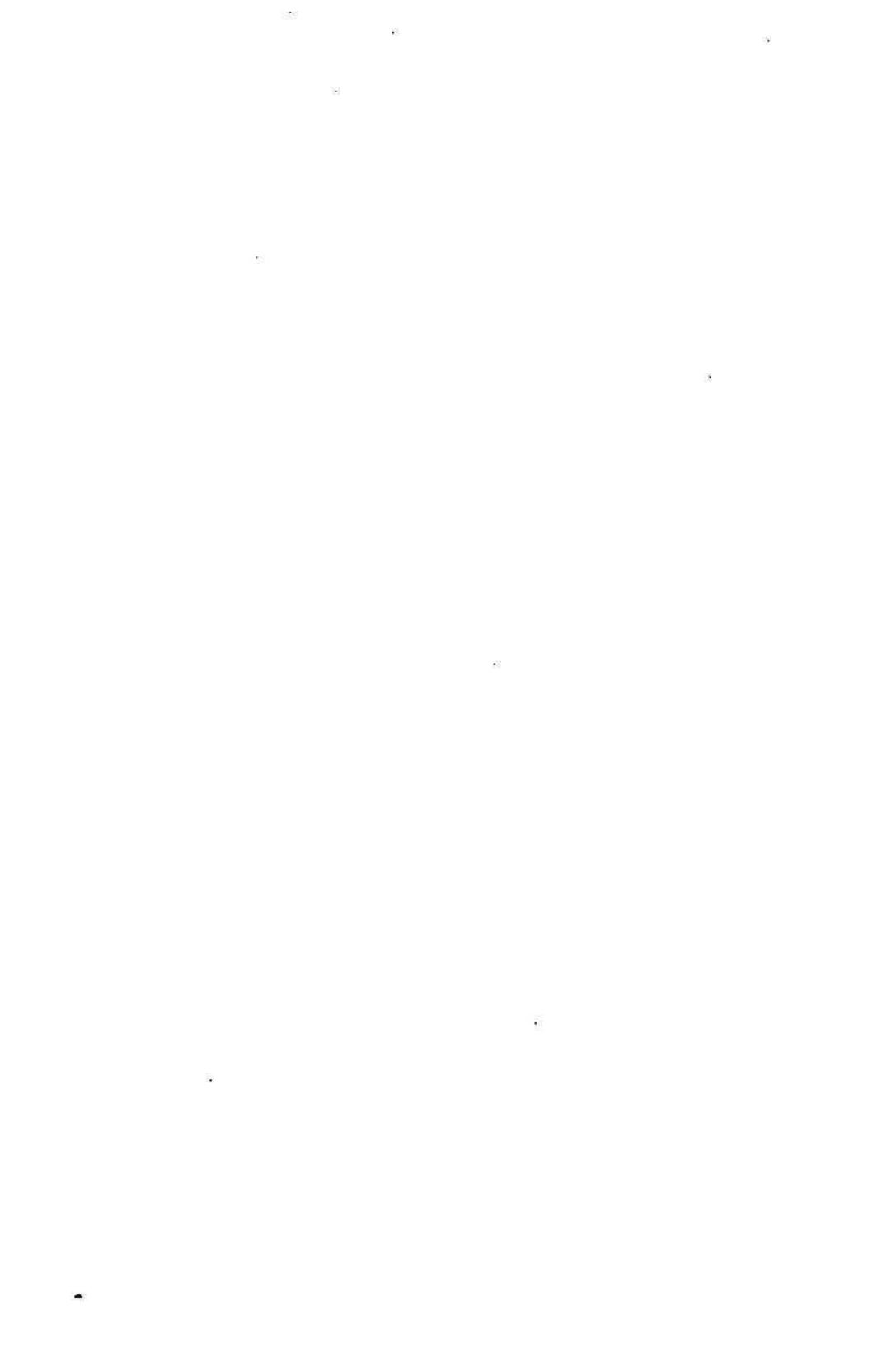
O Itamaraty participou da elaboração do regulamento da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), havendo inclusive integrado comissão, designada pelo Ministro da Justiça, cujos trabalhos se converteram no Decreto n.º 86.715, de 10 de dezembro de 1981, que possibilitará a aplicação integral da lei acima citada e a solução de numerosos casos de estrangeiros em situação ilegal no Brasil.

Foram concluídas as negociações com o Governo japonês, visando à liquidação, iniciada em 30 de setembro de 1981, das empresas JAMIC — Imigração e Colonização Ltda. e JEMIS — Assistência Financeira S.A. por se encontrarem as mesmas em situação ilegal e por não mais ser considerada adequada a assistência que vinham prestando aos imigrantes japoneses no Brasil.

Atendendo a apelos diversos, foi concedido asilo político a 35 refugiados cubanos e a 120 vietnamitas, estes últimos recolhidos no Mar da China pelo navio Muriaé, da FRONAPE.

No decurso de 1981, o DCJ colaborou no preparo e assinatura de 153 atos bilaterais. Cumpre destacar que o Brasil assinou, nesse período, os primeiros atos bilaterais com a República do Congo, Mali e Malásia.

## **5. POLÍTICA INTERNA E SEGURANÇA**



## 5.1. JUSTIÇA E POLÍTICA INTERNA

### 5.1.1. *Coordenação política*

Após estudos e debates iniciados na esfera do Partido Democrático Social e examinados pela Casa Civil da Presidência da República, foram encaminhados ao Congresso Nacional as proposições conhecidas sob a denominação de reforma eleitoral.

Dessas proposições constam a que altera o elenco das inelegibilidades, a que reduz a um ano a exigência de domicílio eleitoral e a que extrai do contexto da Lei Complementar nº 5 a situação imposta aos anteriormente atingidos pelos Atos Institucionais e aos meramente denunciados em ação penal. A reforma eleitoral foi submetida à aprovação do Congresso através de vários projetos, tendo-se transformado em lei durante o mês de janeiro de 1982.

A necessidade de rever o problema migratório nasceu com a própria vigência do atual Estatuto dos Estrangeiros. A lei aprovada anteriormente institui política imigratória condizente com as necessidades do desenvolvimento nacional, mas deixou de dar tratamento adequado à situação de milhares de estrangeiros há longo tempo radicados no país. Novo projeto, hoje transformado em lei, resultou de amplo consenso obtido entre o governo, os partidos de oposição e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Para apressar as providências destinadas ao completo registro dos estrangeiros em situação irregular, o Ministério da Justiça orientou o Departamento de Polícia Federal no sentido de suspender as deportações, ao mesmo tempo que determinou a recepção, pelas superintendências regionais do mesmo Departamento, dos documentos alusivos à transferência de vistos de permanência temporária e vistos de turista já vencidos, e ao registro provisório dos estrangeiros em situação ilegal.

Com uma população carcerária superior a 50.000 detentos — reflexo da onda de violência urbana — a questão penitenciária estava a exigir providências que se encontram em curso, graças à elaboração de anteprojetos que propõem a modificação do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

Com relação ao Código Penal, o anteprojeto propõe como alternativas à privação da liberdade as penas patrimoniais ou privativas de direito, desenvolve os regimes de prisão fechada, semi-aberta e aberta, inserindo-se nesse campo a chamada prisão-albergue.

As modificações do Código de Processo Penal visam a simplificar e modernizar os procedimentos judiciais, possibilitando, por exemplo, o uso de gravador para registro da audiência, o que, sem dúvida, a tornará mais rápida, com subsequente transformação do seu conteúdo em documento escrito.

A Lei de Execução Penal visa a ordenar a vida carcerária com base em critérios que impeçam seja ela regida, nos aspectos disciplinares, pelo arbítrio das administrações prisionais.

Quanto ao setor judiciário, é relevante assinalar a criação de Tribunais Regionais do Trabalho no Amazonas, em Santa Catarina e em Brasília, já instalados. Também cabe destacar o exame, para encaminhamento à Presidência da República, de projeto de lei que visa a ampliar o número de Juntas de Conciliação e Julgamento, de forma a estendê-las à maior parte do território nacional.

No que tange às questões político-administrativas, mencionem-se os trabalhos dos quais resultou a Lei Complementar que elevou à categoria de Estado o Território de Rondônia, com reflexos relevantes no quadro federativo e no contexto político.

Ressalte-se, por igual, a importância do projeto finalmente transformado na Lei Complementar nº 40/81, que estabeleceu normas a serem adotadas na organização do Ministério Público estadual.

### *5.1.2. Ordem jurídica e direitos políticos*

Atendendo a reivindicações de diversos setores da sociedade, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional

projeto de lei com proposta de alterações à Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, visando a aperfeiçoá-la, sem contudo ferir as diretrizes traçadas pela política imigratória. O projeto previu a inexpulsabilidade do estrangeiro que tenha vínculo familiar com brasileiro; criou o visto temporário para ministro de confissão religiosa; permitiu a regularização imediata, ainda que provisória, dos estrangeiros em situação ilegal; restabeleceu a competência da autoridade judiciária para a entrega do certificado de naturalização e previu outras hipóteses de naturalização; e determinou tratamento especial aos portugueses em virtude de Tratado, situação não prevista na Lei. O acordo prévio do Governo com todos os partidos políticos possibilitou a rápida tramitação do projeto, que se converteu na Lei nº 6.964, sancionada a 9 de dezembro e publicada no dia seguinte, data em que foi também expedido o Decreto nº 86.715, regulamentando a Lei dos Estrangeiros já com as alterações introduzidas pelo novo diploma legal.

Ainda em 1981, numerosos estudos e projetos foram desenvolvidos no Ministério da Justiça, alguns já convertidos em lei e outros à espera de sê-lo. Entre as leis, cabe destacar a Lei Complementar nº 40/81, já referida, que dispõe sobre a organização do ministério público estadual, e a Lei nº 6.910/81, sobre a extinção de punibilidade dos crimes de contrabando e descaminho. Entre os anteprojetos, ressaltam-se aqueles referentes às serventias do foro judicial e extra-judicial, às pessoas deficientes, à segurança para as instituições financeiras e à reestruturação do Conselho Superior de Censura.

### 5.1.3. *Segurança interna*

Em cumprimento à sua missão no campo da preservação da ordem pública, o Ministério da Justiça tudo fez, em 1981, para garantir e melhorar as condições de convivência dos integrantes da comunidade nacional.

O Departamento de Polícia Federal deu prosseguimento ao esforço de implantação de mais unidades operacionais no País. Instalou novos núcleos nos Estados do Pará e Rio Grande do Sul. Criou a delegacia da Araguaína em Goiás e ativou a delegacia de Imperatriz no Maranhão. Várias sedes foram melhoradas, mediante a locação de no-

vos prédios. Iniciou-se a construção do edifício da Superintendência Regional em Minas Gerais e concluíram-se as obras de um pavilhão destinado ao setor de ordem política e social no Rio de Janeiro.

Na área de ensino, a Academia Nacional de Polícia formou 600 policiais federais. Com a entrada em serviço destes últimos, pôde o Departamento reforçar sua participação no combate ao contrabando de ouro, café e açúcar. Destacou-se, no período, a ação contra a produção, distribuição e consumo abusivo de tóxicos. A colaboração dos órgãos de segurança pública estaduais favoreceu o trabalho de localizar e anular as fontes e os agentes de tráfico.

No decorrer do exercício, foram reformulados planos e programas de trabalho, visando à otimização dos recursos orçamentários. Graças à participação do Centro de Processamento de Dados, a Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras prosseguiu na reformulação de rotinas e na racionalização de procedimentos, obtendo, por exemplo, sensível redução nos prazos com que são expedidos os passaportes.

Na área de segurança pública, coube ao ministério formalizar, por meio da Portaria nº 354/81, a constituição de um grupo de trabalho com representantes da Justiça e do Exército, objetivando analisar o sistema policial brasileiro e formular recomendações quanto à sua crescente adequação à realidade nacional e ao funcionamento harmônico de seus componentes — a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Em seu relatório conclusivo, o grupo de trabalho apresentou diagnóstico acurado da situação e do relacionamento mútuo dos serviços policiais no país e recomendou uma série de metas básicas voltadas para a reforma da legislação, o desenvolvimento dos recursos humanos e o aparelhamento técnico e material das unidades. Tais medidas, a serem aplicadas pelos Estados em colaboração com o Governo Federal, deverão contribuir para melhorar o desempenho, o entrosamento e a imagem das polícias estaduais civis e militares.

Os abusos do poder econômico, praticados por meio de domínio do mercado, eliminação da concorrência ou aumento arbitrário de lucros, mereceram rigorosa atenção do Ministério da Justiça em 1981. Neste sentido, o Conse-

lho Administrativo de Defesa Econômica instaurou numerosos processos, efetuou pesquisas e análises junto a empresas envolvidas e proferiu julgamentos que possibilitaram corrigir numerosas irregularidades.

No que tange aos direitos humanos, reuniu-se por seis vezes, em 1981, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Diversas providências foram adotadas sob a forma de consultas ou pedidos de esclarecimento a órgãos e autoridades federais, estaduais e municipais. O Conselho exerceu, assim, positiva atuação mediadora entre significativos setores da sociedade civil e autoridades públicas, contribuindo para proteger os direitos da pessoa humana mediante a solução de inúmeros processos.

As atividades do Conselho Superior de Censura foram marcadas pela preocupação de atualizar as normas e critérios censórios. Para tanto, promoveu-se fecundo diálogo entre representantes das emissoras de televisão, técnicos de censura e o público em geral. O esforço de captação das tendências do usuário de rádio e TV culminou na realização, em dezembro de 1981, do Seminário Nacional sobre Programação de TV e Público Usuário, que reuniu em Brasília cerca de 300 participantes das várias regiões do País e de atividades e níveis sociais diversos. Entre as conclusões do Seminário, destacou-se a recomendação de que a atividade censória do Estado seja compartilhada pelo público usuário da televisão, com a participação de seus representantes no Conselho Superior de Censura.

Em matéria de trânsito, o Ministério da Justiça levou a cabo — através do Conselho e do Departamento Nacional de Trânsito — numerosas realizações de natureza normativa e executiva voltadas para a segurança dos usuários de veículos. Cresceu, no período, o número de cidades pequenas e médias que se beneficiaram de projetos destinados a melhorar o ordenamento do tráfego, a reduzir o consumo de combustíveis e a baixar o índice de acidentes. Cerca de 3 milhões de condutores foram cadastrados no quadro de um projeto que facilitará cada vez mais aos brasileiros a obtenção e a renovação da carteira de motorista. Está em pleno desenvolvimento uma campanha nacional com vistas a reduzir o número de veículos roubados.

Além disso, as unidades da federação foram contempladas com 800 mil exemplares de um manual educativo destinado a desenvolver a responsabilidade e as aptidões dos alunos de 1.º grau em matéria de segurança do trânsito. Deu-se continuidade, em 1981, à produção de manuais técnicos que proporcionam aos profissionais o instrumental indispensável à execução dos trabalhos de engenharia de tráfego. Finalmente, foi criado um boletim sobre acidentes de trânsito, contendo dados estatísticos e informações técnicas de extrema utilidade para o conhecimento racional da localização e das implicações dos acidentes no país.

#### Administração penitenciária

As atividades do Conselho Nacional de Política Penitenciária e do Departamento Penitenciário Federal receberam grande impulso em 1981. O I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária reuniu em Brasília cerca de 1.500 especialistas para o exame amplo e profundo dos anteprojetos de Código Penal, Processo Penal e Lei de Execução Penal.

Verificou-se, no exercício, intensa atuação do ministério no sentido de definir e atualizar as linhas de força da política penitenciária. Em função das necessidades detectadas, foram desenvolvidos projetos de ensino supletivo por multimeios e iniciados programas de amparo ao preso e ao ex-detento. Mais de 140 milhões de cruzeiros foram aplicados na construção de estabelecimentos edificadas em conformidade com os ditames da moderna arquitetura prisional.

Tanto os estudos realizados quanto as ações empreendidas têm-se traduzido concretamente na melhoria das condições de vida cotidiana das pessoas privadas de liberdade. Os programas de instrução e treinamento estão a oferecer aos presos a possibilidade de qualificação profissional e de progressiva reintegração no convívio da sociedade.

#### 5.1.4. Ministério público

No plano judicial, foi expressiva a atuação do ministério público, assinalando-se na Procuradoria Geral a entrada de 3.145 processos e a saída de 2.982. Junto ao Tribunal Superior Eleitoral foram proferidos 106 pareceres

em 118 processos recebidos. Na Justiça Federal da 2ª Instância, onde a Subprocuradoria Geral da República lida principalmente com interesses patrimoniais da União, entraram 17.403 processos, saindo 14.476.

Cumprir destacar, na área administrativa, os esforços da Procuradoria Geral da República no sentido de modernizar as instalações do órgão nos Estados, descentralizar as decisões e atualizar o seu quadro de pessoal. O Decreto nº 86.695/81 possibilitou a criação de 240 novos empregos na Tabela Permanente e 23 cargos de DAS-101.4, para os Procuradores-Chefes da Procuradoria da República nos Estados e no Distrito Federal.

Os trabalhos do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho desenvolveram-se com eficiência, tanto na Procuradoria Geral como nas nove Procuradorias Regionais, num total de 47.148 pronunciamentos em processos diversos. Na área administrativa ressalta-se a instalação das Procuradorias Regionais de Florianópolis, Manaus e Distrito Federal, em consequência da criação dos novos Tribunais Regionais do Trabalho.

A ação do Ministério Público Militar desenvolveu-se regularmente, quer junto ao Superior Tribunal Militar, quer nas Procuradorias Regionais. Na Procuradoria Geral deram entrada 655 processos, relacionando-se apelações, recursos criminais, *habeas corpus*, recursos ao STF, correições parciais, etc., tendo sido proferidos 650 pareceres. Na área administrativa, é de mencionar a realização do primeiro concurso público, depois de muitos anos, para o provimento de cargos de Procurador Militar de 2ª categoria, inicial da carreira, com nomeação dos primeiros candidatos habilitados.

O Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, preocupado com o problema da residência de seus integrantes em exercício nos territórios federais, destinou 17 milhões de sua dotação orçamentária a esta finalidade. Foram nomeados, no período, 17 defensores públicos para o Ministério Público do Distrito Federal e 7 para os territórios, todos aprovados em concurso público de provas e títulos. Na Procuradoria Geral, proferiram-se 231 pareceres e 1.618 nas Subprocuradorias.

### 5.1.5. *Outros campos de atividade*

#### Fundação Petrônio Portella

Com seus estatutos publicados no final de 1981, pôde a Fundação Petrônio Portella dar início em 1981 à própria organização interna e desencadear um programa de trabalho a ser consolidado e ampliado nos próximos anos. Entre suas atividades no período cumpre destacar:

— o apoio à execução de compilações atualizadas da legislação em vigor, com cinco volumes publicados e dez em fase final de elaboração, como primeiro passo para a consolidação do Direito positivo em nosso País;

— a edição do primeiro de seus cursos de ensino a distância, sobre o «Poder Legislativo, e preparação de cursos sobre «Direito Agrário no Brasil», «Estudos de Problemas Brasileiros» e «Tributo e Municípios»;

— a assinatura, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, de convênio destinado a promover estudos, pesquisas e seminários no campo do desenvolvimento urbano e do direito urbanístico;

— a assinatura de convênio com a Prefeitura da cidade do Recife para a realização de seminário comemorativo do aniversário da instalação dos cursos jurídicos no país.

#### Luta antitóxica

Com o Conselho Federal de Entorpecentes em plena atuação, pôde o Ministério da Justiça dar início à definição de políticas de prevenção do tráfico e do consumo abusivo de tóxicos. Entre as medidas preconizadas, destacam-se o levantamento do mapa de tráfico e consumo de drogas, o programa de formação de professores para a orientação dos jovens de 1º e 2º graus, o programa de sensibilização das famílias e do público em geral quanto aos efeitos dos entorpecentes, os programas de fiscalização de medicamentos e de regulação de divulgação e propaganda de matérias relacionadas com os tóxicos. O Ministério participou de várias reuniões internacionais sobre o assunto e colaborou ativamente na organização da III Conferência dos Países Partes do Acordo Sul-Americano sobre Entorpecentes e Psicotrópicos, realizada em Brasília em novembro de 1981.

## Área social

Tendo o Ministério da Justiça passado a integrar o Conselho de Desenvolvimento Social, cresceram suas possibilidades de investimento na segurança pública, incluída pelo III Plano Nacional de Desenvolvimento no capítulo «Setores Sociais». Graças a essa integração, pôde o Ministério intermediar, em 1981, a transferência de mais de 14 bilhões de cruzeiros do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social às Unidades da Federação, para investimentos em projetos de melhoria dos serviços de segurança pública e do sistema penitenciário.

Durante o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, o Ministério da Justiça tomou parte ativa no projeto de compilação legislativa sobre pessoas deficientes. Participou, igualmente, na Comissão Nacional do Ano Internacional, através da coordenação das subcomissões de *Legislação* e de *Remoção de Barreiras Arquitetônicas*. Mas o interesse do Ministério não se limitou aos estudos, valendo destacar o projeto de implantação — em convênio com o Ministério da Saúde e a Fundação das Pioneiras Sociais — de um laboratório de restauração e conservação de livros e documentos e de uma oficina de encadernação, os quais serão operados com a participação de deficientes físicos. O Ministério da Justiça dispõe, em sua sede, de uma das mais importantes bibliotecas do país, com cerca de 120.000 volumes. Muitos livros constituem verdadeiras preciosidades bibliográficas e estão a exigir cuidados especiais de conservação ou restauração. Ao encerramento do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, o Ministério da Justiça está, pois, em condições de oferecer a deficientes físicos de Brasília e possibilidade concreta de exercer a nobre profissão de conservador/restaurador de documentos, da qual o país muito necessita.

Com referência a assistência a seus servidores, o Ministério da Justiça deu início à execução do convênio assinado com a Caixa Econômica Federal, tendo beneficiado 115 famílias com casa própria. O convênio foi aditado por mais um período e novas inscrições estão sendo recebidas.

### Arquivo, documentação e publicação de Atos Oficiais

Em coerência com as realizações do ano anterior, o Ministério da Justiça deu continuidade aos esforços no

sentido de implementar o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). Para tanto, foi assinado contrato com a Fundação Getúlio Vargas com vistas à execução de um programa de modernização administrativa do Arquivo Nacional.

O citado programa está sendo executado através de medidas que se traduzem concretamente no fortalecimento institucional do Arquivo Nacional, na consolidação de metodologias, normas e técnicas indispensáveis ao tratamento e à preservação do acervo documental do país, e na implementação do SINAR mediante a ativação da rede de arquivos públicos e privados que o compõem.

Como programado no ano anterior, o Departamento de Imprensa Nacional iniciou, em 1981, a consolidação dos sistemas de indexação e microfilmagem do Diário Oficial da União, cujas fichas estão sendo distribuídas diariamente aos assinantes.

Vinculada ao Ministério da Justiça a partir de janeiro de 1981, a Empresa Brasileira de Notícias consolidou a sua situação como agência jornalística, cobrindo praticamente todo o País com noticiário transmitido em 19 Capitais de Estados para cerca de 350 jornais diários.

Desde maio de 1981, a EBN produz um informativo denominado «Resenha Semanal» que é distribuído para 1.029 jornais, semanários e quinzenários do interior do país.

O programa radiofônico «Voz do Brasil» tem sido objeto de duplo investimento: melhoria da qualidade informativa e melhoria das condições de transmissão e recepção.

A EBN produz atualmente cerca de 45 mil palavras/dia de matéria jornalística, edita e transmite dois noticiosos radiofônicos denominados «Brasil Hoje», para as 127 emissoras de rádio das capitais, e ainda prepara quatro boletins noticiosos para rádio e televisão, enviados por telex a centenas de emissoras em todo o país.

## 5.2. FORÇAS ARMADAS

### 5.2.1. *Estado-Maior das Forças Armadas*

As ações desenvolvidas pelo Estado-Maior das Forças Armadas visaram à continuidade dos estudos referentes a política, estratégia e doutrina militares, através da coordenação dos planos e programas pertinentes às atividades comuns às Forças Armadas.

Entre os assuntos mais relevantes, submetidos à apreciação do Conselho de Chefes de Estado-Maior, mereceram especial atenção aqueles concernentes a planejamento militar combinado, mobilização, pesquisas, tecnologia, informática e legislação comum às Forças.

A — Na área administrativa as atividades concentraram-se na:

i — revisão e atualização da Lei de Promoções de Oficiais da Ativa, do Regulamento de Continência e do Cerimonial das Forças Armadas;

ii — elaboração dos anteprojetos de leis sobre as pensões militares e a retribuição no exterior;

iii — regulamentação da profissão de enfermeiro militar;

iv — montagem de cadastro de cursos e escolas do setor meteorológico;

v — padronização da nomenclatura dos grupos e classes de materiais em vigor nas Forças Armadas;

vi — montagem de cadastro de recursos humanos e materiais do setor de saúde.

B — No campo das pesquisas e informações realizaram-se:

i — estudos de viabilidade para desenvolver mísseis táticos de fabricação nacional e radares de vigilância para uso das Forças Armadas;

ii — trabalhos de Estado-Maior que visaram a obter o consenso entre as Forças Armadas, para aplicação da doutrina militar brasileira no âmbito da estrutura militar de Guerra;

iii — estudos sobre transportes na América do Sul, para verificar as alternativas de interconexão com o Brasil;

iv — viagens de estudos às regiões do Centro-Oeste e do Sul para atualização das informações nas áreas econômica e psicossocial, além da avaliação dos principais problemas relacionados com a segurança externa e interna, logística, aprestamento, moral militar, transportes, mobilização e comunicações;

v — estudos da Comissão de Alimentação para: modernizar os procedimentos pertinentes à alimentação militar; elevar os padrões de eficiência das reações em uso nas Forças Armadas; produzir alimentos de baixo custo, por parte da indústria privada nacional.

A Comissão Desportiva Militar do Brasil incentivou a participação em competições de caráter nacional e internacional, na busca constante de aprimoramento físico das Forças Armadas.

A Comissão do Serviço Militar ampliou a divulgação das informações referentes ao cumprimento das obrigações previstas na Lei do Serviço Militar, utilizando-se de todos os veículos de comunicação de massa.

O Hospital das Forças Armadas, com a inauguração dos serviços de hemodiálise e unidade coronariana, ampliou suas atividades médico-hospitalares e, através de novos convênios, estendeu seu atendimento à comunidade civil.

A Escola Superior de Guerra, subordinada ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ganhou autonomia administrativa em fevereiro de 1981 (Dec. n.º 85.750), possibilitando-lhe elevar seu desempenho na importante tarefa de formar os novos quadros de assessoramento de alto nível, civis e militares. Para tanto, programou e ofereceu os cursos: Superior de Guerra, de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, de atualização da Escola Su-

terior de Guerra e Ciclos de Extensão. Coube à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra difundir os ensinamentos da ESG, no intuito de atualizar os conhecimentos dos setores dirigentes do país, através de ciclos de estudos que são realizados, anualmente, na maioria dos Estados da Federação.

### 5.2.2. *Ministério do Exército*

Durante o ano de 1981, apesar das limitações orçamentárias, foram obtidos resultados positivos no cumprimento do plano de trabalho anual, destacando-se, por seu elevado alcance, os trabalhos relativos ao reaparelhamento e à operacionalidade da Força e os de natureza social.

#### Modernização e reaparelhamento

No intuito de elevar os padrões de eficiência administrativa adotaram-se as seguintes medidas:

- criação do Centro de Comunicação Social do Exército;
- implementação do Centro Tecnológico do Exército;
- consolidação da Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos;
- implantação inicial dos Parques Regionais de Manutenção das 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Regiões Militares;
- criação do 18<sup>o</sup> Batalhão Logístico em Campo Grande — MS.
- construção inicial de novos aquartelamentos de grande porte e de 400 residências;
- obras de melhoria e ampliação da rede hospitalar;
- ampliação do Sistema de Processamento de Dados do Exército (SPDE), com aquisição de novos equipamentos, conclusão da conexão entre o SPDE de Brasília e os centros regionais instalados, além da implantação do SPDE na 2<sup>a</sup> Região Militar.

Na área de recursos humanos, o Centro de Estudos de Pessoal vem realizando pesquisas sobre: sistema de orientação vocacional, informação profissional, catálogo de cargos e atribuições, avaliação de desenvolvimento profissional de subtenentes e sargentos, desenvolvimento de

programas-padrão e, testes psicológicos para oficiais candidatos à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Projeto ECEME).

Com a contratação e o credenciamento de novas empresas foi possível ampliar os serviços vinculados ao Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército e seus Dependentes (SAMMED).

Com relação ao reaparelhamento da Força Terrestre seguiu-se a diretriz governamental de reduzir as importações com substituição gradativa por equipamentos de fabricação nacional procedendo-se à:

— repotencialização dos carros de reconhecimento e dos carros de combate M41;

— aquisição e distribuição à tropa de novos obuses 155 mm 114 AZ;

— Sequência dos estudos para o Programa Especial de Reequipamento das Políticas Militares, que visam melhorar o desempenho operacional da Corporação.

#### Desenvolvimento científico e tecnológico

Deu-se continuidade aos projetos previstos no Plano de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército (PPDCTEX) nos campos de: blindados e viaturas militares, mísseis, foguetes e lançadores, armamento, munição, material de engenharia e equipamento eletrônico.

No setor eletrônico, com a miniaturização de componentes, a simplificação de conjuntos, a introdução de circuitos integrados e de novas técnicas de montagem, produziu-se um notável avanço tecnológico.

Continuaram, em ritmo acelerado, os trabalhos sobre conversão de equipamentos e motores, para uso de combustíveis alternativos.

Na área da cartografia, desenvolveram-se estudos para implantação de programas de cálculo por computador, que permitirão reduzir o prazo de elaboração de cartas topográficas.

Foram reativados os estudos para desenvolver um carro de combate executando-se provas técnicas com armas, munições e outros equipamentos de fabricação nacional. Na importação de armas anti-aéreas, conseguiu-se um maior índice de transferência de tecnologia e, de forma

ainda incipiente, prosseguiram as atividades de capacitação no campo da tecnologia nuclear.

Cumprido, ainda, destacar a colaboração da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) no planejamento e fabricação de material bélico e do Centro Tecnológico do Exército efetuando pesquisas e provas de materiais e equipamentos de interesse da Força.

No setor de saúde, foi mantida a produção de soro antiofídico polivalente, do tipo liofilizado, de duração mais prolongada, específico para a região amazônica. Os laboratórios civis já iniciaram a produção desse tipo de soro. O Exército prosseguiu nas atividades de assessoramento às indústrias fabricantes de material de saúde de campanha que permitiu a nacionalização do setor e a realização de vendas, ao exterior.

Contribuição para o desenvolvimento econômico do país.

Durante o ano de 1981, o Exército, mediante convênios com órgãos federais, estaduais e municipais, contribuiu na construção e conservação de rodovias, ferrovias, aeroportos, escolas, residências, açudes, pavimentação de vias públicas, perfurações de poços de água, com destaque para os seguintes trabalhos:

— pavimentação da pista do aeroporto de Picos, no Piauí;

— conclusão de 158 km da ferrovia EF-491, ligando a cidade de Passo Fundo a Roca Sales, no Rio Grande do Sul; trecho de 70,7 km da EF-050 entre Araguari (MG) e Goiandira (GO); consolidação da infra-estrutura da EF-290, de 363 km, entre Canoas e Santa Maria (RS); melhoria de 829 km da EF-116, que liga Mafra (SC) a Gen. Luz (RS); ligação férrea de 130 km entre Araguari e Celso Bueno (MG), ainda em execução;

— prosseguimento da pavimentação das BRs 020 e 242, nos trechos entre Formosa (GO), Barreiras e Ibotirama (BA), que permitirá reduzir em 700 km o percurso entre Brasília e o Nordeste; recapeamento de 156 km da BR-122, que liga Iguatu a Várzea Alegre, no Ceará; construção e manutenção de rodovias da região amazônica, importantes para a integração nacional.

A política adotada pelo Exército, na aquisição de materiais e prestação de serviços, destacando-se a contribui-

ção da IMBEL na efetivação de encomendas à iniciativa privada de material bélico, matérias-primas, obras civis e de mineração, contratos de pesquisas e transferência de tecnologia, além de prosseguir no seu vasto programa de recuperação, ampliação de suas principais fábricas e início de produção de novas usinas, destinadas à produção de material de interesse militar e civil.

Ainda no ano recém-findo, conseguiu-se sensível redução de gastos, com a racionalização do processo de movimentação do pessoal militar e melhorias acentuadas no acompanhamento e controle dos recursos orçamentários, operado pelo subsistema de controle interno do Ministério do Exército.

Contribuição para o desenvolvimento social do país

Já é tradicional a participação do Exército no desenvolvimento social brasileiro, particularmente nos setores de educação, saúde, assistência social e colonização.

As operações de Ação Cívico-Social (ACISO), desenvolvidas a nível nacional, tem possibilitado assistência permanente às populações carentes mediante atendimento médico-odontológico, educação sanitária, campanhas de vacinação, colônias de férias, orientação agropecuária, socorro às populações atingidas por calamidades públicas e fornecimento de documentos essenciais à vida comunitária.

No Nordeste, o Exército construiu açudes, realizou trabalhos de perenização de rios para atender as populações atingidas pelas secas. Em convênio com a SUDENE, será concluído um programa de mapeamento de 48 cidades a melhorar as condições sociais da população.

Na região do Baixo-Araguaia foram construídos hospitais, escolas, rodovias e conjuntos habitacionais. Para diminuir as tensões sociais da área foi desenvolvido, com êxito, um plano de ação comunitária.

Na região Amazônica prosseguiu-se no programa de fixação e assistência aos núcleos populacionais de regiões fronteiriças e, através de convênios, foram executadas obras de infra-estrutura tais como: construção de aeroportos e abertura de estradas vicinais.

É significativa a contribuição do Exército no setor educacional. Os colégios militares (9), a Escola Preparatória de Cadetes, a Escola de Educação Física do Exército, o

Centro de Estudos de Pessoal e o Instituto Militar de Engenharia oferecem, anualmente, cursos de formação, capacitação, qualificação, aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação e estágios que possibilitam a oferta de mão-de-obra de alto nível, para o exercício de funções civis ou militares.

### 5.2.3. *Ministério da Marinha*

A necessidade de otimizar a aplicação dos recursos orçamentários, face à delicada situação econômico-financeira nacional, obrigou a Marinha a dar prioridade às atividades operativas oceânicas, em relação àquelas subsidiárias, de caráter não militar.

Ao longo do ano de 1981, os exercícios de adestramento das unidades navais buscaram elevar o grau de prontidão das tripulações e reduzir o consumo de combustíveis. Foram realizadas operações de grande e médio porte de caráter internacional, nacional, regional e interforças, destacando-se:

i — UNITAS XXII — realizada entre o Rio de Janeiro e o Recife, com a participação das marinhas norte-americana e venezuelana, além de aeronaves da Força Aérea Brasileira;

ii — DRAGÃO XVII — operação anfíbia realizada na costa brasileira;

iii — FRATERNOS III — executada entre os portos de Santos e Rio de Janeiro, com a participação da marinha argentina;

iv — GERMANY 81 — realizada no litoral do nordeste, com a participação de unidades da esquadra da República Federal da Alemanha;

v — COAMAS 81 — com a participação conjunta da Argentina, Estados Unidos da América, Paraguai e Uruguai;

vi — LAWG 81 — operação que envolveu os estados-maiores das marinhas americanas;

vii — INTERFORÇAS 81 — com a participação dos estados-maiores da Marinha, Exército e Aeronáutica;

viii — OPERATLAN 81 - restrita aos estados-maiores navais brasileiros.

### Modernização e reaparelhamento

O programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM), embora condicionado por restrições financeiras, deu seqüência à diretriz básica que determina a construção de navios de guerra no país, a fim de acelerar a nacionalização dos materiais e equipamentos.

Dentro das prioridades estabelecidas, em 1981 foram incorporados à Marinha: 4 rebocadores, 4 avisos de instrução e 1 veleiro de instrução oceânico. Ativaram-se 3 agências flutuantes nas Capitânicas dos Portos do Pará e do Amazonas, lançou-se ao mar um navio balizador e foram adquiridos 6 carros de combate, do tipo Cascavel, para a Força de Fuzileiros de Esquadra.

No tocante às atividades de modernização administrativa, a realização marcante consistiu na do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CG-CFN), como órgão de direção setorial, que permitiu uma nova composição do almirantado e a redistribuição das organizações militares dos Fuzileiros Navais.

Entre as outras medidas organizacionais são dignas de menção: a criação do depósito regional da Marinha, na Bahia; a transformação em delegacia da Capitania dos Portos de Santarém; a inauguração do Hospital Naval «Marcílio Dias», no Rio de Janeiro; a ativação do sistema de docagem com elevador de navios, na base de Aratu; as obras para transferências do 5.º Distrito Naval de Florianópolis para Rio Grande.

Ainda em 1981 foi implantado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), com a formatura da primeira turma de oficiais e praças. A eficiência técnico-profissional revelada pelas suas integrantes mostrou resultados compensadores no atendimento das necessidades navais.

### Desenvolvimento científico e tecnológico

Na execução do Plano Setorial de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha, os órgãos integrantes do sistema continuaram no desenvolvimento de projetos e pesquisas nas áreas de construção naval, eletrônica, telecomunicações, engenharia mecânica, análise de sistemas, acústica submarina, biologia marinha, oceanografia, química, bioquímica, tecnologia de alimentos, energia e atividades espaciais.

O Instituto de Pesquisas da Marinha (IPM) continuou a execução de pesquisas e testes de interesse industrial tais como: produção de concentrado protéico de pescado, com transferência de tecnologia à indústria nacional; obtenção de medicamentos, pelo processo de síntese, a partir de produtos do mar; utilização de agar-agar e ácido alginico, derivados de algas marinhas, para uso em microbiologia e na indústria alimentícia; aumento na produção de peixes, crustáceos e moluscos, aproveitando o fenômeno da ressurgência de águas. Para fins militares, o IPM prosseguiu nos testes dos projetos de: receptor para navegação por satélite; armamentos navais; alvos teledirigidos e propelentes sólidos; tecnologia de giroscópios e operação de uma estação acústica submarina.

A Diretoria de Armamento e Comunicações da Marinha concentrou suas pesquisas na: construção de gerador de alvos radar e de simulador para adestramento de fabricação nacional, na tecnologia de munições e no desenvolvimento industrial de sobressalentes para armamento e comunicações.

A Diretoria de Engenharia Naval em conjunto com o Escritório Técnico de Construção Naval, sediado em São Paulo, esteve empenhada na conclusão de projetos, de concepção nacional, referentes à construção de corvetas, navio-escola e submarinos.

O Centro de Análise de Sistemas Navais concluiu os testes de avaliação operacional dos sistemas de fragatas tipo «Niterói», além de continuar o desenvolvimento de uma metodologia nacional aplicada à análise de sistemas e à criação de modelos conceituais.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação realizou pesquisas, nos campos da oceanografia física e química, geologia e geofísica, utilizando-se dos navios oceanográficos «Almirante Saldanha» e «Almirante Câmara». Participou do programa de Sensoreamento Remoto dos Recursos do Mar, a cargo do Instituto de Pesquisas Espaciais. Prosseguiu na atualização de cartas náuticas e das informações, para o banco de dados oceanográficos e meteorológicos.

Contribuição para o desenvolvimento econômico do país

A marinha proporcionou a ocupação da força de trabalho de vários estaleiros navais na construção de 3 navios

balizadores, de 1 navio aviso de pesquisa oceânico e 2 de aviso de instrução. Procedeu-se a encomendas e compras, no mercado interno, de expressivo volume de munições, máquinas, equipamentos e materiais de uso naval. Algumas indústrias nacionais do setor foram incentivadas a desenvolverem sistemas e equipamentos necessários às operações da Força Naval.

Com a compra e adaptação de embarcações fluviais, foram implantadas, na Amazônia, agências flutuantes das Capitânicas dos portos propiciando um novo estímulo àquela região.

Os trabalhos de construção e reparo naval a cargo do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), prosseguiram com a construção de duas grandes embarcações para transporte de passageiros entre o Rio e Niterói, de 1 navio balizador e o início de construção de 1 navio-escola. Foram implantadas oficinas de reparo na Estação Naval do Rio de Janeiro, com efeitos positivos sobre o nível de emprego e a expansão do setor.

No cumprimento de ações rotineiras de apoio e segurança à navegação, que beneficiaram a marinha mercante, as embarcações pesqueiras e as operações marítimas da Petrobrás, foram efetuados reparos e docagens de navios e embarcações; instalação de sinais náuticos; levantamentos hidrográficos; atualização de cartas náuticas; divulgação de avisos aos navegantes e de boletins meteorológicos; serviços de busca e salvamento.

Na proteção aos recursos do mar territorial e da plataforma continental, no combate à poluição, ao contrabando e ao descaminho agiram, com eficácia, as forças distritais, com mais de 80 missões de patrulha enquanto coube, às Capitânicas dos Portos, o exercício da política naval.

Contribuição para o desenvolvimento social do país

Ao longo de 1981, a Marinha realizou cerca de 40 missões de assistência a mais de 35.000 pessoas carentes, localizadas na região amazônica, às margens do rio Paraguai e em alguns pontos do litoral, de difícil acesso. A essas populações menos assistidas, foram prestados serviços de atendimento médico-odontológico, orientação jurídica e fornecimento de documentos básicos. Para atender, com mais agilidade, casos de emergência, a Marinha passou a

empregar o uso de helicópteros baseados nos navios de patrulha fluvial.

Na área educacional, o Instituto de Pesquisas da Marinha, o Centro de Análise de Sistemas Navais, a Diretoria de Hidrografia e Navegação, os Centros de Instrução «Almirante Graça Aranha» e «Almirante Braz de Aguiar», a Escola Técnica do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, foram os estabelecimentos de ensino responsáveis pela formação técnica e profissional de engenheiros, biólogos, analistas, portuários, pescadores e inúmeros outros profissionais.

Ao autorizar o início de gestões para a cessão de terrenos na Ilha do Governador e permitir, assim, que a favela existente na Colônia de Pesca Z-10 pudesse ser incluída nos planos de urbanização do projeto «PROMORAR», a Marinha estendeu sua contribuição ao atendimento dos anseios daquela comunidade.

A nível interno, a Administração Naval preocupou-se em envolver militares e civis da Marinha numa crescente integração na sociedade, ampliando a assistência médico-odontológica e previdenciária, o programa habitacional, as recompensas à dedicação e ao esforço pessoal.

Com o funcionamento do moderno hospital naval «Marcílio Dias», no Rio de Janeiro, além de permitir melhorar a assistência médico-odontológica aos militares da ativa, inativos, pensionistas, civis e seus dependentes, foi possível oferecer cursos de enfermagem e residência médica. Ampliou-se a capacidade do hospital do Comando Naval de Brasília, foi inaugurado o ambulatório da Penha e ativados os ambulatórios de São Gonçalo e Campo Grande, no Rio de Janeiro. Com a Conclusão de outras obras regionais, atenderam-se a mais de 220.000 pessoas. A partir de 1981, os benefícios oferecidos pelo Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), foram estendidos aos dependentes de servidores civis aposentados.

O programa habitacional teve continuidade com a construção de mais de 6.000 unidades residenciais para aquisição dos servidores, através da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha (CCCPMM), que funciona como agente financeiro do BNH.

O amparo social do pessoal militar e civil da Marinha foi reforçado pelo dinamismo dos núcleos distritais,

sob a forma de doações, empréstimos, bolsas de estudos, assistência jurídica, recreativa, desportiva, religiosa e previdenciária. Com a inauguração da «Casa do Velho Marinheiro», em Nova Friburgo, proporcionou-se uma justa homenagem aos servidores que dedicaram toda uma vida a serviço da Marinha.

As atividades de administração do pessoal civil foram agilizadas, com a introdução de processo computarizado na avaliação do desempenho e na progressão funcional dos servidores.

Por último, cabe mencionar o trabalho da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, por seu notável grau de contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico do país, ao elaborar o I Plano Setorial para os Recursos do Mar, relativo ao período 1982/85, que envolve recursos da ordem de 7 bilhões de cruzeiros.

#### 5.2.4. *Ministério da Aeronáutica*

As ações prioritárias do Ministério da Aeronáutica abrangeram os setores de modernização e reaparelhamento, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, infra-estrutura aeronáutica, pessoal e informática.

##### Modernização e Reaparelhamento

Desde 1967, a Aeronáutica se vem empenhando na reformulação de sua estrutura organizacional, para dinamizar a atividade de seus órgãos e permitir uma aplicação mais racional de seus recursos para atividades militares, separando-as de atividades nitidamente voltadas para a área civil.

O Comando Costeiro foi desativado, criou-se a Segunda Força Aerotáctica e a Diretoria de Ensino da Aeronáutica, que é o órgão central de planejamento e coordenação de todo o ensino a cargo do Ministério.

Na área de recursos humanos, o Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica foi reestruturado, de forma a possibilitar um melhor aproveitamento da experiência funcional dos servidores. Para suprir as necessidades mais prementes de pessoal especializado, criou-se o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica.

Para o reaparelhamento da Força, seguiu-se a diretriz governamental de dar prioridade à indústria brasileira,

contribuindo, assim, para a economia de divisas e o desenvolvimento da tecnologia nacional.

Da EMBRAER, foram adquiridos um total de 324 aviões sendo 125 «Bandeirantes» para transporte de passageiros e de cargas, esclarecimento marítimo, reconhecimento fotográfico, busca e salvamento; 172 «Xavantes» para treinamento militar, ataque e reconhecimento fotográfico; 20 «Sênecas» e 6 «Xingus» para transporte executivo militar e, 1 «Ipanema» para reboque de planadores.

Da fábrica NEIVA, foram adquiridos 250 aviões sendo: 150 unidades tipo «Universal» para treinamento básico militar, 80 «Regentes» para ligação e observação e; 20 planadores «Quero-Quero». Para treinamento primário militar e civil, foram compradas 100 unidades tipo «Uirapuru», fabricadas pela AEROTEC.

No mercado externo, foram adquiridas peças de reposição e equipamento, sem similar nacional, para a manutenção de equipamentos importados, ainda em uso na Força Aérea.

#### Desenvolvimento científico e tecnológico

A Aeronáutica vem colaborando com o desenvolvimento científico e tecnológico nacional através de vários programas, dos quais os projetos mais importantes são:

##### I — Programa de Desenvolvimento de Aeronaves

- a) avião militar turboélice para treinamento avançado;
- b) planador «biplace» metálico destinado à manutenção da mentalidade aeronáutica e à formação de pilotos;
- c) aeronave de múltiplo emprego, nas versões de transporte de carga ou passageiros, de patrulha e guerra anti-submarina, busca e salvamento;
- d) aeronave a jato de combate, capaz de realizar missões de ataque, superioridade aérea e reconhecimento tático;
- e) aeronave de treinamento primário, com capacidade para realizar vôos acrobáticos e destinada a equipar a Academia da Força Aérea.

##### II — Programa Espacial Brasileiro

O Instituto de Atividades Espaciais (IAE), órgão do Centro Técnico Aeroespacial, é o executor deste programa,

no âmbito do Ministério da Aeronáutica. Apesar do corte de recursos, o IAE, em 1981, apresentou realizações significativas, com destaque para:

a) desenvolvimento do «Sonda IV», com ensaios de qualificação realizados, com êxito, na Alemanha. O projeto prevê a fabricação e qualificação de modelo de engenharia de vários sistemas (injeção secundária, controle de rolamento, retropropulsor, eletrônica de bordo, etc), e uma centena de componentes de alta sofisticação;

b) usina de propelentes, em início de construção;

c) plataforma inercial tipo «strap-down» (ISIS), com aplicações em foguetes e aviões. O modelo de engenharia está em fase de conclusão;

d) ensaio em banco do primeiro motor-foguete, com estrutura em fibra de vidro;

e) projeto completo da fábrica de perclorato de armônio;

f) desenvolvimento para fabricação de dispositivos de soldagem automática; e

g) propulsor do 1º estágio do «SONDA III», em fibra de vidro.

Além desses projetos, o IAE está desenvolvendo pesquisas para promover a nacionalização de produtos químicos usados em foguetes e sistemas bélicos. Outro fato importante foi a venda de 4 foguetes «SONDA III», para a Força Aérea Americana e o Max-Planck Institut, da Alemanha.

### III — Programa Radar

O protótipo de radar de terminal está desenvolvido e, o de radar meteorológico já foi transferido às empresas, para sua industrialização.

### IV — Programa de Combustíveis Renováveis

O Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em conjunto com o Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), realizou um levantamento sobre óleos vegetais, visando obter combustível alternativo para uso aeronáutico, em substituição ao óleo diesel.

Está em andamento o projeto de motor com uso de etanol, para aplicação em transporte coletivo e de carga. O

projeto de conversão de motores para uso de álcool etílico, já está em fase de homologação.

#### V — Programa Produção de Ligas Leves

Continuam as pesquisas sobre o aproveitamento de salinas no Rio Grande do Norte a fim de garantir o suprimento interno de magnésio metálico. O aproveitamento do concentrado de óxido de titânio, como pigmento de tintura ou titânio metálico, está sendo objeto de negociações, entre grupos de empresários.

No campo de sistemas bélicos, foi finalizado o modelo de engenharia do míssil ar-ar «Piranha»; construiu-se o foguete «SBAT 70 M3» com um custo menor de 25%, em relação ao modelo convencional; as bombas incendiárias de 200 e 300 kg já estão em fase de produção industrial e está concluído o projeto das bombas «BA-FG-460», de 1.000 libras.

Continuam as pesquisas de dinâmica dos modelos de 5 kw, para aproveitamento da energia eólica e, em cooperação com a Alemanha, prossegue o projeto do sistema de 100 kw.

No campo da meteorologia estão sendo desenvolvidos dois projetos da maior importância para o Nordeste brasileiro. O primeiro é o MODART, que demonstrou a viabilidade técnica da modificação artificial do tempo no polígono das secas; construíram-se sete núcleos de apoio operacional e instalou-se o sistema de nucleação artificial em dois aviões «Bandeirantes», com a colaboração do governo do Ceará. O segundo projeto, MOCLIMA, ainda em fase de pesquisa, está voltado para a modificação do clima e já permitiu verificar, através de estudos paleontológicos, que o Nordeste sofre dos problemas das secas há mais de 10.000 anos e que, os desmatamentos e as queimadas estão agravando a desertificação da área. Ainda pelo projeto «MOCLIMA», foi testada, com êxito, a circulação de vapor d'água na região.

#### Contribuição para o desenvolvimento econômico do país

O Ministério da Aeronáutica vem desenvolvendo uma política de substituição de importações através da nacionalização de componentes de seus equipamentos. Como resultado dessa política, estão sendo economizadas divisas,

reduzida a dependência externa e fomentada a especialização da indústria nacional, com reflexos positivos no nível de emprego do setor.

O Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo vem funcionando há 5 anos e, com a utilização de equipamento moderno, conseguiu reduzir o tempo de espera nas áreas terminais de São Paulo e Rio de Janeiro, proporcionando uma economia de combustível de mais de 18 milhões de litros anuais.

No ano de 1981, foram transportados cerca de 220 milhões de toneladas/quilômetro pelo transporte aéreo civil, que procurou ajustar a oferta de assentos/quilômetros ao aumento da demanda interna. Nas linhas de vôos internacionais, manteve-se elevada a participação das empresas brasileiras, proporcionando boa lucratividade.

Para atender às necessidades do IBGE e DSO, foram utilizadas 2.300 horas no transporte aéreo aerogeodésica e aerolevanteamento. Os projetos «Rondon» e «Radam», também foram beneficiados com 2.000 horas de vôo, efetuadas pelo Ministério da Aeronáutica.

No apoio aéreo à cartografia, prosseguiu-se na atualização da Carta Aeronáutica Mundial (WAC) e no mapeamento de 23 aeródromos. Para os trabalhos de campo e Aerofotografia, utilizaram-se 1.150 horas em diversos tipos de aeronaves.

Contribuição para o desenvolvimento social do país

É bastante significativa a contribuição da Aeronáutica nos setores da aviação civil, infra-estrutura aeronáutica, correio aéreo nacional, ensino, programa habitacional e assistência médico-hospitalar.

No setor da aviação civil, o Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional, além de cobrir as lacunas deixadas pela aviação de grande porte, tem possibilitado a integração das regiões mais carentes aos grandes centros.

A INFRAERO, vinculada ao Ministério da Aeronáutica, vem realizando a grande tarefa de implantar e administrar a infra-estrutura aeroportuária do país. Em 1981, a INFRAERO, com a incorporação de mais três, totalizou 54 aeroportos, sob sua jurisdição.

A Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), em 1981, atendendo aos interesses de segurança

e integração nacional, concluiu a construção de dez novos aeroportos e recuperou mais seis; construiu a sede da COMARA, o hangar do 1/8 Grupo de Aviação e 56 unidades habitacionais, além de estradas de acesso, sistema viário de seis cidades, pátio de aeronaves e rede de alta tensão.

A Comissão Coordenadora do Projeto Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo já iniciou as obras do novo aeroporto, localizado em Guarulhos. A Comissão Coordenadora do Projeto Aeroporto de Belo Horizonte deu início às obras de terraplenagem. Estes dois projetos exercerão grandes efeitos multiplicadores sobre o mercado de trabalho e as condições sociais das populações adjacentes.

O Correio Aéreo Nacional (CAN) desenvolveu suas atividades de apoio às regiões menos favorecidas, de assistência às guarnições de fronteiras e participação nas ações de organismos regionais. O papel dinâmico do CAN tem estimulado a fixação do homem em áreas que não dispõem de outros meios de transporte, possibilitando a essas populações a participação no esforço de integração nacional.

Na área do ensino, a contribuição do Ministério da Aeronáutica é relevante para a formação e capacitação de recursos humanos, civis e militares.

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) oferece anualmente cursos de graduação em engenharia aeronáutica, eletrônica, infra-estrutura aeronáutica, mecânica aeronáutica e tecnólogo de computação, além de executar programas de pós-graduação a nível de Mestrado e Doutorado. Em 1981, o ITA formou 143 engenheiros e tecnólogos de computação, 12 mestres e 2 doutores, que veio a constituir a incorporação, de uma força de trabalho altamente qualificada, ao sistema produtivo nacional.

A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) tem a missão de ministrar cursos de altos estudos militares para a capacitação de oficiais superiores da Força Aérea Brasileira, no exercício de funções de Estado-Maior; no desempenho de cargos de comando, direção ou chefia; no eficiente emprego do poder aeroespacial e no planejamento e direção de ações operacionais e logísticas da Força Aérea.

Ainda na área do ensino, a Aeronáutica, em conjunto com as Secretarias de Educação dos Estados, constrói escolas, organiza programas de ensino de 1.º e 2.º graus, oferece ensino gratuito a cerca de 10.000 alunos nas 6 escolas de 2.º grau, que o Ministério mantém e, em convênio com o SENAI, propicia estágio profissional; em seu complexo industrial.

Para atenuar o problema social de moradia do seu pessoal, a Aeronáutica vem executando dois programas habitacionais. O primeiro visa reduzir o déficit atual de próprios nacionais, com a construção, em 3 anos, de 4.000 unidades funcionais, através de convênio firmado com o BNH. O segundo programa, a cargo da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica — CFIA e — deverá possibilitar a construção de 12.340 unidades residenciais, no período entre 1981 e 1986, para a venda a cerca de 17.000 servidores, já inscritos em todo o território nacional.

No campo da assistência médico-hospitalar, o Ministério vem desenvolvendo um plano que se desdobra em três problemas básicos: de investimento em hospitais existentes, construção de novos hospitais e fortalecimento da assistência médico-hospitalar. Para os dois primeiros programas, continuou-se com os investimentos para os 7 hospitais existentes, enquanto se encontra em fase final de construção o setor ambulatorial do hospital de base do esquadrão de saúde da base aérea de Manaus.

Quanto ao programa de fortalecimento da assistência médico-hospitalar merecem destaque as seguintes medidas: ampliação do credenciamento de profissionais e entidades; convênio com o MPAS, que permitirá oferecer assistência médico-hospitalar aos funcionários civis da Aeronáutica; ativação da odontoclínica do Grupo de Apoio de Brasília; estudos de otimização de recursos técnicos e humanos nos hospitais de 4.º escalão; inclusão da diretoria de saúde e de hospital da Força Aérea do Galeão, como elos usuários do Sistema de Informática da Aeronáutica.

## 6. ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO



O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) deu, em 1981, prosseguimento ao seu programa de trabalho, pautado pelas diretrizes presidenciais concernentes à dignificação e valorização da função pública e do servidor.

#### *Medidas vinculadas ao pessoal*

Entre as medidas baixadas pelos poderes Executivo e Legislativo que visaram a valorização do servidor e da função pública, merecem especial destaque os seguintes atos legais:

- |                   |   |
|-------------------|---|
| — Lei nº 6.906/81 | — retribuição do Grupo Atividades Aeroespaciais;  |
| — Lei nº 6.936/81 | — averbação de tempo de serviço público estadual, para contagem, na esfera federal;             |
| — Lei nº 6.943/81 | — provento mínimo de funcionários aposentados ou postos em disponibilidade;                     |
| — Lei nº 6.960/81 | — retribuição dos Grupos DAS/DAI, dos territórios federais;                                     |
| — Lei nº 6.970/81 | — extensão da gratificação de produtividade à categoria funcional de inspetor de abastecimento; |
| — Lei nº 6.972/81 | — escolaridade mínima para agentes de vigilância;   |

- |                           |   |
|---------------------------|---|
| — Lei nº 6.973/81         | — vencimentos e salários do pessoal dos territórios federais; |
| — Lei nº 6.974/81         | — alteração do regime jurídico dos policiais civis;           |
| — Decreto-Lei nº 1.858/81 | — reestruturação do magistério de 1º e 2º graus;              |
| — Decreto-Lei nº 1.873/81 | — concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade;  |
| — Decreto-Lei nº 1.874/81 | — reposicionamento salarial dos médicos;                      |
| — Decreto nº 85.645/81    | — alterações na aplicação da ascensão funcional;              |
| — Decreto nº 85.838/81    | — criação do grupo — Atividades Aeroespaciais; e              |
| — Decreto nº 86.600/81    | — consignações em folha de pagamento.                         |

### *Recursos humanos*

Em articulação com o SERPRO e o IBGE, o DASP concluiu os trabalhos de análise e consistência de dados referentes ao censo dos servidores da administração direta e autárquica. Pelos resultados do censo, em 31.12.79 a força de trabalho do Sistema de Pessoal Civil era composta de 468.000 servidores e pouco mais de 12.000 pessoas que constituíam mão-de-obra temporária vinculada a convênios com ministérios e autarquias.

Do total de 468.000 servidores, 53,9% se vinculam as atividades prioritárias de educação, saúde, previdência, polícia, fiscalização e arrecadação. Há 66,2% de homens e 33,8% de mulheres. Segundo o regime de trabalho, 51,6% são servidores CLT e 48,4% estatutários. Por nível de escolaridade, 96,6% das pessoas possuem escolaridade entre o 1º grau e o superior, enquanto 3,4% não tem nenhum grau de escolaridade ou são apenas alfabetizados. Os servidores que possuem entre 0 e 5 dependentes somam a 81,2% do total e 8,8% têm 6 a 10 ou mais dependentes. Por rendimento bruto, expresso em salários mínimos

(SMS), tinha o serviço público 33,8% servidores que recebiam até 3 SMS; 42,9% com mais de 2 e até 5 SMS; 22,5% com mais de 5 e até 20 SMS; e 0,8% ganhavam mais de 20 salários mínimos. A idade média global dos servidores era de 42 anos, sendo de 49 anos a média do estatutário e 34 anos a do servidor CLT.

— Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP)

Este centro, em 1981, ainda em fase de instalação, realizou 3 seminários e 7 cursos, para 402 servidores de todos os níveis ocupacionais; iniciou estudos para implantação de um plano de assistência médica complementar para a administração federal; e cooperou no preparo de candidatos à ascensão funcional, além de desenvolver atividades de cunho cultural e recreativo.

#### Novo estatuto dos funcionários públicos

O anteprojeto do novo estatuto se encontra em fase final de elaboração, incorporando valiosas sugestões oriundas dos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil, dos tribunais superiores, da Consultoria Geral da República e das associações de classe. No anteprojeto, é previsto o regime jurídico único e a procura de regras básicas sobre os benefícios e vantagens concedidos pelo Executivo.

#### Programa de Aquisição de Casa Própria (PROHASP)

Para iniciar a implantação deste programa foi firmado, em 1981, um protocolo de intenções entre o Ministério do Interior, o DASP e o Governo do Distrito Federal. O BNH e a Caixa Econômica Federal, em decorrência do protocolo, firmaram convênio de Cr\$ 9,9 bilhões para a construção de 6.000 unidades habitacionais.

Com essa medida serão beneficiados milhares de servidores civis da União e do Distrito Federal, que terão a oportunidade de adquirir a casa própria.

#### *Serviços gerais*

O DASP procedeu, em 81 à uniformização de critérios para contratação de obras e serviços de engenharia; à elaboração de projetos para construção de edifícios públicos; à edição de normas sobre garantias em licitações e serviços de engenharia; à concessão de moradias a servidores autár-

quicos; e à elaboração de normas para o Caderno de Encargos de Obras da União.

Para melhoria das comunicações administrativas, está em fase de implantação a sistemática de numeração nacional de processo. Está sendo revisto o uso de documentos administrativos, para sua adequação com o Programa Nacional de Desburocratização.

### *Construção e administração de imóveis*

Apesar das dificuldades orçamentárias, o DASP desenvolveu suas atividades de construção e administração imobiliária, alcançando resultados significativos, entre os quais ressaltam: a administração de 9.263 imóveis; a recuperação de 406 e os reparos em 7.680 unidades funcionais; a conclusão das obras e a urbanização de anexos dos ministérios; a construção do auditório do Palácio do Planalto; as obras de recapeamento de pistas e recuperação de cobertura, no Palácio da Alvorada.

## 7. APÊNDICE ESTATÍSTICO



## 1. CONTAS NACIONAIS

## Índices do Produto Real do Brasil — Segundo Ramos de Atividade

Índice: 1970 = 100

Ano	Agricultura	Indústria	Comércio	Transportes e Comunicações	Total Produto Real
1970	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1971	111.3	111.8	113.1	111.6	112.0
1972	115.9	126.0	126.4	125.1	124.5
1973	120.0	146.2	143.2	151.4	141.9
1974	129.9	159.6	157.3	171.9	155.4
1975	136.7	168.5	161.0	200.7	164.1
1976	140.6	189.6	174.9	216.7	180.0
1977	157.2	197.0	183.0	229.1	189.7
1978	153.1	211.5	190.1	239.8	198.8
1979	160.8	225.5	202.8	265.2	212.1
1980	170.9	243.4	218.9	293.9	228.9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

## Índices do Produto Real do Brasil — Por Classe de Indústria

Índice: 1970 = 100

Ano	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Total
1970	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1971	103.6	111.9	112.5	112.4	111.8
1972	105.9	127.5	122.2	125.8	126.0
1973	116.3	148.6	140.6	144.0	146.2
1974	143.3	160.2	157.6	161.5	159.6
1975	147.6	166.3	178.5	178.7	168.3
1976	149.1	187.8	197.8	203.3	189.6
1977	141.8	193.3	210.9	227.9	197.0
1978	151.2	207.1	225.7	254.7	211.5
1979	166.3	220.9	233.6	285.4	225.5
1980	187.3	237.7	251.9	316.3	243.4

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

## Brasil — Produto Interno Bruto

Ano	Valor Total				População Residente em 1000 Hab.
	Milhões de Cruzeiros		Índices do Produto Real		
	Preços Correntes	Preços de 1970	Base 1970	Variação Anual	
1970	210117.9	210117.9	100.0	8.8	93139.0
1971	279515.0	235332.0	112.0	12.0	95457.4
1972	368400.5	261596.8	124.5	11.1	97833.4
1973	508745.8	298157.3	141.9	14.0	100268.5
1974	740503.7	326523.2	155.4	9.5	102764.3
1975	1052062.2	344803.5	164.1	5.6	105322.2
1976	1680232.7	378212.2	180.0	9.7	107943.8
1977	2523100.8	398803.8	189.8	5.4	110630.6
1978	3729798.4	417924.5	198.9	4.8	113384.3
1979	6239402.3	445870.2	212.2	6.8	116206.5
1980	13104284.8	480959.9	228.9	7.9	119099.0

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Ano	Valor Per Capita				Deflator Implícito	
	Cruzeiros		Índices do Produto Real		Índice Base 1970	Variação Anual
	Preços Correntes	Preços de 1970	Base 1970	Variação Anual		
1970	2256.0	2256.0	100.0	6.0	100.0	18.2
1971	2928.2	2465.3	109.3	9.3	118.8	18.8
1972	3765.6	2673.9	118.5	8.5	140.8	18.5
1973	5073.8	2973.6	131.8	11.2	170.6	21.2
1974	7205.8	3177.4	140.8	6.8	226.8	32.9
1975	9989.0	3273.8	145.1	3.0	305.1	34.5
1976	15565.8	3503.8	155.3	7.0	444.3	45.6
1977	22806.5	3604.8	159.8	2.9	632.7	42.4
1978	32895.2	3685.9	163.4	2.2	892.5	41.1
1979	53692.4	3836.9	170.1	4.1	1399.4	56.8
1980	110028.5	4038.3	179.0	5.2	2724.6	94.7

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

QUADRO: 1.3

## Relação Entre Agregados Macroeconômicos

Em %

Ano	Total da Poupança / PIB	Poupança Externa / PIB	Poupança do Setor Governo / PIB	Poupança do Setor Privado / PIB	Consumo Total / PNB	Consumo do Governo / PNB	Consumo Pessoal / Renda Disponível do Setor Privado
1970	22.7	1.3	5.6	10.9	78.4	10.6	80.9
1971	24.3	2.5	6.3	10.6	78.0	10.3	81.2
1972	24.6	2.4	6.1	11.2	77.6	10.2	80.5
1973	26.6	2.1	6.5	13.1	75.2	10.0	78.1
1974	31.0	6.5	4.7	14.9	75.3	9.5	76.7
1975	27.3	5.2	4.1	13.1	77.6	10.3	78.6
1976	24.6	3.8	4.4	11.4	78.9	10.3	80.5
1977	22.8	2.3	4.6	11.0	79.2	9.7	81.1
1978	20.8	3.4	2.7	9.8	82.2	9.5	82.8
1979	19.8	4.6	2.6	7.7	84.4	9.6	85.3
1980	21.1	5.2	2.8	8.2	83.6	9.1	84.7

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Em %

Ano	Formação Bruta de Capital / PNB	Saldo do Balanço de Pagamento em Conta Corrente / PNB	Poupança Líquida do Setor Privado / Renda Disponível do Setor Privado	Poupança Líquida do Setor Governo / Renda Disponível do Setor Governo	Importações (Mercadorias e Serviços) Inclusive Renda Líquida Enviada ao Exterior / PNB	Exportações (Mercadorias e Serviços) / PNB
1970	21.7	1.3	13.1	34.9	7.8	6.6
1971	22.1	2.5	12.8	38.1	8.5	6.0
1972	22.3	2.4	13.5	37.5	9.3	6.9
1973	22.6	2.1	15.9	39.4	10.0	8.0
1974	24.1	6.5	17.5	33.3	14.3	7.8
1975	25.3	5.2	15.5	28.8	12.4	7.2
1976	23.6	3.9	13.6	30.3	10.8	6.9
1977	21.7	2.3	13.1	32.5	9.6	7.3
1978	21.4	3.5	11.5	22.6	10.1	6.6
1979	20.9	4.7	9.0	21.6	11.8	7.1
1980	21.8	5.4	9.7	24.2	14.2	8.8

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

## 2. ÍNDICES DE PREÇOS

## Índice de Preços

1981

Índices	Em %	
	Períodos	
	Dezembro	Janeiro/Dezembro
Índice Geral de Preços (DI)	3.8	95.2
Índice de Preços por Atacado (DI)	3.4	94.3
Índice de Custo de Vida (RJ)	4.9	100.6
Índice de Custo da Construção Civil (RJ)	3.1	86.1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor	4.6	91.3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO: 2.2

## Índice Geral de Preços — IGP

Índice — Base: média 1970 = 100 e variação anual (%)

ANOS	Oferta Global		Disponibilidade Interna	
	Índice em Dezembro	Varição Anual	Índice em Dezembro	Varição Anual
1970	107.9	19.3	108.1	19.2
1971	128.3	19.5	129.1	19.8
1972	149.7	17.1	149.5	15.5
1973	173.9	16.0	172.6	15.7
1974	232.8	33.8	232.3	34.5
1975	302.7	30.1	300.6	29.4
1976	449.2	48.2	439.4	46.3
1977	622.0	38.6	609.8	38.8
1978	874.1	40.5	858.8	40.8
1979	1545.1	76.8	1521.9	77.2
1980	3222.3	108.6	3199.7	110.2
1981	6211.8	92.8	6245.1	95.2

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

## Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC

Variações Semestrais Utilizadas nos Reajustes Salariais (%)

Nov/79 a Fev/82

Meses	1979	1980	1981	1982
Janeiro	—	33.2	43.0	36.8
Fevereiro	—	38.7	45.3	37.6
Março	—	40.9	46.1	
Abril	—	39.9	47.1	
Maiο	—	37.7	46.2	
Junho	—	37.0	44.2	
Julho	—	36.8	42.7	
Agosto	—	34.4	38.9	
Setembro	—	33.5	38.1	
Outubro	—	34.4	40.4	
Novembro	26.6	35.9	40.9	
Dezembro	28.2	39.4	39.0	

Fonte: Fundação IBGE

## Índice de Preços por Atacado — Oferta Global

Índice — Base: Média 1970 = 100 e Variação Anual (%)

Anos	Geral		Produtos Agrícolas		Produtos Industriais	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	107.8	19.3	109.1	20.3	107.1	18.9
1971	129.5	20.2	136.2	24.7	125.5	16.7
1972	152.4	17.5	166.8	22.3	144.3	15.4
1973	178.1	15.9	194.6	16.7	168.1	16.4
1974	238.4	34.1	255.0	31.2	228.1	35.6
1975	311.5	30.6	341.2	33.7	293.6	29.2
1976	461.1	48.1	569.1	67.0	411.6	40.3
1977	624.2	35.3	763.6	34.2	558.4	35.5
1978	888.8	42.3	1127.7	47.6	781.0	39.9
1979	1595.1	79.5	2035.2	80.5	1397.0	78.8
1980	3487.3	118.6	4847.3	138.2	2937.2	110.3
1981	6643.4	90.5	8275.0	70.7	5864.0	99.6

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

## Índice de Preços por Atacado — Disponibilidade Interna

Índice — Base: Média 1970 = 100 e Variação Anual (%)

Anos	Geral		Produtos Alimentares		Matérias-Primas Não Alimentares		Materiais de Construção	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	107.9	18.7	109.1	18.6	108.2	22.0	104.0	14.7
1971	131.0	21.3	142.0	30.1	122.0	12.4	123.2	18.3
1972	151.9	16.1	164.9	16.0	139.6	14.9	148.3	20.4
1973	175.5	15.6	185.4	12.5	168.5	20.3	187.2	26.2
1974	237.8	35.4	254.8	37.4	242.9	44.2	249.0	33.0
1975	307.0	29.3	338.5	33.0	304.6	25.4	301.8	21.2
1976	445.0	44.9	508.4	50.1	420.2	38.0	453.8	50.3
1977	603.3	35.5	698.7	37.5	539.3	28.4	594.1	31.0
1978	862.6	43.0	1062.0	51.9	728.8	35.2	891.7	50.0
1979	1553.4	80.1	1962.3	84.8	1285.7	76.3	1636.1	83.5
1980	3438.5	121.3	4529.0	130.8	2709.0	110.7	3961.8	142.2
1981	6680.5	94.3	8420.7	85.9	5041.9	86.1	6742.9	70.2

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

QUADRO: 2.4

## Índice de Preços ao Consumidor

Índice-Base: Média 1970 = 100 e Variação Anual (%)

Anos	Rio de Janeiro		São Paulo	
	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)	Índice em Dezembro	Variação Anual (%)
1970	109.1	20.9	107.8	17.4
1971	128.7	18.1	129.8	20.7
1972	147.2	14.0	152.8	17.5
1973	167.4	13.7	173.7	14.0
1974	223.5	33.8	231.4	33.1
1975	293.4	31.2	299.4	29.3
1976	424.8	44.8	413.3	38.1
1977	608.0	43.1	583.5	41.1
1978	840.0	38.1	816.5	39.9
1979	1478.3	76.0	1364.7	67.2
1980	2754.8	86.3	2521.4	84.7
1981	5525.9	100.6	4812.9	90.9

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo.

## Índice do Custo da Construção — Rio de Janeiro

Índice-Base: Média 1970 = 100 e Variação Anual (%)

Anos	Dezembro	Variação Anual (%)
1970	106.2	18.7
1971	119.9	12.7
1972	143.2	19.8
1973	173.3	20.8
1974	229.0	31.8
1975	284.1	24.1
1976	450.0	58.6
1977	651.6	44.7
1978	892.5	37.0
1979	1455.5	63.1
1980	3100.3	113.0
1981	5770.5	86.1

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

## 3. AGRICULTURA

## Evolução da Produção dos Principais Produtos Agrícolas

Produto	Ton. Milhares					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Algodão	1955	2271	2511	2256	1917	1748
Amendoim	928	945	956	590	453	442
Arroz	7553	6593	7825	7167	6764	7781
Batata-inglesa	1583	1580	1589	1337	1672	1655
Cacau	197	219	221	196	165	282
Café (em coco)	1510	3103	2991	1745	3231	2545
Cana-de-açúcar	79753	80380	85106	91877	95624	91525
Feijão	2211	2688	2676	2229	2238	2282
Fumo	244	244	263	234	296	286
Laranja	15497	16284	18946	24646	29595	31566
Mandioca	29464	30229	29829	26559	24798	26118
Milho	14216	14130	14891	14109	16273	16839
Soja	1509	2077	3223	5012	7877	9893
Tomate	764	820	892	809	1144	1050
Trigo	1844	2011	983	2031	2859	1788
Mamona	349	362	385	449	573	354

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Ministério da Agricultura

Produto	Ton. Milhares					
	1976	1977	1978	1979	1980	1981 (*)
Algodão	1262	1903	1571	1636	1673	1758
Amendoim	510	324	325	462	483	324
Arroz	9757	8935	7242	7589	9748	8495
Batata-inglesa	1898	1896	2015	2149	1948	1891
Cacau	232	250	284	305	228	304
Café (em coco)	752	1915	2451	2589	2133	3755
Cana-de-açúcar	103173	120171	129223	138325	146065	154660
Feijão	1840	2282	2188	2187	1969	2345
Fumo	299	360	409	423	407	354
Laranja	35841	35822	39091	49408	54340	57339
Mandioca	25443	25844	25358	24935	23411	25638
Milho	17751	19246	13533	16309	20374	21141
Soja	11227	12513	9535	9959	15153	15289
Tomate	1167	1292	1452	1500	1526	1362
Trigo	3216	2066	2677	2924	2708	2029
Mamona	217	222	317	327	283	303

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Ministério da Agricultura

(\*) Estimativa

QUADRO: 3.2

**Evolução do Rendimento Médio dos Principais  
Produtos Agrícolas**

Produto	Kg/ha.					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Algodão	456	519	541	515	501	451
Amendoim	1386	1300	1261	1166	1212	1281
Arroz	1517	1384	1623	1495	1450	1467
Batata-inglesa	7394	7596	7852	7086	8697	8654
Cacau	444	489	515	471	320	625
Café (em coco)	628	1298	1320	839	1499	1148
Cana-de-açúcar	46230	46516	47212	46904	46944	46477
Feijão	635	683	679	584	522	551
Fumo	955	1012	1047	997	1229	1127
Laranja (1)	76705	76792	79875	54858	84655	78290
Mandioca	14553	14594	14532	12623	12360	12794
Milho	1442	1339	1413	1424	1525	1505
Soja	1144	1210	1471	1386	1531	1699
Tomate	16988	16651	19118	19032	21593	22366
Trigo	973	886	424	1104	1157	610
Mamona	915	1003	1022	905	894	888

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Ministério da Agricultura

(1) 1.000.000 frutos

Produto	Kg/ha.					
	1976	1977	1978	1979	1980	1981(*)
Algodão	370	464	397	449	453	492
Amendoim	1373	1402	1281	1598	1548	1535
Arroz	1466	1501	1297	1393	1569	1377
Batata-inglesa	9505	9687	9530	10553	10731	11189
Cacau	569	605	641	741	622	608
Café (em coco)	671	1005	1161	1107	917	1579
Cana-de-açúcar	49283	52899	54002	54749	56047	54095
Feijão	453	503	475	519	424	464
Fumo	1065	1146	1234	1293	1289	1255
Laranja (1)	86637	84949	86098	88895	94700	98860
Mandioca	12153	11919	11849	11824	11652	12042
Milho	1597	1632	1220	1440	1781	1826
Soja	1750	1770	1226	1240	1728	1780
Tomate	24706	24968	26199	26136	30853	28375
Trigo	908	655	957	764	867	977
Mamona	813	881	905	867	638	680

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Ministério da Agricultura

(1) 1.000.000 frutos

(\*) Estimativa

## Evolução do Consumo Aparente de Fertilizantes

(Ton. de Nutrientes)

Anos	Nitrogenados	Fosfatados	Potássicos	Total
1970	276412	415936	306692	999040
1971	278326	535864	350846	1165036
1972	411606	874935	459984	1746525
1973	346103	804512	528532	1679147
1974	389183	914151	521302	1824636
1975	406230	1013828	557614	1977672
1976	498274	1308329	721540	2528143
1977	688403	1533501	927165	3149069
1978	702243	1530992	989151	3222386
1979	778653	1685012	1103379	3567044
1980	905560	1988486	1306573	4200619
1981(*)	644100	1328300	787600	2760000

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos — SP.

(\*) Estimativa

## Produção dos Principais Produtos da Pecuária

Anos	Ton.				
	Carnes				
	Bovina	Suína	Ovina	Caprina	Aves
1970	1845182	766523	35192	21968	85439
1971	1837834	802186	38550	22123	113265
1972	—	—	—	—	—
1973	—	—	—	—	—
1974	—	—	—	—	—
1975	1790253	495639	15297	5130	372767
1976	2175777	541503	12966	5134	413170
1977	2445520	509814	9862	4997	496613
1978	2319954	566259	9360	4810	587394
1979	2114209	610683	9975	4711	713105
1980	2077560	705285	11263	4383	901367
1981(*)	1845418	592290	7410	3482	847624

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Ministério da Agricultura

(\*) Dados Provisórios: Até out/81

## Exportações dos Principais Produtos Agropecuários

Produto	1.000 US\$ FOB					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Café	981806	822213	1057164	1344238	980358	934303
Soja	71488	108086	294971	949349	891214	1304262
Cacau	109337	90905	98731	142910	321563	292523
Açúcar	126632	152951	403548	558687	1321932	1099773
Laranja	18205	39946	46240	67700	64979	93980
Mamona	38232	39942	53818	122807	128425	51872
Amendoim	37958	47290	55639	53464	68860	67962
Pimenta	8193	14943	12708	16955	26125	29195
Castanha de Caju	7305	5087	8853	9855	15023	18351
Milho	82587	78473	13025	7704	144366	157474
Algodão	167879	148536	202262	234094	101526	100155
Banana	10722	10422	9583	14870	22641	30659
Castanha Brasil	13638	14037	20229	22763	20222	24735
Cera Carnaúba	9585	10604	11220	13111	25203	41968
Babaçu	3992	539	678	920	36757	681
Chá em Folhas	2796	3973	3187	3866	3297	4747
Erva-Mate	4784	5662	3235	3475	7522	9955
Lã	17294	15294	15937	45215	43786	46264
Sisal	16524	15297	22497	59445	114130	30054
Fumo em Folha	31195	36560	46674	58458	98989	141950
Carne de Aves	172	—	—	—	5	3406
Carne de Suíno	2	916	505	3851	2675	8143
Carne de Bovinos	88846	56046	230697	229893	109819	86213
A) Total Princ. Prod.	1849172	1817722	2611401	3963830	4549466	4551625
B) Tot. Prod. Agropec.	2174450	2220651	2888218	4373017	5065930	5018697
C) Total Exportações	2738922	2903856	3991219	6199200	7950996	8669944
% A/C	67.51	62.60	65.43	63.94	57.22	52.50
% B/C	79.39	76.47	72.36	70.54	63.71	57.89

Fonte: Banco Central

QUADRO: 3.6

## Exportações dos Principais Produtos Agropecuários

	1.000 US\$ FOB					
Produto	1976	1977	1978	1979	1980	1981 (*)
Café	2398228	2624964	2288039	2326176	2772920	1484528
Soja	1779965	2142674	1513706	1650348	2264194	2839966
Cacau	309447	601047	536840	876892	669136	459879
Açúcar	306538	462705	350071	363808	1287807	875409
Laranja	115223	182362	339597	281452	338717	557865
Mamona	76625	87497	110024	106600	89002	75487
Amendoim	83688	67359	76496	103003	122876	81380
Pimenta	32939	38592	59771	47519	54722	48034
Castanha de Caju	17489	23752	33711	38303	69176	68883
Milho	174233	149586	20609	30573	10946	353
Algodão	7799	44853	56605	5200	18298	40961
Banana	18084	19051	23249	24464	11164	10588
Castanha Brasil	21968	32082	32712	43037	26821	21735
Cera Carnaúba	17509	15208	18081	19617	16983	14603
Babaçu	211	2972	6483	17631	1811	0
Chá em Folhas	5327	8613	10604	9914	11206	9084
Erva-Mate	12025	13370	14810	17470	37422	25852
Lã	44494	53277	59558	59123	69227	0
Sisal	35967	45664	34720	46436	58985	29684
Fumo em Folha	161197	187121	238933	284329	284264	339185
Carne de Aves	19565	31573	47037	81148	206690	285731
Carne de Suíno	16229	21264	8218	—	—	—
Carne de Bovinos	143529	173283	120820	8041	18399	337055
A) Total Princ. Prod.	5798289	7028869	6000694	6441084	8440766	7647224
B) Tot. Prod. Agropec.	6237429	7720371	6827943	8396443	10810421	9280286
C) Total Exportações	10128303	12120175	12658944	15244377	20132401	19107174
% A/C	57.25	57.99	47.40	42.25	41.93	40.02
% B/C	61.58	63.70	53.94	55.08	53.70	48.57

Fonte: Banco Central

(\*) Dados referentes ao período jan/out

## 4. ENERGIA E MINERAÇÃO

## Produção Nacional de Petróleo, LGN e Gás Natural

Ano	Petróleo			m <sup>3</sup>
	Terra	Mar	Total	
	1970	9061310	472611	
1971	9268898	627097	9895995	
1972	9160724	550981	9711705	
1973	9086687	789467	9876154	
1974	8873204	1421578	10294782	
1975	8378206	1600674	9978880	
1976	7810213	1892128	9702341	
1977	7103239	2227488	9330727	
1978	6790517	2514329	9304846	
1979	6306691	3301084	9607775	
1980	6216331	4346070	10562401	
1981	6572859	5811545	12384404	

Fonte: PETROBRÁS

Ano	LGN (m <sup>3</sup> )	Gás Natural (1.000 m <sup>3</sup> )		
		Terra	Mar	Total
1970	151720	1239015	24500	1263605
1971	218299	1152723	24075	1176798
1972	238415	1220603	20971	1241574
1973	226255	1135276	44630	1179915
1974	270166	1319034	168761	1487795
1975	306699	1389357	235232	1624589
1976	303093	1280717	361324	1642041
1977	326168	1209926	598860	1808786
1978	332359	1218441	714789	1933230
1979	320044	1155358	743156	1898514
1980	327823	1218481	986788	2205269
1981	385703	1274000	1211000	2485000

Fonte: PETROBRÁS

## Consumo Nacional de Derivados de Petróleo

1.000 m <sup>3</sup>	
Anos	Quantidade (1)
1970	29687
1971	33189
1972	37218
1973	44605
1974	47957
1975	50538
1976	55015
1977	56271
1978	61869
1979	65745
1980	64639
1981	61070

Fonte: PETROBRÁS

Nota: (1) Inclusive Álcool Carburante

## Consumo Nacional Aparente

1981

1.000 m <sup>3</sup>	
Derivados	Total
GLP .....	5100
Gasolina Automotiva (1) .....	13139
Gasolina Aviação .....	117
Naftas .....	4916
Querosene de Aviação .....	2232
Querosene Iluminante .....	609
Óleo Diesel .....	18188
Óleo Combustível .....	14535
Asfaltos .....	869
Solventes Alifáticos .....	195
Outros .....	1861
Efluentes .....	691
Total .....	61070
Álcool Carburante .....	2575

Fonte: PETROBRÁS

Nota: (1) Gasolina + Álcool Carburante

QUADRO 4.3

## Evolução da Produção Nacional de Carvão Bruto

Anos	Estados Produtores			Ton.
	Paraná	Santa Catarina	R.G. do Sul	Brasil
	1970	361888	3844775	965010
1971	345812	4363929	956146	5665887
1972	343358	4536376	978105	5857839
1973	321034	4314089	931143	5566266
1974	309177	4166650	1016180	5492007
1975	268300	5131691	908877	6308868
1976	285382	6635196	955503	7876081
1977	286317	8430019	1328966	10045302
1978	317939	9591223	1907097	11816259
1979	327495	11637616	1977756	13942867
1980	309251	13167950	2529034	16006235
1981	296793	14240947	2871124	17408864

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo

## Evolução da Produção Nacional de Carvão Energético

Anos	Estados Produtores			Ton.
	Paraná	Santa Catarina	R.G. do Sul	Brasil
	1970	192339	526764	856993
1971	197792	615628	865033	1678453
1972	200059	612372	875901	1688332
1973	190183	636775	637520	1464476
1974	189935	970398	914446	2074779
1975	165790	877745	784904	1828439
1976	182194	1305178	901325	2388697
1977	192854	1388064	1228982	2809900
1978	215250	1412512	1638000	3265762
1979	222121	1769140	1599405	3590666
1980	202905	1839824	1654630	3697359
1981	203466	2451370	1907868	4562704

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo

QUADRO 4.4

## Evolução do Consumo de Carvão Metalúrgico Segundo a Origem

Anos	Origem				Total
	Nacional		Importado		
	Quantidade	%	Quantidade	%	
1970	747105	30.2	1728052	69.8	2475157
1971	743356	29.6	1765857	70.4	2509213
1972	783149	31.6	1694641	68.4	2477790
1973	792697	31.0	1764110	69.0	2556807
1974	959882	39.4	1476833	60.6	2436715
1975	770609	25.9	2199310	74.1	2969919
1976	830773	21.7	3005071	78.3	3835844
1977	1016283	22.3	3548489	77.7	4564772
1978	1016933	22.2	3560037	77.8	4576970
1979	1233415	23.9	3924164	76.1	5157579
1980	1305664	24.0	4131042	76.0	5436706
1981*	1092000	22.3	3804000	77.7	4896000

Fonte: Conselho Nacional do Petróleo

(\*) Estimativa

## Investimentos da Petrobrás em Exploração e Produção

Anos	Crescimento Real dos Investimentos		Participação dos Investimentos em Exploração e Produção no Total
	Em Exploração e Produção	Totais	
1970	—	—	39.5
1971	-12.5	43.0	24.2
1972	18.6	-4.2	29.9
1973	13.5	15.3	29.5
1974	24.7	36.7	26.9
1975	32.6	28.0	27.9
1976	28.2	-1.7	36.3
1977	15.1	4.5	40.0
1978	17.0	-0.2	46.9
1979	19.7	2.5	54.8
1980	20.6	-6.3	70.5
1981	50.9	22.5	86.9

Fontes: PETROBRÁS e Ministério das Minas e Energia

Elaboração: IPLAN/IPEA

## Estrutura do Consumo de Energia

Anos	Em %				
	Petróleo	Energia Hidráulica	Carvão Mineral	Lenha	Outras Fontes/Formas
1970	37.8	19.1	4.0	31.2	7.9
1971	39.9	19.3	3.8	29.2	7.8
1972	40.9	21.2	3.6	25.6	8.7
1973	43.8	21.8	3.2	22.7	8.5
1974	43.6	22.7	3.0	22.2	8.5
1975	43.5	23.5	3.2	21.8	8.0
1976	42.9	24.4	3.5	21.7	7.5
1977	41.3	26.1	4.0	20.2	8.4
1978	41.4	26.9	4.3	18.7	8.7
1979	41.6	25.0	3.7	20.4	9.3
1980	39.1	26.7	3.9	20.3	10.0
1981*	37.9	27.2	4.1	19.8	11.0

Fonte: Ministério das Minas e Energia

(\*) Estimativa

QUADRO: 4.6

## Produção Mineral

Ton milhares

Substância	1970	1971	1972	1973	1974	1975	Teor Médio %
Alumínio (M)	510	566	764	849	858	969	
Chumbo (C)	41	47	48	41	39	39	60
Cobre (C)	10	14	13	10	9	6	33
Cromo (C)	...	51	104	112	87	173	
Estanho (C)	6	4	4	6	5	7	60
Ferro (M)	36301	37486	46471	55019	91488	108162	
Fosfato (N P2 O5)	56	68	75	91	118	141	36
Ilmenita	21	11	4	6	7	5	
Manganês (C)	...	...	1715	1519	1678	1769	
Nióbio (C)	5	2	4	8	7	4	60
Níquel (M)	202	219	226	281	272	266	
Rutílo	0.264	0.253	0.316	0.178	0.146	0.104	
Titânio (I)	—	2	9	13	21	23	
Tungstênio (C)	0.995	1.444	1.508	1.668	1.641	1.644	70
Zinco (C)	24	24	45	94	146	174	28

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral.

Notas: (I) Pigmento à base de dióxido de titânio  
(M) Minério bruto  
(C) Concentrado

Ton milhares

Substância	1976	1977	1978	1979	1980	1981*	Teor Médio %
Alumínio (M)	998	1352	1401	2160	4696	5000	
Chumbo (C)	33	31	31	36	35	38	60
Cobre (C)	—	—	—	—	—	68	33
Cromo (C)	193	305	240	354	302	310	
Estanho (C)	9	10	11	12	12	12	60
Ferro (M)	107393	100817	103740	117430	120000	130000	
Fosfato (N P2 O5)	176	195	368	589	891	1120	36
Ilmenita	15	13	20	23	14	15	
Manganês (C)	1545	1295	1650	1909	1951	2100	
Nióbio (C)	8	7	12	16	16	16	60
Níquel (M)	422	339	285	245	250	250	
Rutílo	0.051	0.085	0.207	0.130	0.137	0.200	
Titânio (I)	24	27	27	29	30	30	
Tungstênio (C)	1.685	2.026	1.937	1.934	1.897	2.000	70
Zinco (C)	183	206	210	376	400	390	28

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral.

Notas: (\*) Estimativa  
(I) Pigmento à base de dióxido de titânio  
(M) Minério bruto  
(C) Concentrado

## Programa Grande Carajás

## Balanco de Divisas dos Projetos Minerio-Metalúrgicos Aprovados

US\$ milhões de 02/80

Projetos	Exportações	Serviços (2)	Capital de Risco	Empréstimos	Total do Ingresso
<b>Ferro Carajás</b>					
(5) 80/85	269.3	...	—	1295.6	1564.9
86/90	3072.3	...	—	—	3072.3
91/95	3258.5	...	—	—	3258.5
96/2000	3258.5	...	—	—	3258.5
<b>ALUNORTE</b>					
(5) 80/85	80.1	...	67.1	156.7	303.9
86/90	64.3	...	—	—	64.3
91/95	—	...	—	—	...
96/2000	—	...	—	—	...
<b>ALBRÁS</b>					
(5) 80/85	117.3	5.3	122.6	422.5	667.7
86/90	1636.7	74.4	66.9	19.8	1797.8
91/95	2288.5	103.9	—	—	2392.4
96/2000	2288.5	103.9	—	—	2392.4
<b>ALUMAR</b>					
(5) 80/85	(1) 98.0	...	(3) 363.3	(3) 816.7	1278.0
86/90	156.5	...	—	—	156.5
91/95	156.5	...	—	—	156.5
96/2000	156.5	...	—	—	156.5
<b>Total</b>					
(5) 80/85	564.7	5.3	553.0	2691.5	3814.5
86/90	4929.8	74.4	66.9	19.8	5090.9
91/95	5703.5	103.9	—	—	5807.4
96/2000	5703.5	103.9	—	—	5807.4

Fonte: Dados extraídos dos projetos

Elaboração: IPEA — Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Notas: (1) Só foi considerada a exportação de alumina.

(2) Dados disponíveis somente para ALBRÁS (fretes, assist. téc., etc)

(3) Imputada a participação da Shell Billiton na mesma proporção da ALCOA.

(5) Cronogramas passíveis de algum retardamento

## 4. ENERGIA E MINERAÇÃO

## Programa Grande Carajás:

## Balanço de Divisas dos Projetos Minerio-Metalúrgicos Aprovados

US\$ milhões de 02/80						
Projetos	Importações (4)	Serviços (2)	Juros	Amortizações	Total da Saída	Saldo (Sup + Def.)
<b>Ferro Carajás</b>						
(5) 80/85	335.8	...	329.8	—	665.6	899.3
86/90	112.5	...	491.1	575.6	1179.2	1893.1
91/95	105.5	...	270.3	720.0	1095.8	2162.7
96/2000	105.5	...	—	—	105.5	3153.0
<b>ALUNORTE</b>						
(5) 80/85	18.8	...	43.9	2.6	65.3	238.6
86/90	...	...	41.8	108.2	150.0	-85.7
91/95	...	...	9.5	37.8	47.3	-47.3
96/2000	...	...	0.7	8.1	8.8	-8.8
<b>ALBRÁS</b>						
(5) 80/85	144.0	23.4	30.8	2.2	200.4	467.3
86/90	23.2	...	175.5	150.2	348.9	1448.9
91/95	23.1	...	88.1	210.8	322.0	2070.4
96/2000	23.1	...	11.8	79.1	114.0	2278.4
<b>ALUMAR</b>						
(5) 80/85	79.2	...	375.1	68.3	522.6	755.4
86/90	...	...	290.0	748.4	1038.4	-881.9
91/95	...	...	—	—	—	156.5
96/2000	...	...	—	—	—	156.5
<b>Total</b>						
(5) 80/85	577.8	23.4	779.6	73.1	1453.9	2360.6
86/90	135.7	...	998.4	1582.4	2716.5	2374.4
91/95	128.6	...	367.9	968.6	1465.1	4342.3
96/2000	128.6	...	12.5	87.2	228.3	5579.1

Fonte: Dados extraídos dos projetos

Elaboração: IPEA — Secretaria de Planejamento da Presidência da República

Notas: (1) Só foi considerada a exportação de ALUMINA.

(2) Dados disponíveis somente para ALBRÁS (fretes, assist. téc., etc.)

(3) Imputada a participação da Shell Billiton na mesma proporção da ALCOA.

(4) Estimativas incompletas; sem computar as importadas indiretas

(5) Cronogramas passíveis de algum retardamento

**Programa Grande Carajás:**  
**Impacto Nacional dos Projetos Minero-Metalúrgicos Aprovados**

Projetos	Investimentos em US\$ Milhões de 02/80				Índice de Nacionalização	
	Fixo	Equipamentos				Total
		Nacionais		Import.		
			Total			
Ferro Carajás	2794.9	627.3	208.9	836.2	4651.4	75.0
Setor do Alumínio						
ALUNORTE	333.4	140.5	18.8	159.3	570.9	88.2
ALHAS	857.3	277.7	149.5	427.2	1289.3	65.0
ALUMAR	1244.0	377.7	79.2	456.9	1475.0	82.7
Total Geral	5229.6	1423.2	456.4	1879.6	7986.6	75.7

*Fonte:* Dados extraídos dos Projetos.

*Elaboração:* IPEA — Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

## 5. POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

## Execução Orçamentária do Tesouro Nacional

Cr\$ milhões

Ano	Receita	Despesa	Resultado de Caixa
1970	19194	19932	-738
1971	26980	27652	-672
1972	37738	38254	-516
1973	52863	52568	295
1974	76810	72928	3882
1975	95446	95373	73
1976	166220	165797	423
1977	242893	241850	1043
1978	349218	344346	4872
1979	509843	507547	2296
1980	1219418	1217383	2035
1981*	2261969	2258929	3040

Fonte: Banco Central

(\*) Dados preliminares

## Receita do Tesouro Nacional

Cr\$ milhões

Ano	Imposto de Renda	IPi	IOF	Imposto de Importação	Outros Impostos e Taxas	Outras Receitas
1970	4628	8144	—	1372	3246	1804
1971	6461	10950	—	1861	4487	3221
1972	9680	14626	1328	2779	5951	3374
1973	12397	19116	2019	3727	7394	8210
1974	19051	27875	2784	6790	9445	10865
1975	24366	34433	3947	9512	11992	11196
1976	37943	49613	6899	14871	29628	27266
1977	60481	67639	8797	17061	39617	49298
1978	95463	97469	13580	23922	54250	64534
1979	150295	127647	23864	34135	72304	101598
1980	306981	263182	103125	87723	117337	341070
1981*	640352	500897	266045	138283	291658	424734

Fonte: Banco Central

(\*) Dados preliminares

## Despesa Efetiva do Tesouro Nacional

Cr\$ milhões

Ano	Cotas de Despesa	Distribuição da Receita Vinculada	Fundos de Participação	Diversos
1970	...	...	...	...
1971	...	...	...	...
1972	22027	10044	2881	3302
1973	30955	14300	3777	3536
1974	42439	19951	5631	4907
1975	62554	26559	7057	—797
1976	85332	56706	12258	11501
1977	125780	88519	20297	7253
1978	171363	128440	34473	10070
1979	282684	146806	50508	27549
1980	715911	288710	97685	115077
1981*	1501865	407978	221595	127491

Fonte: Banco Central

(\*) Dados preliminares

QUADRO: 5.3

## Principais Indicadores Monetários

Ano	Saldo em Cr\$ milhões					
	Meios de Pagamento (M1)		Meios de Pagamento (M2)		Base Monetária	
	Valor	Variação Percentual Anual	Valor	Variação Percentual Anual	Valor	Variação Percentual Anual
1970	33638	25.8	...	...	17161	16.9
1971	44514	32.3	...	...	23392	36.3
1972	61550	38.3	...	...	27724	18.5
1973	90490	47.0	102633	...	40776	47.1
1974	120788	33.5	133607	30.2	54202	32.9
1975	172433	42.8	193232	44.6	73934	36.4
1976	236506	37.2	292631	51.4	110752	49.8
1977	325243	37.5	426586	45.8	166863	50.7
1978	462655	42.2	610455	43.1	241823	44.9
1979	803113	73.6	963759	57.9	445853	84.4
1980	1367017	70.2	1563410	62.2	699475	56.9
1981	2355343	72.3	2023942(*)	29.5	1177313	68.3

Fonte: Banco Central e Conjuntura Econômica

(\*) Até agosto

**Empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado  
(Não Financeiro)**

Saldo em Cr\$ Milhões

Ano	Sistema Monetário		Sistema não Monetário		Total		Sistema Financeiro de Habitação	
	Valor	Vari- ção %	Valor	Vari- ção %	Valor	Vari- ção %	Valor	Vari- ção %
1970	39007	36.3	27828	72.5	66835	49.3	9601	75.5
1971	57604	47.7	43066	54.8	100670	50.6	15846	65.0
1972	81560	41.6	71874	66.9	153434	52.4	24443	54.3
1973	119324	46.3	119231	65.9	238555	55.5	38352	56.9
1974	189663	59.0	183170	53.6	372833	56.3	64838	69.1
1975	297278	56.7	283964	56.2	581242	56.5	103255	59.3
1976	461347	55.2	456320	60.7	917667	57.9	193376	87.2
1977	695113	50.7	693663	52.0	1388776	51.3	312719	61.7
1978	1029411	48.1	1062915	53.2	2092326	50.7	478718	53.1
1979	1730392	68.1	1721059	61.9	3451451	65.0	788592	68.1
1980	2947545	70.3	3017435	75.3	5964980	72.8	1555347	97.2
1981*	5573798	89.1	6803734	121.6	12377532	105.7	3972776**	155.4

Fonte: Banco Central

(\*) Estimado

(\*\*) Até novembro

**Empréstimos do Sistema Monetário ao Setor Privado  
e ao Setor Rural**

Saldo em Cr\$ Milhões

Ano	Setor Privado			Setor Rural	
	Bancos Comerciais	Banco do Brasil	Total	Total	A Preços de Março de 1980
1970	24287	14278	38565	—	—
1971	35134	22469	57603	17556	261960.8
1972	51283	30277	81560	24438	310873.9
1973	73902	45422	119324	36682	406090.0
1974	109020	80643	189663	62918	541261.8
1975	164550	132728	297278	105088	706962.5
1976	247232	214115	461347	159011	757397.2
1977	376667	318446	695113	227286	1082603.0
1978	591515	437896	1029411	270009	650007.2
1979	1009666	720726	1730392	461313	721463.3
1980	1736365	1211180	2947545	791822	618454.7
1981*	3555900	2017898	5573798	1549500	576594.3

Fonte: Banco Central

(\*) Estimado

## 6. COMÉRCIO EXTERIOR E BALANÇO DE PAGAMENTOS

### Exportações Brasileiras, por Grandes Grupos

US\$ Milhões — FOB

Ano	Produtos Básicos	Produtos Industrializados			Total Geral
		Semimanufaturados	Manufaturados	Total	
1970	2049.2	249.0	416.0	665.0	2738.9
1971	1988.4	240.7	581.2	821.9	2903.9
1972	2648.7	385.9	911.7	1297.6	3991.2
1973	4029.7	543.0	1465.3	2008.3	6199.2
1974	4576.7	917.0	2262.7	3179.7	7951.0
1975	5027.4	849.5	2584.5	3434.0	8669.9
1976	6129.1	842.0	2776.2	3618.2	10128.3
1977	6958.6	1044.1	3839.6	4883.7	12120.2
1978	5977.6	1421.2	5082.8	6504.0	12658.9
1979	6514.5	1887.5	6683.4	8570.9	15244.4
1980	8462.7	2343.0	9040.7	11383.7	20132.4
1981	8910.4	2074.2	11924.3	13998.4	23293.0

Fonte: Banco do Brasil

### Participação Relativa dos Grandes Grupos nas Exportações

Em %

Ano	Produtos Básicos	Produtos Industrializados			Operações Especiais (1)	Total Geral
		Seminanufaturados	Manufaturados	Total		
1970	74.8	9.1	15.2	24.3	0.9	100.0
1971	68.5	8.3	20.0	28.3	3.2	100.0
1972	68.3	7.8	22.8	30.6	1.1	100.0
1973	66.1	7.7	23.6	31.3	2.6	100.0
1974	57.6	11.5	28.5	40.0	2.4	100.0
1975	58.0	9.8	29.8	39.6	2.4	100.0
1976	60.5	8.3	27.4	35.7	3.8	100.0
1977	57.4	8.6	31.7	40.3	2.3	100.0
1978	47.2	11.2	40.2	51.4	1.4	100.0
1979	42.7	12.4	43.8	56.2	1.1	100.0
1980	42.1	11.6	44.9	56.5	1.4	100.0
1981	38.3	8.9	51.2	60.1	1.6	100.0

Fonte: Banco do Brasil

Nota: (1) Consumo de bordo, reexportação e transações especiais.

### Importação por principais produtos

Ano	Ferro Fundido e Aço		Trigo		Papel e Celulose		Fertilizantes	
	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção %						
1973	493.4	93.8	335.6	175.3	112.1	30.8	138.5	6.6
1974	1534.9	211.1	468.0	39.5	294.0	162.3	402.9	190.7
1975	1263.1	-17.7	326.0	-30.4	199.0	-32.3	303.9	-24.6
1976	610.4	-51.7	504.0	54.6	197.1	-1.0	201.6	-33.7
1977	584.3	-4.3	260.0	-48.4	193.0	-2.5	303.3	50.4
1978	471.5	-19.3	541.0	108.1	204.0	5.7	309.8	2.1
1979	486.0	3.1	547.0	1.1	247.0	21.1	422.4	36.4
1980	584.4	20.3	890.0	62.7	248.0	0.4	620.3	46.9

Fonte: Ministério da Fazenda

Ano	Combustíveis (Pe- tróleo e Outros)		Máquinas e Equipamentos		Alumínio		Total das Importa- ções Brasileiras	
	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção %	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção %	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção %	US\$ Mi- lhões FOB	Varia- ção %
1973	769.4	63.9	1708.1	22.8	50.9	52.9	6192.0	46.3
1974	2894.8	276.2	2472.6	44.8	130.8	157.0	12641.0	104.1
1975	3073.5	6.2	3238.1	31.0	100.6	-23.1	12169.0	-3.4
1976	3826.9	24.5	2911.1	-10.1	100.1	-0.5	12383.0	1.4
1977	4068.8	6.3	2537.0	-12.9	142.1	42.0	12023.0	-2.9
1978	4485.1	10.2	2870.7	13.2	121.5	-14.5	13683.0	13.4
1979	6697.8	49.3	3278.1	14.2	159.1	31.0	18084.0	32.2
1980	10209.9	52.4	3513.8	7.2	162.4	2.1	22961.5	27.0

Fonte: Ministério da Fazenda

QUADRO: 6.3

## Balança Comercial Brasileira

US\$ milhões — FOB

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1970	2739	2507	232
1971	2904	3247	-344
1972	3991	4232	-241
1973	6199	6192	7
1974	7951	12641	-4690
1975	8670	12210	-3540
1976	10128	12383	-2255
1977	12120	12023	97
1978	12659	13683	-1024
1979	15244	18084	-2840
1980	20132	22955	-2823
1981	23293	22086	1207

Fontes: Ministério da Fazenda e Banco do Brasil

## Índices Anuais Médios de Comércio Exterior e de Relações de Troca

— 1970 = 100 —

Ano	Exportações		Importações				Relações de Troca	
	Preços	Quantum	Global		Petróleo Bruto		Total	Exclusivo Petróleo
			Preços	Quantum	Preços	Quantum		
1970	100	100	100	100	100	100	100	100
1971	97	106	104	122	126	118	93	96
1972	109	135	111	148	138	145	98	106
1973	150	155	139	179	173	203	108	121
1974	189	158	214	242	575	207	88	115
1975	189	174	221	229	581	217	86	112
1976	218	176	227	227	597	241	96	125
1977	266	177	236	210	621	239	113	147
1978	245	200	252	221	627	265	97	124
1979	269	219	302	242	839	297	89	119
1980	285	269	387	242	1404	256	74	113
1981*	264	337	438	204	1647	242	60	—

Fonte: Fundação Getúlio Vargas

(\*) Estimativa preliminar

## Balança de Pagamentos

Discriminação	US\$ Bilhões					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Balança Comercial	0.2	-0.3	-0.2	0.0	-4.7	-3.5
Serviços (Líquido)	-0.8	-1.0	-1.3	-1.7	-2.4	-3.2
Rendas de Capitais	-0.2	-0.3	-0.4	-0.5	-0.7	-1.5
Transações Correntes	-0.6	-1.3	-1.5	-1.7	-7.1	-6.7
Movimento Líquido de Capitais	1.0	1.8	3.5	3.5	6.3	6.2
Investimentos	—	0.2	0.3	0.9	0.9	0.9
Empréstimos e Financiamentos a Médio e Longo Prazos	1.4	2.0	4.3	4.5	6.9	5.9
Amortizações	-0.7	-0.9	-1.2	-1.7	-1.9	-2.2
Outros	0.3	0.5	—	-0.3	0.4	1.5
Saldo do Balanço de Pagamentos (Superavit/Deficit)	0.5	0.5	2.4	2.2	-0.9	-1.0

Fonte: Banco Central

Discriminação	1976	1977	1978	1979	1980*	1981*
Balança Comercial	-2.3	0.1	-1.0	-2.8	-2.8	1.2
Serviços (Líquido)	-3.8	-4.1	-6.0	-7.9	-10.2	-12.0
Rendas de Capitais	-1.8	-2.1	-2.7	-4.2	-6.3	-10.2
Transações Correntes	-6.0	-4.0	-7.0	-10.7	-12.9	-10.6
Movimento Líquido de Capitais	6.6	5.3	11.9	7.7	9.8	11.5
Investimentos	1.0	0.8	1.1	1.5	1.1	1.5
Empréstimos e Financiamentos a Médio e Longo Prazos	7.8	8.4	13.8	11.1	11.1	16.7
Amortizações	-3.0	-4.1	-5.3	-6.4	-5.0	-7.8
Outros	0.9	0.1	2.5	1.3	2.6	0.8
Saldos do Balanço de Pagamentos (Superavit/Deficit)	1.2	0.6	4.3	-3.2	-3.5	0.6

Fonte: Banco Central

(\*) Dados Preliminares

## Dívida Externa Brasileira (1)

Saldo em 31 de dezembro

Discriminação	1970	1971	1972	1973
<b>Total</b>	<b>5295.2</b>	<b>6621.6</b>	<b>9521.0</b>	<b>12571.5</b>
Empréstimos Compensatórios	381.5	300.6	240.9	203.3
USAID — 'Empréstimos Programa'	603.6	622.8	617.8	614.5
Bonus	—	—	60.0	142.2
Financiamento de Importações	1709.3	2201.5	2783.8	3486.8
— Entidades Internacionais	456.0	576.2	762.1	971.8
— BIRD	258.2	347.5	483.9	646.9
— BID (2)	181.4	206.1	243.7	277.1
— CFI	16.4	22.6	34.5	47.8
— Agências Governamentais	642.5	780.2	886.0	1072.8
— USAID — 'Empréstimos Projeto'	266.3	307.7	341.9	393.1
— USAID Lei n.º 480 (VI, VII, VIII)	103.2	115.0	108.4	102.7
— Trigo — Outros Financiamentos	4.4	—	—	—
— Trigo Canadense	20.5	47.2	68.4	105.2
— Eximbank — EUA	190.4	239.3	277.6	319.6
— Eximbank — Japão	—	—	—	1.1
— KFW	55.5	68.8	87.7	140.3
— Banco Nacional da Dinamarca	2.2	2.2	2.0	2.3
— OPIC	—	—	—	8.5
— Outras Agências (3)	—	—	—	—
— Outros Créditos de Forneced.	610.8	845.1	1135.7	1442.2
— Dívida Pública Consolidada	15.0	13.9	12.2	10.4
— Empréstimos em Moeda	2284.6	3193.0	5528.3	7848.5
— Resolução n.º 63, de 21.08.67	653.2	983.3	2018.4	2398.1
— Instrução n. 289, de 14.01.65	381.2	294.8	207.4	71.1
— Lei n.º 4.131, de 03.09.62	1250.2	1914.9	3302.5	5379.3
Empréstimos Diversos	301.2	289.8	278.0	265.8

Fonte: Banco Central

Notas: (1) As posições acima referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, não cabendo conciliação com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

(2) Inclusive financiamento de serviços e custos locais.

(3) Até 1980 a rubrica 'outras agências' estava incluída na rubrica 'outros créditos de fornecedores'.

## Dívida Externa Brasileira (1)

Saldo em 31 de dezembro

Discriminação	US\$ Milhões			
	1974	1975	1976	1977
<b>Total</b>	<b>17165.7</b>	<b>21171.4</b>	<b>25985.4</b>	<b>32037.2</b>
Empréstimos Compensatórios	168.6	137.4	106.2	75.0
USAID — Empréstimos Programa	610.4	600.5	585.8	569.8
Bonus	172.1	160.8	288.7	1222.4
Financiamento de Importações	4741.3	5464.0	6577.6	8422.3
— Entidades Internacionais	1388.4	1654.8	1993.3	2355.2
— BIRD	978.1	1094.0	1287.0	1540.4
— BID (2)	311.7	416.3	545.9	624.0
— CFI	98.5	144.5	160.4	190.8
— Agências Governamentais	1541.0	1829.5	2170.4	2294.3
— USAID — Empréstimos Projeto	444.4	491.0	534.7	547.3
— USAID Lei n° 480 (VI, VII, VIII)	97.1	92.4	86.8	81.1
— Trigo — Outros Financiamentos	—	—	—	—
— Trigo Canadense	228.4	221.9	274.0	222.7
— Eximbank — EUA	542.7	685.0	817.1	885.6
— Eximbank — Japão	39.3	130.7	148.5	180.4
— KFW	178.6	199.4	301.2	370.5
— Banco Nacional da Dinamarca	2.0	1.6	1.4	1.1
— OPIC	8.5	7.5	6.7	5.6
— Outras Agências (3)	—	—	—	—
— Outros Créditos de Forneced.	1812.0	1979.7	2413.9	3772.8
Dívida Pública Consolidada	9.4	7.3	5.4	4.7
Empréstimos em Moeda	11210.7	14561.1	18194.0	21528.4
— Resolução n° 63, de 21.08.67	3319.1	3734.0	4715.4	5239.8
— Instrução n° 289, de 14.01.65	68.9	46.1	40.9	26.8
— Lei n° 4.131, de 03.09.62	7822.7	10781.0	13437.7	16261.8
Empréstimos Diversos	253.2	240.3	227.7	214.6

Fonte: Banco Central

Notas: (1) As posições acima referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, não cabendo conciliação com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

(2) Inclusive financiamento de serviços e custos locais.

(3) Até 1980 a rubrica 'outras agências' estava incluída na rubrica 'outros créditos de fornecedores'.

QUADRO: 6.7

## Dívida Externa Brasileira (1)

Saldo em 31 de Dezembro

Discriminação	US\$ Milhões			
	1978	1979	1980	1981 (*)
Total	43510.7	49904.2	53847.5	61410.8
Empréstimos Compensatórios	43.8	18.8	—	—
USAID — 'Empréstimos Programa'	551.4	531.0	511.8	490.1
Bonus	2380.3	2965.9	3235.7	2895.7
Financiamento de Importações	10829.8	11571.7	12108.2	12880.5
— Entidades Internacionais	2885.3	3210.9	3484.9	3582.9
— BIRD	1974.0	2181.3	2245.9	2263.5
— BID (2)	731.2	872.8	1047.0	1071.1
— CFI	180.1	156.8	192.0	248.3
— Agências Governamentais	2601.7	2688.2	2972.7	3403.9
— USAID — 'Empréstimos Projeto'	548.2	545.9	537.8	528.9
— USAID (Lei n° 480 (VI, VII, VIII))	75.5	69.8	763.9	57.2
— Trigo — Outros Financiamentos	—	229.7	449.9	510.5
— Trigo Canadense	255.0	—	—	—
— Eximbank — EUA	928.5	929.1	931.0	954.7
— Eximbank — Japão	344.1	398.6	488.8	508.2
— KFW	444.5	510.8	498.1	623.5
— Banco Nacional da Dinamarca	1.0	0.6	0.2	—
— OPIC	4.9	3.7	3.0	2.3
— Outras Agências (3)	—	—	—	218.6
— Outros Créditos de Fornecedores	5342.8	5672.6	5650.6	5893.6
Dívida Pública Consolidada	4.7	4.5	4.2	3.2
Empréstimos em Moeda	29499.7	34625.4	37819.5	44984.1
— Resolução n° 63, de 21.08.67	7272.4	7723.5	9924.0	13456.2
— Instrução n° 289, de 14.01.65	27.0	19.3	9.0	7.6
— Lei n° 4.131, de 03.09.62	22200.3	26882.6	27886.5	31520.4
Empréstimos Diversos	201.0	186.9	168.1	157.1

Fonte: Banco Central

Notas: (1) As posições acima referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, não cabendo conciliação com os números apresentados no Balanço de Pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

(2) Inclusive financiamento de serviços e custos locais.

(3) Até 1980 a rubrica 'outras agências' estava incluída na rubrica 'outros créditos de fornecedores'.

## Reservas Internacionais

US\$ milhões

---

Data	Conceito FMI
1970	1186.7
1971	1722.9
1972	4183.2
1973	6415.8
1974	5269.1
1975	4040.5
1976	6543.9
1977	7256.1
1978	11895.1
1979	9688.7
1980	6912.2
1981(*)	7505.0

---

*Fonte:* Banco Central

(\*) Estimativa

## Taxa Cambial

## Cotações do Cruzeiro em Relação ao Dólar Americano (1)

Período	Taxa de Compra	Taxa de Venda
1970	4.920	4.950
1971	5.600	5.635
1972	6.180	6.215
1973	6.180	6.220
1974	7.395	7.435
1975	9.020	9.070
1976	12.275	12.345
1977	15.950	16.050
1978	20.780	20.920
1979	42.330	42.530
1980	65.170	65.500
1981	127.160	127.800

Fonte: Banco Central

Nota: (1) Cotações vigentes no final do período

## 7. INDÚSTRIA

## Indicadores da Produção Industrial (1)

Base: Média de 1975 = 100

Discriminação	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Indicador Geral	100.00	112.61	115.66	128.78	132.77	142.39
Extrativa Mineral	100.00	101.00	96.06	102.44	112.04	126.85
Ind. Transformação	100.00	112.95	116.26	124.42	133.39	142.80
Bens de Capital	100.00	118.87	113.55	120.00	126.73	134.93
Bens Intermed.	100.00	112.65	121.11	128.99	140.07	151.71
Bens de Consumo	100.00	111.34	111.63	120.46	126.35	133.97
— Durável	100.00	112.82	111.68	131.85	142.05	157.23
— Não Durável	100.00	111.08	111.44	118.48	123.69	130.13

Fonte: Fundação IBGE

Nota: (1) Média Aritmética Anual

QUADRO: 7.2

## Produção Brasileira da Indústria Automotiva

Produção e Conversão de Veículos a Álcool (*)						
Ano	Veículos Novos	Variação % (1)	Conversão	Variação % (1)	Total	Variação % (1)
1974	—	—	—	—	—	—
1975	—	—	—	—	—	—
1976	—	—	—	—	—	—
1977	—	—	—	—	—	—
1978	—	—	—	—	—	—
1979	4932	—	5021	—	9953	—
1980	253503	(2)	28602	469.6	282105	(2)
1981	155000	-46.7	16000	-44.1	151000	-46.5

Fonte: ANFAVEA — ABIFER

Notas: (1): Base igual período do ano anterior

(2): Acima de 1.000 %

(\*): Estimativa para 1981

## Produção Brasileira da Indústria Automotiva

Produção de Automóveis (2) (**)										
Ano	Automóveis(*)	Var. % (1)	Camionetas e Utilitar	Var. % (1)	Camionhões	Var. % (1)	Ônibus	Var. % (1)	Total	Var. % (1)
1970	249913	5,1	123681	77,4	38388	-5,4	4053	-28,6	416035	17,6
1971	342214	36,9	130592	5,6	38868	1,3	4393	8,4	516067	24,0
1972	415164	21,3	148220	13,5	53557	37,8	5230	19,1	622171	20,6
1973	467575	12,6	207237	39,8	69202	29,2	6362	21,6	750376	20,6
1974	549035	17,4	312812	50,9	83654	20,9	8262	29,9	953763	27,1
1975	547123	-0,4	338555	8,2	82534	-1,3	10126	22,6	978338	2,6
1976	550428	0,6	398434	17,7	86897	5,3	12059	19,1	1047818	7,1
1977	492429	-10,5	352080	-11,6	103219	18,9	14068	16,7	961796	-8,2
1978	569073	15,6	443662	26,0	88889	-13,9	14640	4,1	1116264	16,1
1979	547805	-3,7	474251	6,9	93169	4,8	13122	-10,4	1128347	1,1
1980	600528	9,6	448162	-5,5	102049	9,5	14466	10,2	1165205	3,3
1981	406018	-32,4	285056	36,4	76389	-25,1	13340	-7,8	780803	-33,0

Fonte: ANFAVEA — ABIFER

Notas: (1) Base igual período do ano anterior

(2) Inclui produção de CKD

(\*) Estimativa para 1981

(\*\*) Jan./Nov. de 1981

## Produção Brasileira da Indústria Automotiva

Produção da Indústria Ferroviária (*)								
Ano	Vagões (2)	Variação % (1)	Vagões Incomple- tos	Variação % (1)	Carro de Passageiro	Variação % (1)	Locomo- tivas	Variação % (1)
1970	1808	—	—	—	12	—	11	—
1971	1935	7.0	—	—	26	116.7	60	445.4
1972	1496	-22.7	—	—	2	-92.3	36	-40.0
1973	3406	127.7	—	—	4	100.0	56	55.6
1974	3576	5.0	—	—	78	(3)	77	37.5
1975	5025	40.5	—	—	100	28.2	107	39.0
1976	4479	-10.9	—	—	87	-13.0	106	-0.9
1977	2538	-43.3	—	—	103	18.4	110	3.8
1978	3053	20.3	—	—	164	59.2	42	-61.8
1979	2513	-17.7	—	—	337	105.5	47	11.9
1980	1461	-41.7	125	—	227	-32.6	59	25.5
1981	766	-47.7	350	180.0	246	3.4	56	5.1

Fonte: ANFAVEA e ABIFER

Notas: (1) Base Igual período do ano anterior

(2) Exceto CVRD

(3) Acima de 1.000 %

(\*) Estimativa para 1981

QUADRO: 7.4

## Produção Siderúrgica Brasileira

Discriminação	Ton. Milhares							
	1972		1973		1974		1975	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
Laminados (1)	5333.6	—	5987.8	12.3	6072.0	1.6	6721.5	10.7
Ferro Esponja	—	—	7.7	—	142.8	(*)	212.1	48.5
Ferro Ligas	139.8	—	169.3	21.1	218.2	28.9	255.8	17.2
Ferro Gusa	5299.7	—	5532.0	4.4	5846.6	5.7	7052.7	20.6
Aço Bruto	6518.3	—	7149.1	9.7	7507.2	5.0	8308.0	10.7
Grup. Siderbrás	3640.1	—	3810.6	4.7	3757.0	—1.4	4510.4	20.1
Out. Empresas (★)	2878.2	—	3338.5	16.0	3750.2	12.3	3797.6	1.5

Fonte: IBS e CONSIDER

(1): Total de Laminados Planos e não-planos

(★): Inclui Acesita

(\*): Acima de 1.000%

Discriminação	Ton. Milhares							
	1976		1977		1978		1979	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
Laminados (1)	7525.2	12.0	8822.4	17.2	10172.8	15.3	11693.0	14.9
Ferro Esponja	263.0	23.5	358.1	36.7	288.4	—19.5	324.1	12.4
Ferro Ligas	311.9	21.9	371.3	19.0	409.3	10.3	484.2	18.2
Ferro Gusa	8170.2	15.8	9380.4	14.8	10043.0	7.1	11593.9	15.4
Aço Bruto	9168.9	10.4	11163.7	21.8	12106.9	3.4	13891.1	14.7
Grup. Siderbrás	4989.5	10.6	6763.7	35.6	7480.2	10.6	8724.0	16.6
Out. Empresas (★)	4179.4	10.1	4400.0	5.3	4626.7	5.2	5167.1	11.7

Fonte: IBS e CONSIDER

(1): Total de Laminados Planos e Não-planos

(★): Inclui Acesita

## Produção Siderúrgica Brasileira

Discriminação	Ton. Milhares			
	1980		1981 (**)	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
Laminados (1)	12999.7	11.2	10906	-10.1
Ferro Esponja	274.8	-15.2	220	-19.9
Ferro Ligas	551.7	14.2	330	5.1
Ferro Gusa	12685.3	9.4	10643	-10.1
Aço Bruto	15337.3	10.4	13300	-13.3
Grup. Siderbrás	9411.2	7.9	7000	-17.1
Out. Empres★	5926.1	14.7	5500	-7.2

Fonte: IBS e CONSIDER

(1): Total de laminados planos e não planos

(★): Inclui Acesita

(\*\*): Estimativa

QUADRO: 7.6

## Produção Mundial de Aço Bruto — Países selecionados

Em 1000 Ton.

Ano	Estados Unidos		Japão		Alemanha Ocidental		Itália	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1970	119.3	-6.9	93.3	13.5	45.0	-0.7	17.3	5.5
1971	109.3	-8.4	88.6	-5.0	40.3	-10.4	17.5	1.1
1972	120.9	10.6	96.9	9.4	43.7	8.4	19.8	13.1
1973	136.8	13.1	119.3	23.1	49.5	13.3	21.0	6.1
1974	132.2	-3.4	117.1	-1.8	53.2	7.5	23.8	13.3
1975	105.8	-2.0	102.3	-12.6	40.4	-24.1	21.9	-8.0
1976	116.1	9.7	107.4	5.0	42.4	5.0	23.5	7.3
1977	113.7	-2.1	102.4	-4.7	39.0	-8.0	23.3	-0.9
1978	124.3	9.3	102.1	-0.3	41.3	5.9	24.3	4.3
1979	123.3	-0.8	111.8	9.5	46.0	11.4	24.3	0.0
1980	100.5	-18.5	111.4	-0.4	43.9	-4.6	26.6	9.5
1980(*)	113.0	12.4	102.0	-8.4	42.0	-4.3	25.0	-6.0

Fonte: IBS e CONSIDER

(\*) Estimativa

Em 1000 Ton.

Ano	França		Canadá		Reino Unido		Brasil	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1970	23.8	5.8	11.2	19.2	27.8	3.4	5.4	10.2
1971	22.5	-5.5	11.0	-1.8	24.2	-13.0	6.0	11.1
1972	24.1	7.1	11.9	8.2	25.4	5.0	6.5	8.2
1973	25.3	5.0	13.4	12.6	26.7	5.1	7.1	9.2
1974	27.0	6.7	13.6	1.5	22.4	-16.1	7.5	5.6
1975	21.5	-20.4	13.0	-4.4	19.8	-11.6	8.3	10.7
1976	23.2	7.9	13.3	2.3	22.3	12.6	9.2	10.8
1977	22.1	-4.7	13.6	2.3	20.5	-8.1	11.1	20.7
1978	22.8	3.2	14.9	9.6	20.4	-0.5	12.1	9.0
1979	23.4	2.6	16.1	8.1	21.5	5.4	13.9	14.9
1980	23.1	-1.3	15.9	-1.2	11.5	-16.5	15.3	10.1
1980(*)	22.0	-4.8	16.0	0.6	16.0	39.1	13.3	-13.1

Fonte: IBS e CONSIDER

(\*) Estimativa

## Produção Brasileira de Não-Ferrosos Comuns

Ano	Ton.									
	Alumínio Primário		Chumbo Primário		Estanho Primário		Níquel Primário		Zinco Primário	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1970	57199	33.3	19450	5.7	3578	62.6	2502	92.5	12500	166.0
1971	80647	41.0	25738	32.3	3043	-14.9	2587	3.4	16266	30.1
1972	100000	24.0	25033	2.7	4200	38.0	2702	4.4	15557	-4.4
1973	111600	11.6	34799	39.0	4454	6.0	2700	0.1	22300	43.3
1974	113602	2.0	41686	19.8	6156	38.2	2393	-11.4	30519	36.9
1975	121400	6.9	37540	-9.9	6638	7.8	2279	-4.8	31432	3.0
1976	139175	14.6	43672	16.3	6423	-3.2	2149	-5.7	43154	-37.3
1977	167110	20.1	48247	10.5	7686	19.7	2530	17.7	47113	9.2
1978	186365	11.5	47236	-2.1	9309	21.1	2288	-9.6	56097	19.1
1979	238310	27.9	55084	16.6	10133	8.8	2463	7.6	63494	13.2
1980	260611	9.4	44518	-19.4	8792	-13.2	2504	1.7	78303	23.3
1981*	260000	-0.2	35000	-21.4	7800	-11.3	2600	3.8	91000	16.2

Fonte: CONSIDER

Obs.: A produção de cobre primário de 1970 a 1975 foi de 4600, 5100, 4800, 4200, 2500 e 1309 toneladas respectivamente. Desde então não existe registro de produção

(\*) Estimativa

## Produção Brasileira de Alcool

Ano	Em 1.000 Litros					
	Anidro	Variação %	Hidratado	Variação %	Total	Variação %
1970	233038	—	392311	—	625349	—
1971	394479	69.3	230267	-41.3	624746	-0.1
1972	399324	1.2	284649	23.6	683973	9.5
1973	319705	-19.9	333107	17.0	652812	-4.6
1974	215130	-32.7	399808	20.0	614938	-5.8
1975	220340	2.4	359790	-10.0	580130	-5.7
1976	272352	23.6	369803	2.8	642155	10.7
1977	1087924	299.5	299731	-18.9	1387655	116.1
1978	1959861	80.1	399214	33.2	2359075	70.0
1979	2830044	44.4	618250	54.9	3448284	46.2
1980	2171462	-23.3	1504672	143.4	3676134	6.6
1981	1347649	-37.9	2859066	90.0	4206715	14.4

Fonte: Instituto do Açúcar e Alcool

QUADRO: 7.8

## Produção e Despacho de Cimento

Ton. Milhares

Ano	Produção		Despachos	
	Quantidade	Variação %	Quantidade	Variação %
1970	9002	15.1	...	...
1971	9803	8.9	...	...
1972	11381	16.1	...	...
1973	13398	17.7	...	...
1974	14920	11.4	14973	12.1
1975	16737	12.2	16694	11.5
1976	19147	14.4	19100	14.4
1977	21123	10.3	20938	9.6
1978	23203	9.8	23153	10.6
1979	24873	7.2	24956	7.8
1980	27193	9.3	27089	8.6
1981*	26200	-3.7	26180	-3.4

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC)

(\*) Estimativa

## Balança Comercial de não Ferrosos — Por Produto

US\$ 1.000 FOB

Ano	Alumínio		Chumbo		Cobre		Estanho	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1974	3832	130792	5	12962	3323	329294	21602	119
1975	4894	100624	10	6806	2679	182145	24214	295
1976	5203	99818	15	3729	2103	221456	13848	214
1977	8158	140649	11	7601	4945	262709	26821	119
1978	11928	120881	4	468	8035	217491	53347	213
1979	22800	163151	406	1805	15527	368661	70220	234
1980	40171	162361	677	988	13786	488707	63750	709
1981*	56000	90000	...	1200	32000	319400	61000	...

Fonte: CONSIDER

(\*) Estimativa

## Balança Comercial de Não Ferrosos — Por Produto

US\$ 1.000 FOB

Ano	Níquel		Zinco		Total		Saldo
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	
1974	52	21388	26	76049	28840	570603	—541763
1975	217	14244	81	43768	32095	347882	—315787
1976	150	18079	68	39251	21386	382548	—361161
1977	477	21028	131	38403	40542	470509	—429967
1978	353	23564	114	36272	74780	398888	—324108
1979	513	34571	220	41963	109686	610385	—500699
1980	456	61355	526	43457	19366	757577	—638210
1981*	1400	61000	8500	22000	158900	493600	—334700

Fonte: CONSIDER

(\*) Estimativa

QUADRO: 7.10

## Produção de Borracha

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	1000 Ton.	Variação %	1000 Ton.	Variação %	1000 Ton.	Variação %
1970	25.0	4.6	75.5	22.4	100.5	17.4
1971	24.2	-3.2	78.2	3.6	102.4	1.9
1972	25.8	6.6	94.6	21.0	120.4	17.6
1973	23.4	-9.3	125.6	32.8	149.0	23.8
1974	18.6	-20.5	155.2	23.6	173.8	16.6
1975	19.3	3.8	128.8	-17.0	148.1	-14.8
1976	20.3	5.2	164.4	27.6	184.7	24.7
1977	22.6	11.3	188.1	14.4	210.7	14.1
1978	23.7	4.9	206.1	9.6	229.8	9.1
1979	25.0	5.5	223.8	8.6	248.8	8.3
1980	27.8	11.2	249.0	11.3	276.8	11.3
1981*	29.6	6.5	228.4	-8.3	257.9	-6.8

Fonte: Superintendência da Borracha

(\*) Estimativa

## Consumo de Borracha

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	1000 Ton.	Variação %	1000 Ton.	Variação %	1000 Ton.	Variação %
1974	57.9	13.1	166.2	11.9	224.1	12.2
1975	58.7	1.4	176.3	6.1	235.0	4.9
1976	66.1	12.6	201.6	14.3	267.7	13.9
1977	71.4	8.0	204.7	1.5	276.1	3.1
1978	72.5	1.5	222.0	8.5	294.5	6.7
1979	75.9	4.7	225.5	1.6	301.4	2.3
1980	81.0	6.7	243.8	8.1	324.8	7.8
1981*	76.8	-5.2	208.1	-14.6	284.9	-12.3

Fonte: Superintendência da Borracha

(\*) Estimativa

### Importação de Borracha

Ano	Vegetal		Sintética		Total	
	1000 Ton.	Variação %	1000 Ton.	Variação %	1000 Ton.	Variação %
1974	36.5	-0.3	40.3	-21.4	76.8	-12.6
1975	42.2	15.6	26.9	-33.2	69.1	-10.0
1976	50.5	19.7	22.6	-16.0	73.1	5.8
1977	57.5	13.9	25.3	11.9	82.8	13.3
1978	56.2	-2.3	31.7	25.3	87.9	6.2
1979	51.7	-8.0	34.1	7.6	85.8	-2.4
1980	56.2	8.7	46.1	35.2	102.3	19.2
1981*	45.0	-19.9	24.0	-47.9	69.0	-32.6

Fonte: Superintendência da Borracha

(\*) Estimativa

## 8. TRANSPORTES

## Investimentos Segundo as Modalidades de Transporte

Cr\$ milhões

Anos	Recursos Aplicados					Total
	Aéreo	Dutoviário	Ferrovário	Hidroviário	Rodoviário	
1970	76	180	750	535	1162	2703
1971	274	324	1237	1088	2221	5144
1972	660	177	1919	1489	2315	6560
1973	689	338	2935	1851	3978	9791
1974	1490	1056	3790	2834	5792	14962
1975	2154	1890	8934	5123	6305	24406
1976	1975	2412	13623	5975	8402	32387
1977	1865	2348	16980	7443	9206	37842
1978	1814	4021	19534	11986	11672	49027
1979	3466	2605	29059	19340	16116	70856
1980	5195	2200	43780	41258	28065	120499

Fontes: Ministério da Aeronáutica, PETROBRÁS, RFPASA, FEPASA, CVRD, PORTOBRÁS, SUNAMAM e DNER.

## Indicadores Operacionais dos Metros de S. Paulo e Rio de Janeiro

### Dados Básicos

Indicadores	São Paulo			Rio de Janeiro		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980
Cons. Energ. Elétr. (1)	125813	136673	147718	—	9257	30044
Pass. Transp. (2)	190276	190741	208574	—	4747	20463
Pass./Km (2)	1331929	1363269	1426821	—	16615*	92083*
Pass./Km de Linha (3)	11	11	11	—	4	9
Pass./Carros — Km	9	9	9	—	7	8
Pess. Empr. — Quad. Oper.	1223	1311	1318	—	523	645
Receita Oper. (4)	416	809	1474	—	19	149
Viagens Realizadas	210292	307494	358823	—	98736	178152

*Fontes:* Cia. do Metropolitano de São Paulo e Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro

*Notas:* (1) Em 1.000 KWH

(2) Em 1.000 unidades

(3) Em 1.000.000 unidades

(4) Em Cr\$ Milhões

(\*) Estimados pelo GEIPOT

### Frota Mercante Nacional

Anos	N. de Embarcações Existentes (1)
1970	346
1971	406
1972	529
1973	565
1974	665
1975	748
1976	801
1977	875
1978	958
1979	1039
1980	1165

*Fonte:* SUNAMAM

*Nota:* (1) Com 100 TPB e mais — Existentes em 31/12

QUADRO: 8.3

**Toneladas-Quilômetros Úteis (TKU) Transportadas,  
Segundo os Modos de Transporte**

Anos	Carga Transportada (1.000.000 TKU)						Total	
	Aéreo (doméstico)	Duto- viário	Ferro- viário (carga) (1)	Hidroviário				Rodo- viário (2)
				Cabota- gem	Interior	Total		
1970	200	—	30553	21559	...	21559	124500	176812
1971	244	—	32086	24041	...	24041	137300	193671
1972	307	—	33544	21798	...	21798	152100	207849
1973	385	—	42713	24009	...	24009	168000	235107
1974	451	5482	54848	29369	...	29369	185500	275650
1975	521	6303	58926	31740	...	31740	204160	302314
1976	662	7052	63586	32621	1630	34251	226160	331711
1977	686	8489	61612	35479	1804	37283	249719	357789
1978	792	11095	64071	39509	1906	41415	275740	393113
1979	923	11322	73804	44154	2391	46545	304472	437066
1980	1020	11929	86164	45044	2657	47701	336198	483012

Fontes: DAC, PETROBRÁS, RFFSA, FEPASA, CVRD, ICOMI, SUNAMAM, GEIPOT e outros

Notas: (1) Considerados como carga — mercadorias, encomendas, bagagens e animais;  
(2) Dados estimados pelo GEIPOT, sujeitos a retificação.

**Passageiros-Quilômetro Transportados,  
Segundo os Modos de Transporte**

Anos	Passageiros-quilômetro transportados (1.000.000)					
	Aéreo (Doméstico)	Ferroviano (Int. + Sub.)	Hidroviário (Cabotagem)	Rodoviário (1)	Metroviário (2)	Total
1970	2027	12351	49	108600	—	123027
1971	2426	11232	34	124300	—	137992
1972	3043	10783	16	142100	—	155942
1973	3838	10602	30	161900	—	176370
1974	4532	10648	29	184906	—	200115
1975	5106	10621	10	211174	—	226911
1976	6025	11638	4	241182	—	258849
1977	6591	11700	3	275454	—	293748
1978	7635	11908	18	314496	1332	335389
1979	8795	11404	34	359300	1380	380913
1980	9559	12429	...	410357	1519	433864

Fontes: DAC, RFFSA, CVRD, FEPASA, ICOMI, SUNAMAM, GEIPOT e outros.

Notas: (1) Dados estimados pelo GEIPOT, sujeitos a retificação;  
(2) Dados estimados pelo GEIPOT para o Metrô-Rio de Janeiro.

## 9. COMUNICAÇÕES

QUADRO: 9.1

## Evolução das Telecomunicações e dos Serviços Postais

Anos	Telefones Instalados (1)	Terminais Telex Instalados (2)	Localidades Atendidas por DDD (2)	Unidades de Atendimento Postal (2)	Vales Postais Emitidos (1)	Objetos Postados (3)
1970	1980	2901	15	3854	649	...
1971	2145	3057	36	4864	606	586
1972	2380	3201	80	5463	824	639
1973	2415	4060	138	6026	1209	728
1974	2588	10990	172	6370	1726	928
1975	3375	11800	210	6570	1819	1246
1976	4040	16730	325	6669	2621	1692
1977	4700	19050	526	6817	3142	2117
1978	5343	24020	723	6986	3059	2668
1979	6246	38320	946	7021	3137	3106
1980	7294	44180	1160	7094	3184	3524
1981	8100	51116	1267	7128	3416	3935

Fonte: Ministério das Comunicações

Notas: (1) Em mil unidades

(2) Unitário

(3) Em milhões de unidades

## 10. Salário, Emprego e Políticas Trabalhistas

## Taxa de Desemprego (1)

Meses	Em %					
	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte	Porto Alegre	Salvador	Recife
1980						
Jan.	7.91	6.87	—	—	—	—
Fev.	7.81	6.71	—	—	—	—
Mar.	8.08	6.57	—	—	—	—
Abr.	7.51	5.78	8.51	4.62	—	—
Mai.	8.12	5.85	7.75	4.60	—	—
Jun.	7.96	5.38	7.82	4.94	7.84	6.95
Jul.	8.16	5.27	7.30	4.83	7.61	7.05
Ago.	8.00	5.21	7.65	4.89	7.45	7.54
Set.	6.60	5.35	7.12	4.77	7.71	7.21
Out.	6.86	5.24	7.69	4.42	6.46	6.65
Nov.	6.51	5.15	7.51	3.97	6.14	4.46
Dez.	6.47	4.36	7.08	3.90	6.41	5.81
1981						
Jan.	7.99	7.27	9.58	4.81	8.57	8.18
Fev.	8.16	7.49	10.17	6.12	8.33	7.93
Mar.	8.86	7.47	9.95	6.79	9.14	8.80
Abr.	8.94	7.77	9.68	6.48	9.78	8.97
Mai.	8.87	7.30	9.56	6.39	9.86	8.97
Jun.	8.91	7.15	8.98	5.96	9.66	8.51
Jul.	9.12	7.49	8.82	6.06	9.90	9.19
Ago.	8.88	7.86	9.03	6.48	9.24	9.72
Set.	8.25	7.28	8.22	5.89	8.39	8.96
Out.	8.33	6.92	7.78	5.20	8.51	8.67
Nov.	8.78	7.05	8.21	5.06	8.46	7.74
Dez.	8.25	6.01	7.71	4.40	8.62	7.04

Fonte: Fundação IBGE.

Nota: (1) Obtida da relação entre o número de pessoas que estavam procurando emprego ou aguardando o resultado de propostas para ingresso no trabalho a época da pesquisa e número de pessoas economicamente ativas (PEA), com idade igual ou superior a 15 anos.

**Brasil: Nível de Emprego por Atividade Econômica**  
**Varição Percentual em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior**

Discriminação	Período de referência: outubro/81				
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Total
<b>Regiões Metropolitanas</b>					
Belém/PA	-6.29	-4.78	-3.43	4.38	-1.66
Fortaleza/CE	-10.56	-1.37	-2.98	3.97	-2.62
Salvador/BA	-6.42	-4.52	-6.70	3.84	-1.98
Recife/PE	-7.69	19.00	-2.58	-0.86	-1.84
Belo Horizonte/MG	-7.77	0.30	-7.89	2.02	-2.42
Rio de Janeiro/RJ	-10.11	-10.53	-1.54	0.08	-4.49
São Paulo/SP	-16.23	-4.04	-3.63	1.40	-9.67
Curitiba/PR	-11.78	3.19	-0.98	-0.59	-3.36
Porto Alegre/RS	-10.30	-11.19	-0.26	1.15	-5.12
Brasília/DF	-5.81	-15.22	-3.70	1.60	-2.10
<b>Estados</b>					
Amazonas	-12.78	-9.11	-2.98	1.24	-7.80
Espírito Santo	-6.23	13.32	-8.54	0.25	-0.71
Goiás	-7.27	-1.50	0.18	1.77	-0.43
Mato Grosso	-5.57	-14.46	0.78	8.57	1.75
Paraíba	-22.34	-1.30	-7.29	6.01	-4.41
Piauí	-3.44	1.22	3.29	6.44	3.00
Rio Grande do Norte	-9.23	-9.74	-7.94	-3.53	-6.85
Santa Catarina	-6.10	-22.35	-4.91	0.99	-5.00
Acre	-5.61	65.54	-4.61	2.23	3.38
Alagoas	4.94	-23.83	2.99	6.20	3.44
Maranhão	4.44	-1.76	-1.95	1.63	0.92
Mato Grosso do Sul	-5.00	32.06	-4.12	7.69	12.36
Sergipe	-1.74	56.87	-5.27	4.35	11.61
<b>Interior</b>					
Ceará	-18.47	-45.87	-8.75	1.21	-12.95
Paraná	-13.42	8.60	0.79	2.18	-0.22
Rio Grande do Sul	-7.93	-0.91	-1.39	4.07	-3.65
São Paulo	-9.04	-28.10	-6.05	-0.43	-8.05

Fonte: Ministério do Trabalho (amostra da Lei n. 4.923). Compreende 7.080 estabelecimentos com 3.620.000 empregados.

QUADRO: 10.3

**Taxas de Reajustes Salariais em Comparação com as Taxas  
de Variação dos Índices de Custo de Vida (1)**

Período	Variação Semestral do INPC	Taxa Anual de Reajuste Salarial com Acréscimo de Produtividade de 3% ao Ano				Variação Anual dos Índ. de Custo de Vida	
		Salários Até 3 SM	Salário = A 6 SM	Salário = A 10 SM	Salário = A 20 SM	RJ (FGV)	SP (FIPE)
		Em %					
<b>1980</b>							
Jan.	33.2	71.6	69.5	68.6	63.8	76.0	67.2
Fev.	38.7	79.2	76.7	75.7	70.2	75.9	67.8
Mar.	40.9	82.2	79.6	78.6	72.7	74.9	69.8
Abr.	39.9	80.8	78.3	77.3	71.5	75.2	67.2
Mai.	37.7	88.4	83.9	82.2	72.2	76.6	68.2
Jun.	37.0	89.9	85.4	83.6	73.4	81.8	75.5
Jul.	36.8	97.5	92.6	90.6	79.5	84.3	76.6
Ago.	34.4	102.4	97.2	95.1	83.4	86.0	78.1
Set.	33.5	104.4	99.0	96.9	84.9	86.3	81.6
Out.	34.4	104.3	98.9	96.8	84.9	84.4	81.1
Nov.	35.9	103.3	98.0	95.9	84.0	87.0	84.7
Dez.	39.4	107.7	102.2	100.0	87.6	87.0	88.4
<b>1981</b>							
Jan.	43.0	113.1	107.3	105.0	87.4	86.3	84.7
Fev.	45.3	112.7	106.9	104.6	87.0	92.9	85.5
Mar.	46.1	112.4	106.6	104.3	86.7	99.3	94.6
Abr.	47.1	115.5	109.5	107.2	89.0	101.3	96.4
Mai.	46.2	116.7	110.6	108.2	89.9	105.0	99.2
Jun.	44.2	119.4	113.2	110.7	92.2	105.0	98.8
Jul.	42.7	123.0	116.5	114.0	90.5	106.3	97.2
Ago.	38.9	120.4	114.1	111.6	88.7	108.5	97.0
Set.	38.1	120.3	114.0	111.5	88.6	111.9	102.8
Out.	40.4	125.9	119.2	116.6	92.5	113.2	99.3
Nov.	40.9	125.2	118.7	116.1	92.1	109.9	95.4
Dez.	39.0	118.7	112.6	110.1	87.5	107.0	91.9

Fonte: Fundação IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo. Elaboração IPEA.

Nota: (1) Variação acumulada dos 12 meses anteriores ao mês assinalado, em virtude dos salários já começarem a vigorar no dia 01 do mês considerado e os índices de preços estarem referenciados ao último dia do mês.

**Taxas de Crescimento Anual do Emprego por Setores  
de Atividade Econômica (1)**

							Em %
Anos	Agricult.	Indústria	Constr. Civil	Comércio	Transp. e Comun.	Outros Serviços	Total
1970	0.27	6.78	2.27	5.28	2.54	4.84	3.53
1971	3.09	8.17	9.18	7.25	1.79	7.12	5.33
1972	1.12	7.96	6.33	6.54	2.89	6.28	4.70
1973	0.96	8.94	11.06	7.60	4.15	7.48	5.57
1974	2.30	5.31	8.88	4.78	3.08	4.86	3.92
1975	0.91	2.83	9.74	1.79	2.85	3.19	2.28
1976	1.13	5.80	9.38	4.47	1.80	4.72	3.59
1977	2.61	1.57	6.64	1.79	0.99	3.48	1.87
1978	-0.46	4.35	7.13	3.04	1.65	2.55	2.42
1979	0.88	4.17	2.81	3.26	2.46	3.25	2.58
1980	1.84	4.48	5.51	3.70	3.07	4.12	3.21

*Fonte:* Metodologia IPEA baseada nas PNAD/Fundação IBGE dos anos 1968 e 1979 e Contas Nacionais — Fundação Getúlio Vargas.

*Nota:* (1) A partir da elasticidade emprego/produto média anual no período 1968/1979

## 11. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de Consultas Médicas, Odontológicas e Internações Prestadas  
Pelo INAMPS

Em milhares

Anos	Urbana			Rural		
	Consultas		Internações	Consultas		Internações
	Médicas	Odontológicas		Médicas	Odontológicas	
1972	47795	3435	3406	4891	3637	1043
1973	48634	3625	3708	5266	4390	1011
1974	52143	3242	4083	7475	5804	1112
1975	82369	6135	5387	9964	7692	1262
1976	105478	8590	6745	13170	9570	1611
1977	118860	15557	6894	13643	7926	1724
1978	130012	20632	7781	15399	8378	1877
1979	137136	22333	8535	17404	9301	2036
1980	160208	24999	9562	19543	9161	2191
1981*	177902	27192	10715	20168	10344	2323

Fonte: INAMPS

(\*) Dados sujeitos a retificação

### Dispêndios com Benefícios Previdenciários a Cargo do INPS

Cr\$ milhões

Anos	Previdência Social Urbana			Previdência Social Rural	Total Geral
	Benefícios em geral	Acidentes do Trabalho	Total		
1971	6805.1	309.9	7115.0	—	7115.0
1972	9597.7	431.6	10029.3	609.3	10638.6
1973	12595.3	631.7	13227.0	1464.5	14691.5
1974	17630.0	981.5	18611.5	2901.1	21512.6
1975	26854.0	1559.4	28413.4	3650.2	32063.6
1976	43858.6	2478.1	46336.7	6578.1	52914.8
1977	71420.5	3379.6	74800.1	10443.9	85244.0
1978	113075.6	5424.2	118499.8	17965.0	136464.8
1979	178046.2	7647.6	185693.8	28120.7	213814.5
1980	360052.5	15612.8	375665.3	57858.5	433523.8
1981(*)	...	...	...	...	942850.0

Fonte: INPS

(\*) Valor estimado

### Despesas Globais do Sistema Previdenciário, por Entidade

Cr\$ milhões

Período	INPS	INAMPS	IAPAS	LBA	FUNABEM	Total
1970	5933	2661	487	46	36	9163
1971	7683	3265	631	78	42	11699
1972	11438	4436	808	97	44	16823
1973	15734	6230	1077	118	55	23214
1974	22990	8943	1583	147	68	33731
1975	34290	15377	2659	225	98	52649
1976	56625	28657	4959	303	179	90723
1977	89459	42115	5045	866	324	137809
1978	140149	63422	6894	1683	614	212762
1979	229088	91791	7305	3639	991	332814
1980	457136**	186773	20236	8738	2652	675535
1981*	993159**	361148	95000	18400	6600	1474307

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

Notas: (\*) Dados estimados

(\*\*) Excluídos os encargos previdenciários da União para os valores de 1980 e 1981

## QUADRO 11.3

Pessoas Beneficiadas por Programas nos Estados,  
Através da LBA (1) em 1981

Milhares de Pessoas					
Unidade da Federação	Educação para o Trabalho	Assistência aos Idosos	Assistência aos Excepcionais	Legalização do Brasileiro	Assistência Social Geral
<b>Norte</b>	231.9	52.3	28.7	8.5	667.6
RO	18.2	5.4	3.4	—	46.9
AC	12.6	20.5	2.2	—	44.9
AM	34.2	1.6	2.3	1.3	100.0
RR	20.0	15.9	3.9	0.9	77.0
PA	122.1	8.9	8.9	2.0	348.6
AP	24.8	—	8.0	4.3	50.2
<b>Nordeste</b>	535.0	485.1	46.4	54.1	1523.3
MA	17.5	8.3	6.1	3.3	136.6
PI	28.2	97.6	4.6	1.5	254.5
CE	93.2	5.4	5.3	7.1	306.6
RN	127.0	10.4	4.7	2.6	349.2
PB	61.4	280.6	4.7	2.0	42.0
PE	84.5	5.6	9.3	2.6	59.7
AL	16.2	8.6	2.5	1.7	11.0
SE	39.2	40.0	3.2	2.0	137.5
BA	65.8	28.6	6.0	31.3	226.2
<b>Sudeste</b>	428.5	323.3	107.5	268.7	911.8
MG	69.2	18.1	20.3	146.8	203.9
ES	106.7	13.0	31.8	15.9	281.0
RJ	120.6	20.0	28.4	106.0	424.5
SP	132.0	272.2	27.0	—	2.4
<b>Sul</b>	199.2	1261.4	62.8	20.7	558.7
PR	32.5	125.3	16.4	12.1	259.8
SC	52.0	31.0	15.8	8.6	112.8
RS	114.7	1105.1	30.6	—	186.1
<b>C. Oeste</b>	140.1	82.4	30.5	51.2	328.7
MS	22.5	48.5	7.8	2.2	—
MT	49.8	28.1	5.4	0.5	59.7
GO	14.6	2.4	12.1	8.2	205.5
DF	53.2	3.4	5.2	40.3	63.5
<b>Brasil</b>	1534.7	2204.5	275.9	403.2	3990.1

Fonte: LBA

Nota: (1) 13.741.700 pessoas beneficiadas; dispêndios = Cr\$ 13.217 milhões

Pessoas Beneficiadas por Programas nos Estados,  
Através da LBA (1) em 1981

Milhares de pessoas					
Unidade da Federação	Assistência ao Menor	Voluntariado	Distribuição de Leite em pó	Complementação Alimentar	Ações de Saúde
Norte	57,0	4,5	10,7	184,8	93,4
RO	5,3	0,6	—	8,0	15,4
AC	7,0	0,2	—	17,0	5,3
AM	14,6	1,0	0,3	30,2	22,6
RR	4,1	0,6	—	2,3	6,3
PA	23,4	1,3	10,3	64,8	36,5
AP	2,6	0,8	0,1	62,5	7,3
Nordeste	246,4	73,6	68,3	933,6	607,4
MA	20,6	2,3	3,5	187,9	2,5
PI	20,7	4,8	4,1	59,3	25,3
CE	49,0	30,5	20,0	206,6	204,4
RN	16,4	3,3	0,8	52,4	92,9
PB	22,9	1,3	17,5	81,4	154,7
PE	38,4	1,6	9,6	92,3	64,5
AL	19,0	4,8	0,1	146,9	27,3
SE	19,2	2,0	6,1	49,7	13,9
BA	40,2	23,0	6,6	57,1	21,9
Sudeste	204,6	35,8	113,7	261,5	564,7
MG	60,8	15,8	41,4	98,2	144,3
ES	28,5	3,0	4,0	18,3	95,2
RJ	50,9	6,7	10,0	89,2	205,3
SP	64,4	10,3	58,3	55,8	119,9
Sul	185,8	11,6	43,7	112,9	1119,1
PR	76,5	2,2	28,2	32,2	459,8
SC	72,8	2,5	7,3	29,6	73,8
RS	36,5	6,9	8,2	51,1	585,5
C. Oeste	107,1	25,1	17,1	156,3	94,6
MS	8,8	0,7	4,0	23,6	16,1
MT	21,8	1,0	0,5	25,5	46,7
GO	7,9	13,1	8,4	80,3	19,3
DF	68,6	10,3	4,2	26,9	12,5
Brasil	800,9	150,6	253,5	1649,1	2479,2

Fonte: LBA

Nota: (1) 13.741.700 pessoas beneficiadas; dispêndios = Cr\$ 13.217 milhões

## 12. SAÚDE

## Evolução das Principais Doenças Transmissíveis

Doenças	Nr. de Casos Notificados					
	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Febre amarela	2	11	9	70	13	2
Peste	101	146	169	152	290	496
Hanseníase	5470	5950	6411	6831	8199	9300
Tuberculose	36510	35871	36312	45665	46987	53419
Malária	52469	76752	82424	75332	64320	88630
Difteria	6215	4884	5002	5380	3636	3601
Febre tifóide	3722	3710	4292	3895	3395	3082
Sarampo	35512	46854	39476	51339	16025	14380
Poliomielite	2368	2066	1353	1754	1096	3122
Tétano	2501	1950	2051	2524	1819	1661
Raiva Humana	121	114	103	90	58	78
Variola	1771	19	—	—	—	—
Coqueluche	...	...	...	...	...	14055
Doença Meningocócica	...	...	...	...	19396	9632
Meningite sem Especificação	...	...	...	...	47966	15810

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Ministério da Saúde e FIBGE

Doenças	Nr. de Casos Notificados					
	1976	1977	1978	1979	1980	1981 (*)
Febre Amarela	1	9	21	12	27	13
Peste	97	1	11	0	97	52
Hanseníase	9647	9539	11993	14375	14515	4561
Tuberculose	51301	54552	57821	64734	72608	39437
Malária	86437	101082	117267	144215	169871	91180
Difteria	4886	5685	5021	4558	4584	2887
Febre Tifóide	3807	5147	3256	3895	4280	3010
Sarampo	73631	54410	51345	66080	92278	42580
Poliomielite	2448	2339	1707	2507	1307	68
Tétano	3006	3272	3218	2941	2867	1968
Raiva Humana	104	149	131	163	160	110
Variola	—	—	—	—	—	—
Coqueluche	28607	33104	34169	33092	43055	28617
Doença Meningocócica	3337	2656	2657	1046	889	539
Meningite sem Especificação	11611	12100	14925	14496	12220	11289

Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde, Ministério da Saúde e FIBGE

Nota: (\*) Dados preliminares

**Número de Municípios Atendidos por Serviços de Saúde  
Públicos e Privados e Número de Unidades  
de Saúde Construídas (1980)**

Regiões	Total de Municípios	Municípios com Atendimento	Unidades de Saúde Construídas
Brasil	3991	3600	2573
Norte	153	122	179
Nordeste	1375	1152	1641
C. Oeste	334	291	199
Sudeste	1410	1319	509
Sul	719	716	45

Fonte: Ministério da Saúde

**Evolução da Taxa de Mortalidade  
nos Municípios das Capitais Brasileiras**

Anos	MG(1)	MI(2)	MP(3)
1970	9.3	92.0	27.0
1971	9.7	98.5	27.7
1972	9.5	91.0	26.3
1973	10.2	103.5	28.0
1974	9.7	93.5	28.8
1975	9.7	102.4	31.4
1976	9.7	99.9	30.3
1977	9.1	85.2	28.3
1978	10.8	83.5	22.7
1979(4)	7.6	72.1	28.0

Fontes: Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde

Notas: (1) Taxa de Mortalidade Geral por 1000 habitantes

(2) Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 menores de 1 ano

(3) Taxa de Mortalidade Proporcional em menores de 1 ano

(4) Dados Preliminares sujeitos a revisão

## 13. EDUCAÇÃO E CULTURA

## Evolução da Taxa de Analfabetismo da População Brasileira

Faixas Etárias	População		
	Alfabetizável (1)	Analfabeta (2)	Taxa de Analfabetismo (%) (2)/(1)
1970			
5 anos e mais ...	79305757	30424191	38.36
10 anos e mais ...	66004330	21098428	31.97
15 anos e mais ...	54338606	17936887	33.01
1979			
5 anos e mais ...	99099975	28620577	28.88
10 anos e mais ...	84385149	18870466	22.36
15 anos e mais ...	69883230	16121867	23.07
1981(*)			
5 anos e mais ...	103812377	27946292	26.92
10 anos e mais ...	88397831	18033158	20.40
15 anos e mais ...	73206317	15358685	20.98

Fonte: Fundação IBGE

(\*) Estimativas

**Evolução da Taxa de Escolarização  
da População Brasileira**

Faixas Etárias	População		
	Escolarizável(*)	Escolarizanda(**)	Taxa de Escolarização (%)
	(1)	(2)	(2)/(1)
1972			
De 7 a 14 anos ...	20422400	15080530	73.77
De 5 a 22 anos ...	42394200	20409207	48.14
1975			
De 7 a 14 anos ...	21021800	16435948	78.19
De 5 a 22 anos ...	43614500	22129522	50.74
1979			
De 7 a 14 anos ...	22636800	18249574	80.62
De 5 a 22 anos ...	47658500	26070817	54.70
1981			
De 7 a 14 anos(*) ..	23713140	19709540	83.12
De 5 a 22 anos(*) ..	49924753	28417191	56.92

Fontes: Fundação IBGE e Ministério da Educação e Cultura

Notas: (\*) Estimativas

(\*\*) Ensino Regular. (Pré-Escolar; 1º grau; 2º grau e 3º grau)

QUADRO: 13.3

**Matrícula Inicial no Primeiro Grau,  
Segundo Dependência Administrativa**

Em Milhares

Anos	Brasil			Norte			Nordeste		
	Total	Pública	Part.	Total	Pública	Part.	Total	Pública	Part.
1970	15895	13556	2339	590	493	97	3830	3205	625
1971	17066	14667	2399	613	518	95	4246	3572	674
1972	18371	15953	2418	669	563	106	4567	3899	668
1973	18573	16203	2370	710	602	108	4913	4215	698
1974	19287	16771	2516	754	645	109	5021	4281	740
1975	19549	17037	2512	781	674	107	5217	4446	771
1976	19802	17291	2511	848	738	110	5210	4433	777
1977	20684	18147	2537	940	825	115	5640	4843	797
1978	21757	...	...	1016	...	...	6130	...	...
1979	22025	...	...	1102	...	...	5772	...	...
1980*	22523	...	...	1156	...	...	6582	...	...
1981*	23021	...	...	1210	...	...	7392	...	...

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

(\*) Estimativa

Em Milhares

Anos	Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	Total	Pública	Part.	Total	Pública	Part.	Total	Pública	Part.
1970	7405	6249	1156	3153	2808	345	916	800	116
1971	7897	6729	1168	3292	2945	347	1021	906	114
1972	8484	7335	1149	3521	3149	375	1127	1007	120
1973	8200	7128	1072	3590	3226	364	1160	1031	129
1974	8655	7497	1158	3622	3242	380	1235	1106	129
1975	8665	7512	1153	3591	3231	360	1297	1175	122
1976	8882	7722	1160	3503	3166	337	1359	1231	128
1977	9094	7897	1197	3571	3231	340	1437	1325	112
1978	9387	...	...	3638	...	...	1587	...	...
1979	9375	...	...	3566	...	...	1606	...	...
1980*	9479	...	...	3590	...	...	1715	...	...
1981*	9583	...	...	3614	...	...	1824	...	...

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

(\*) Estimativa

**Matrícula Inicial no Segundo Grau, Segundo  
Dependência Administrativa**

(Em Milhares)

Anos	Brasil			Norte			Nordeste		
	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.
1970	1003	551	453	27	17	11	185	105	80
1971	1119	632	487	32	21	11	207	121	86
1972	1300	745	555	35	23	12	242	143	99
1973	1478	843	634	40	27	13	270	159	111
1974	1682	945	737	47	33	14	318	183	135
1975	1936	1059	877	58	40	19	367	213	154
1976	2213	1203	1010	79	56	22	438	248	190
1977	2438	1310	1127	93	64	28	465	253	213
1978	2522	1353	1169	99	69	31	472	240	232
1979	2658	...	...	107	...	...	504	...	...
1980*	2812	...	...	117	...	...	541	...	...
1981*	2943	...	...	127	...	...	571	...	...

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

(\*) Estimativa

(Em Milhares)

Anos	Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.
1970	572	290	281	174	107	67	45	31	14
1971	635	329	306	190	120	70	56	41	15
1972	736	390	346	223	143	80	64	46	18
1973	834	440	395	260	165	94	74	53	21
1974	996	500	455	278	171	106	84	57	27
1975	1054	528	527	359	213	145	97	65	32
1976	1171	584	587	406	238	167	119	76	43
1977	1314	648	666	436	263	173	130	82	47
1978	1349	670	680	454	282	173	147	93	54
1979	1418	...	...	474	...	...	155	...	...
1980*	1480	...	...	496	...	...	178	...	...
1981*	1541	...	...	510	...	...	194	...	...

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

(\*) Estimativa

QUADRO: 13.5

**Matrícula Inicial no Terceiro Grau,  
Segundo Dependência Administrativa**

Em Milhares

Anos	Brasil			Norte			Nordeste		
	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.
1970	425	...	...	9	...	...	59	...	...
1971	561	254	307	11	11	...	73	52	20
1972	688	278	410	13	13	...	78	56	22
1973	773	300	473	14	14	...	94	59	35
1974	938	342	596	15	15	...	116	77	39
1975	1073	410	662	24	21	3	144	98	46
1976	1097	405	692	23	20	3	154	97	58
1977	1159	409	750	25	21	4	179	109	70
1978	1226	452	773	27	22	5	188	121	67
1979	1311	...	...	27	...	...	204	...	...
1980*	1377	...	...	29	...	...	219	...	...
1981*	1436	...	...	29	...	...	242	...	...

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

(\*) Estimativa

Em Milhares

Anos	Sudeste			Sul			Centro-Oeste		
	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.	Total	Publ.	Part.
1970	277	...	...	67	...	...	14	...	...
1971	363	130	232	91	47	45	24	14	10
1972	463	140	323	109	56	53	25	14	11
1973	499	151	349	130	62	68	35	14	20
1974	608	161	447	157	70	87	42	17	24
1975	671	182	490	187	88	99	47	21	25
1976	667	184	483	198	81	118	54	23	31
1977	706	175	530	191	79	112	58	25	33
1978	744	199	544	205	85	120	62	25	37
1979	802	...	...	218	...	...	61	...	...
1980*	832	...	...	230	...	...	67	...	...
1981*	863	...	...	230	...	...	72	...	...

Fonte: Ministério da Educação e Cultura

(\*) Estimativa